

DURVAL MUNIZ ALBUQUERQUE JÚNIOR

Este exemplar corresponde à  
redação final da Tese defendida  
pelo Sr. Durval Muniz Albuquerque  
junior e aprovada pela Comissão  
Julgadora.

Campinas, 27 de abril de 1988.

Robert W. Slenes

FALAS DE ASTÚCIA E DE ANGÚSTIA:

A SECA NO IMAGINÁRIO NORDESTINO - DE PROBLEMA À SOLUÇÃO

(1877-1922)

Dissertação apresentada como exi-  
gência parcial para obtenção do  
grau de Mestre em História do  
Brasil, à Comissão Julgadora da  
Universidade Estadual de Campi-  
nas (UNICAMP), sob a orientação  
do Prof. Dr. Robert W. Slenes.

CAMPINAS

1988

## AGRADECIMENTOS

No longo caminho que levou ao término deste trabalho fiz muitos amigos e recebi o auxílio de muitas pessoas, a quem queria expressar meus agradecimentos.

Inicialmente queria dizer muito obrigado aos meus tios Jobert e Luzia, que tornaram possível a este "retirante" da Paraíba, cursar os créditos do Mestrado em Campinas, oferecendo hospedagem e muito carinho durante os dois anos em que estive "exilado no Sul maravilha".

Devo muito a todos que me auxiliaram na difícil tarefa de fazer pesquisa histórica neste país, notadamente sobre o Nordeste. Agradeço aos funcionários do Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas, do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional, das bibliotecas da SUDENE e do DNOCS, do Arquivo do Estado da Paraíba, do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, do NDHIR, da Casa de Rui Barbosa, do CPDOC, do IBGE e do Club de Engenharia que atenciosamente acolheram e orientaram este pesquisador de "primeira viagem", a quem muito ensinaram.

Estes agradecimentos são extensivos a quem forneceu abrigo, tão necessário a um pesquisador sem maiores recursos, como a Profª Genny da Costa e Silva em Recife e ao casal Cilene e Alberto Figueiredo no Rio de Janeiro, a quem devo um proveitoso carnaval na "cidade maravilhosa".

Tive sorte de contar com muitos amigos em Campinas, com os quais tive momentos de muita alegria e que foram fundamentais para o amadurecimento intelectual, do qual este trabalho é resultado: a turma da "república": Lúcia Lamounier, Denise Bottman, Ana Lana, além de Regina, Waldemar, Fernando e Livramento.

Meus colegas de Mestrado tiveram participação direta na trajetória que levou a este trabalho através do estímulo e do alto nível das discussões que mantivemos ao longo do curso. À Ana, Sidney, Omar, Cármem, Antonieta, Miriam e principalmente à Márcia e ao Paulo, também pertence esta dissertação, coletivamente forjada na amizade.

Contei também com o apoio e incentivo de meus colegas professores do Curso de História da Universidade Federal da Paraíba, notadamente da professora Josefa Gomes de Almeida e Silva, amiga, fã e um pouco mãe, a quem devo muito do que sou como gente e como historiador. Agradeço ainda aos professores Waldomiro Cavalcanti, Eliete Gurjão, Socorro Xavier e Martha Lúcia Ribeiro, que me "iniciaram" nos mistérios do ofício.

Também muito valioso foi o aprendizado e a convivência com professores como: Peter Einserberg, Maria Sylvia de Carvalho, Déa Fenelon, Amaral Lapa, Hector Bruit, Maria Stella Bresciani, Edgar de Decca, Ademir Gebara, Ítalo Tronca e Maria Nazareth Wanderlei.

Quero agradecer especialmente ao meu orientador Robert Slenes, que foi sempre uma pessoa acessível, amiga, simpá

tica e competente, sabendo criticar e encorajar ao mesmo tempo, levando a que não desistíssemos no meio do caminho.

Meus pais, irmãos e amigos mais próximos também participaram de todas as angústias e astúcias que levaram ao término desta dissertação. Minha mãe sempre disposta a ajudar se transformou em datilógrafa dos rascunhos deste trabalho. Saulo teve a tolerância necessária para coabitar com um mestrando em período de redação de dissertação, tendo quase sempre que driblar pilhas de livros e papéis. Socorro, minha eficiente secretária garantiu que as tarefas domésticas não atrapalhassem a consecução deste meu objetivo. Marco, mesmo a distância, também serviu de suporte psicológico para que pudesse terminar esta caminhada.

Contribuíram de forma valiosa para a apresentação final deste trabalho, profissionais competentes e amigos estimados como: Maria José Gomes e Windson Ramos da Silva que criaram e imprimiram a capa do trabalho no Laboratório de Desenho Industrial/UFPb; Alzir Oliveira que revisou e retirou os tropeços da "língua pátria" e Antonio Marcos de Souza que datilografou a versão final deste.

Por fim agradeço ao CNPq e a FUNAPE órgãos que financiaram o período de estudos em Campinas e me forneceram ajuda de custo para a conclusão deste trabalho, respectivamente. Aos funcionários da UNICAMP que nos deu assistência e amizade durante os dois anos que ali estive. À Lourdinha, Sandrinha, Edu, Júnior e Márcia também devo parte desta vitória.

## R E S U M O

Este trabalho tenta explicar o porquê da seca ter se tornado um problema regional e nacional a partir da grande seca de 1877, quando este fenômeno era secular.

Para entender o porquê da problematização da seca neste momento e o seu deslocamento para o centro do discurso regional como o "problema da região", recorreremos a uma análise estrutural da sociedade "nortista" neste período, buscando uma explicação para este fato, a partir da conjuntura que a cercou. Tentamos também perceber a formação de um discurso em torno do fenômeno, o "discurso da seca", que a transforma em tema privilegiado e explicação para todos os problemas enfrentados pela região, além de servir de pretexto para reivindicações às mais diversas, desde investimentos na região até a própria manutenção das relações de poder aí presentes.

Na constituição do discurso da seca vão se inter cruzar vários discursos que se preocupam com o tema, desde o discurso popular até o discurso oligárquico, passando pelos discursos da Igreja, dos técnicos e da "literatura regionalista". Todos irão veicular uma imagem da seca, bem como ligar esta a outros temas de interesse de cada grupo ou instituição social. Estes vários discursos sobre a seca ao se conflitarem darão origem a um discurso outro, o discurso dominante sobre o fenômeno,

o "discurso da seca", que não é redutível a nenhum destes em particular.

Por fim, procuramos demonstrar as consequências práticas deste discurso, e como estas, levam a reformulações táticas e estratégicas no próprio discurso.

## S U M Á R I O

	PÁG.
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I	
1.0. A SECA VIROU "PROBLEMA".....	15
1.1. Por séculos e séculos, amém?.....	15
1.2. Crise econômica: a estiagem dos lucros.....	25
1.3. Crise política: tempestades na estrutura do poder.....	36
1.4. Crise social: a chama das mudanças e o calor dos conflitos.....	44
1.5. Mudanças no imaginário: um novo clima nas idéias.....	58
1.6. 1877: "O problema do Norte" veio à luz.....	65
CAPÍTULO II	
2.0. A POESIA DO SOL (O discurso popular sobre a seca).	
2.1. Problemas teóricos e metodológicos.....	84
2.2. O bíblico segredo: a imagem tradicional da seca.....	91
2.3. A grande ciência: seca e saber popular.....	101
2.4. O tempo do bem: seca e desorganização do mun do tradicional.....	107

2.5. As grandezas do sertão: a sublimação no discurso sobre a seca.....	120
2.6. A sujeição ao cativo: o tema do trabalho no discurso popular sobre a seca.....	130
2.7. A presença da fera: seca e conflitos sociais.....	141

## CAPÍTULO III

3.0. OS SERMÕES NO DESERTO (O discurso da Igreja sobre a seca).....	153
3.1. Problemas teóricos e metodológicos.....	153
3.2. Práticas perigosas e o exemplo da moralidade: seca, trabalho e controle social no discurso da Igreja.....	159
3.3. O ministro da vingança: a imagem da seca no discurso da Igreja.....	170

## CAPÍTULO IV

4.0. ATAS DA TERRA SECA (O Discurso técnico sobre a seca).....	177
4.1. Problemas teóricos e metodológicos.....	177
4.2. A paralisia do progresso: a imagem da seca no discurso técnico.....	184
4.3. Manchas, calmas e aéreas: as causas da seca para os técnicos.....	195

4.4. O combate permanente e sistemático: as soluções para a seca no discurso técnico.....	202
---	-----

## CAPÍTULO V

5.0. A PROSA DA REGIÃO LUZ (A seca na literatura regionalista).....	218
5.1. Problemas teóricos e metodológicos.....	218
5.2. O vácuo de afeições: a imagem da seca no discurso literário.....	228
5.3. A libertinagem das secas: defesa dos valores sociais no discurso literário.....	238
5.4. Ter coragem é saber sofrer: estratégias de controle social no discurso literário.....	253

## CAPÍTULO VI

6.0. O PARLAMENTAR DOS ESTIOS (O Discurso oligárquico sobre a seca).....	262
6.1. Problemas teóricos e metodológicos.....	262
6.2. O grande mal: a imagem da seca no discurso oligárquico.....	272
6.3. Do Ceará ao Nordeste: a evolução histórica do "espaço da seca".....	285
6.4. Revoluções meteorológicas e combate permanente: causas e soluções da seca no discurso oligárquico.....	300

	PÁG.
6.5. Um meio inverno: seca e modernização.....	312
6.6. As privações necessárias: seca e trabalho no discurso das oligarquias.....	324
6.7. As inclinações perversas: seca e controle social no discurso oligárquico.....	339
CAPÍTULO VII	
7.0. A SECA DÁ BONS FRUTOS.....	356
7.1. Discurso e prática.....	356
7.2. Fabricaram a "indústria": a modernização conservadora.....	362
7.3. Organizaram a seca: o reforço do poder lo cal.....	378
7.4. Disciplinaram o homem: as novas estratê gias de controle social.....	394
CONCLUSÃO.....	408
BIBLIOGRAFIA.....	416

LISTA DE QUADROS

	<u>PÁG.</u>
1. Quadro das secas ocorridas no "Nordeste".....	18
2. Produção total, exportações e preços do açúcar de Per nambuco (1836-1880).....	26
3. Tráfico interregional de escravos: províncias de origem (em percentagem) e volume do tráfico para Campinas, por anos selecionados.....	32
4. Estimativa global da migração de escravos das províncias do Norte seco para o Sul cafeeiro entre 1873 e 1885.....	32
5. Maiores bancadas na Assembléia Geral do Império (1826- 1889).....	38
6. Bancadas do "Norte seco" e do "Sul cafeeiro" na Assem bléia Geral do Império (1826-1889).....	38
7. Conflitos ocorridos no Norte (1850-1880).....	57
8. Conflitos ocorridos no "Norte seco" (1850-1880).....	57
9. Demonstração de todas as despesas feitas com a seca até 03/02/1879).....	75
10. Despesas realizadas e despesas estimadas com a seca nas províncias do "Norte seco" entre 1877-1879.....	76
11. Número de açudes públicos construídos em cada estado do Norte entre 1881 e 1922.....	370

12. Compromissos de açudagem particular a 18 de setembro de 1912.....	370
13. Recursos enviados e destinados para a aplicação no combate as secas do Norte (1877-1922).....	372
14. Número de poços públicos e particulares abertos pela Inspetoria das Secas no Ceará entre 1910 e 1930.....	372
15. Número de rodovias construídas no período Epitácio Pessoa nos quatro estados de maior ocorrência da <u>se</u> ca.....	375
16. Número de açudes construídos, iniciados ou <u>recons</u> truídos no período Epitácio Pessoa nos quatro <u>esta</u> dos de maior ocorrência da seca.....	375
17. Principais encarregados das obras da Inspetoria das Secas em 1919.....	388
18. Número de obras dirigidas por técnicos da IFOCS e por encarregados nos estados do Ceará, Rio G. do <u>Nor</u> te, Paraíba e Pernambuco em 1919.....	388
19. Quadro demonstrativo dos núcleos coloniais fundados com retirantes na província da Paraíba durante a <u>se</u> ca de 1877-79.....	400

Para **Maria**, **Durval**, **Car**  
**los**, **Solange**, **Marcus** e  
**Marco**.

## INTRODUÇÃO

A seca é tema de uma vastíssima produção bibliográfica, que engloba desde obras dos que chamamos "historiadores" tradicionais ou "oligárquicos", romancistas, poetas populares, até obras dos que podemos chamar de "historiadores críticos", marxistas, etc... (1). Nestas obras, a seca foi pensada ora como um simples fenômeno climático, que estava na origem de todos os outros problemas do espaço em que ocorria, ora como um problema mais vasto, com implicações econômicas, políticas e sociais, ora como simples agravante dos problemas causados por uma estrutura sócio-econômica de exploração e de desigualdades sociais profundas (2). No entanto, em todas estas abordagens a seca foi

---

(1) A vasta literatura histórica sobre a seca pode ser dividida em três momentos distintos: um primeiro onde predominam as obras de autoria de intelectuais ligados às oligarquias nordestinas, quase sempre memórias, em que se procura dentro de uma visão positivista, factualista e cronológica, arrolar todas as secas passadas, discutir suas causas e soluções. Num segundo momento predominam obras de matriz tecnicista, cujos autores são quase sempre técnicos ligados ou não às oligarquias da região e que abordam o problema do ponto de vista estritamente técnico, limitando-se à discussão das causas do fenômeno e proposta de soluções. Num terceiro momento surge um grupo de autores que possuem uma visão mais globalizante ou crítica acerca do problema, percebendo-o não apenas como simples fenômeno natural, mas pensando-o como um fenômeno com implicações sócio-econômicas e que apenas agrava distorções presentes nesta estrutura social.

(2) Podemos arrolar entre os "historiadores" tradicionais ou oligárquicos, nomes como: Thomáz Pompeu Sobrinho (História das Secas - século XX), Joaquim Alves (História das Secas - séculos XVII e XIX), Theóphilo e Phelippe Guerra (Seccas contra as Seccas), etc... Entre os técnicos que abordaram a seca com perspectiva histórica, podemos citar: José Guimarães Duque (Solo e Água no Polígono das Secas), José Augusto Trindade (A Previsão das Secas no Nordeste), Lopes de Andrade (Introdução a Sociologia das Secas), etc... Entre os chamados historiadores ou estudiosos "críticos" da seca, podemos identificar: Itamar de Souza e João Medeiros Filho (Os Degregados Filhos da Seca), Pinto de Aguiar (Nordeste: o drama das secas), Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (Estrutura de Poder e Secas na Paraíba-1877-1922), etc...

tomada enquanto problema, sem haver um questionamento acerca do fato. As estiagens teriam sido sempre um problema para a região que atinge? Embora sejam unânimes em tomar o ano de 1877 como o momento a partir do qual a seca passa a interessar aos poderes públicos, tornando-se um "problema nacional", tal fato nunca foi questionado ou explicado.

A inexistência de um questionamento ou da tentativa de explicar este fato levou-nos a perceber que, mesmo com a imensa bibliografia a respeito da seca, esta nunca havia sido abordada como um fenômeno natural que, se tinha participação histórica era apenas enquanto agravante de problemas econômicos e sociais, estes sim, abordados pelos historiadores mais críticos como tendo historicidade. Mesmo quando a seca foi pensada como fenômeno natural, deixou-se de se perceber a sua constituição simbólica e imaginária engendrada social e historicamente. Ora, a seca não existe enquanto puro fenômeno natural, mas como um fato histórico e social e por isso possui imagens e significações que vão variar ao longo do tempo e conforme o contexto social em que se insere.

É comum na literatura a respeito do fenômeno e nas obras sobre o Nordeste, a afirmação de que "o fenômeno da seca é quase sinônimo de Nordeste"<sup>(3)</sup> e que "falar em Nordeste é falar sem dúvida, do problema da seca"<sup>(4)</sup>. Estas afirmações nos

---

(3) VIANNA, Marly de Almeida Gomes - A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande (1840-1905), pág. 24.

(4) FROTA, Luciara Silveira de Aragão e - As Secas como Tema Político-Administrativo na História do Ceará, pág. 15.

fizeram pensar sobre até que ponto o recorte espacial Nordeste, que é também historicamente construído, não teria ligações diretas com a transformação da seca em "problema".

A insistência na afirmação de que só em 1877 a seca teria chamado a atenção e se tornado "problema nacional" nos levou a pensar que foi naquele momento que tal fenômeno climático se tornou problema; que só então teria sido transformado em problema e que os acontecimentos históricos daquele momento proporcionariam as pistas para se entender o porquê da problematização em torno deste fenômeno.

Partindo do pressuposto de que os marcos históricos e os fatos considerados importantes na "história oficial" são criações, invenções, que visam esconder as pistas de todo o conflito, de toda a luta que leva à ocorrência de um determinado fato histórico, e considerando que em cada momento histórico existem propostas várias acerca de como encaminhar a sociedade e resolver as questões que são colocadas pela realidade<sup>(5)</sup>, elaboramos a hipótese de que o marco 1877 foi construído historicamente. Naquele momento existia toda uma realidade histórica complexa, onde se digladiavam diferentes visões e conviviam diferentes possibilidades, tendo a vencedora procurado apagar então todos os rastros daquela luta.

A transformação da seca em problema nos apareceu, então, como um processo conflituoso, em que diferentes visões, diferentes imaginários se defrontaram surgindo daí uma síntese que foi transformada em dominante, encobrendo a sua origem traumática e de dissensão.

---

(5) Ver DE DECCA, Edgar Salvatori - O Silêncio dos Vencidos, pág. 76.

Ocorreu, portanto, no final do século XIX, uma mudança na imagem do fenômeno seca. Para compreender tal mudança procuramos levar a efeito o estudo, sob perspectiva histórica, das diferentes visões que os agentes sociais do seu espaço de ocorrência tinham acerca desta. Foi necessário fazer a análise dos principais discursos em torno do fenômeno das secas, para poder perceber o momento em que se deu a inflexão para um novo discurso, que transformou a seca em problema regional e nacional, e conseguiu transformá-la na principal causa explicativa de todas as demais dificuldades vividas por esta parte do território nacional. Esta análise de discurso não foi feita vendo a produção dos ideários como meras inversões imaginárias do real e como misticismo das idéias a moverem-se sobre seus pés espirituais para os homens de carne e o osso dominem e explorem os outros também de carne e osso<sup>(6)</sup>. Não vemos aqui as idéias como mero reflexo das estruturas econômicas e sociais; embora achamos indispensável para compreendê-las que levemos em conta tais estruturas, as idéias são vistas aqui como produções históricas que estão ligadas à realidade social como um todo. Ainda que discordando da visão mais ortodoxa que se filia ao marxismo, recorremos a seu método sempre que achamos necessário fazer a ligação entre o imaginário que analisamos e as condições econômicas, sociais e políticas concretas que lhe serviram de suporte. Achamos que as manifestações discursivas são também compreensíveis a partir dos condicionamentos históricos concretos que

(6) Esta visão, que nasce da leitura muito apressada que se faz da Ideologia Alemã, detendo-se quase sempre na sua primeira parte, sem levar em conta a análise que Marx fez dos discursos filosóficos alemães; já foi magistralmente criticada por Marilena Chauí na apresentação que faz para a coletânea Ideologia e Mobilização Popular. Ver CHUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho - Ideologia e Mobilização Popular, págs. 9-16.

as cercam.

No entanto, não ficamos aí; foi necessário que fizéssemos uma análise interna dos próprios discursos particulares, que percebêssemos as alterações que se davam ao nível dos enunciados e dos conceitos, e como estes discursos embora ligados a uma estrutura social, possuem uma lógica interna, constituem um mundo discursivo, onde as lutas, as trocas e os conflitos também estão presentes. O mundo dos discursos se compõe de uma multiplicidade de elementos discursivos, que são utilizados por diferentes agentes sociais, que com eles elaboram seus discursos tendo sempre em mente alcançar um objetivo, que é político, que depende de luta. Por isso, consideramos toda formação discursiva como uma formação tática, como fazendo parte de uma estratégia que permite um dado agente social alcançar um objetivo (7).

Os discursos dos diversos agentes e instituições sociais da região de ocorrência da seca foram analisados por nós, utilizando duas perspectivas metodológicas: uma que buscava ligá-los às condições históricas concretas, que os percebia como elaborações em torno da realidade econômica, social e política, aproximando-nos assim da perspectiva marxista; outra que os via como construções discursivas, que possuíam uma historicidade ao nível do próprio discursivo e representavam descolamentos táticos nos enunciados e conceitos que compunham o "mundo dos discursos" ou a epistemé daquele momento histórico neste espa

---

(7) Estas questões metodológicas acerca da análise de discurso, bem como tal visão teórica são encontradas em FOUCAULT, Michel - História da Sexualidade. Vol.I (A Vontade de Saber), págs. 93-97.

ço, aproximando-nos de uma análise arqueológica dos discursos, tal como pensada por Michel Foucault<sup>(8)</sup>.

Consideramos ambos os métodos insuficientes por si sós. O próprio Foucault reconheceu que sua arqueologia nem chegava a ser uma teoria. Ademais, existem várias críticas atuais de marxistas à visão de ideologia como mero reflexo do real. No entanto, nas suas últimas obras Foucault já apontava para uma análise de discursos que não ficava apenas ao nível dos próprios discursos e que não buscava apenas desvendar a sua arqueologia. Suas análises em torno da ligação saber-produção discursiva e poder apontavam cada vez mais para a necessidade de se fazer a ligação entre a produção discursiva e a produção cotidiana da vida, em todos os seus aspectos. Por essas razões optamos pela tentativa de utilizar as duas perspectivas, mesmo sabendo que são opções metodológicas diferentes<sup>(9)</sup>.

Esta visão da história como sendo cotidianamente produzida, e dos fatos históricos como uma manifestação não só ma

---

(8) Sobre as análises arqueológicas empreendidas por Foucault, ver MACHADO, Roberto - Ciência e Saber. A Trajetória da Arqueologia de Foucault, notadamente entre as páginas 161 e 185.

(9) A dificuldade de articular uma análise que levasse em conta os acontecimentos discursivos e os não-discursivos, a falta de sistematização de um método que permitisse apreender as relações entre a ordem dos discursos e a ordem dos acontecimentos econômicos e sociais foi justamente o que levou Foucault a considerar que sua "arqueologia" do saber não constituía uma teoria. Ver FOUCAULT, Michel - A Arqueologia do Saber, pág. 41.

A crítica de Thompson a esta visão mecanicista de ideologia que foi desenvolvida no interior do marxismo e que se fez presente com muita intensidade nos trabalhos de autores como Althusser, é um indicativo de que outros caminhos teórico-metodológicos devem ser seguidos quando se tratar de fazer "história das idéias". Ver THOMPSON, E. P. - A Miséria da Teoria ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser), notadamente os capítulos XIV e XV.

material, como espiritual, cultural e imaginária<sup>(10)</sup>, nos aproximou dos trabalhos do historiador inglês E. P. Thompson, que nos forneceu uma opção teórico-metodológica nova no campo do marxismo, que de certa forma pode se constituir no ponto de contato entre esta corrente teórica e os trabalhos de Foucault<sup>(11)</sup>.

A visão de hegemonia não como um controle total, um discurso onipotente que dá conta de responder a todas as questões, não como um controle ideológico que dá conta de todas as operações cotidianas dos diversos agentes sociais, mas como simples demarcação de limites de um "campo de força" dentro do qual é possível atuarem diferentes visões, ou como chama Thomp

---

(10) A noção de "experiência humana" desenvolvida por Thompson permite perceber a história concreta dos homens, como produzida cotidianamente e carregando em si ao mesmo tempo componentes materiais e não-materiais que se completam. Estas experiências acumuladas dariam origem a diferentes culturas que podem conviver em uma mesma época, embora, tal convívio seja conflituoso.

Ver THOMPSON, E.P. - "O Termo Ausente: Experiência" in a Miséria da Teoria ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser, págs. 180-201).

(11) A aproximação entre Thompson e Foucault também se dá quando o trabalho destes autores chama "a atenção para outros momentos da dominação burguesa, possibilitando recuperar as práticas políticas não-organizadas" dos diversos grupos sociais que a ela se opõem, notadamente do proletariado. Os conflitos entre concepções culturais diferentes, entre "experiências de vida" antagônicas que perpassam o social, se aproximam da concepção foucauldiana de poder, em que a oposição a este e o seu próprio exercício compõem uma rede que se espalha pelo todo social. Se os discursos foucauldianos são manifestações de saber em ligação direta com o poder, as diferentes culturas de Thompson, permitem pensar em diferentes saberes, que portanto, originam diferentes discursos, sempre como estragégia do poder, ou como oposição tática, como astúcia, contra este.

Veja a análise das práticas culturais dos anarquistas, feita por Margareth Rago, em obra recente, que também lança mão desta perspectiva metodológica de aproximação do marxismo expresso por Thompson e as análises de Foucault.

RAGO, Margareth - Do Cabaré ao Lar (A Utopia da Cidade Disciplinar). Brasil (1890-1930).

son, diferentes culturas<sup>(12)</sup>, notadamente nas sociedades pré-capitalistas, se aproxima da visão foucauldiana do mundo dos discursos como "um campo de correlação de forças", onde os discursos se movimentam como elementos ou blocos táticos, onde não se deve imaginar a divisão entre discurso admitido ou excluído, mas como um mundo em constante movimento, em que admissões e exclusões fazem parte destes deslocamentos e, portanto, são estratégicos, ou seja, politicamente definidos<sup>(13)</sup>.

O que tentamos perceber neste trabalho é pois, a origem de um novo discurso em torno da seca, que a transformou em "problema do Norte" e a colocou como principal arma estratégica na luta dos diferentes agentes sociais desta região, cada um usando-a como argumento para a defesa de seus interesses e pontos de vista, como arma estratégica nos entrec choques das lutas e conflitos sociais.

Buscamos inferir o surgimento deste novo discurso em torno da seca tanto pela realidade histórica concreta que o cerca, como pelo intercruzamento dos vários discursos sobre o "problema" que, ou existiam ou passam a existir na região. Tendemos a percebê-lo como sendo elaborado a partir de enunciados e elementos discursivos destes vários discursos, com um objetivo estratégico de conseguir tornar o fenômeno "problema" e através destes conseguir benefícios econômicos e políticos, que são do interesse de cada grupo social deste espaço.

---

(12) Ver THOMPSON, E. P - Lucha de Clases sin Clases? in Tradicion, Revuelta y Consciencia de Clase, pág. 45.

(13) Ver FOUCAULT, Michel - História da Sexualidade. Vol. I (A Vontade de Saber), págs. 95-96.

Por isso, ao lado do tema da seca, estes discursos vão abordar também as questões econômicas, sociais e políticas que mais preocupam cada agente social da região. A seca vai ser ligada a temas como o do trabalho, da modernização, do controle social, etc..., que deixam transparecer pois a preocupação que o momento histórico colocava para estes homens no seu cotidiano, quer seja como dominadores, quer seja como dominados.

Ao lado destas questões, repetem-se os enunciados e elementos discursivos que vão sendo extraídos tanto do discurso mais tradicional sobre o fenômeno, como dos mais recentes. É, portanto, esta fusão entre enunciados que visa dar respostas a questões concretas e propor estratégias para solucionar problemas que a realidade coloca com os enunciados que são extraídos de outros discursos e que possuem a finalidade de compor o discurso e de oferecer argumentos que embasem as propostas que carrega, que nos parece justificar a opção teórica-metodológica feita, de perceber no cruzamento destes dois tipos de enunciados dois tipos de historicidade, que compõem uma só e que devem ser apreendidas, para melhor análise dos discursos, para sua melhor compreensão, e principalmente para entender a história da formação do "discurso da seca", objeto deste trabalho.

O período em que nos detivemos foi 1877-1922. Esta escolha se explica principalmente por ter sido a partir de 1877 que a seca foi transformada em "problema", passando a partir daí, a ser tema de interesse para a produção discursiva, principalmente dos grupos dominantes. Foi a partir da grande seca de 1877, com toda a conjuntura que a cerca, que podemos perceber a formação de uma nova imagem da seca, veiculada por novos discursos, que vão formando um discurso outro, que chamamos de "dis

curso da seca". Acompanhando todo o processo de formação deste discurso e as repercussões práticas que dele advieram, podemos perceber que o governo Epitácio Pessoa, que se encerra em 1922, foi, podemos dizer, o momento de glória deste discurso, pois nesta quadra ele conseguiu obter importantes vitórias no plano nacional, alcançando o ápice em matéria de êxito, na consecução de seus objetivos estratégicos, ou seja, conseguir fazer com que a seca repercutisse nacionalmente e fosse pretexto para um volumoso carreamento de recursos e benefícios outros para a região e suas elites dominantes. Daí a escolha desta data como o limite de nossa investigação.

Este trabalho está dividido em sete capítulos. No primeiro, buscaremos explicar o porquê da seca ter se tornado um tema privilegiado dos vários discursos dos diversos agentes sociais e instituições da região, somente a partir da grande seca de 1877, quando era um fenômeno que atingia a região secularmente; porque só aí ela se tornou "problema" que requeria soluções a nível nacional. Tendo explicado isto, passo a analisar, nos cinco capítulos subsequentes, as diferentes formações discursivas, que se preocuparam com a seca e elaboraram em torno desta um novo imaginário, ligando-a a outras questões concretas que apareciam com maior preocupação e que angustiam estes agentes sociais.

No segundo capítulo abordamos o discurso tradicional ou popular, aquele que pre-existia ao momento em que a seca se tornou "problema", mas que também sofrerá modificações a partir deste fato. Ele será a matriz a partir da qual outros discursos foram elaborados, não deixando, no entanto, de ter a sua particularidade, de representar uma visão alternativa dentro do con

junto destes discursos.

No terceiro capítulo, é analisado o discurso da Igreja, instituição social de grande importância, e que se destacava exatamente por ser uma instituição voltada para realizar um trabalho ideológico, auxiliando a manutenção da hegemonia social por parte de uma certa parcela da classe dominante. O seu discurso, embora também fosse tradicional e já existisse antes da problematização da seca, sofrerá inflexões também a partir deste momento. Sendo um discurso que exerce influência tanto nas concepções dos dominados como dos dominantes, é essencial sua análise para a compreensão da influência de seu discurso na elaboração do "discurso da seca".

No quarto capítulo, tratamos do discurso técnico, que é uma produção discursiva que tem sua origem basicamente como resposta ao "problema" da seca, quando este se constitui. O discurso "científico" vai abordar este problema à medida que já se encontra constituído, buscando acima de tudo compreender suas causas e oferecer-lhe soluções. A legitimidade que este discurso possui, numa sociedade que vê a "ciência" como o saber verdadeiro e único, fez com que ele exercesse uma influência muito grande na formação do "discurso da seca".

No quinto capítulo, abordamos a imagem da seca presente na literatura regionalista, que a partir do final do século XIX transforma-se num importante veículo de transmissão de uma visão acerca da região, bem como do seu "problema" principal, a seca. Essa literatura é em grande parte, responsável pela transformação da seca em "problema nacional", a partir da sensibilização da "opinião pública nacional" com as imagens duras da seca que transmite em suas narrativas. Por isso a imagem

da seca na literatura regionalista também foi fundamental para a constituição do "discurso da seca".

No sexto capítulo, analisamos finalmente o discurso oligárquico que não é entendido aqui como discurso dominante, só pelo fato de ser o discurso de parcela da classe dominante que detém o controle político a nível da região e detém o domínio econômico. Vemos este discurso como um discurso particular, que também aborda a seca, e que se constitui sem dúvida no discurso que maior número de elementos forneceu para a formação do "discurso dominante da seca". Ele é visto como uma visão sobre o fenômeno, que expressa o "locus" social do qual se fala, mas que não se constitui nunca no discurso hegemônico. Pois o discurso hegemônico vai ser aquele que incorpora elementos destes vários discursos e que, dependendo do agente social que fala, vai ter ou não determinados elementos. O "discurso da seca" existe não como uma concretude, não como um bloco monolítico e acabado, mas como uma dispersão de diferentes elementos, que se combinam diferentemente, dependendo do agente social que fala e os objetivos que quer alcançar. Ele existe enquanto um certo conjunto de enunciados aceitos como válidos por todos os elementos desta sociedade, num determinado momento histórico. Estes vários enunciados é que compõem um núcleo, ao qual se agregam novos elementos, dependendo do "locus" social de quem os utiliza e do momento político que cerca o discurso, o que leva a mudanças de estratégias ou de astúcias.

No sétimo capítulo deste trabalho, coerente com a nossa visão de discurso como estando ligado à realidade é possuindo objetivos táticos que visam exatamente atuar na realidade, mudá-la, transformá-la, procuramos detectar as consequências prá

ticas do "discurso da seca", para os diversos agentes sociais da região e para este espaço como um todo. Além disso, tentamos neste capítulo perceber com as consequências práticas do discurso obrigam e levam a reformulações no próprio discurso; à medida que sua estratégia é testada na prática e conforme as respostas que aí se dão, são necessárias reformulações de estratégias, o que leva por sua vez a mudanças e deslocamentos em enunciados à reelaboração de conceitos <sup>(14)</sup> visando a manutenção da sua eficiência.

Buscar pois as causas históricas da origem e formação do "discurso da seca", percebê-lo enquanto historicamente produzido e como produto de deslocamentos no interior da economia dos discursos dos diferentes agentes sociais da região Norte-Nordeste <sup>(15)</sup> e verificar suas consequências práticas e alterações que estas acarretam ao nível do próprio discurso, são as preocupações deste trabalho. Percebendo as condições históricas que produziram o próprio "problema", percorrendo as várias elaborações discursivas e simbólicas que este "problema" provocou, procuramos entender como um conjunto de enunciados foram produzidos em torno de um fenômeno e como foram aceitos como verdadeiros pelos diversos agentes sociais aí presentes, constituin

---

(14) Sobre as práticas como condição de emergência, de inserção e funcionamento dos discursos, bem como ponto de partida para sua reformulação. Ver: FOUCAULT, Michel - A Arqueologia do Saber, pág. 213.

(15) Usaremos durante todo o trabalho a designação Norte para a região, bem como de nortista para seus habitantes, já que este era o recorte espacial presente no imaginário dos diferentes grupos sociais da época. O recorte espacial Nordeste só se estabelece a partir da segunda década do século XX, e é produto exatamente das necessidades políticas colocadas pela marginalização desta parte do país a partir do final do século XIX, bem como fruto do "discurso da seca", que termina por transformar o "espaço da seca" numa região particular, um espaço regional distinto. Usar a designação Nordeste antes da década de vinte do nosso século é cometer uma imprecisão histórica, é utilizar a designação de um recorte espacial historicamente constituído para outro momento histórico, o que é condenável metodologicamente, num trabalho como este, que visa recuperar o imaginário social num momento histórico preciso.

do-se pois no núcleo de um discurso outro, não redutível a nenhum em particular, o "discurso da seca" e como este foi utilizado por cada agente social na defesa de seus interesses. É possível localizar ainda a qual grupo social este mais beneficiou, mesmo sabendo que deu respostas às diferentes angústias dos diferentes grupos sociais, e que uns tiveram maior astúcia na sua utilização que outros, visto que as diferentes posições sociais dos discursantes vão interferir na sua repercussão prática ou na sua eficácia.

## CAPÍTULO - I

### 1. A SECA VIROU "PROBLEMA"

#### 1.1. Por Séculos e Séculos, Amém?

Final do século XIX, ano de 1877. O fenômeno da seca assola as províncias do "Norte" do Brasil, a exemplo do que já ocorrera inúmeras vezes em anos e séculos anteriores.

A vasta literatura que trata deste assunto é unânime em afirmar que esta foi a primeira seca a chamar a atenção da opinião pública nacional<sup>(1)</sup>, só aí ela teria se tornado "problema nacional" e começado a preocupar os poderes públicos, notadamente o Governo Imperial. A Grande Seca de 1877-79 é pois unanimemente considerada um marco na história das secas. Mas por que? Seria por sua intensidade, duração, extensão, consequências econômicas e sociais, como a dizimação do gado, a destruição das lavouras e mortandade da população? Cada autor tem a sua resposta. Achamos, no entanto, que embora todas devam ser levadas em conta, não conseguem explicar o porquê da seca de 1877-79 ser diferente das anteriores e ter tido repercussões em termos políticos que outras não haviam provocado. Levemos inicialmente em conta os seguintes argumentos:

(1) Encontramos esta afirmação nas seguintes obras, entre outras: POMPEU SOBRINHO, Thomáz, História das Secas (Século XX) pág. 77; DELLA CAVA, Rapha, Milagre em Joazeiro pág. 222; ALVES, Joaquim, História das Secas (Séculos XVII a XIX) pág. 71; BALDOINO DE ARAÚJO, Maria Mafalda, O Poder Político e a Seca de 1877-79 no Piauí; GUERRA FERREIRA, Lúcia de Fátima, As Secas: Oligarquias e Cangaço, pág. 52 in Revista Grão nº 4, Idem, Estrutura do Poder e Secas na Paraíba (1877-1922) pág. 79.

1) Embora a seca de 1583 tenha sido a primeira ocorrência deste fenômeno registrada pela literatura dos colonizadores<sup>(2)</sup>, depois que estes entram em contato com o sertão seco penetrando para o interior a fim de estabelecer fazendas de gado, este fenômeno já devia ocorrer antes do descobrimento<sup>(3)</sup>. Autores como Josué de Castro<sup>(4)</sup> atribuem ao desequilíbrio ecológico, provocado pela forma predatória como se deu a exploração da natureza nesta parte do território brasileiro, a origem do fenômeno. No entanto, recente pesquisa realizada pelo Departamento de Biologia da Universidade Católica de Pernambuco, através de estudos de Geologia e Paleontologia, constatou que o regime anômalo de pluviosidade na área data de mais de 7.000 anos<sup>(5)</sup>.

A luta contra as secas foi um traço marcante da vida das populações indígenas do norte do Brasil, sendo registradas pelos portugueses migrações de grande quantidade de índios do sertão para o litoral e a luta destes com os conquistadores brancos pelas áreas úmidas e fontes de água do sertão<sup>(6)</sup>.

---

(2) "No ano de 1583 houve tão grande seca e esterilidade nesta província (coisa rara e desacomumada, porque é terra de contínuas chuvas) que os engenhos d'água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca muitas se secaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão apertados pela fome socorrendo-se aos brancos, quatro ou cinco mil índios" - Fernão Cardim, Tratado da Terra e da Gente do Brasil.

(3) AGUIAR, Pinto de - Nordeste: O drama das secas, pág. 37.

(4) CASTRO, Josué de - Geografia da Fome, pág. 113.

(5) Esta pesquisa foi realizada para o Centro Aeroespacial de São José dos Campos, constatou que há cerca de 200.000 anos a área que hoje compõe o Nordeste estava revestida por uma densa floresta que fenômenos astronômicos, meteorológicos e geológicos fizeram desaparecer à medida que recuava a floresta amazônica. - AGUIAR, Pinto de, Nordeste: O Drama das Secas, pág. 34.

(6) Os primeiros colonizadores lusos testemunharam, por certo, a luta tremenda dentro das selvas, dos Tabajaras, adventícios litorâneos, e dos Kariris, indígenas sertanejos, estes últimos acossados pelos efeitos das secas... - OLIVEIRA DIAS, João de Deus, O Problema Social das Sêcas em Pernambuco, pág. 21.

A partir desta primeira notícia da seca no século XVI, registraram-se oito secas no século XVII, nove no século XVIII e nove no século XIX, até ser deflagrada a de 1877 (Ver Quadro 1). Será que nenhuma destas teriam apresentado as mesmas características da "Grande Catástrofe"?

2) Quanto à intensidade, a seca de 1877 não se diferenciava das demais, e há quem a considere até menos intensa, pois houve ocorrência de chuvas esparsas durante os três anos que durou o fenômeno. Diz José Américo: "A (seca) de 1877, a mais longa do século XIX, foi realmente exterminadora, por mingua de meios de socorro: mas não deixou de chover em todo o sertão, tanto em 1878, como, principalmente, no ano seguinte."<sup>(7)</sup> Dados meteorológicos recolhidos em 1877 e na posterior seca de 1900 demonstraram que os 195,5mm de chuvas que caíram nesta última, representavam apenas 75% das precipitações pluviométricas ocorridas em 1877, e no entanto, a literatura a respeito da seca não considera a de 1900 como de maior gravidade, nem ela se constituiu num marco.

3) Secas que durassem três anos, embora fossem raras, já que o comum era durarem de um a dois anos, não constituíam só por esse motivo causa de tanto destaque ou de maior repercussão, visto que secas até com maior duração já haviam sido registradas. Veja-se, por exemplo, a seca que durou seis anos, no século XVIII, entre 1723 e 28, ou a que teve a duração de quatro anos, neste mesmo século, de 1790 a 1793. Entre 1844-46 havia sido registrada a última seca de grandes proporções antes da de 1877-79,

(7) ALMEIDA, José Américo de - A Paraíba e Seus Problemas, pág. 332.

QUADRO 1

## QUADRO DAS SECAS OCORRIDAS NO "NORDESTE"

ANOS SECOS	DURAÇÃO DAS SECAS (EM ANOS)	TOTAL DE SECAS
1. Século XVI		
1559	01	
1564	01	
1583	01	
1587	01	05
1592	01	
2. Século XVII		
1603	01	
1609	01	
1614	01	
1623-24	02	
1644-45	02	08
1652	01	
1666	01	
1692	01	
3. Século XVIII		
1710-11	02	
1721-22	02	
1723-28	06	
1736-37	02	
1744-46	02	
1756	01	09
1777-78	02	
1782	01	
1790-93	04	
4. Século XIX		
1803-04	02	
1808-10	03	
1814	01	
1817	01	
1824-25	02	
1833	01	
1844-46	03	12
1860	01	
1869	01	
1877-79	03	
1888-89	02	
1898	01	

Cont...

ANOS SECOS	DURAÇÃO DAS SECAS (EM ANOS)	TOTAL DAS SECAS
5. Século XX		
1900	01	
1903-04	02	
1915	01	
1919	01	
1931-32	02	
1942	01	
1951-53	03	12
1958	01	
1966	01	
1970	01	
1976	01	
1979-83	05	

FONTE: Os Degradados Filhos da Seca, Itamar de Souza e João Medeiros Filho; A Paraíba e Seus Problemas, José Américo de Almeida; Séculos de Secas, Gileno de Carli; História das Secas (Século XVII a XIX), Joaquim Alves e História das Secas (Século XX), Thomáz Pompeu Sobrinho.

e como esta, havia durado três anos. Então não pode ter sido por sua duração que a seca de 1877-79 tornou-se um divisor de águas na história das secas. (Ver Quadro 1).

4) As chamadas grandes secas ou secas gerais atingiram todas a extensão total da região sujeita a este fenômeno. Somente as secas parciais ou os chamados repiquetes, às vezes, se limitavam a uma parte do território do "Norte". Portanto a seca de 1877-79, a exemplo de outras anteriores, como as de 1722-28, 1791-93, atingiram a mesma extensão, não sendo esta também uma característica que possa diferenciar ou particularizar o fenômeno de 1877-79. Chamamos a atenção, no entanto, para o fato de que o espaço de ocorrência do fenômeno da seca, embora tenha sido o mesmo ao longo dos séculos, sua delimitação será marcado por questões políticas e ideológicas que o tornará móvel, ao sabor das disputas entre as oligarquias da região, como a própria delimitação entre Norte e Nordeste, como veremos detalhadamente no 6º Capítulo deste trabalho.

Seriam pois as consequências econômicas e sociais da grande seca de 77 que a teriam notabilizado?

5) Ora, no campo econômico as secas eram responsáveis, principalmente, pela desorganização da estrutura produtiva predominante na região do sertão, que era marcada pelo binômio pecuária - produção de subsistência. Quando estas ocorriam, provocavam a dizimação dos rebanhos, pela fome, sede ou doenças: ou obrigavam à venda da maior parte do gado para ser abatido antes de morrer, ou ainda a migração dos rebanhos para áreas úmidas, como serras, margens de rios ou mesmo para os pastos do Piauí. Ao lado da desorganização da pecuária, havia a destruição total das

lavouras de subsistência obrigando a maior parte da população a migrar.

Neste aspecto a seca de 1877-79 também não se diferenciou ou se destacou das demais. As chuvas esparsas que caíram durante os três anos evitaram a dizimação dos rebanhos. Para a pecuária da região muito mais sérias foram as secas de 1877-78, que puseram fim praticamente a todo o rebanho bovino, destruindo a florescente indústria de carne de xarque que se desenvolvia na província do Ceará, principalmente na cidade de Aracaty.<sup>(8)</sup> As lavouras de subsistência foram destruídas, ocorrendo com isso a elevação dos preços dos produtos alimentícios; no entanto, isso não foi um traço apenas da seca de 1877-79. Em 1845, por exemplo, a seca provocou a elevação dos preços do alqueire de farinha de 4.000 para 60.000 réis, que custaria em 1978 102.000 réis o alqueire.

6) Das consequências sociais da seca, a mais grave era sem dúvida a mortandade da população por fome, sede, doença etc...além da migração em massa para o litoral ou para outras províncias.

Celso Furtado considera o alto índice de mortalidade registrado em 1877-79 como o motivo desta seca ter chamado a atenção do poder público nacional e esta ter entrado para a história das secas como um ponto de inflexão na forma como o problema era visto e tratado tanto pelo poder público nacional como pela própria classe dominante da região. Considera este autor que o surto algodoeiro registrado na década de sessenta da

---

(8) PRADO JÚNIOR, Caio - História Econômica do Brasil, pág. 68.

quele século, motivado pela expansão do mercado externo, devido à guerra da Secessão Americana, teria provocado um acentuado aumento populacional na região do sertão, fruto da interiorização de parte da população marginalizada pela crescente crise do setor açucareiro. Esta maior densidade populacional explicaria o alto índice de mortalidade na seca de 77, e com isso suas repercussões.

Podemos aceitar este argumento, desde que seja levada em conta apenas a mortalidade em termos absolutos. Embora os dados, tanto para a população como para o número de mortos, sejam bastante imprecisos<sup>(9)</sup>, tomando-se a província do Ceará como exemplo, já que é a província para a qual se dispõe de mais dados, e as secas de 1825 e 1877, teríamos as seguintes cifras: Em 1825 o Ceará possuía uma população aproximada de 215.726 hab.; segundo Gardner<sup>(10)</sup> a seca daquele ano teria dizimado cerca de 30.000 vidas, o que equivale a 13,9% da população. Em 1877 a mesma província possuía uma população aproximada de 886.276 hab.; segundo Gileno de Carli<sup>(11)</sup> morreram naquela seca 119.000

(9) Encontramos as seguintes cifras para a população do Ceará no ano de 1877: 750.000 hab., 700.000 hab., 900.000 hab. Chegamos ao cálculo de 886.276 hab. a partir da população constante do censo de 1872, fazendo incidir sobre ela a média anual de nascimentos da população, conseguida subtraindo a população de 1870 da de 1872 e dividindo o saldo por dois. A população de 1870 consta das "Investigações Sobre os Recenseamentos da População Ceral do Império". Joaquim Norberto de Sousa Silva. 1870 - 641.850 hab. 1872 - 1870 = 69.836 : 2 = 34.918 hab/ano 1872-716.686 hab. de 1872 a 1877 - 5 anos - 5 x 34.918 = 174.590 hab. 1877 - 711.686 + 174.590 = 886.276 hab.

Os dados sobre mortos também variavam, encontrei desde 119.000 a 200.000 mortos, por isso optei por fazer o cálculo com as duas cifras.

(10) GARDNER, George - "Viagens no Brasil", pág. 128

(11) DE CARLI, Gileno - Séculos de Seca, pág. 53.

pe<sup>so</sup>as, o que equivale a apenas 14,4% da população. Encontramos no entanto, para esta segunda seca dados muito desencontrados, desde esta cifra de Gileno de Carli até uma de 200.000 mortos<sup>(12)</sup>, o que elevaria este percentual, tomando-se a mesma população, para 22,5%, mas até mesmo as estimativas populacionais são bastante divergentes, sendo mais frequente a de 750.000 hab.

Se levarmos em conta portanto esta população e as duas cifras sobre mortos a que nos referimos, teremos pois diferentes percentagens em relação à mortalidade, ou seja, no primeiro caso (119.000) 15,2% da população e no segundo (200.000) subiria para 26,6% da população, jamais chegando no entanto, a dados astronômicos como de 50% da população ou um terço, como encontramos em alguns autores<sup>(13)</sup>.

---

(12) Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881 pelo Presidente da Província Senador Pedro Leão Veloso.

(13) Em Geografia da Fome, Josué de Castro fornece uma cifra de 500.000 mortos em relação a três províncias (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte), dizendo que correspondia a um percentual de 50% da sua população. Ora, como vimos, só o Ceará teria em torno de 886.276 hab.; mesmo que a cifra de mortos estivesse correta, o que não acreditamos, a percentagem da população que teria perecido não seria nunca de 50%. Utilizando o mesmo método apresentado na nota 9, calculamos a população das três províncias para 1877, em 1.617.642 hab. Admitindo-se 500.000 mortos, seria de 30,9% a percentagem da população que teria morrido.

Usamos para a população das outras províncias dados do censo de 1872 além de estimativas feitas para os anos de 1869 ou 1870 por Joaquim Norberto de Souza Silva em suas "Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império".

Localizamos talvez, o equívoco de Josué de Castro, na verdade talvez tenham perecido 500.000 pessoas em todas as províncias do Norte, incluindo o Piauí, como encontramos em Maria Mafalda Balduino de Araújo, O Poder Político e a Seca de 1877-79 no Piauí, pág. 103.

Ralph Della Cava, Milagre em Joazeiro, pág. 123, fala no desaparecimento de 1/3 da população do Ceará, 300.000 hab., entre mortos e migrantes, o que elevaria a população para 900.000 hab., cifra que consideramos pouco provável.

O que concluímos é que há uma superestimação do número de mortos, principalmente no momento da ocorrência do fenômeno, que tinha fins políticos. Causar impacto, impressionar a opinião pública nacional divulgando cifras astronômicas de mortalidade. Isso não quer dizer que não consideremos elevada uma mortalidade que pode ter passado de 25% da população. O que queremos é contestar o fato deste ser o fator que notabilizou a seca de 1877, pois outras anteriores, pelas referências que encontramos, tiveram também elevados índices de mortalidade e no entanto não despertaram a atenção dos poderes públicos nacional e regional ou mesmo da classe dominante da região.

A seca era um tema muito pouco debatido, mesmo nas Assembléias Provinciais; antes de 1877, só quando se verificava o fenômeno é que surgiam algumas vozes, mas apenas para solicitar o envio de alimentos para as populações das regiões mais atingidas.

Encontramos dados assustadores, como a morte de 1/3 da população de Pernambuco, em 1793, o que estimamos em 86.755 mortos<sup>(14)</sup>, ou mesmo da morte diária de 10 a 20 pessoas só na cidade de Sousa (PB) na seca de 1845, o que daria uma cifra aproximada de 2.400 a 4.800 mortos numa cidade nos oito meses que teria durado o fenômeno.

Embora os dados não sejam precisos, julgamos ter, pelo menos, questionado o argumento de Celso Furtado, de que a mortalidade foi o que notabilizou a seca de 1877-79.

---

(14) Esta ficou conhecida como a "Seca Grande" e este dado encontra-se em Joaquim Alves, História das Secas (Séculos XVII e XIX) - pág. 61.

As migrações também já eram comuns em secas anteriores; a de 1692, uma das primeiras a serem registradas, provocou a migração de algumas famílias paraibanas para Sorocaba(SP)<sup>15</sup>; as secas do século XVIII acentuaram a migração de nordestinos para a região das minas; a seca de 1844-45 levou alguns nordestinos a procurarem as plantações de café do Rio de Janeiro. Veremos, no entanto, que a migração de 1877-79 adquire conotações novas, não decorrentes do fenômeno climático em si, mas da conjuntura que o cercava.

Não são pois as características do fenômeno climático em si que transformaram a seca de 1877 num marco na história das secas, que provocaram uma ruptura na forma como era visto este fenômeno pela classe dominante regional, pelo poder público nacional e outros setores da sociedade. Devemos procurar na conjuntura histórica que a cerca, as explicações para esta mudança na imagem do fenômeno, e de seu deslocamento para o centro das atenções, assumindo o status de "o problema" do Norte.

## 1.2. Crise Econômica: a estiagem dos lucros

A seca de 1877 ocorre quando uma crise de mercado atingia os dois principais produtos de exportação do "Norte", o açúcar e o algodão.

Tendo uma economia voltada para produtos de exportação, o Norte ficava sujeito a crises periódicas, que ocorriam devido

---

(15) Coriolano Medeiros, citado por José Américo de Almeida, A Paraíba e Seus Problemas, pág. 196.

ao declínio dos preços no mercado internacional.

Embora tanto as exportações, como o volume de produção de açúcar tendam a aumentar, durante todo o século XIX, a tendência dos preços é declinante. (Ver Quadro 2). O aumento do volume de produção visa justamente tentar compensar a queda dos preços.

QUADRO 2

PRODUÇÃO TOTAL, EXPORTAÇÕES E PREÇOS DO AÇÚCAR DE PERNAMBUCO  
(1836-1880)

ANOS	QUANTIDADE MÉDIA ANUAL (TONELADAS) PRODUZIDAS	QUANT. MÉDIA ANUAL (TONELADAS) EXPORT.	PREÇO DO AÇÚCAR MASCAVADO (XELIM/CWT CIT. LONDRES)
1836-40	26.743	27.844	40/5
1841-45	32.357	31.926	36/0
1846-50	49.925	47.832	26/2
1851-55	63.312	56.981	21/10
1856-60	67.339	48.523	26/7
1861-65	57.357	46.741	22/2
1866-70	54.372	63.229	22/5
1871-75	98.231	78.699	23/0
1876-80	116.379	91.882	21/1

NOTA: O quadro apresenta discrepância de dados, como no caso o açúcar exportado entre 1836-40 e 1866-70 que supera o produzido; no entanto, achamos que ele nos serve para demonstrar o aumento da produção e exportação do açúcar e a queda de seus preços no decorrer do século XIX.

FONTES: Peter Eisenberg - Modernização sem Mudança, Quadros 3, 4 e 5, págs. 42, 43 e 44/Relatórios de Presidentes da Província de Pernambuco-1836-1880.

É na década de 70, no entanto, que a crise do açúcar brasileiro se acentua, à medida que o açúcar da beterraba afasta-o do mercado europeu, restando-lhe apenas o mercado norte-americano e o mercado interno, onde ainda estava sujeito a taxações para importação.

A queda da taxa cambial, na segunda metade do século XIX, embora reduzisse o impacto da queda de preços sobre os exportadores de açúcar, por outro lado, dificultava as importações e a modernização do setor açucareiro<sup>(16)</sup>.

A modernização se apresentava como uma das medidas necessárias para recuperar mercados, pois permitiria a produção de um açúcar de melhor qualidade e de mais baixo custo, tornando-o novamente competitivo no mercado externo.

A queda de preços, tanto do açúcar quanto do algodão, ressalte-se ainda, deve-se à grande depressão, que afetou a economia mundial de 1873 a 1896<sup>(17)</sup>. Este segundo produto, que vinha de uma fase de euforia e expansão na década de sessenta, fruto da retirada do algodão americano do mercado por causa da Guerra da Secessão, vê seus preços declinarem bruscamente, por causa da recuperação da produção americana e de sua volta ao mercado, além da tendência geral a queda de preços provocada pela depressão, atingindo no biênio 76-77 suas mais baixas cifras.<sup>(18)</sup> Apesar de ter apresentado sempre preços mais favoráveis que o açúcar entre 1831 e 1900, excetuando às décadas de 40 e 50<sup>(19)</sup>.

(16) - Ver EISENBERG, Peter - Modernização sem Mudança, pág. 45.

(17) - MELO, Evaldo Cabral de - O Norte Agrário e o Império, pág. 14.

(18) - "A lavoura, que é na província a fonte principal das rendas públicas e particulares, tem passado por uma verdadeira crise, já pelas irregularidades das chuvas e já pelo rápido e notável depreciação dos seus principais produtos de exportação: o algodão e o açúcar". (Relatório em que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. José Paulino de Figueiredo - 1<sup>o</sup> Vice-Presidente, passou a administração da Paraíba ao Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Esmerino Gomes Parente, 24 de abril de 1877).

(19) - Ver CANO, Wilson, - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, pág. 100.

A expansão da produção algodoeira no interior do "Norte", nas zonas do Agreste e do Sertão, provocou sensíveis alterações na economia nortista, à medida que incorporou estas áreas ao mercado internacional capitalista, vindo a concorrer seriamente com a produção açucareira, avançando sobre áreas antes dominadas por esta produção.<sup>(20)</sup> Nas províncias da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, a produção algodoeira se transforma na principal atividade econômica, sobrepujando o setor açucareiro. No entanto, justamente por estar incorporada a este mercado, torna a economia destas zonas também sujeitas a sofrerem os efeitos das crises periódicas do capitalismo internacional.<sup>(21)</sup>

Estas zonas eram antes dominadas pelo binômio pecuária-produção de subsistência, sendo a pecuária uma atividade que tinha uma maior resistência a crises econômicas, à medida que sua acumulação era "natural" pelo crescimento dos rebanhos,<sup>(22)</sup> e estava desligada do mercado externo, embora subsidiasse as economias de exportação.

A crise da economia nortista, no entanto, não era meramente conjuntural, ela tinha nítidos componentes estruturais, como a crônica falta de capitais, que inviabilizava investimentos na modernização da produção, quer seja agrícola, quer industrial. No Congresso Agrícola realizado em Recife em 1878, este foi um dos temas que mais esteve presente nos discursos e reclamos

---

(20) Ver ANDRADE, Manuel Correia de - A Terra e o Homem no Nordeste, pág. 84.

(21) Esta idéia é desenvolvida por Francisco de Oliveira em Elegia para uma Re(li)gião.

(22) Conforme CASTRO, Antonio Barros de - 7 Ensaios sobre a Economia Brasileira, vol. II, pág. 37.

dos representantes das classes dominantes nortistas que dele participaram.<sup>(23)</sup> A falta de capital, que tem sua origem nas reduzidas taxas de lucro que auferem produtores de açúcar e algodão, é acentuada pela intermediação que é feita, tanto no setor da comercialização, como no de financiamento da produção, pelos comerciantes usurários conhecidos como "comissários".

Este crédito tende a ficar mais caro no final do século XIX, devido à elevação da taxa de juros, já que a instabilidade de preços dos produtos de exportação tornava o empréstimo um empreendimento de alto risco para o "comissário". Estes includive são preferidos pelos produtores porque em caso de dificuldades era muito mais fácil evitar uma execução, do que se o empréstimo fosse feito junto aos bancos.<sup>(24)</sup>

A descapitalização da região, além de estar ligada à própria dinâmica do capitalismo a nível mundial e da forma como a região estava inserida nesta sua dinâmica, é acentuada por "uma transferência líquida de recursos do Norte para o Sul, sob a forma de movimentos de fundos governamentais" já que o "Império assentou-se num processo de espoliação que no Norte se apresentou semelhante a uma situação colonial de tipo clássico, isto é, de tipo fiscal".<sup>(25)</sup>

---

(23) Ver trabalhos do Congresso Agrícola do Recife, págs. 139, 276, 280, 320-1, 330-2, 334, 336, 346-7, 349, 356, 396, 403, 405.

"No Rio Grande do Norte, a falta de capitais na agricultura, financiando a produção, era sentida como um dos maiores problemas a serem enfrentados pelos que se dedicavam à atividade"(grifo nosso). TAKEIA, Denise. Um Outro Nordeste: O Algodão na Economia do Rio Grande do Norte (1880-1915), pág. 100.

(24) EINSEBERG, Peter - Modernização sem Mudança, pág. 91.

(25) MELO, Evaldo Cabral de - O Norte Agrário e o Império, pág. 257.

Muito da expansão do algodão, no século XIX, deve-se exatamente ao caráter mais "democrático" desta cultura, no sentido de exigir um volume de investimentos menor do que a produção açucareira, concentrando-se principalmente na atividade de beneficiamento, fundamental para a produção de uma boa fibra para a exportação.

A carência de capital não só retarda e dificulta a modernização da produção açucareira, como também a modernização do beneficiamento do algodão e até mesmo a montagem de uma insipiente indústria têxtil que já nasce obsoleta, produzindo apenas tecidos grossos. (26)

Outro fator de perturbação da atividade econômica era a carência de mão-de-obra. Quanto a este aspecto existem posições diferentes dos autores que estudaram a economia nortista neste período. Caio Prado Júnior<sup>(27)</sup> acha que houve uma crise de mão-de-obra no período; já Peter Eisenberg e Rosa Godoy discordam desta posição<sup>(28)</sup>. Na verdade, o que tínhamos era uma abundância de braços, mas uma carência de mão-de-obra. Analisemos o porquê desta situação:

A população escrava vinha declinando desde o cessar do tráfico em 1850, sendo a mortalidade o principal fator deste declínio, secundado, no entanto, pela exportação de escravos para as províncias do Sul. Segundo Eisenberg, saíam uma média de 760 escravos por ano da província de Pernambuco, entre os anos de 1850 e 1880, sendo que com o contrabando este número deveria suu

(26) CANO, Wilson - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, pág. 98.

(27) PRADO JR; Caio - História Econômica do Brasil, pág. 202.

(28) EINSERBERG, Peter - Modernização sem Mudança, pág. 201.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy - O Regionalismo Nordestino, pág. 181.

bir para 1.000 ou 1.500 escravos<sup>(29)</sup>. É no entanto, na década de 70, o auge desta migração de escravos, seja pela menor capacidade de manutenção da mão-de-obra numa economia em crise, seja pela própria seca que obrigou a muitos proprietários a se desfazerem de seu plantel.

Esta saída de escravos, que sempre se pensou teria sido mais intensa nas províncias açucareiras foi também muito intensa nas províncias algodoeiras, notadamente no Ceará (Veja Quadros n<sup>os</sup> 3 e 4). Estes escravos haviam sido introduzidos na zona do Cariri cearense para produção de açúcar ou mesmo nas grandes fazendas produtoras de algodão nesta e nas demais províncias<sup>(30)</sup>; além de haver sido introduzidos escravos na região como reserva de valor, como pecúlio<sup>(31)</sup>. O trabalho do professor Slenes demonstra que a venda de escravos foi mais intensa nas províncias algodoeiras do que nas províncias açucareiras entre os anos de 1877 e 1879, por causa da seca e da desorganização econômica que esta provoca; embora queiramos ressaltar que se pode atribuir isto, também, ao fato de que a lavoura algodoeira havia desde a sua implantação encontrado na mão de obra livre, utilizada em diferentes relações de trabalho, uma alternativa ao trabalho escravo.

---

(29) EISENBERG, Peter - Modernização sem Mudança, pág. 174-175.

(30) A antiga tese de que não teria existido, no interior do Norte-Nordeste, uma grande população escrava está sendo posta por terra a partir de recentes pesquisas. Entre estas destaca-se a da professora Marly de Almeida Gomes Vianna, feita a respeito do município de Campina Grande, e que serviu de base para a elaboração de sua dissertação de Mestrado intitulada: "A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande (1840-1905).

(31) ABREU, Capistrano de - Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil, págs. 261-2.

## QUADRO 3

TRÁFICO INTERREGIONAL DE ESCRAVOS: PROVÍNCIAS DE ORIGEM (EM PORCENTAGEM) E VOLUME DO TRÁFICO PARA CAMPINAS, POR ANOS SELECIONADOS.

PROVÍNCIAS DE ORIGEM	PERCENTAGEM DE ESCRAVOS CHEGADOS A CAMPINAS					ÍNDICE ANUAL DO VOLUME DE ESCRAVOS CHEGADOS A CAMPINAS				
	1865/66	1868	1875	1877	1878/79	1865/66	1868	1875	1877	1878/79
NORTE/NORDESTE.....	83%	89%	81%	64%	71%	51	55	100	79	88
PROVÍNCIAS ACUCAREIRAS... <sup>a</sup>	62%	49%	48%	27%	28%	65	51	100	56	58
Pernambuco...	33%	26%	7%	8%	12%	236	186	100	114	171
PROVÍNCIAS ALGODOEIRAS... <sup>b</sup>	22%	39%	31%	35%	42%	35	63	100	113	135
Ceará.....	12%	11%	4%	8%	10%	150	138	100	200	250
Paraíba.....	-	2%	1%	9%	5%	-	50	100	150	250
Rio G.do Norte.....	-	1%	1%	4%	7%	-	50	100	50	50

a. Incluem-se ainda, além de Pernambuco, a Bahia e Sergipe

b. Incluem-se ainda, além de Ceará, Paraíba e Rio G. do Norte, o Maranhão, Alagoas e o Piauí.

NOTA: Foram selecionados dados que interessavam ao nosso trabalho. As tabelas que serviram de base para a elaboração deste quadro possuem outros dados referentes a outras regiões.

FONTE: Robert Slenes - The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1880/Tabelas 4-4 e 4-5, págs. 192 e 194.

## QUADRO 4

ESTIMATIVA GLOBAL DA MIGRAÇÃO DE ESCRAVOS DAS PROVÍNCIAS DO NORTE SECO PARA O SUL CAFFEEIRO ENTRE 1873 e 1885.

PROVÍNCIAS	ESTIMATIVA DO TOTAL DE ESCRAVOS MIGRADOS
NORTE SECO	-27.975
Pernambuco.....	- 6.219
Paraíba.....	- 6.058
Rio G. do Norte.....	- 4.076
Ceará.....	-11.622
SUL CAFFEEIRO	+81.791
Espírito Santo.....	+ 2.918
Rio de Janeiro.....	+24.461
Minas Gerais.....	+23.745
São Paulo.....	+30.667

NOTA: Foram selecionados dados que interessam ao nosso trabalho. A tabela que serviu de base para a elaboração deste quadro possui outros dados ref. a outras províncias.

FONTE: Robert W. Slenes - The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1880/Tabela A-7, págs. 616 e 617.

À medida que a população escrava declinava rapidamente na região, surge a falta de mão-de-obra, não pela falta de braços, mas pela não disponibilidade destes trabalhadores, que preferiam se ocupar na economia de subsistência. Este tipo de economia sempre se expandia toda vez que a grande produção sofria uma crise. O trabalhador livre e o liberto preferem ocupar as franjas dos latifúndios, canavieiro ou algodoeiro, ou mesmo se estabelecer em regiões de pequena produção, do que se "sujeitar" ao trabalho na grande lavoura. (32)

A falta de mão-de-obra nasce da dificuldade em disciplinar esta mão-de-obra livre, há muito marginalizada dentro da sociedade escravista, acostumada a viver de precárias formas de subsistência, ou mesmo da resistência dos libertos, que vêem no trabalho uma marca da escravidão.

O crescimento progressivo do setor de subsistência e a conseqüente crise do setor de exportação explicam as conseqüências "catastróficas" da seca de 1877, que ocorre numa época de fragilidade da estrutura econômica da região.

Uma economia com deficiência de capitais não estava em condições de pagar salários que servissem de incentivo para esta mão-de-obra, pelo contrário, as baixas taxas de salários neste período, principalmente na área canavieira, incentivam a penetração de parcela da população em demanda da produção algodoeira, notadamente na década de sessenta, quando a pujança desta economia contrasta com o declínio lento da outra, ou mesmo levam-nas a se dedicar a outras atividades.

---

(32) FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil, pág. 62.

Esta carência de mão-de-obra também deve ser relativizada pela própria realidade de uma economia em crise e que, portanto, reduz o emprego. Este é o motivo da transição do trabalho livre no Norte ter se dado sem causar os mesmos traumas que causou numa economia em expansão como a do Sul. Ressaltemos, no entanto, que a venda de seus escravos, por preços também declinantes nesta década, significou uma descapitalização a mais, não só para os produtores de açúcar e algodão, como para a própria região. A drenagem de capitais somava-se à de mão-de-obra, para o Sul, ou mesmo para a Amazônia, inviabilizando ou, no mínimo, estagnando sua economia<sup>(33)</sup>.

Mesmo no Congresso Agrícola de 1878, fica explícita nos próprios discursos de membros da elite nordestina a existência abundante de braços, mas a sua pouca disposição ao trabalho nas grandes lavouras. Neste Congresso chega-se a solicitar a criação de leis que punissem o que eles consideravam a "preguiça" e a "vagabundagem"<sup>(34)</sup>.

O problema da falta de "modernização" não se faz sentir apenas no setor produtivo, mas era também presente no âmbito da infra-estrutura comercial. Tendo uma economia voltada para a produção de exportação, era sensível no Norte a falta de melhores portos para escoar a produção bem como de estradas de ferro

---

(33) A visão da economia nordestina como uma economia estagnada encontra-se em autores como: EISENBERG, Peter, Modernização sem Mudança; CANO, Wilson, Raízes da Concentração Industrial em São Paulo e FURTADO, Celso, Formação Econômica do Brasil.

(34) "...uma lei que obrigasse a terem uma residência fixa e profissão honesta"... "empregando a multidão considerável de nacionais desocupados..." (Memória apresentada pelo Sr. João Fernandes Lopes no Congresso Agrícola de Recife, 1878).

ou de rodagem que permitissem uma circulação mais rápida das mercadorias e barateassem os fretes o que incidiria sobre o preço dos seus produtos tornando-os mais aptos a concorrerem no mercado externo.

A falta de estradas de ferro ou de rodagem, principalmente, que penetrassem para o interior se faz sentir, com maior intensidade, à medida que a economia algodoeira se desenvolve e tem que escoar sua produção para o exterior, obrigando-se a fazê-lo em sua maior parte em lombos de animais.

Mesmo os precários meios de comunicação: telégrafo e correio, estavam completamente atrasados em relação a uma economia que passara por mais um surto de progresso na década de sessenta e que, mesmo em crise, continuava caminhando para uma maior integração no mercado externo e interno<sup>(35)</sup>.

Portanto, a expansão do setor de subsistência e a crise das atividades de exportação, com o declínio dos preços do açúcar e do algodão durante toda a década de setenta, somada a toda fragilidade estrutural da economia nortista neste momento, é para nós um dos elementos que explicam o grande impacto que a seca de 77 teve sobre o conjunto regional. À estiagem de lucros, a classe dominante vê se somar a seca, que aprofunda a desorganização deste espaço econômico, e agrava alguns problemas como o da migração da mão-de-obra livre ou da venda da mão-de-obra escrava.

O setor de subsistência que neste momento ocupa a maior parte da população, é extremamente vulnerável à ação da seca, e por isso, com sua destruição, a seca de 1877 assumiu proporções inesperadas.

---

(35) SILVEIRA, Rosa Maria Godoy - O Regionalismo Nordeste, pág. 96.

### 1.3. Crise política: tempestades na estrutura do poder

Transformações políticas importantes estavam ocorrendo, no plano nacional e regional, quando adveio a seca de 1877-79. Estas provocavam a paulatina perda de importância política da classe dominante nortista, no plano nacional, e um rearranjo da própria hierarquia de poder entre parcelas desta classe dominante no interior da região.

O declínio político do Norte é um processo que tem suas raízes na progressiva diferenciação econômica que se estabelece entre Norte e Sul ao longo do século XIX. O desenvolvimento econômico do Sul cafeeiro fortalece a classe dominante desta região, além de criar novos grupos políticos, como comerciantes, industriais, etc. Por outro lado, o Norte sofre uma crise econômica que enfraquece sua classe dominante, notadamente o grupo açucareiro, de grande importância política em termos nacionais.

Assiste-se, pois, a uma progressiva centralização do poder, que tende a freiar as aspirações político-econômicas de algumas províncias, notadamente as do Norte<sup>(36)</sup>. Esta centralização, em grande parte financiada pelo capital estrangeiro<sup>(37)</sup>, visava manter a unidade política e territorial do Império, que estivera ameaçada no início do século XIX por revoltas de cunho descentralizadoras e até separatistas, ao mesmo tempo que forne

(36) Mesmo São Paulo, província que vivia um período áureo de desenvolvimento, via com maus olhos a centralização imperial, que com o passar do tempo lhe parece uma carga inútil a sustentar e financiar. Ver Gadiel Perruci - A República das Usinas, pág. 25.

(37) "...ao governo imperial, o capital estrangeiro proporcionava os recursos financeiros e tecnológicos, com que afirmar, de maneira prática a política de centralização seguida desde os anos 40..." Evaldo Cabral de Melo - O Norte Agrário e o Império, pág. 194.

cia condições para que o Estado imperial cumprisse seu papel de agente da modernização do aparelho econômico, fornecendo garantias e criando mecanismos de aplicação do capital estrangeiro no país.

Ocorre, no entanto, que a política econômica do Estado imperial tenderá a beneficiar a região dinâmica da economia do país, onde estão os grupos que progressivamente assumem o seu controle. Alguns autores têm contestado este declínio político dos grupos nortistas <sup>(38)</sup> usando como argumento a composição da Assembléia Geral do Império, que teria bancadas nortistas de grande importância, como a baiana e a pernambucana (Veja Quadros nºs 5 e 6). Achamos precário este argumento, pois, mesmo em termos quantitativos, se somarmos as outras grandes bancadas não nortistas como as de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, veremos que totalizam um maior número do que estas bancadas do Norte. Resalte-se, no entanto, que exigir destas bancadas no século XIX um comportamento, em termos regionais, coerente com divisões só posteriormente estabelecidas é incorrer em anacronismo. Pensar, por exemplo, a bancada baiana como identificada com interesses regionais em termos de Norte, é querer transferir para o século XIX uma identificação regional só adquirida ao longo do século XX.

A perda de espaço político em termos nacionais coloca com mais força o problema da preservação do seu controle político no interior da própria região. A busca de centralização de po

---

(38) Ver por exemplo STILVEIRA, Rosa Maria Godoy - O Regionalismo Nordestino e VIANNA, Marly de Almeida Gomes - A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande (1840-1905).

QUADRO 5

MAIORES BANCADAS NA ASSEMBLÉIA GERAL DO IMPÉRIO (1826-1889)

REGIÃO/ PROVÍNCIAS	Nº DE DEPUTADOS NO PERÍODO	TOTAL POR REGIÃO GEOGRÁFICA	% DO TOTAL (2.563 DEPUT.)
NORTE	-	786	30,5%
Bahia	306		11,9%
Pernambuco	294		11,4%
Ceará	186		7,2%
SUL	-	914	35,5%
Minas Gerais	460		17,9%
Rio de Janeiro	248		9,6%
São Paulo	206		8,0%

FONTE: Dados extraídos de SILVEIRA, Rosa Maria Godoy - O Regionalismo Nordestino, Quadro 4, pág. 141.

QUADRO 6

BANCADAS DO "NORTE SECO" E DO "SUL CAFFEEIRO" NA ASSEMBLÉIA GERAL DO IMPÉRIO (1826-1889)

REGIÕES (com províncias discriminadas)	TOTAL DE DEPUTADOS	% DO TOTAL (2.563 DEPUTADOS)
"NORTE SECO"	(631)	24,0%
Ceará	186	7,2%
Rio G. do Norte	38	1,4%
Paraíba	113	4,0%
Pernambuco	294	11,4%
"SUL CAFFEEIRO"	(947)	36,7%
Minas Gerais	460	17,9%
Espírito Santo	33	1,2%
Rio de Janeiro	248	9,6%
São Paulo	206	8,0%

NOTA: Neste período só eram consideradas províncias sujeitas às secas periódicas as quatro províncias arroladas acima. Embora nem todos os deputados representassem os interesses dos cafeicultores a tabela foi elaborada para demonstrar a força das províncias cafeicultoras em relação àquelas consideradas como sujeitas às secas.

FONTE: Dados extraídos de SILVEIRA, Rosa Maria Godoy - O Regionalismo Nordestino, Quadro 4, pág. 141.

der a nível de província é uma resposta à centralização no plano nacional<sup>(39)</sup>, gestando-se assim as chamadas oligarquias, núcleos dirigentes compostos de frações da classe dominante, que aglutinam os vários grupos que controlam o poder a nível municipal ou local<sup>(40)</sup>.

A crise econômica da década de 70, ao mesmo tempo que acentua a dependência da classe dominante nortista em relação a possíveis benesses do Estado, cria um clima de descontentamento em relação a este mesmo Estado, à medida que a política fiscal, financeira e cambial empreendida pelo Império penaliza ainda mais a já combalida economia nortista. O imposto de exportação tenderá a se tornar cada vez mais escorchante com a crise vivida pela economia agro-exportadora nortista. A política de centralização dos recursos e do retorno destes através de investimentos, beneficiam quase sempre prioritariamente o Sul.

Na rota da centralização, outros golpes são desferidos no poder das oligarquias nortistas; em 1873 acaba-se com a convocação permanente da Guarda Nacional, golpe no poder dos coronéis que não podiam mais convocá-la<sup>(41)</sup>; a política de recrutamento militar que penalizava com maior vigor as províncias do Norte, desfazendo-as de sua mão-de-obra, cria uma nítida animosidade da classe dominante nortista em relação ao Estado imperial, embora muitas vezes esta posição se aliasse a outra de permanen-

---

(40) "Oligarquias - núcleos dirigentes compostos de frações da classe dominante que se constituem, concomitantemente ao processo de reorganização do espaço. Nesse sentido as oligarquias nordestinas(sic) emergem, no bojo do movimento de reestruturação das regiões açucareira e agro-pastoril, a partir da segunda metade do século XIX" - Eliete de Queirós Curjão Silva - O Poder Oligárquico na Paraíba: Descontinuidade e Recriação, pág. 14 (nota 7).

(41) A lei 2.395 de 1873, estabelecia que a Guarda Nacional não ficaria convocada permanentemente mas sim só em caso de guerra externa, rebelião, sedição ou insurreição e assim mesmo "pelo tempo estritamente preciso". Hamilton de Mattos Monteiro - Crise Agrária e Luta de Classes, pág. 108.

te solicitação da intervenção estatal para resolver os problemas enfrentados pela região.

O Estado imperial, cada vez mais comprometido com o comissário, com o exportador, com o cafeicultor<sup>(42)</sup>, embora tente aparecer como administrador dos conflitos que se estabelecem entre estes e os produtores de açúcar e algodão do Norte, termina por revelar sua verdadeira face, em inúmeras ocasiões, como, por exemplo, no episódio da convocação do Congresso Agrícola do Rio Janeiro, que marginalizava os "agricultores" nortistas em pleno auge de sua crise em 1878. Neste ano dá-se a volta dos liberais ao poder, e com eles voltam a ser fortalecidos a bandeira do federalismo, agora com cunho nitidamente regionalista, partindo principalmente das elites agrárias nortistas. Este fato, somado a outros, como a progressiva concentração da população escrava no Sul, preocupava muito os agricultores e os próprios membros da administração imperial, que temiam por uma separação entre Norte e Sul, já que até mesmo as relações de trabalho escravistas, que antes davam unidade a estes espaços regionais, estavam se tornando uma característica de apenas um destes espaços.

A crescente burocratização do Estado imperial e sua maior intervenção na esfera econômica era vivida contraditoriamente pelas elites agrárias nortistas, que ora as denunciava como asfixiantes e discriminatórias e ora as reivindicavam como forma de ajudá-la a reordenar o seu espaço econômico em crise. Esta intervenção maior do Estado interfere na própria estrutura tradicional de poder na região, onde o poder do cargo público

---

(42) FAORO, Raimundo - Os Donos do Poder, vol. II, pág. 419.

era estendido para a dominação com fins particulares<sup>(43)</sup>; o poder local reelaborava as mudanças externas de forma a que estas não viessem a perturbar seu controle senhorial sobre as populações livres pobres e mesmo os escravos; o cargo público era usado como propriedade de um grupo social, que dele se servia para atingir e defender fins particulares. A maior presença estatal tende a separar progressivamente a esfera do público da esfera do privado, surgindo o Estado como uma instituição autônoma, como um limite ao poder discricionário do grande proprietário de terras, embora este encontre muitas formas de superar estes limites; mas só o fato de num mesmo local surgir mais de uma figura que encarna a autoridade é perturbador para este homem acostumado a sua única autoridade.

As alterações na estrutura de poder a nível regional também são sensíveis onde a ascensão da oligarquia algodoeira-pecuária contrasta com o declínio da oligarquia açucareira<sup>(44)</sup>. A expansão da economia algodoeira, principalmente durante a década de sessenta, levou a que os grupos políticos do interior do Norte pudessem adquirir uma importância política que não possuíam, abalando o domínio do grupo açucareiro, que embora continuasse sendo prevaiente politicamente em algumas províncias, como Per

---

(43) FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - Homens Livres na Ordem Escravocrata, pág. 133.

(44) Esta tese defendida por Francisco de Oliveira, no seu livro Elegia para uma Re(li)gião, vem sendo confirmada por trabalhos como: os de Eliete Queiróz Gurjão Silva, já citado, para o caso da Paraíba, bem como pelos trabalhos de Janice Teodoro da Silva, Raízes da Ideologia do Planejamento: Nordeste (1889-1930) e Denise Takeia, Um Outro Nordeste: O Algodão na Economia do Rio G. do Norte (1880-1915) e Ralph Della Cava, Milagre em Joazeiro para os casos do Rio G. do Norte e do Ceará, respectivamente.

nambuco<sup>(45)</sup>, têm que dividir o poder com este novo grupo que surge. Além de que o processo de modernização da atividade açucareira leva a uma cisão dentro do próprio grupo açucareiro, onde progressivamente os usineiros assumem um papel político de maior destaque do que os plantadores de cana.

Outras províncias como a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará, serão controlados politicamente pelos grandes produtores de algodão, associados aos outros grupos agrários.

Perturbador também da estrutura de poder na região é o crescimento da importância política dos comerciantes, que antes evitavam se imiscuir na política, para não desagradarem os grandes proprietários de terra, seus credores<sup>(46)</sup>, mas que com a própria crise vivida pela grande lavoura saem na defesa de seus interesses que estavam em jogo, buscando garantir o pagamento do que os proprietários lhes deviam.

Maior tempestade no mundo da política foi, no entanto, a presença ameaçadora das camadas populares, do campesinato que em 1874, no Quebra Quilos, mostrara todo o seu descontentamento com o processo de mudança, com a modernização conservadora em curso; dos cangaceiros e messias que cresciam de número na região, deixando mais claro para a elite nortista a necessidade de uma redefinição na sua estratégia de dominação. Sentindo-se fra

---

(45) A tese de Francisco de Oliveira quanto a ascensão da oligarquia algodoeira-pecuária sobre a açucareira só é questionável em relação à Pernambuco, como mostra Peter Eisenberg em *Modernização sem Mudança*, págs. 154 e segs. Continua predominando nesta província a oligarquia açucareira mas o declínio desta em termos nacionais e até regionais é patente, com o conseqüente eclipsamento de Pernambuco e o crescimento de importância política de outras províncias, principalmente o Ceará, locus privilegiado da oligarquia algodoeira-pecuária.

(46) EISENBERG, Peter - *Modernização sem Mudanças*, pág. 157.

cas no plano nacional e ameaçadas na região, estas elites buscam um reordenamento da estrutura de poder, procurando estabelecer um compromisso, uma troca de proveitos com o poder público, progressivamente fortalecido<sup>(47)</sup>, dando origem ao que se chama "coronelismo".

Vê-se pois que ao contrário do que alguns autores afirmam<sup>(48)</sup>, o coronelismo não nasce de uma ausência ou fraqueza do poder público, que abriria espaço para a atuação do poder privado na esfera pública, mas, ao contrário, a gênese do coronelismo está ligada ao fortalecimento do poder público e à subordinação paulatina do poder privado a este. Para manterem seu domínio ao nível do poder regional e local, as elites agrárias passam a depender cada vez mais das benesses estatais que possam distribuir, ao mesmo tempo que o poder central a nível nacional precisa destas elites para lhe fornecer sustentação política e eleitoral. Estabelece-se, pois, uma troca de favores em que as benesses estatais são trocadas por fidelidade política, embora, a posição das elites nesta troca seja de inferioridade, visto que estas não fornecerem a sustentação política requerida pelo poder central este pode simplesmente transferir sua proteção para a oligarquia rival. Não é simples coincidência que o "coronelismo" tenha se estruturado, à proporção que o sistema eleitoral foi sendo progressiva

---

(47) Esta visão do "coronelismo" encontra-se na obra clássica de Victor Nunes Leal - Coronelismo, Enxada e Voto, págs. 20 e 252.

(48) Esta por exemplo é a visão de Hamilton de Mattos Monteiro em Crise Agrária e Luta de Classes, pág. 25.

mente ampliado, e aberto às camadas menos privilegiadas da população (49).

A seca de 1877-79 vem, pois, encontrar a classe dominante do Norte às voltas com uma crise econômica e com redefinições na estrutura de poder a nível nacional e local, desde a perda de espaço político em termos nacionais até a irrupção de manifestações das camadas populares que amedrontam esta classe dominante, em relação ao seu futuro. Gera-se uma atitude de animosidade e rebeldia diante do Estado imperial, que no entanto, tem o objetivo de chamar a atenção deste para os problemas que esta parcela da classe dominante estava vivendo; é uma verdadeira briga entre pai e filho em que o filho agride o pai para chamar a atenção deste para os problemas que estava enfrentando e para que cumprisse com sua obrigação de protetor.

#### 1.4. Crise social: a chama das mudanças e o calor dos conflitos

A estiagem de 1877-79 vem aprofundar, talvez mesmo faça chegar ao ápice, a crise social que atingiu o Norte. Crise característica de todo período de transição e de mudanças, que atinge o cotidiano dos vários grupos sociais e dos indivíduos, e

---

(49) Várias foram as leis que disciplinaram as eleições no período do Império. Embora elas mantivessem o caráter eletista do processo eleitoral, tendem a ampliar o universo de votantes. Por exemplo, a chamada Segunda Lei dos Círculos de 18 de agosto de 1860 (nº 1.082), alargou os distritos eleitorais de modo a dar a cada um três deputados, eleitos por maioria relativa. Segue-se a chamada Lei do Terço, de 1875 (nº 2.675). Ela, embora tenha sido permanentemente fraudada, adotava o voto limitado ou lista incompleta, tentando garantir a representação das minorias, já que estas poderiam eleger um terço da representação de cada província. Por fim, a adoção da eleição direta pela Lei Saraiva, de 1881, vai tornando o "voto de cabresto" um instrumento cada vez mais importante para as eleições eleitorais.

que vem abalar a rotina das relações sociais, acentuando o caráter conflitivo e violento destas relações.

O Norte não era uma região que apresentasse uma estrutura social semelhante em toda sua extensão; na verdade estava nitidamente dividida em duas realidades sociais, uma imperante na Zona da Mata, e outra no Agreste e no Sertão.

Na Mata as relações sociais escravistas, embora estivessem em decadência, ainda davam o tom à sociedade aí constituída, que tinha no alto da pirâmide social o grande proprietário de terra, o senhor de engenho, ao lado dos grandes comerciantes e comissários responsáveis pelo comércio de exportação. Podemos dizer que o estar ligado à exportação era o que dava unidade a este estrato, dominante não só da sociedade da Mata, como veremos. Um estrato médio era formado pelos pequenos proprietários de terras, os oficiais de justiça, professores, funcionários públicos, artesãos, mascates, vendedores ambulantes, balconistas, costureiras etc... A base da pirâmide social era composta pelos trabalhadores livres e sem terras, pelos assalariados urbanos e jornaleiros agrícolas, os moradores, empregados domésticos e os escravos, que paulatinamente iam tendo sua importância reduzida, à medida que avançava a transição para as relações de trabalho livre.

No Agreste e no Sertão as relações de trabalho livre eram as predominantes, sendo pois esta estrutura social marcada por relações sociais um pouco diferentes daquela outra zona. Aí, o fazendeiro, o criador, era a figura de maior expressão social. O processo de inserção deste espaço nas relações de mercado capitalistas com o algodão faz ascender também aí a figura do comer

ciante, do comissário e do beneficiador de algodão, que têm na exportação a atividade básica que lhes dá unicidade. O estrato médio não diferia muito em sua composição em relação ao da Zona da Mata, sendo, no entanto, de maior importância a presença do sítio, ou pequeno proprietário de terra que, notadamente na zona agreste, representavam uma boa parcela da população. O estrato inferior também se assemelhava ao da Zona da Mata, diferenciando-se pela menor importância dos escravos em relação aos trabalhadores livres sem terra, ou seja, parceiros, foreiros, arrendatários, meeiros e moradores, que constituíam o grosso da mão-de-obra nesta sociedade (50).

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a maior inserção do interior nortista no mercado capitalista, a crise da economia agrário-exportadora e a subordinação política da classe dominante do Norte a nível nacional, vão detonar alterações nas relações sociais, quer sejam relações de produção, quer sejam relações de poder, acentuando os conflitos e dissensões entre grupos sociais ou mesmo intra-grupos sociais.

As relações sociais tradicionais no Norte, notadamente no interior, colocavam dominantes e dominados frente a frente, em relações pessoais, de caráter paternalista, marcadas pelo dom de um lado e a dívida do outro, ficando a vida dos trabalhadores controlada em todos os seus âmbitos pelo proprietário,

---

(50) Esta divisão da sociedade do Norte foi baseada nas categorias sociais encontradas nos Relatórios de Presidentes de Províncias, bem como nas divisões apresentadas por Marly de Almeida Gomes Vianna e Hamilton de Mattos Monteiro, em seus trabalhos: A Estrutura de Distribuição de Terra no Município de Campina Grande (1880-1905) e Crise Agrária e Luta de Classes - págs. 213-214 e 38 respectivamente.

pelo dono da terra em que trabalhavam "de favor". Como afirma Maria Sylvia: "Destituídos de meios próprios de subsistência e com uma vida despojada de significado para aqueles de quem dependiam, tudo deviam e nada de essencial podiam oferecer aos senhores das fazendas onde se fixavam; por isso mesmo, transformavam-se em seus instrumentos para todo e qualquer fim, inclusive os de ofensa e de morte". (51)

Mas estas relações não apresentavam cobranças e deveres apenas para o agregado, o sem terra, o trabalhador, ela também pressupunha obrigações e deveres por parte do proprietário de terra, do "senhor". Ele devia dar proteção ao seu agregado, defendendo-o da justiça, ou da violência de outro proprietário, devia dar-lhe assistência jurídica, material e até espiritual. Ao mesmo tempo que isto permitia um controle da vida do seu agregado em todos os aspectos, colocava para ele uma série de obrigações, que se não fossem cumpridas, abririam espaço, e até mesmo legitimavam uma ação violenta ou de cobrança por parte do seu apadrinhado. A reciprocidade é pois o elemento fundamental destas relações. (52)

Estas relações de caráter paternalista não significam a não existência de tensão e conflito, visto que elas carregam em seu bojo específicas formas de resistência dos dominados que se explicitam em específicas manifestações de descontentamento e conflitos sociais quando há quebra do contrato tradicional.

---

(51) CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia - Homens Livres na Ordem Escravocrata, pág. 149.

(52) Sobre a importância da reciprocidade nas relações tradicionais e do compadrio ver Maria Isaura Pereira de Queiróz, O Camponato Brasileiro, págs. 53-54.

Na Zona do Sertão e do Agreste, é a relação entre proprietário de terra e seus vaqueiros, agregados e moradores, a de maior importância para definir esta sociedade e são relações do tipo descrito acima. No entanto, à medida que esta região é inserida no mercado internacional, com o "boom" algodoeiro da década de sessenta, estas relações serão redefinidas, sofrerão alterações substanciais, que causarão o descontentamento por parte dos dominados e o imediato questionamento das novas formas de dominação.

À proporção que o algodão, produzido na pequena parcela de terra do camponês, <sup>(53)</sup> se torna uma mercadoria de importância para o grande proprietário, este tende a intensificar mecanismos de exploração, como o aumento da percentagem da produção entregue pelo camponês em paga da terra, ou maior número de dias de trabalho para o dono da terra e a compra da produção na folha, além de exigir um ritmo de produção mais dinâmico e garantias de uma produção frequente por parte do camponês.

Este controle mais direto sobre a atividade do camponês líquida com a noção de autonomia de produção, que é tão cara ao campesinato.

Mesmo os pequenos proprietários, sitiados, teriam suas vidas redefinidas, quando passam a produzir o algodão para vender ao grande proprietário-comerciante. Sua vida, que se caracterizava pelo trabalho independente, feito com a família, utilizam

---

(53) Camponês é utilizado neste trabalho não apenas no sentido tradicional, de pequeno proprietário, mas tentando englobar todas as categorias de trabalhadores rurais livres, submetidos a relações de trabalho não assalariadas.

do técnicas rudimentares<sup>(54)</sup>, passa a estar ligada agora à teia do mercado que lhe impõe um certo ritmo de produção, exige melhor qualidade e coloca-o como vendedor e comprador de mercadorias,<sup>(55)</sup> subordinando-o ao grande proprietário, que serve de ligação entre ele e o mercado "distante". A inserção do pequeno produtor no mercado de exportação vai modificar sua rotina de vida, que passa a ser definida por forças externas poderosas, que ele não compreende, e isto o joga nos braços do grande proprietário, o compadre, o vizinho, "coronel", que entende deste mundo, e o coloca em contato com ele, mas cobrando seu preço evidentemente - a subordinação econômica e política.

Na Mata, a transição para o trabalho livre tende a criar, em substituição à escravidão, relações de trabalho livres, mas que reproduzem a dominação senhorial<sup>(56)</sup>, de certa forma unificando as relações sociais no espaço nortista, já que vão se estabelecer aí formas de trabalho semelhantes às das outras zonas. Esta transição, mesmo se dando num período de crise econômica, quando a exigência de mão-de-obra diminui, não deixa de ser traumática para o senhor de escravos, que se vê sem parte dos seus bens e da propriedade daquilo que lhe conferia um status social superior. Este grande proprietário tem que se acostumar a viver

---

(54) Esta caracterização do sitiante tradicional é de Nice Lecocq Müller no seu trabalho "Sítios e Sítiantes no Estado de São Paulo, citado por Maria Isaura P. Queiróz. O Camponato Brasileiro, pág. 82.

(55) Falamos da inserção do camponês nortista no mercado internacional de mercadorias de exportação, visto que sua inserção no mercado local de produtos de subsistência já se dava desde séculos anteriores, quando a bastecia as feiras locais, notadamente as do Agreste, onde vendiam seus produtos, à população do interior e do litoral, um pequeno excedente de sua produção para a subsistência ou produtos tradicionais do mercado nortista, como a farinha de mandioca e a rapadura.

(56) "No Nordeste senhorial, a decadência econômica facilitou a transição pacífica para o trabalho livre, com fortes traços de dependência, porque o senhorialismo essencial se preservou". Peter Einsenberg. "A Escravidão nas Américas: Genovese em Português", pág. 127.

ao lado de homens livres, que possuem, portanto, pelo menos juridicamente,<sup>(57)</sup> os seus mesmos direitos. Homens livres ou libertos, arredios ao trabalho penoso da cana-de-açúcar, que para trabalhar requerem estabelecimento de outra forma de relação, não baseada simplesmente no mando e no chicote.

A crise da economia agrário-exportadora, a perda de apoios políticos em termos nacionais e mesmo a transição para o trabalho livre, torna a classe dominante nortista descontente em relação ao Império e coloca-a como foco de rebeliões e reivindicações, embora não consideremos como fazem alguns autores que os descontentamentos populares e mesmo as revoltas tivessem sua explicação neste contentamento dos dominantes, que de certa forma teriam sido "a vanguarda" destes movimentos.<sup>(58)</sup> Não deixa de ser, contudo, um elemento importante para entendermos o porquê da gritaria desta classe dominante, que vai se acentuar e encontrar pretexto mais forte quando a seca de 1877-79 acontece.

Estas mudanças, portanto, que estavam se verificando nas relações tradicionais, acentuando, talvez, seus componentes de tensão e conflito, irão provocar diversas formas de revolta e de resistência por parte dos dominados, que buscam preservar seu mundo tradicional, mundo que eles entendem, do qual eles possuem o código. Não que neste mundo tradicional não estejam presentes a exploração e a dominação, mas uma exploração e uma dominação

---

(57) "...O trabalhador livre que, sendo juridicamente igual a seu patrão, dependia de outros mecanismos de coerção para ceder a outrem a sua capacidade de trabalho". José de Souza Martins. O Cativo da Terra, pág. 15.

(58) Por exemplo, a análise que Hamilton de Mattos Monteiro faz das revoltas do Ronco da Abelha e Quebra Quilos vai no sentido de identificar como fator determinante nestas a participação e inspiração da classe dominante, dando idéia, principalmente na segunda revolta, da existência de uma "vanguarda" da classe dominante no movimento. - Veja Hamilton de Mattos Monteiro. Nordeste Insurgente.

familiar e para as quais, numa resistência cotidiana, elaboraram mecanismos de resistência e conquistaram espaços, que vêm ameaçados pelo avanço de novas formas de exploração e dominação, das quais não possuem ainda o código e para as quais estão desarmados. (59)

A defesa das relações sociais tradicionais é, pois, a marca dos movimentos sociais ocorridos no Norte, no final do século XIX, movimentos de expressão como Quebra Quilos em (1874-75), o canção e os movimentos messiânicos. Movimentos que acentuam a consciência de crise da classe dominante, que se atemoriza ao ver ameaçado seu controle sobre as camadas populares.

As relações sociais tradicionais do Norte, ao mesmo tempo que personalizavam as relações, personalizavam também os conflitos (60), já que como a solidariedade era mais de tipo verti

(59) "Mas, a forma de consciência continua fundada num modo de vida camponês sendo que os fundamentos desse modo de vida é que são redefinidos pela sua integração na sociedade capitalista. O que o camponês apreende são efeitos dessa redefinição, que procura situar e neutralizar através de um movimento social tendente a preservar o que ele supõe ser o modo de vida camponês..." José de Souza Martins. "A Imigração e a Crise do Brasil Agrário", pág. 27.

(60) Muitos autores consideram essa forma de reação uma forma inconsciente, onde não existe a consciência de classe, chamando-a de espontânea ou irracional, pré-política etc... Na verdade se tem uma forma consciente de atuação só que uma consciência em termos individuais, já que nem classes bem definidas existem neste momento de transição da sociedade nortista. Raimundo Faoro fala em emergência da sociedade de classes neste momento e Marly de Almeida Gomes Vianna considera impossível num momento de transição classificar os agentes sociais dentro de formas rígidas de classe. Ver Raimundo Faoro, Os Donos do Poder, Vol. II, pág. 453, Marly de Almeida Gomes Vianna, A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande (1840-1905), pág. 217. Maria Isaura Pereira de Queirós, em o Campesinato Brasileiro, pág. 30, é um dos autores que falam em ausência de solidariedade horizontal classista, enquanto Lygia Sigaud em "Os Clandestinos e os Direitos" mostra que a individualização das relações vêm quebrar a solidariedade horizontal. Enquanto que Djacir Menezes, O Outro Nordeste, pág. 81 e segs. procura mostrar que movimentos como o canção e o messiânismo são fruto da falta de consciência de classe.

cal do que horizontal, dificultavam ações coletivas por parte dos dominados. As ações se davam mais ao nível individual e pessoal e quase sempre a forma de resistência mais comum para um homem do povo era a eliminação de quem ele considerava seu desafeito, seja seu patrão ou mesmo um membro de sua própria classe. Esta violência individualizada se dava também entre os próprios dominantes, sendo comum as guerras entre famílias ou parentelas, nas quais eram envolvidos os próprios agregados e moradores que eram chamados a integrar os exércitos de jagunços, com os quais se conquistavam terras e mantinha-se o poder em termos locais.

Aliás, a participação da família nestes conflitos se explica pelo fato desta ser uma instituição fundamental na sociedade tradicional e se constituir numa das instituições básicas na reprodução do poder e do status social. O casamento era, na sociedade nortista, uma forma de reproduzir o status social e até servia de base para acordos políticos e de interesses econômicos (61).

A seca de 1877-79 marca um período de expansão do cangaço e a formação dos chamados bandos independentes. O cangaceiro é o desdobramento do jagunço, homem pobre que, treinado para defender o seu padrinho, o coronel, contra ele se volta, quando algum acontecimento provoca o rompimento do contrato tradicional. O assassinato de algum membro da sua família, a ofensa a algum preceito do código de moral tradicional ou mesmo desmandos e não cumprimento, por parte do proprietário, do contrato verbal de trabalho, pode transformar o homem do coronel no homem contra o

(61) Ver GOMES VIANNA, Marly de Almeida - A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande (1840-1905), pág. 213.

coronel. Uma vez transgredido o contrato tradicional, o jagunço sente que é legítimo ele também rompê-lo por seu lado e o faz enfrentando e eliminando, se possível, seu oponente. Ocorre, que quando entra no mundo do crime, ou seja, quando mata um dominante, está condenado a uma marginalidade permanente, que faz com que tenha que transformar o cangaço em forma de vida, quase profissão. Semelhante à jagunçagem, profissão anterior, somente desta se separando pelo caráter independente como passa a atuar, isto é, não mais realizando "serviços" para o coronel-patrão, mas atuando por conta própria; longe das asas dos coronéis ou, pelo menos, mantendo com estes uma relação de quase igualdade, dependendo apenas dos "coronéis amigos".

Numa sociedade pobre, de alto grau de exploração, o cangaço torna-se uma via violenta de se escapar à dominação, embora no fundo seja uma tentativa de castigar o rompimento da forma de dominação anterior. A formação de bandos denota a solidariedade entre marginalizados e confere maior poder de enfrentamento, diante da sociedade hostil que lhes circunda, mesmo que para se manter o cangaceiro tenha que compactuar às vezes, com esta sociedade, aceitando coito dos coronéis e fazendo alguns "serviços" para eles.

Embora o banditismo seja muito mais presente no sertão, não deixa de ter constituído uma ameaça a toda a região, já que este afrontava o poder particular e público, que era controlado quer pelos grandes proprietários do interior, quer pelos do litoral. Discordamos pois de Peter Eisenberg quando este afirma que o cangaço não ameaçou os grandes proprietários do litoral<sup>(62)</sup>. Na

---

(62) Ver EINSERBERG, Peter - Modernização sem Mudanças, pág. 186

verdade não houve ameaças diretas, mas o cangaceiro era uma presença ameaçadora para a ordem vigente em toda a região.

Outra forma individual de resistência às mudanças que se operavam no mundo tradicional nortista foram as manifestações messiânicas, também muito acentuadas durante a seca de 77-79. Uma sociedade impregnada de misticismo e de forte presença do catolicismo rústico tendeu a apresentar nos profetas messiânicos o sinal da insatisfação de grande parte da população pobre com o mundo que a circundava. A esperança numa nova vida, na chegada do milênio representava a esperança de uma libertação mística dos laços da exploração e dominação que os atava à terra. As mudanças que se operavam no mundo tradicional são interpretadas como sinais apocalípticos de fim do mundo, da chegada da hora do "juízo final".

Os movimentos messiânicos congregavam um grande número de pessoas às quais o mundo desencantara, e por isso buscavam um novo encantamento, uma nova esperança. O profeta popular que os guia é uma liderança que nasce do seu próprio seio e que lhes aponta novos caminhos, já que a liderança tradicional do coronel já não dá as respostas esperadas, já não trilha os mesmos caminhos que estavam acostumados a seguir, são as próprias pessoas influentes que lhes dão maus exemplos<sup>(63)</sup>. Buscam, pois, aqui na própria terra se possível, a reconstrução do mundo tradicional

---

(63) É frequente nos Relatórios de Presidentes de Províncias a queixa de que pessoas "influentes" não estavam cumprindo o seu papel, de ser um "farol" para as "classes ínfimas" e deram "maus exemplos", tornando-se "ociosos". Ver também Hamilton de Mattos Monteiro - Crise Agrária e Lutas de Classes, pág. 86.

em comunidades fechadas, que tendem a hostilizar o mundo circundante e por ele são hostilizadas, tendendo sempre a conflitos violentos, que reforçam ainda mais a solidariedade do grupo e o seu sentido de exclusão e de diferença em relação ao "mundo pecaminoso" que os rodeia.

Tratando-se de um movimento contrário às mudanças que ameaçam o mundo tradicional, não vemos sentido em se cobrar deste como de outros movimentos um caráter revolucionário<sup>(64)</sup>. O que se precisa é compreender as suas motivações e ressaltar sua importância como um movimento de contestação a uma nova sociedade que se estabelecia, a sociedade capitalista, que ameaçava, o camponês com a proletarização.

De grande importância é neste mesmo período o movimento do Quebra Quilos, que de certa forma contradiz a tônica das formas de contestação popular presentes no período, por ser uma revolta coletiva e não individualizada, embora, como as demais, ataque as marcas de uma nova realidade em processo de gestação e defenda os símbolos do mundo tradicional. Os revoltosos de 1874-75 temiam a escravização do homem livre com o declínio do trabalho escravo. Por isso vêm com desconfiança a realização do censo de 1872 e com mais desconfiança ainda o registro civil feito em cartórios de propriedade de coronéis; revoltam-se contra a cobrança de impostos sobre o consumo, que penaliza cada vez mais um campesinato progressivamente integrado ao mercado e contra a substituição de suas medidas tradicionais por um sistema de pesos e medidas que não conheciam e que dá ao comerciante uma po

(64) Maria Isaura Pereira de Queiroz, em seu *Messianismo no Brasil e no Mundo* págs. 305-324 procura caracterizar os movimentos messiânicos como movimentos não revolucionários. Esta espécie de cobrança aparece em outras obras de sua autoria.

sição de supremacia na relação de troca, por conhecê-lo, favorecendo as fraudes, e se solidarizam com a Igreja que vê várias de suas prerrogativas serem assumidas pelo Estado. Quebra Quilos é pois uma revolta de camponeses em defesa de seu mercado tradicional, das relações de trabalho e de dominação do tipo tradicional, nas quais estes possuíam seu espaço e tinham o conhecimento dos mecanismos de funcionamento.

O Norte é, pois, quando advém a seca de 1877-79 uma fo queira onde ardem as chamas da mudança que irradia o calor dos conflitos. Para se ter a idéia da extensão destes conflitos (Veja os quadros nº 7 e 8). Eram o banditismo, as revoltas messiânicas, os motins de subsistência<sup>(65)</sup>, as revoltas contra o recrutamento<sup>(66)</sup>, conflitos eleitorais<sup>(67)</sup>, conflitos entre coronéis, moti ns urbanos, diversas formas de conflitos que perpassavam uma sociedade em crise, pois em transição de uma forma de exploração para outra, de uma forma de dominação para outra. Transição lenta, porém permanente. Podemos notar, pois, pelos dados apresentados, que o número de conflitos é crescente até a década de 70 e caracterizam uma sociedade que passa por mudanças muito mais profundas do que aquelas ocasionadas por uma seca, que tem nesta a penas um agravante da desorganização e das incertezas que caracterizam todo período de crise.

---

(65) Chamava-se motins de subsistência aqueles provocados pela falta de alimentos ou pelo aumento exagerado de seus preços. São exemplos neste período os motins ocorridos em Salvador (1854-1858) e Recife (1854); eram muito comuns nos momentos de secas.

(66) O recrutamento para o Exército provocava revoltas entre os grupos dominantes que perdiam seus empregados, sua mão-de-obra e consideravam uma afronta ao seu poder privado, e por parte dos dominados que viam seus filhos desaparecerem e não mais voltarem. Era muito comum a revolta das mulheres que perdiam filhos e maridos.

(67) Os conflitos eleitorais reuniam as facções políticas locais, liberais e conservadoras, em choques nos momentos de eleição. Estas chegavam a reunir uma grande parcela da população de uma cidade, que se dividia entre as facções em luta.

QUADRO - 7

## CONFLITOS OCORRIDOS NO NORTE (1850-1880)

ESPÉCIE DE CONFLITO*	1850-1860	1860-1870	1870-1880	T O T A I S
Banditismo	38	18	98	154
Revolta	31	-	78	109
Coronelismo	10	14	18	42
Recrutamento	-	34	24	58
Eleições	9	2	7	18
Motins Urbanos	4	2	8	14
Escravos	3	2	-	5
Totais	95	72	233	400

\* Considera-se Norte nesta tabela os atuais estados do Nordeste.

FONTE: Dados extraídos de Hamilton Mattos Monteiro - Crise Agrária e Lutas de Classes, pág. 24.

QUADRO - 8

## CONFLITOS OCORRIDOS NO "NORTE SECO"\*

"NORTE SECO"/PROVÍNCIAS	Nº DE CONFLITOS
Pernambuco	127
Paraíba	93
Ceará	72
Rio Grande do Norte	32
Total	324

\* Utilizo aqui o que se considerava as províncias sujeitas à secas na época.

FONTE: Dados extraídos de Hamilton de Mattos Monteiro - Crise Agrária e Luta de Classes, pág. 23.

### 1.5 - Mudanças no imaginário: um novo clima nas idéias

O processo de transformação que vinha ocorrendo nas relações de produção e de poder passa a exigir novas explicações no plano do imaginário, a substituírem o antigo arcabouço ideológico que servia de base para o estabelecimento da hegemonia das elites agrárias da região.

À medida que as relações escravistas entram em crise no Norte, fruto do fim do tráfico negreiro e devido ao tráfico inter-provincial, as elites agrárias desta parte do país deixam paulatinamente de se identificar com a ideologia escravista, pouco lhe importando a própria sorte da instituição da escravidão; isto ocorre notadamente com a parcela da classe dominante nortista ligada à produção algodoeira e pecuária.

Como a massa de escravos tende a se concentrar no Sul, as posições em relação à sorte da escravidão também tendem a se regionalizar, pondo fim à unidade ideológica da classe dominante, que tinha na defesa do trabalho escravo um dos seus elementos básicos. Aliás esta regionalização, ou até provincialização, das posições em relação à escravidão, se fundamentava na própria fragmentação do mercado de escravos em vários mercados regionais e provinciais após o fim do tráfico<sup>(68)</sup>.

A descrença na escravidão como instituição duradoura fica patente no Congresso Agrícola do Recife, onde a elite agrária nortista, notadamente a da própria área açucareira, busca discutir alternativas de mão-de-obra e ensaia um novo dis

(68) Sobre a regionalização do mercado de mão-de-obra, após o fim do tráfico, o trabalho de Robert Slenes: Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escravista de Minas Gerais no século XIX, pág. 22 e segs.

curso de valorização do trabalho e de condenação do ócio e da vagabundagem. Discurso dentro dos quadros do liberalismo tradicional, de cunho moralizante e cientificista que se mistura a colocações sociológicas saídas do positivismo francês<sup>(69)</sup>. As teorias biológicas e raciais de explicação da realidade social, extraídas deste positivismo e do darwinismo social, vão substituir a visão fatalista cristã, que fundamentava as explicações da realidade social na sociedade escravista, mas que se torna insatisfatória à proporção que o avanço das relações capitalistas, trazendo com elas a glorificação do "moderno" e do "científico", jogaria estas explicações cristãs para o plano da "metafísica".

Aliás, este Congresso, que ocorre em plena seca de 1877-79, é um importante momento, pois nele pode-se detectar as mudanças ideológicas que se operavam no seio da própria elite nortista, premida por uma crise econômica, política e social, para a qual buscava soluções.

A consciência desta crise, despertada pela progressiva desestruturação das relações econômicas e políticas tradicionais, pela intervenção crescente do Estado no espaço nortista, pelas revoltas das camadas populares, faz com que a elite agrária nortista ensaie e articule, notadamente a partir da década de setenta do século XIX, um discurso de cunho regionalista, que procura basicamente afirmar os valores culturais tradicionais da região, como forma de evitar, pelo menos no plano

---

(69) Ver a introdução de Gadiel Perucci aos "Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife", págs. XVII a XXX.

do discurso, a destruição desta, vista como particularidade.

O discurso regionalista foi uma reação ao processo de homogeneização das relações capitalistas em termos nacionais que integravam o Norte, de uma forma subordinada a outro espaço, o Sul<sup>(70)</sup>. É ao mesmo tempo um discurso de denúncia ao "abandono" do Norte por parte do Estado imperial, e que visa preservar a identidade de um espaço que começava a ser integrado num todo nacional pelas relações capitalistas, de forma subordinada.

Como este processo de subordinação é gradual, o discurso regionalista da classe dominante do Norte também evoluiu historicamente, aperfeiçoando-se ou integrando a ele novos elementos, à medida que estes são fornecidos pela realidade, podemos dizer que tal regionalismo, com suas nuances, continua presente ainda hoje em relação ao Nordeste.

Aliás, o regionalismo das elites nortistas sempre se apresentou como uma reação à intervenção do Estado no seu espaço, ou à centralização demasiada do poder<sup>(71)</sup>. Os movimentos de cunho liberal do início do século XIX já continham a reivindicação básica da descentralização do poder e do "federalismo". Estas continuarão a ser as reivindicações dos liberais nortistas, que atribuem grande parte das dificuldades porque passa

---

(70) "A nosso ver, a expansão capitalista proveniente do Sudeste significa, tão somente, o começo do fim do próprio Nordeste como região caracteristicamente definida - Gadiel Perruci; Nordeste: uma revisão necessária, pág. 35.

(71) SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O Regionalismo Nordestino, pág. 21.

vam à política concentracionista do Estado imperial, que realmente os penalizava com a sua política fiscal, cambial, financeira, etc...

A crise da elite nortista leva-a, pois, a se afastar progressivamente do Estado imperial, embora não chegue muitas vezes à idéia do republicanismo. Este é propagado na região, principalmente pelos bacharéis, parcela da elite agrária que frequenta os bancos das Universidades, que se tornam "modernizadores" e participam ativamente na elaboração de um discurso mais condizente com a nova realidade que se desenhava.

Os modernizadores, bacharéis ou aqueles membros da elite agrária que se lançam a modernizar a produção, têm em relação às camadas populares não um sentimento de desprezo, como era característico da elite escravista, mas uma preocupação pedagógica, civilizatória, de ajustar o passo às estruturas chamadas cultas<sup>(72)</sup>. Embora fossem eles também que veiculassem as teorias científicas que procuravam justificar as desigualdades sociais pela inferioridade ou superioridade racial, propondo nitidamente um branqueamento da população ou, quando isto se torna quase impossível pelo fracasso de uma política de migração para o Norte, procuram no "sertanejo" o contraponto para o negro, ou mulato do litoral, o "brejeiro", já que o primeiro era mais branco do que o segundo.

---

(72) Raimundo Faoro chama estes modernizadores de "bovaristas", ou seja pessoas que cultivariam um desdém pelo mundo atrasado, em favor do mundo civilizado, embora, segundo ele, o bovarismo dos modernizadores brasileiros não levasse estes a ter uma visão depreciativa de sua gente. Os Donos do Poder, vol. II, pág. 469.

No entanto, os dominados, notadamente os homens livres e pobres, terão o seu imaginário tradicional atingido pelo processo de transição para uma sociedade permeada por relações sociais capitalistas.

O imaginário do homem do povo no Norte era marcado pelo cristianismo popular, o que lhe conferia uma visão fatalista do mundo, além de um misticismo, nem sempre aceito pela própria Igreja Católica oficial. Aliás os choques entre o catolicismo popular e o catolicismo oficial ou romanizado serão frequentes ao longo do final do século XIX e início do século XX.

O processo de romanização da Igreja Católica brasileira, iniciada na década de setenta, leva a uma convivência conflitiva crescente entre o catolicismo professado pela hierarquia da Igreja Católica e o catolicismo professado pelas massas populares. Podemos buscar aí uma explicação para o surgimento dos "profetas" e a proliferação de movimentos messiânicos. Estes profetas falam a mesma "língua" do povo e são pastores saídos do próprio rebanho, por isso não falam mensagens sem sentido para a realidade deste povo. Os movimentos messiânicos podem ser encarados também como reação ao processo de romanização do catolicismo brasileiro.

No entanto, a mensagem da Igreja se aproxima das aspirações populares quando esta se põe contra a "modernidade"<sup>(73)</sup>,

---

(73). "O ataque dos bispos (1872) tinha suas raízes vinculadas a intensa campanha do Vaticano, de âmbito mundial, contra o modernismo, palavra está incluída no Sílabo de 1864 e dirigida contra todos os seus inimigos, entre os quais se situava a maçonaria que era tida como um dos mais hostis". DELLA CAVA, Ralph, Milagre em Joazeiro, pág. 34.

quando esta combate o cientificismo, o republicanismo e o positivismo, embora choques crescentes com o Estado imperial, iniciados com a Questão Religiosa em 1872, tenham feito com que esta instituição se desinteressasse pela sorte do trono. Estes choques se devem à progressiva perda de prerrogativas da Igreja, ante o crescimento do aparelho burocrático do Estado, que tende a assumir funções que antes confiava à estrutura da Igreja por não estar aparelhado para exercê-las.

A chamada laicização do Estado, duramente criticada pela Igreja, encontrava ressonância numa população pobre, que continuava tendo esta como guia e que via com desconfiança o surgimento do Estado e seus agentes no seu cotidiano, cobrando impostos, contando, medindo, registrando, etc...

As camadas populares, notadamente os camponeses, vivem as mudanças trazidas pelo processo de modernização, como sinal do fim dos tempos, como final do fim do milênio, nascendo nestes uma consciência de crise e de iminente desorganização total de suas vidas. Portanto, identificam-se com a Igreja no combate a estas transformações, no combate ao novo e ao moderno, mas se distanciam desta porque falam outra "língua", professam um catolicismo cada vez mais distante do professado pela hierarquia, que teme a cisão e, principalmente, teme perder o papel de instituição social fundamental para o controle social destas populações<sup>(74)</sup>.

---

(74) "A mentalidade de crise foi, entretanto, gerada, apenas em parte, pelas dificuldades políticas da Igreja transmitida aos fiéis pelos clérigos devotos e exigentes. Idem, pág. 36.

Tanto a elite agrária como os homens pobres desta sociedade, se deparam com uma crise que significa transformações em curso nas relações sociais, mudanças no seu espaço, que devem ser explicadas simbolicamente. Nova realidade, que se coloca como novo código a ser decifrado e decodificado por cada grupo social. Nova realidade, realidade de mudança que precisa ser apreendida por novos discursos, que tentem arrancar desta a "verdade", a verdade que estava por trás de tais acontecimentos.

Esta realidade apresenta muitos componentes que podem ser tematizados por estes discursos, mas, acima de tudo, possui temas que são comuns e que terão que ser tematizados por cada classe social, ou grupo social, ou mesmo instituição social que fazem parte deste real.

Realidade de crise econômica, política e social, realidade de mudanças ideológicas e, por fim, realidade que será marcada por uma seca que durará três anos, e que se tornará como uma síntese de toda a desorganização das relações tradicionais abaladas pelas mudanças em curso.

Voltemos, pois, agora, após mostrarmos a conjuntura que cercou a ocorrência da seca de 1877-79, a nos perguntar, por que esta se transformou numa inflexão na forma como era visto o fenômeno em termos nacional e regional?

Já vimos que a seca de 77 em si mesma não é capaz de explicar este fato; será que a conjuntura que a cerca, por si só, também é suficiente para responder satisfatoriamente a esta pergunta?

Ora, se nos itens anteriores ficou patente que o Norte, no final do século XIX e na década de setenta, enfrentava uma série de problemas, a dúvida persiste, ou seja, como a seca passa a ser considerada o "problema do Norte"? como ela passa a ser a explicação para todos os problemas da região? É o que buscaremos responder detendo-nos mais sobre a seca de 1877-79, rastreando as causas de sua repercussão no cruzamento entre a conjuntura que a cercou e o próprio fenômeno em si, mas principalmente acompanhando os passos da construção deste fenômeno "único" e "gerador de todos os demais" no plano do imaginário.

#### 1.6. 1877: "O problema do Norte" veio à luz

A seca de 1877-79 terá maior repercussão em virtude de ocorrer no momento em que o Norte sofre uma grave crise no preço dos seus produtos de exportação e está passando das relações de trabalho escravo para relações de trabalho livre. Além disso sua classe dominante sofre uma progressiva perda de espaço político a nível nacional e enfrenta no interior da região uma rearrumação do poder intra-classe, além do descontentamento das camadas populares, atingidas pelas mudanças em curso e pela crise econômica e social.

A ocorrência da seca acentua vários aspectos negativos da crise vivida pela região, levando a que se estabelecesse uma situação de caos, quer seja no plano econômico-social, como no plano político, e até mesmo no que se refere ao

controle social, colocando em cheque vários mecanismos de dominação, que garantiam a manutenção da ordem e do status quo.

Se a região enfrentava uma crise de preço em seus produtos de exportação, esta será agravada à proporção que a seca torna praticamente impossível a continuação da rotina do trabalho, principalmente na produção algodoeira, localizada no interior.

Com a crise da economia de exportação, grande parte da população da região havia se refugiado no setor de subsistência, que é mais vulnerável aos efeitos da calamidade climática. A seca, destruindo completamente este setor, jogará na miséria absoluta grande parte da população, que se vê obrigada a recorrer inicialmente à caridade particular, como era costumeiro, e com o prolongar do flagelo, recorrer à caridade pública, à retirada, à migração para pontos do litoral, onde eram socorridas pelos governos provincial e nacional, com o envio de alimentos.

O litoral se vê, pois, com uma população adventícia muito grande que, se por um lado fornece mão-de-obra barata para a produção açucareira, por outro lado, aumenta a tensão social na zona, gera o crescimento de epidemias, a insegurança e a subversão dos costumes aí dominantes. Soma-se a isso a pouca capacidade de absorção de mão-de-obra de uma economia em crise, como era a do açúcar.

A pecuária volta a ser atingida pela mortandade do gado, obrigando a que os proprietários de maiores posses vendessem seus rebanhos ou migrassem com estes para lugares de

maior umidade<sup>(75)</sup>.

O comércio também se vê completamente desorganizado: o comércio de exportação, prejudicado pela crise do setor e pela dificuldade de transporte causada pela seca, notadamente o comércio do algodão, que era produzido no interior; o comércio interno, prejudicado pela destruição da produção agrícola da região, bem como pela concorrência da distribuição de alimentos aos famintos por parte do governo. Estes alimentos eram adquiridos fora da região, ou em firmas importadoras da praça do Recife, gerando uma grita dos comerciantes locais que queriam ser beneficiados através da compra de suas mercadorias com as verbas de socorros públicos. Por isso, combatem a compra de alimentos fora da região, pois ela fazia com que os recursos enviados para o Norte pelo governo imperial retornassem ao Sul para comprar as mercadorias que eram distribuídas com os flagelados. Por seu turno, o governo provincial denunciava a alta exagerada dos preços, fruto da especulação realizada por estes comerciantes, e dizia ser irracional deixar de comprar os alimentos no Sul, para comprá-los no Norte, a comerciantes que iam fazer suas compras naquela região<sup>(76)</sup>.

---

(75) Ver ALMEIDA, José Américo de, A Paraíba e seus Problemas, pág. 139.

(76) "...embora este teor de fornecimento em nada dependesse de minha vontade, pois que o governo imperial a este respeito jamais tem necessidade de minhas inspirações, a malevolência faz-me dela não uma falta, mas um crime de lesa-propriedade contra o comércio do Ceará". Relatório com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar passou a administração da província do Ceará ao Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca em 22 de janeiro de 1878.

Ver também Phellippe e Theóphilo Guerra, Seccas contra as Seccas, pág. 294.

A seca acelera o declínio do trabalho escravo na região, já que obriga os grandes proprietários, principalmente do Agreste e do Sertão, a se desfazerem de seus escravos, que poderiam morrer em decorrência da longa estiagem, evitando assim a perda total do capital neles investido. Não obstante, como ocorria em secas anteriores, muitos senhores, abandonaram seus escravos para perecerem de fome ou se salvarem da forma que pudessem. Lembremos que esta venda de escravos antecedia a própria seca, sendo apenas agravada neste período (77).

A elite rural da região desfazia-se assim de seus escravos, sendo, portanto, descapitalizada, o que aumenta o seu sentimento de crise, que passa a ser associado, a partir daí, à ocorrência de uma seca (78).

Com a crise do setor exportador e a seca, as finanças provinciais que, devido a centralização financeira do Império, já viviam tradicionalmente em estado de precariedade, atingem o estado de exaustão total, tendo todas elas de recorrerem aos recursos vindos do governo central para conseguirem o mínimo de suas obrigações (79).

(77) Diz Manuel Correia de Andrade que no Rio Grande do Norte, por exemplo: "o número de escravos subiu à proporção que aumentou a produção de açúcar; assim, em 1835, havia na província 10.240 escravos, continuando o número a ascender até 1870. O avanço da cultura do algodão e a grande seca de 1877 que arruinou muitos proprietários determinou a venda de grande número de escravos para o Sul, a ponto de em 1884 restarem apenas 7.613 cativos em toda a província" (grifo nosso) A Terra e o Homem no Nordeste, pag. 88.

Encontramos também referência à venda de escravos na fala com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda abriu a sessão da Assembléia Legislativa em 19 de dezembro de 1878.

(78) Sobre a relação seca e crise ver FROTA, Luciara Silveira de Aragão e - As Secas como Tema Político-Administrativo na História do Ceará, pág. 87.

(79) Sobre a situação das finanças provinciais antes e durante a seca de 1877, ver: MELO, Evaldo Cabral de - O Norte Agrário e o Império, pág. 258 e segs.

A migração em massa da população para o litoral e daí para fora da região em direção à Amazônia ou ao Sul, incentivada pelos poderes públicos, como forma de aliviar a tensão social naquelas áreas, preocupa ainda mais a classe dominante da região, que vê sua reserva de mão-de-obra ser drenada para outros locais do país. Além de que, a saída em massa da população do sertão, tornando-o um vazio demográfico, desorganiza todas as relações tradicionais, quer seja de produção ou de poder. O agregado, mão-de-obra, jagunço e às vezes "eleitor de cabresto" do coronel, se vê lançado para fora da propriedade deste senhor, obrigando o rompimento momentâneo dos vínculos econômicos, sociais e políticos que o atavam ao grande proprietário de terra<sup>(80)</sup>. (Ver Figura 1)

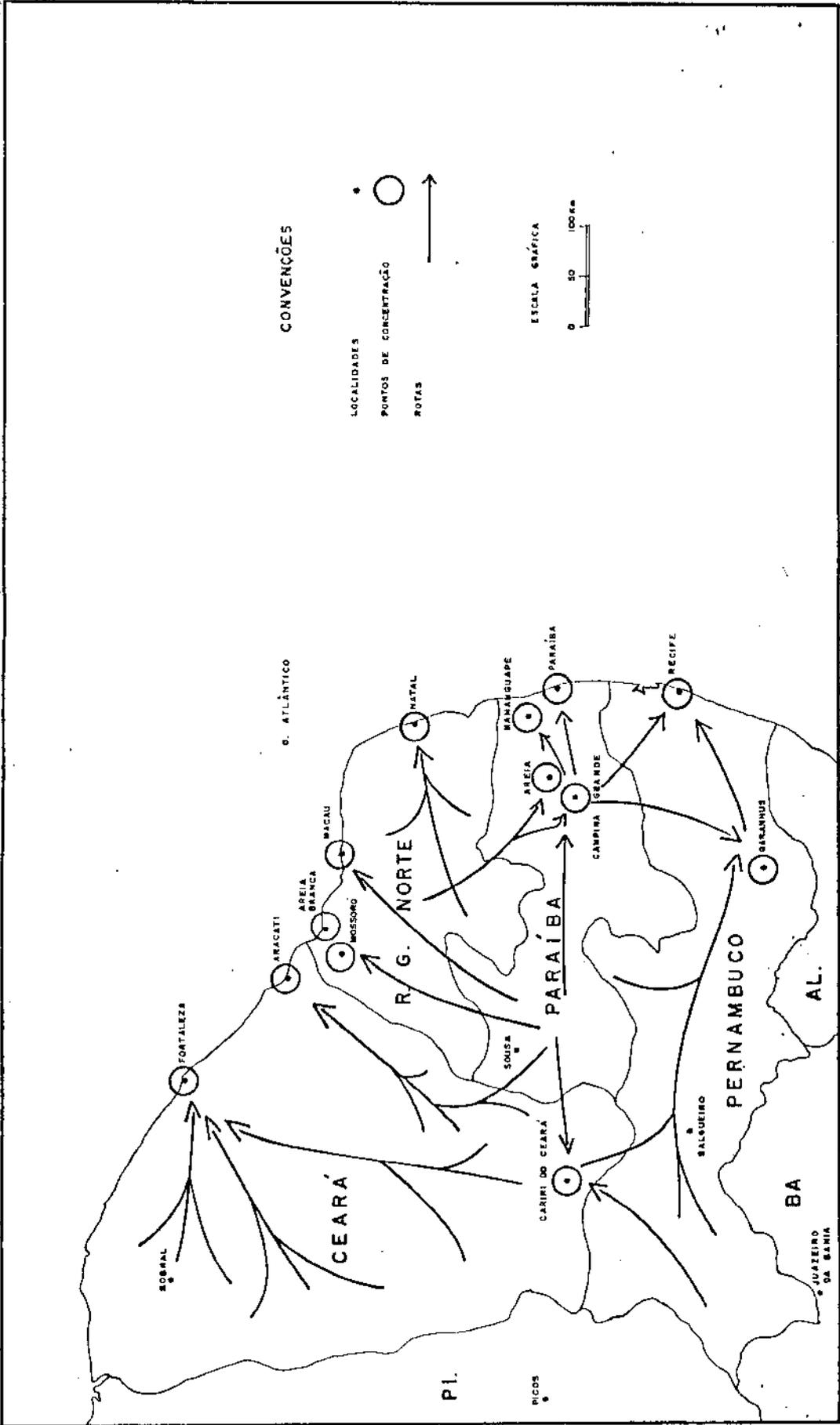
A seca provocou tal desorganização na região que não foi possível a realização das eleições de 1878 em algumas províncias, e em outras, mesmo sendo realizadas, tiveram o resultado anulado, devido ao baixo número de votantes. Também deixou de ser realizado o alistamento militar, impedido pela não pre

---

(80) Só do Ceará em 1877 saíram por via marítima cerca de 54.875 pessoas. DE CARLI, Gileno - Séculos de Secas, pág. 53.

As migrações se dirigiam para os portos ou áreas com reservas alimentares. Mossorô, na seca de 1877, abrigou 45.000 migrantes, sendo 15.000 vindos da Paraíba. Outra parte da população da Paraíba dirigiu-se para o Ceará ou Pernambuco, províncias que, por possuírem as maiores cidades da região e seus melhores portos, receberam retirantes vindos de todas as províncias vizinhas. Ver Fala com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Rodrigo Lobato Marcondes Machado abriu a sessão da Assembléia Legislativa do Rio G. do Norte em 27 de outubro de 1879 e Relatório com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Manoel Carneiro da Cunha passou a administração desta província (PE) ao Exm<sup>o</sup> Sr. Desembargador Francisco de Assis Oliveira Maciel em 15 de novembro de 1877.

# ROTAS E PONTOS DE CONCENTRAÇÃO DOS RETIRANTES DURANTE A SECA DE 1877 - 1879



ELABORAÇÃO DO AUTOR

FONTE: REUNIÃO DE PROBLEMAS DE PROF. G. B. P. B. (1877-1879).

sença das populações em seus locais de moradia<sup>(81)</sup>.

A desnutrição, que era endêmica na região entre as camadas populares, torna-se epidêmica, matando um grande número de pessoas e fazendo com que se alastrassem várias doenças, que se transmitiam mais rapidamente, devido à aglomeração de retirantes em algumas cidades da região<sup>(82)</sup>.

Esta concentração de pessoas leva ao que a elite chamava de "desregramento dos costumes", ou seja, o aumento da prostituição, dos furtos, dos saques, crimes de morte, ocorridos pela situação de desespero em que são lançados estes homens pobres que vivem no limite da subsistência e que, com a seca, atingem a mais absoluta miséria. São formas desesperadas de buscar a sobrevivência, são formas desesperadas, portanto, de superação da situação de vida em que se vêm lançados.<sup>(83)</sup>

Parte desta população pobre que não migra passa a ser empregada em obras públicas, em troca da alimentação fornecida pelo governo imperial. Junto destas obras e das cidades

---

(81) Ver Relatório com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Márcio José Furtado passou a administração da província do Rio G. do Norte ao Exm<sup>o</sup> Sr. 1<sup>o</sup> Vice-Presidente Dr. Mathias Antônio de Fonseca Morato em 20 de abril de 1881.

(82) Na seca de 1877, a população foi vitimada por epidemias de varíola, febre amarela, béri-béri, febre tifóide, febre bubônica e gripe. Ver ALMEIDA, José Américo de, A Paraíba e seus Problemas, págs. 386 e segs; GUERRA, Phellippe e Theóphilo, Seccas contra as Seccas pág. 39; Relatório com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa passou a administração da província do Ceará ao Exm<sup>o</sup> Sr. Conselheiro João José Ferreira d'Aguiar em 23 de novembro de 1877.

(83) " O desregramento dos costumes, o desprezo pelos sofrimentos, a improbidade, o avanço da lascívia, batem-se vantajosamente contra os sentimentos contrários que tentam refreá-los". Phellippe e Theóphilo Guerra, Seccas contra as Seccas, pág. 39.

onde se concentra a população foram construídos acampamentos de barracos de barro cobertos de palha ou mesmo de qualquer outro tipo de material, onde se amontoava grande número de pessoas, sendo vigiadas e controladas permanentemente pelo responsável do acampamento, quase sempre o delegado de polícia ou o vigário. (84)

Alguns retirantes foram utilizados, inclusive, como escravos, sem receber, portanto, nada mais do que rações diárias para se manter de pé. (85)

O homem pobre que não se submete à humilhação diária do trabalho nos serviços públicos em troca de rações ou pequenos salários, ou não preferiu abandonar a região, descobriu no banditismo, no cangaceirismo, um meio de sobrevivência, roubando os mais abastados. Durante a seca de 1877 é que se intensifica o fenômeno do cangaceirismo, surgindo um grande número de bandos que atacam os potentados locais e retiram destes: gado, dinheiro, jóias, e até água para poderem sobreviver. Muitos, ao se encerrar a seca, sentiram o gosto tentador da liberdade dos vínculos que lhes atavam aos grandes proprietários e não

(84) Ver Relatório com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa passou a administração da província do Ceará ao Exm<sup>o</sup> Sr. Conselheiro João José Ferreira d'Aguiar em 23 de novembro de 1877.

(85) Os retirantes trabalhavam na construção de açudes, cemitérios, capelas, estradas, cadeias, quartéis, escolas, casas para edifícios públicos, a jardinamentos e embelezamento das capitais. O jornal dos trabalhadores era pago parte em dinheiro, parte em gênero ou só em gêneros, chegando muitos a serem submetidos a verdadeiro regime de escravidão por alguns particulares.

Ver PROTA, Luciara Silveira de Aragão e, As Secas como Tema Político - Administrativo da História do Ceará, pág. 99; Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Paraíba pelo Presidente Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Manoel Ventura de Barros Leite Sampaio em 4 de outubro de 1882; Relatório com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa passou a administração da província do Ceará ao Exm<sup>o</sup> Sr. Conselheiro João José Ferreira d'Aguiar em 20 de junho de 1877; Relatório com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Conselheiro João José Ferreira passou a administração da província do Ceará ao Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca em 22 de janeiro de 1878 e Relatório c/ que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Vicente Ignácio Pereira passou a administração da província do Rio G. do Norte ao seu sucessor o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Rodrigo Lobato Marcondes em 13 de março de 1879.

abandonaram mais a "profissão". (86)

Além do banditismo, é frequente, durante a seca de 1877, a invasão de cidades, notadamente aquelas que dispõem de armazéns do governo, que são saqueados pelos famintos, dando origem a grandes choques com o policiamento ou mesmo com os moradores da cidade. Por exemplo, na cidade de Macau, em 1878, ocorreram fatos como estes: "Por diversas vezes alguns grupos em número superior a duas mil pessoas, armadas de cacetetes, percorreram as vias públicas da cidade, gritando em altas vozes, que os membros da comissão lhes hão de dar alimentos, saíam d'onde saíam, chegando ao ponto de atacarem um dos comissários que tinha em seu poder as chaves do armazém, em que se depositam os gêneros (87)".

Os grandes proprietários de terra, diante desta situação, sentiam-se acuados, com as ameaças que partiam quer dos cangaceiros, quer das populações famintas. Com a produção paralisada e sem condições de se manter no interior, todos eles mi

---

(86) É comum nos Relatórios de Presidentes de Província neste período a queixa contra a falta de segurança individual e da propriedade, e referências aos cangaceiros como estas: "Estes sicários não se limitam ao furto de gado e gêneros de alimentação, matam, surram, lançam tributos, desacatam as famílias de seus desafeiçoados e procuram alterar com ameaças os ânimos das autoridades que lhes saem de encontro".

Os mais famosos grupos de cangaceiros que atuaram na seca de 1877 foram: os de Jesuino Brilhante que se notabilizou por atacar comboios do governo que conduzia alimentos e distribuí-los com a população, Calangos, o de Inocência Vermelho, o de Sebastião Pelado, os Viriatos e o dos Matheus.

Ver ALMEIDA, José Américo de, A Paraíba e seus problemas, págs. 141 e 497; Relatório com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Silva Freire passou a presidência da província da Paraíba ao Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. José Paulino de Figueiredo em 9 de janeiro de 1877 e Fala com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Rodrigo Lobato Machado Marcondes abriu a sessão da Assembléia Legislativa do Rio G. do Norte em 22 de outubro de 1879.

(87) Relatório com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Manoel Januário Bezerra Montenegro, Presidente desta província instalou a Assembléia Legislativa Provincial do Rio G. do Norte em 4 de dezembro de 1878.

graram para as capitais das províncias, onde procuraram, através de sua influência política, arrumar algum emprego público que lhes garantisse um salário até o fim da seca, depauperando assim ainda mais as finanças provinciais. Na verdade, passaram a viver do desvio de parte dos recursos enviados pelo governo imperial, dando origem a uma corrupção generalizada, que fez escola, despertando esta elite para a utilização da seca como meio de arregimentar recursos públicos e carregá-los para seus próprios bolsos. Como afirma Cunniff: "esta seca (1877) legou convencer a alguns que somente com largas injeções de dinheiro vindas de fora eles poderiam continuar o desenvolvimento do interior, e vencer seus velhos problemas(...). Ensinou aos nordestinos (sic) como fazer uma indústria das secas proporcionando um legado que serviu para dominar a política regional no próximo século" (88).

A soma de recursos carregada para a região durante a seca de 1877 foi realmente muito vultosa (ver Quadros 9 e 10). Como demonstram os dados de que dispomos, até 03 de fevereiro de 1879, haviam sido gastos com a seca 29.269:419\$747 autorizados pelo governo imperial, sendo que mais 3.648:043\$159 haviam sido gastos por autorização dos presidentes de províncias, elevando esta soma para 32.912:578\$747, tendo sido previsto até junho daquele ano uma despesa em torno de 6.385:028\$278, o que

---

(88) Ver SOBRINHO, Thomás Pompeu, História das Secas (século XX), pág. 29. Em sua Pala na sessão de abertura do período legislativo em 19 de dezembro de 1878 o Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti Lacerda queixava-se da intensa procura de empregos públicos em Pernambuco. Citação de Roger Cunniff; The Birth of the Draught Industry: imperial and provincial reponse to the Great Draught Northeast - Brazil (1887-1880).

QUADRO - 9

DEMONSTRAÇÃO DE TODAS AS DESPESAS FEITAS COM A SECA ATÉ 03/02/1879

CORTE E PROVÍNCIAS	EXERCÍCIOS			EXERCÍCIO	T O T A L	
	1876-1877	1877-1878	1878-1879			1879-1880
	DESPESAS FEITAS COM CRÉDITOS AUTORIZADOS PELO GOVERNO IMPERIAL.					
Côrte	60.000\$000	3.348:076\$625	3.903:367\$957	-	7.311:444\$582	
Amazonas	-	77:676\$780	193:567\$661	60:043\$159	331.287\$600	
Pará	-	196:000\$000	373:544\$480	320:000\$000	889:544\$480	
Maranhão	-	228:683\$312	422:068\$542	100:000\$000	750:751\$854	
Piauí	10:000\$000	235:000\$000	130:000\$000	70:000\$000	450:000\$000	
Ceará	100:000\$000	5.979:799\$040	5.600:000\$000	2.500:000\$000	14.179:799\$040	
Rio G.do Norte	30:000\$000	1.775:000\$000	1.679:161\$880	-	3.484:161\$880	
Paraíba	29:000\$000	474:000\$000	650:000\$000	353:000\$000	1.506:000\$000	
Pernambuco	103:000\$000	2.254:300\$000	450:000\$000	110:000\$000	2.917:300\$000	
Alagoas	5.500\$000	291:000\$000	150:000\$000	-	446:500\$000	
Sergipe	-	5:000\$000	5:000\$000	-	10:000\$000	
Bahia	-	190:000\$000	150:000\$000	-	345:000\$000	
Esp. Santo	-	35:000\$000	85:000\$000	10:000\$000	130:000\$000	
São Paulo	145\$100	10:000\$000	10:000\$000	-	20:145\$100	
São Pedro	-	-	-	-	-	
(R.G.do Sul)	17:828\$370	4:500\$000	-	-	24:328\$370	
Minas Gerais	-	1:200\$000	-	-	1:200\$000	
<b>T O T A L</b>	355:473\$470	15.107:235\$757	13.806:710\$520	3.643:043\$159	32.912:578\$747	

FONTE: Terceira Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 3 de fevereiro de 1879 (Anais da Assembléa Geral do Império, 4 de fevereiro de 1879, TABELAS n.º 2 e 3, págs. 360 e 361).

QUADRO - 10

DESPEAS REALIZADAS E DESPESAS ESTIMADAS COM A SECA DO "NORTE SECO" ENTRE OS ANOS 1877-1879

PROVÍNCIAS	DESPEAS REALIZADAS ATÉ 03/02/1879	PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL (32.912:578\$747)	PROJEÇÃO DE GASTOS EM 1879	TOTAL APROX. DE GASTOS
Ceará	14.179:799\$040	40%	1.550:000\$000	15.729\$799\$040
R.G.do Norte	3.484.161\$880	12%	1.200:000\$000	4.684:161\$880
Paraíba	1.506:000\$000	4%	47.000\$000	1.563:000\$000
Pernambuco	2.917:300\$000	7%	790:000\$000	3.767:300\$000

NOTA: As projeções de gastos foram feitas levando em conta a despesa estimada e a percentagem que cada província recebeu de recursos nos anos anteriores. Os resultados são aproximados, mas o quadro nos dá uma idéia do que foram os gastos com a seca de 1877-79.

FONTE: Terceira Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 3 de fevereiro de 1879 (Anais da Assembléa Geral do Império, 4 de fevereiro de 1879, TABELAS nº 2, nº 3 e nº 4, págs. 360 e 361).

pode ter totalizado uma despesa com a seca de 1877-79 em torno de 39.269:419\$747. Só nas quatro províncias do Norte seco, hviam sido gastos até aquela data 22.087.260\$920, podendo ter chegado a uma quantia entre 25 e 30 contos de rêis, se levamos em conta que estas províncias devem ter continuado recebendo percentagens de recursos num montante aproximado do que vinham recebendo.

No entanto, isto não foi suficiente para evitar uma taxa de mortalidade comparável a de outras secas, onde se recorreu apenas aos socorros particulares ou provinciais, dada a corrupção generalizada, desviando grande parte destes recursos para o bolso dos particulares, notadamente "os cidadãos ilustres" que compunham as comissões de socorro organizadas em cada município. São constantes queixas e denúncias na Assembléia Geral do Império, dando conta da falta de qualquer tipo de fiscalização na aplicação destes recursos e do deficiente sistema de contabilidade usado pelas comissões para registrar as despesas decorrentes do flagelo (Veja Quadros 9 e 10). Afirma Lucíara Aragão e Frota que "os gastos com a seca (de 1877) nas províncias do Ceará e Rio Grande do Norte foram maiores do que a arrecadação das duas províncias juntas pelos próximos dez anos" (89).

No entanto, nem todos os grandes proprietários ou membros da elite rural conseguem resistir a um somatório tão grande de dificuldades. A crise econômica somada à seca levou

---

(89) FROTA, Lucíara Silveira de Aragão e - As Secas como Tema Político-Administrativo na História do Ceará, pág. 114.

a que parte desta elite rural, notadamente os médios proprietários, chegassem a falir durante a seca de 1877. Este fato, sem dúvida, fornece uma pista para entendermos o que tem de diferente esta seca em relação às anteriores. Atingindo esta elite rural num momento de muitas dificuldades, vai levar a que alguns de seus membros sejam jogados na miséria, o que causa um verdadeiro pânico nesta elite, provocando sua reação indignada contra a falta de proteção que lhe é negada pelo Império, enquanto este cobre os cafeicultores de benesses. (90)

Estes médios proprietários são obrigados a se desfazerem de suas terras, que são compradas por preços muito aviltados. Essa foi a única maneira de conseguirem recursos para se manterem durante o flagelo. Diz Girão: "Homens que há pouco possuíam fazenda de gado e lavoura, ocupavam postos elevados na Guarda Nacional e os primeiros cargos municipais, vinham pedir lugar nos alojamentos dos indigentes ou uma passagem para fora da província" (91). Este fato foi um dos fatores do despertar da consciência da classe dominante nortista da sua situação de crise, da sua perda de prestígio, da ameaça que pairava sobre sua cabeça.

O despertar da consciência da classe dominante local para a gravidade da situação que vivia é acompanhada de um des

---

(90) Encontramos no Relatório do Presidente do Rio G. do Norte, Manuel Januário Bezerra de Montenegro com o qual instalou a Assembléia Legislativa Provincial em 4 de dezembro de 1878, referência ao empobrecimento de pessoas abastadas. Ver também Maria Mafalda Balduino de Araujo - O Poder Político e a Seca de 1877-79 no Piauí, pág. 30.

(91) GIRÃO, Raimundo - História Econômica do Ceará, pág. 398.

despertar nacional para a existência do fenômeno da seca no Norte, devido à intensa campanha que é desenvolvida pela imprensa local, inicialmente, e nacional, posteriormente, que faz uma verdadeira exploração da miséria, e que contribui para uma divulgação das cenas tristes de desespero, morte e dor que ocorreram na região durante o flagelo. A imprensa, pois, desempenhou um papel importante, no sentido de demonstrar para a própria classe dominante do Norte que a seca era um tema que sensibilizava a opinião pública nacional, e era um bom filão para ser explorado.

É graças a campanha da imprensa que é iniciada antes mesmo que os representantes das províncias do Norte levantassem a voz no parlamento para falar sobre o problema, que começam a se organizar em todo o país comissões de solidariedade, arrecadando-se donativos e enviando-os para a região. Até no exterior são organizadas comissões deste tipo<sup>(92)</sup>.

O trabalho da imprensa, secundado pelas pressões dos parlamentares nortistas, leva o governo imperial a chamar para si um problema que era tido como responsabilidade das províncias. A nacionalização do problema surge, pois, do grande impacto que o trabalho da imprensa consegue causar na opinião pública.

---

(92) No Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Paraíba pelo presidente Esmerino Gomes Parente em 12 de agosto de 1877, dá conta da realização de festa na capital do Império para arrecadar donativos para as vítimas da seca no Norte e acentua: "...os particulares também, por atos de filantropia e de generosidade, que muito os honram, corriam pressurosos a coadjuvar o governo no seu patriótico empenho".

blica nacional. Não era apenas a elite nortista que descobria a seca do Norte com quase quatro séculos de atraso, mas o país lia atônito nas páginas da imprensa nacional a descrição de cenas que lhes pareciam tão distantes e raras, mas que há muito constituíam o comum durante a ocorrência do fenômeno das secas na região Norte.

Enquanto esta atingia apenas a população pobre, matando-a, destruindo tudo o que ela possuía, não era considerada problema digno sequer de ser abordado nas Assembléias Provinciais, quanto mais, tema para frequentar os discursos dos oradores ciceronianos do nosso Parlamento Imperial.

Quando, no entanto, a esta soma-se uma crise econômica, política, social e ideológica, ela adquire uma nova face. Primeiro, porque aprofunda a crise econômica, levando a que membros da própria classe dominante caíssem na indigência; segundo, torna mais claro o declínio do prestígio político das oligarquias nortistas; terceiro, põe em marcha um processo de rompimento rápido das relações sociais tradicionais, que deságuam em conflitos, em violências, em ameaças à ordem dominante por parte dos grupos dominados e desnuda as relações de exploração e de dominação de qualquer justificativa ideológica, tornando clara para os grupos dominados a sua submissão, o seu abandono nos momentos mais difíceis.

O coronel-pai-patrão foge com a seca e deixa claro para o agregado que o pacto tradicional foi rompido, liberando-o para realizar qualquer tipo de represália a este coronel.

Portanto, a seca de 1877, por todas estas circunstâncias

cias que a envolvem, surge como um marco na memória dominante na região, memória construída pelos vários grupos sociais, mas principalmente pela elite dominante. Este marco, como qualquer outro da história oficial, é uma construção imaginária do discurso da classe dominante, que visava mascarar o fato de que as repercussões de 1877 são de outra qualidade, não porque esta seca tenha sido diferente das anteriores, mas por ela ter sido cercada por uma conjuntura que pôs em questão a exploração e a dominação destes dentro dos padrões em que eram realizadas. Por isso, tal conjuntura deve ser esquecida, deve ser apagada, precisa ser explicada pela ocorrência da seca, deslocando para o plano do natural fatores que se encontravam no plano social.

Ao mesmo tempo, a seca de 1877 fornece à classe dominante do Norte um tema que sensibiliza nacionalmente e ela adquire, por seu turno, consciência da arma que tinha em suas mãos. Politizar, pois, a seca colocando-a no centro das atenções, sobrepô-la a qualquer outro problema da região, tornando-a a saída e a fórmula para carrear recursos para a região, recursos baratos, doações, com que pudessem recuperar-se da crise econômica que enfrentavam. Falar da seca fazia com que suas vozes fossem ouvidas no plano nacional, embora elas tivessem aí cada vez menor ressonância.

A seca torna-se, pois, o "problema do Norte", explicações para todos os demais problemas. No entanto, as classes dominantes das demais regiões não aceitariam impunemente as alegações da ocorrência de secas e com elas o carreamento de re

cursos para o Norte. Era necessário, pois, articular em torno da seca todo um discurso político que associasse a esta outras reivindicações básicas da classe dominante do Norte.

Este discurso, portanto, parte do pressuposto básico de que a seca é o problema do Norte. Ela não deixa de ter sido vivida por todos os grupos sociais como uma síntese de todos os problemas de 1877. A estiagem dos lucros, a chama das mudanças, o calor dos conflitos, as tempestades na estrutura do poder e a mudança de clima nas idéias, são sintetizadas na seca, seca que aparece no imaginário nortista associada a tudo isto, à falta, a escassez, à miséria, a impotência, a violência... A seca é no imaginário da região esta síntese. Seca aí é igual a crise e, portanto, ela veio à luz como o problema do Norte, a partir daí, encobrindo todos estes outros problemas, que terão suas pegadas apagadas pelo discurso que se elaborou tomando a seca como tema.

Seca que passa a ser abordada pelos discursos de grupos e instituições sociais, discursos vários que vão se cruzando e informando um "discurso da seca", uma imagem do que é a seca como problema e como ela está ligada a todas as outras questões regionais.

É portanto, a seca de 1877-79 o ponto de partida para a elaboração do "discurso da seca", que vai sendo elaborado e reelaborado ao longo da história do Norte, e depois, do Nordeste, cumprindo o seu papel estratégico e ambíguo de explicar e mascarar o real. Este discurso só se torna possível com a descoberta tardia da seca em 1877 como problema, a sua intronização

zação como a questão a ser solucionada, sua transformação em tema privilegiado do discurso dominante, da classe dominante, que sentiu na sua pele suas consequências. Enquanto a seca era problema do mundo dos dominados, ela era uma senhora desconhecida, mas ao chegar ao mundo dos dominantes ela não só é percebida, como transformada no cavalo de batalha de uma classe dominante que estava necessitando de argumentos fortes, para continuar exigindo o seu quinhão na partilha dos benefícios econômicos, e dos postos políticos a nível nacional. Foi, pois, a seca para esta classe, neste momento um achado com o qual procurou conquistar benefícios econômicos e políticos e recuperar a hegemonia no interior da região, que estivera ameaçada por alguns momentos.

## CAPÍTULO - II

### 2. A POESIA DO SOL (O discurso popular sobre a seca)

#### 2.1. Problemas Teóricos e Metodológicos

Este segundo capítulo aborda o discurso popular ou tradicional sobre a seca, isto é, aquele discurso que nasceu a partir da experiência do homem pobre do campo, do camponês, com este fenômeno; experiência de vida que é transmitida através da oralidade, manifestada em atitudes e comportamentos ou através da produção cultural popular na qual o cordel se insere.

Presença constante e ameaçadora no mundo do homem rural do Norte, notadamente entre os mais pobres, a seca vai ser, portanto, o ponto de partida para toda uma elaboração cultural e imaginária, que fundamentará a posterior elaboração do discurso das oligarquias, quando estas sentem a necessidade de politizar o fenômeno, trazendo-o para o centro de um discurso articulado, transformando a seca no "problema do Norte".

O saber popular a respeito da seca, a elaboração imaginária em torno dela e a sua articulação com outros temas da vida do campesinato nortista é o que buscamos apreender, dentro de uma perspectiva que leve em conta a evolução deste discurso, e sua relação com os acontecimentos não-discursivos<sup>(1)</sup>,

---

"...a análise arqueológica como descrição dos discursos não deve se fechar no interior do próprio discurso. Pelo contrário, uma de suas idéias básicas é articular o acontecimento discursivo com o acontecimento não-discursivo, as formações discursivas com as formações não-discursivas".  
Roberto Machado - Ciência e Saber: A Trajetória da Arqueologia de Foucault, pág. 166.

dentro do período histórico com que se preocupa este trabalho, ou seja, 1877 - 1922.

Utilizamos como fonte para este capítulo a literatura de cordel, já que diante de uma cultura basicamente oral como a cultura popular, ela aparece como um dos poucos registros escritos do que pensava o homem pobre do Norte. Algumas indagações iniciais, no entanto, precisariam ser discutidas: seria válida a utilização da literatura de cordel como fonte para um estudo de história, sendo esta evitada de ficção e fantasia?

Consideramos que sim, visto que o folheto é acima de tudo uma memória individual e coletiva, tendo sempre base na realidade, pois para ser bem aceito pela comunidade ele deve ter pelo menos aparência de realidade, sendo quase sempre fruto do que o poeta viu e ouviu no seu dia a dia<sup>(2)</sup>. Torna-se de validade ainda maior para um trabalho que esteja preocupado, como este, com a forma popular de ver, de decodificar e simbolizar o mundo que o cerca.

Outra questão que se poderia levantar é: até que ponto o cordel seria realmente um discurso popular ou camponês?

Quase todos os estudos sobre cordel inclinam-se para esta direção, embora alguns lembrem da submissão da lógica camponesa presente no cordel a leis exteriores a ela<sup>(3)</sup>. Na verda

(2) A importância do cordel como fonte para o historiador, por ser fruto de uma memória coletiva e ter como pano de fundo uma realidade social concreta, é defendida, por exemplo, por Candace Slater, em sua obra: *A Vida no Barbante: A Literatura de Cordel no Brasil*. Ver págs. 21, 191 e 211 principalmente.

(3) Esta é a opinião, por exemplo, de Mauro William Barbosa de Almeida no seu trabalho *Folhetos*.

de, o cordel é uma produção de homens ligados ao campesinato e para ele dirigido, havendo uma certa identidade entre o poeta popular e seus fregueses<sup>(4)</sup>, identidade de aspirações e de visão de mundo, que nascem de uma base cultural comum. O poeta popular, ao procurar agradar seus leitores, reproduz a lógica dominante em seus valores, o que torna o cordel uma manifestação de caráter popular e camponesa da região Norte. O cordel não é pois, como querem alguns autores, mero reflexo da ideologia dominante<sup>(5)</sup>, não chegando, no entanto, a ser, por outro lado, unicamente uma visão dominada, pois inexiste esta polarização no mundo da ideologia, no mundo dos discursos; a ambiguidade e o intercruzamento de elementos vindos da visão de mundo dos dominantes e da visão de mundo dos dominados é a regra geral<sup>(6)</sup>. Por isso mesmo, o cordel será utilizado aqui para apreender uma visão tradicional da seca que, embora surgida dos camponeses, era compartilhada por todos os grupos sociais, até que a seca de 1877 e toda a conjuntura que a cercou colocasse para as oligarquias nortistas a necessidade da elaboração de

---

(4) A maioria dos autores de cordel são originários do campesinato, produzindo folhetos que são destinados a este público, embora aí predomine o analfabetismo; daí o costume de se "cantar" ou declamar o folheto nas feiras livres, onde o homem pobre do campo fica conhecendo a estória e, se gostar dela, compra o folheto para guardar em casa e poder ouvi-lo novamente, quando algum alfabetizado de passagem por sua casa ler novamente para ele.

(5) Embora a maioria dos autores que escreveram sobre cordel considerem-no uma expressão da cultura popular, encontramos trabalhos, como o de Antônio Fausto Neto, "Cordel: A Ideologia da Punição", que o consideram como mero reflexo da ideologia dominante.

(6) "Mas precisamente, não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes... variantes e efeitos diferentes segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra, com o que comporta de deslocamentos e de reutilizações de fórmulas idênticas por objetivos opostos". Michel Foucault - História da Sexualidade, Vol. I (A Vontade de Saber), pág. 95 e 96.

um novo discurso em torno do problema.

É necessário ainda nos determos mais sobre o tipo de folhetos que foram utilizados por nós e os limites que estes colocaram para o próprio trabalho.

Foram utilizados quarenta e um folhetos de cordel, que versam sobre a seca, embora seja muito maior o número de folhetos em que esta surge como pano de fundo, para outro tipo de narrativa; lancei mão de alguns folhetos deste tipo, principalmente daqueles em que a seca possuía uma grande influência sobre a estória que estava sendo contada<sup>(7)</sup>. Esses folhetos foram publicados, na sua maioria, no começo do século, sendo raros os do século passado, já que o cordel é uma tradição que aparece sob a forma escrita por volta de 1865<sup>(8)</sup>, sendo que dispõe-se de folhetos que datam da década de 1890. Tivemos oportunidade, no entanto, de utilizar folhetos cuja publicação é mais recente, mas que são reproduções de estórias escritas dentro do período histórico de nossa preocupação<sup>(9)</sup>. Por fim,

---

(7) É o caso, por exemplo de "Efeitos da Crise" ou "O Imposto e a Fome" de Leandro Gomes de Barros.

(8) Os folhetos, inicialmente escritos em cadernos, para serem cantados em lugares públicos, passam a ser publicados a partir da introdução de impressoras no sertão, graças ao surto de prosperidade que conhece esta zona na década de 60 do século XIX, com a exportação do algodão, o que também torna o poder aquisitivo da população pobre do campo um pouco mais animadora, podendo estes dar-se ao luxo de comprar folhetos.

(9) É o caso, por exemplo, de "Os Horrores e a Seca do Nordeste", escrito por Expedito Sebastião da Silva no início do século, mas republicado em data mais recente por José Bernardo da Silva. Chamamos a atenção, no entanto, para a dificuldade de datação dos folhetos, pois alguns não trazem impressas informações como estas.

usamos folhetos em períodos mais recentes, mas que devido à forma narrativa ritualística do cordel<sup>(10)</sup>, guardam total semelhança, no tipo de discurso que veiculam com aqueles folhetos mais antigos.

O folheto de cordel acha-se inteiramente associado ao espaço de nossas preocupações; foi principalmente nos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio G. do Norte e Ceará que se desenvolveu a tradição do cordel, ligada sobretudo ao interior, ao sertão, a sociedade da pecuária e do algodão<sup>(11)</sup>. Foi exatamente com a riqueza trazida para a região, com a produção do algodão na década de sessenta do século XIX, que foram introduzidas as pequenas máquinas impressoras, fazendo com que a tradição do cordel deixasse de ser uma manifestação oral, para se tornar uma manifestação escrita<sup>(12)</sup>. Intimamente ligada à tradição dos poetas repentistas e cantadores, o cordel surge justamente onde existia uma das mais brilhantes "escolas" de repentistas, o pé-da-serra de Teixeira na Paraíba.

Por fim, preocupa-nos detectar a imagem que o poeta popular faz de si próprio e ver como se dá a relação entre poe

---

(10) São exemplos os folhetos de Sá de João Pessoa "Seca, Fome e Miséria" e de Raimundo Santa Helena "A Epopéia das Secas" que, embora sejam de publicação recente, seguem o mesmo tipo de discurso ritualísticos dos folhetos antigos e falam da seca de uma forma abstrata e idealizada.

(11) Ver Candace Slater - A Vida no Barbante: A Literatura de Cordel no Brasil, pág. 22.

(12) Idem, Idem, pág. 25.

ta individual e comunidade, para perceber até que ponto, como uma manifestação artística, o cordel não seria mais uma manifestação subjetiva, individual, do que objetiva e coletiva, o que mais uma vez levaria a refletirmos sobre sua validade como fonte para uma abordagem histórica, mesmo sendo uma abordagem histórica da formação e evolução de um discurso.

A maioria dos autores de cordel tem antecedentes comuns: são provindos da classe dos agricultores de subsistência, não possuem educação formal, tendo aprendido por si próprios a ler e escrever, descendem de famílias nas quais já há um ou mais autores ou cantadores de viola ou de cordel e são, na maior parte das vezes, mascates ou editores<sup>(13)</sup>. O poeta é visto pela comunidade, quase sempre, como alguém que possui um dom, de natureza quase divina, e que consegue dizer "mais enfeitado, o que ele viu e ouviu". A comunidade reconhece, pois, no poeta popular alguém que é diferente deles, mas que deve, ao mesmo tempo "falar a verdade" pois, limitado na sua subjetividade, à medida que ele tem que produzir uma obra que seja aceita pela comunidade e seja consumida por ela, o que faz com que ele diga o que os outros querem. O cordel torna-se assim uma manifestação coletiva, embora, permeada pela individualidade do poeta; sua fidelidade primeira é a uma visão especial de mundo<sup>(14)</sup>, ou seja, ao mundo tradicional. O cordel é uma expressão deste mundo tradicional e aparece acima de tudo como uma

---

(13) Ver Candace Slater - A Vida no Barbante: A Literatura de Cordel no Brasil, pág. 28 e 30.

(14) Idem, Idem, pág. 148.

tentativa de preservar os valores presentes neste mundo, e de evitar a mudança. Por isso, o cordel é, as vezes, identificado com o conservadorismo, embora este conservadorismo traga ambiguamente embutidos em si a revolta, a rebeldia, que se manifestam quando este mundo tradicional do qual é defensor se vê ameaçado (15).

O poeta popular, por sua vez, também se vê como portador de um dom que o diferencia dos demais de sua classe: ele é "artista" e isso o coloca em pé de igualdade com os dominantes, ou pelo menos, diminui a diferença social. Mas eles possuem um sentimento de identidade coletiva, uma lealdade para com seu público, que se aproxima de uma forma de consciência de classe, embora, esta tenda a ser mais existencial do que ideológica.

Eles se vêem como porta-vozes de um grupo, de uma cultura popular e tradicional, que precisa ser preservada e que ajuda na preservação do próprio mundo tradicional. A mensagem do cordel visa influenciar na manutenção dos valores tradicionais, por isso o cordel veicula uma moral tradicional, sendo todas as suas histórias portadoras de uma mensagem moralizante e que visa reforçar algum valor tradicional que esteja sendo ameaçado.

O folheto é, pois, muito mais fruto de uma experiência coletiva, manifestação surgida de uma cultura tradicional, do que fruto da subjetividade de um indivíduo. Por isso, o folhe

---

(15) O potencial de revolta presente numa cultura tradicional e a importância para o surgimento de uma consciência de classe, que surge do choque entre os partidários da tradição e os partidários da mudança, do moderno, foi magistralmente demonstrado pelo historiador inglês Edward P. Thompson, em: "Tradicion, Revuelta, y Consciencia de Clase (Estudios sobre la crisis de la sociedad pre-industrial)", notadamente no artigo: "Economia Moral de la Multitud". Editorial Crítica, Barcelona.

to é sempre uma memória coletiva, sendo, então, perfeitamente válida a sua utilização como fonte para o estudo da história destes homens pobres, defensores deste mundo tradicional ameaçado pelas mudanças em andamento no final do século XIX. A literatura de cordel buscará defender este mundo tradicional que estava sendo desorganizado.

Quanto à questão da veiculação da realidade ou não, no nosso trabalho o que interessa não é tanto a realidade em si, mas a produção desta, a produção da "verdade". O cordel produziu uma "verdade" acerca do fenômeno das secas, no final do século XIX, e a associou a outros temas do cotidiano popular, o que deu origem a uma imagem popular da seca e um discurso em torno deste fenômeno que nos interessa na medida em que será matéria-prima para um posterior discurso dominante sobre a seca. Acompanharemos como evolui historicamente este discurso, os temas e conceitos ou enunciados de que partiu e os elementos discursivos que vão sendo trazidos para o seu interior à medida que o processo histórico caminha no final do século passado e início deste.

## 2.2 - O bíblico segredo: A imagem tradicional da seca

O discurso articulado em torno da seca pela classe dominante nortista, a partir de 1877, baseou-se numa visão tradicional do fenômeno, presente no discurso do homem pobre do campo, que convivia secularmente com o problema. Esta visão, no entanto, era compartilhada por todos os grupos sociais da re

gião, até que a conjuntura de crise vivida pela classe dominante colocasse para ela a necessidade de elaboração de um novo discurso que incorporasse os novos problemas enfrentados pela região e que servisse de arma na luta política em termos nacionais.

Esta visão tradicional, do homem pobre, nasceu da presença constante da seca como elemento constitutivo de seu próprio espaço. O espaço do homem pobre do Norte era um espaço seco, espaço da seca. Possuindo uma visão concêntrica de espaço, este homem a considerava como um elemento natural e se via cercado por um mundo onde a seca era uma presença constante e sempre ameaçadora.

O mundo para o homem do campo tinha contornos vagos, "a sua terra era o mundo inteiro; para além dela situava-se o espaço impreciso em que não podia se reconhecer como medida de todas as coisas e que, assim, se lhe escapava"<sup>(16)</sup>. Via pois o mundo em miniatura, e os elementos presentes neste pequeno mundo eram para eles o que compunha o mundo inteiro. A seca era pois um fenômeno do mundo inteiro, era universal, já que era fenômeno do seu mundo cujos contornos geográficos eram os contornos do próprio universo<sup>(17)</sup>.

Como um fenômeno natural que faz parte da própria rotina do mundo, a seca não tem tempo, no máximo ela é datada, para

---

(16) FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - Homens Livres na Ordem Escravocrata, pág. 162.

(17) QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de - O Campesinato Brasileiro, pág. 65.

se diferenciar a mais intensa da menos intensa. No entanto, ela faz parte deste tempo cíclico que perpassa a concepção camponesa. A seca volta sempre, em ciclos, seguindo talvez até uma lógica temporal, de sucessão em décadas e em séculos.

Mas se a seca aparece no discurso camponês como elemento que faz parte do seu espaço tradicional e cuja ocorrência se sucede no tempo ciclicamente, não deixa de ser vista como um distúrbio deste próprio espaço, como um elemento de desorganização da própria natureza. Na visão maniqueísta que traz do mundo, o camponês identificava a seca como o elemento mau, o elemento que perverte a rotina da natureza, altera o ciclo natural, embora tal alteração seja também cíclica e natural.

A seca como elemento de desordem na natureza está presente, por exemplo, nestes versos de Nicandro Nunes do Nascimento e Bernardo Nogueira:

-Foi-se a abelha, foi-se a caça/A quem se pede nega, /  
 Não há ceifa, não há rega.../Como é que o povo passa?/  
 Do cabrum â (sic) pouca raça./Uma galinha não há./  
 Como o povo viverá/nesta terra? E os animais?/  
 Mas se Deus sabe o que faz,/Deus o remédio dará. (18)

A seca é um elemento de trauma para a natureza, mas também para o próprio homem, que se vê quase sempre obrigado a deixar sua terra, deixar seu espaço, deixar, portanto, seu universo, para se lançar ao desconhecido, àquele espaço difuso e impreciso. Sente pois como que o espaço encurtando, começan

---

(18) Versos de Nicandro Nunes do Nascimento e Bernardo Nogueira, citados por José Américo de Almeida, *A Paraíba e seus Problemas*, pág. 162.

do a lhe faltar, sente-se asfixiado pela seca, obrigado a abandonar seu mundo, o que sempre lhe causa desespero.

Os versos acima deixam transparecer outro elemento central na imagem tradicional da seca: a seca como castigo profetizado por Deus. Dentro de um imaginário impregnado pela visão maniqueísta cristã, a seca aparece como castigo de Deus, pelos pecados humanos. A seca seria tempo de expiação de pecados, ela traz os sofrimentos necessários à carne humana, para a purificação das almas.

Os pecados nada mais eram do que transgressões aos valores do mundo tradicional; por isso, se os homens quisessem evitar que Deus mandasse a seca, era necessário que obedecessem aos ditames da moral tradicional.

Diante das transformações em curso no mundo tradicional, a literatura de cordel veicula um discurso onde a seca aparece como um elemento de denúncia contra estas mudanças, estes "pecados". A seca seria um "aviso de Deus" de que este não aprovava as transformações em curso. Na verdade, este discurso deixa transparecer o desagrado do homem pobre com as transformações que estavam ocorrendo no seu cotidiano, a medida que as relações sociais capitalistas começam a se estabelecer.

Portanto, embora aparentemente conservadora, esta visão da seca aparece como uma denúncia das transformações em curso no mundo tradicional do homem pobre e seu repúdio a estas mudanças:

Neste tempo se arrancava/Botijas pelo monturo  
Se achava notas de baixo, / D'uma flor de pé de muro  
Até cego e aleijado/Davam dinheiro à juro!

Findou-se a fartura/E a crise chegou  
 Dizendo: - Aqui estou./Se alguém me procura  
 Sou a mãe da amargura,/Irmã da desgraça;  
 Toda minha raça/Vem junto comigo  
 A quem eu persigo/O meu povo abraça.

Quando a crise chegou/Do pobre bateu a porta;  
 Quando o rico soube disso/-Comigo ela não se importa  
 Porque eu sou capitalista/Tenho dinheiro que aborta!<sup>(19)</sup>

A visão fatalista que é veiculada pelo cordel fica patente nestes versos:

É o bíblico segredo/que o bom Deus profetizou  
 no Livro APOCALIPSE/fato se concretizou,  
 em terra sem umidade/o mundo se transformou.<sup>(20)</sup>

A seca é pois uma "lei da natureza", uma lei editada por Deus e que, portanto, o homem não tem como resolvê-la; é voltar a estar "de bem com Deus", é refazer com ele o pacto quebrado ao se "cometer pecados", ou seja, ao infringir valores morais tradicionais. Acalmar a "ira divina", é pois a única solução; para isso deve-se corrigir as condutas e rezar, de forma a agradá-lo. Diz o poeta:

"Não quero infringir a lei,/Sim o Nordeste salvar  
 do triste fenômeno/da natureza de lá.  
 Para que mude tudo/é necessário rezar."<sup>(21)</sup>

(19) BARROS, Leandro Gomes de - As Vítimas da Crise, págs. 01 e 02.

(20) FORTES, Alberto e FORTES, Sobrinho - A Seca no Nordeste, pág. 01

(21) Idem, Idem, pág. 02.

A visão tradicional da seca, por ser fatalista, não via possibilidade de que o ser humano pudesse resolver o problema, já que este era desígnio divino, a não ser refazendo o pacto tradicional com Deus que as transformações que se operavam, no final do século XIX, punha em risco.

Como criação do próprio Deus, a seca é vista como eterna, tendo esta vindo desde a criação do mundo, não podendo o homem interferir nesta sua marcha secular. O homem é visto neste discurso, pois, como um ser impotente para mudar o curso das coisas, da natureza:

"Vai morrer mais de um milhão/Está tudo indo pro fundo  
É uma seca severa/De antecedente profundo  
Tem idade milenar/Desde a criação do mundo". (22)

A seca causa inúmeras transformações não só na natureza, mas no próprio cotidiano do homem sertanejo. Por isso, a seca aparece no discurso popular como um momento de desordem, de desolamento. Os poetas de cordel, ao descreverem a natureza e a própria vida do homem no momento da seca, utilizavam imagens que davam idéia de falta de movimento, de quietude, de desolação, imagens de um verdadeiro deserto. Tudo o que dá movimento à natureza e aos homens é paralisado. A seca é pois vista como paralisia da natureza e do homem, a esterilidade de ambos, pois a produção e o trabalho que os vincula ficam paralisados.

---

(22) SÁ de João Pessoa - Seca, Fome e Miséria, pág. 01.

A seca é pensada como a agonia do sertão, pois tudo morre, tudo demonstra esta agonia, tanto da natureza, como do homem, esta morte lenta. A imagem tradicional da seca está impregnada da imagem da morte, morte agoniada, pois morre-se aos poucos, de sede e de fome, seja o animal, seja o ser humano:

"Não se ver(sic) mais os mocós/putando pelos lagedos  
nem também nos arvoredos/não cantam mais curiós  
termina todos forrós/nem baile, nem diversão  
só há choro e aflição/nem reisado, nem folia  
termina toda alegria/quando há seca no sertão.

Secaram todos os riachos/os córregos e os ribeiros,  
aqueles pés de coqueiros/nunca botaram mais cachos  
do milho todos "penachos"/estão caídos no chão  
nem abóbora, nem melão/nem coco, nem melancia  
resta somente agonia/quando há seca no sertão". (23)

A seca é vista também como um momento de tristeza em que todas as manifestações de alegria e de canto do sertanejo se acabam, em que as festas tradicionais não são realizadas.

Seca não é, pois, apenas falta de água, mas também falta de movimento, de alegria, de canto. A seca é apresentada como sinônimo de choro, desespero, paralisia, mudez:

---

(23) SANTOS, Apolônio Alves dos - Quando Há Seca no Sertão, pág. 01.

"Secaram todos barreiros/os tanques e as cacimbas  
 esvasiaram as marimbas/de água dos carvoeiros  
 não ser ver(sic) mais os vaqueiros/montando num alasão  
 nem festa de apartação/nem mais corrida de gado  
 fica tudo contristado/quando há seca no sertão"<sup>(24)</sup>.

Com a seca todo o cotidiano do homem pobre é alterado; falta comida, falta água, todos os animais de caça fogem. Por isso a seca no discurso tradicional aparece associada à idéia de fuga, de busca de novos lugares e de nova vida:

"A última água do pote/despejam numa cabaça  
 bota na cangalha e laça/com cordas no cabeçote  
 segue o jumento de trote/sem rumo e sem direção  
 vão procurar remissão/em terra desconhecida  
 é um acabar de vida/quando há seca no sertão".<sup>(25)</sup>

Por isso mesmo, a seca é vista como o fim do prazer e como sinal de saudade, de perda do lugar querido, das coisas amadas. A dor que causa, no camponês o ter que deixar o seu lugar, que é seu mundo, e enfrentar uma vida de incertezas, leva-o muitas vezes ao desespero.

É próprio da ideologia camponesa a idealização do passado, sempre que se quer demonstrar o descontentamento com o presente. É constante no cordel a presença de um Norte paraíso e feliz, antes da seca, o que reforça a imagem da seca como um corte

---

(24) SANTOS, Apolônio Alves dos - Quando Há Seca no Sertão, pág. 02.

(25) Idem, Idem, pág. 03.

na rotina da vida destes homens pobres. A miséria cotidiana, a infelicidade antes mesmo da seca, é mascarada por este discurso que passa a considerar a seca como a causadora de todos os males. Este elemento da imagem tradicional da seca será fundamen - tal na elaboração do novo discurso em torno do problema.

A seca é considerada no discurso tradicional como um momento de infelicidade na região e como sendo o fenômeno que atinge indistintamente a todas as classes sociais, já que é um fenômeno natural e "enviado por Deus". É a "justiça de Deus" atinge a todos, "não faz distinção". Fica encoberta assim, na verdade, a forma distinta com que a seca vai atingir a vida de ricos e pobres:

"Os nordestinos são homens/dispostos e varonis  
são eles que nos bons anos/o Norte fazem feliz  
porém lhes é um inferno/quando não existe inverno  
no Nordeste do país/.

Por isso em todo o Nordeste/a coisa não está de graça  
num completo desespero/sofre o povo todo em massa  
o pobre lamenta a sorte/o rico deseja a morte  
pelos apertos que passa". (26)

Por isso mesmo, a seca é associada a toda uma gama de problemas sociais, que embora pre-existissem ao fenômeno, são incorporados a sua imagem. A seca neste discurso é responsabiliza - da, por estes males, que na verdade eram produtos da estrutura social então vigente. No discurso tradicional, no entanto, a se

---

(26) SILVA, Expedito Sebastião da - Os Horrores e a Seca do Nordeste, págs. 01 e 02.

ca aparece como causadora dos vários problemas que retiram a rotina de "felicidade" da vida da região:

"Foi mesmo deste jaez/Que neste ano a seca fez  
Aqui no nosso nordeste/A fome, o roubo, a loucura  
A miséria, a desventura/O crime, a desgraça, a peste".<sup>(27)</sup>

A seca é, portanto, na visão tradicional, uma fatalidade, um castigo divino, que vem quebrar toda a ordem, todo o movimento, toda a alegria das coisas. A seca é vista como um momento de contraste, o momento onde a vida se torna ruim na região. Região que antes "florida", "alegre", "verde", "colorida", onde a "saúde existe" e os "animais são gordos", torna-se com ela desolada, sem cores, proliferam as doenças, os animais emagrescem e morrem.

O tempo anterior ao da seca, seriam tempos de riqueza, de constituição de família, de produção e de reprodução, tempos em que até a cultura popular segue sua rotina de produção. Com a seca tudo se altera, nada se produz ou se reproduz, as festas populares silenciam, vem o choro, o desespero, a lamúria, a melancolia.

O cordel, na verdade, veicula um discurso tradicional sobre a seca, em que esta aparece ao mesmo tempo como base para uma denúncia da destruição do mundo tradicional, bem como dá margem a uma idealização deste mundo tradicional, criando um mundo, um Norte como o homem pobre sonhava ter e não como realmente ele era. A seca é cruel, pois, até os sonhos de um mundo ideal destrói, com ela nem os sonhos são possíveis:

---

(27) CAVALCANTI, Rodolfo Coelho - Os Flagelos da Seca do Nordeste, pág. 05.

"Quando chove no Nordeste/O tempo é alegre, florido  
 Perfumado e colorido/Até mesmo no Agreste  
 Não se ouve falar de peste/Tudo é verde, bom e são  
 Quer no alto, ou no baixão/Por isso, eu vou descrever  
 Sem seca a gente vê/As belezas do Sertão". (28)

### 2.3 - "A Grande Ciência": seca e saber popular

A seca, por ser uma presença constante no mundo do homem pobre do Norte, deu origem a todo um saber popular sobre o fenômeno, nascido da "experiência", da vivência deste homem com o fenômeno e suas consequências. Por ser uma ameaça constante que pairava sobre sua vida, o camponês desenvolveu, através da observação da natureza, todo um conjunto de "sinais" que pudessem anunciar o advento de uma estiagem, tornando possível sua previsão e, portanto, a prevenção de seus males. Este conjunto de sinais fornecidos pela natureza são conhecidos como "experiências". As "experiências" datam de períodos bem recuados e fazem parte de um saber popular sobre a seca que só começa a ser questionado a partir do momento em que a classe dominante da região passa a se preocupar com o fenômeno e dirige para ele os estudos de sua ciência. O saber erudito, científico, buscará, então, criar um novo corpo de saber sobre a seca, procurando desqualificar e colocando para o campo das "superstições" este tipo de saber sobre o fenômeno.

Estas "experiências" buscam identificar na natureza sinais de chuva ou de estiagens, através da observação dos as

---

(28) MAXADO, Franklin - Sem Seca a Gente vê as Belezas do Sertão, pág. 01.

tros no céu, do nascer do sol, da direção dos ventos, ou mesmo da observação do comportamento de animais ou plantas em certos dias ou épocas do ano. As "experiências" permitem ao camponês encarar o mundo com mais segurança, tornando-o menos imprevisível". (29)

Como a cultura popular nortista é profundamente influenciada pelo catolicismo, várias datas de comemoração de santos são utilizadas para servir de base para uma "experiência", notadamente o comportamento do clima neste dia. A mais comum deste tipo de "experiência" é a do dia de Santa Luzia (13 de dezembro), uma vez que o tomam como ponto de referência para o mês de janeiro do ano seguinte, e os dias que se seguem correspondem aos outros meses, (assim o dia 14 é fevereiro, 15 é março e assim por diante). No dia em que chover, o mês correspondente será de chuva, e naquele em que não chover o mês correspondente será seco. (30)

A estas "experiências" somam-se as chamadas profecias, que nasceram junto com a literatura de cordel, e quase sempre são publicadas por poetas cordelistas e são baseadas no Lunário Perpétuo, uma publicação medieval européia, que através da observação dos planetas previa os dias de chuva e estiagem de cada ano.

---

(29) São várias as "experiências" para a previsão de chuvas, através da observação do céu: nuvens em forma de torre no norte, relâmpagos no nascente, barra no poente, a lua nova pendida; ou através da observação de animais e plantas: xexêu cantando, cupim criando asa, aranha fechando a casa, pau d'arco florando, imbuá trepado, seriema cantando, buriti carregado, formigas protegendo entrada do formigueiro, mandacaru florando, galinha se espojando, etc...

(30) ANDRADE, Manuel Correia de - A Terra e o Homem no Nordeste, pág. 45.

A seca é uma presença marcante na cultura popular nortista em toda a sua extensão. A importância da água numa sociedade marcada pela seca explica, por exemplo, a predominância de nomes relacionados com ela na toponímia local. "É imensa a quantidade de nomes que se referem a lagoas, alagoinhas, cachoeiras, olhos d'água, várzeas, riachos, riachões, açudes, açudinhos, tanques, águas doces, águas pretas, águas salgadas, etc..." (31)

A própria estética camponesa nortista foi marcada pela seca, invertendo completamente as noções mais comuns de belo e feio. Um dia bonito no Norte era um dia de chuva, um dia feio era um dia de sol. Um céu medonho e triste era um céu puríssimo, sem uma nuvem a manchar-lhe o azul, um céu bonito era um céu carregado de nuvens escuras, prestes a se precipitarem em forma de chuva. (32)

A chuva é vista sempre como sinal de bonança, como sinal de esperança, é o contraponto da seca. Numa sociedade marcada pela seca, a água chega a aparecer como algo mágico, como sendo capaz de curar até doenças. Por isso, procura-se "nos relâmpagos para os sertões de cima", na "barra do poente", sinais da chegada da chuva e, com ela, da "fartura".

---

(31) Citamos, por exemplo, só na Paraíba, lugares como: Lagoa Seca, Lagoa Nova, Lagoa de Dentro, Lagoa de Roça, S. José da Lagoa Tapada, Pocinhos, Cacimba de Dentro, Várzea de Dentro, Olho D'Água, Pedra D'Água, Açude de Dentro, Cacimba Nova, etc...

Ver VIANNA, Marly de Almeida Gomes - A Estrutura de Distribuição de Terras do Município de Campina Grande (1840-1905), pág. 20.

(32) Ver GUERRA, Philippe e Théophile - Seccas contra as Seccas, pág. 49.

Este saber popular sobre a seca começa a ser desqualificado no final do século no momento em que a classe dominante da região teve que articular um discurso político em torno da seca e para tornar maior seu poder de persuasão teve que elaborar um "conhecimento científico" acerca das causas do fenômeno. O saber popular será, no entanto, a base a partir da qual se erguerá este saber científico sobre a seca. Para ter um maior controle sobre a imagem que se produzia do fenômeno, a classe dominante confiscará este saber popular e a partir dele elaborará, com as tintas da ciência, um saber que se pretende superior àquele, e que, portanto, torna esta classe dominante a portadora da "verdade" sobre a seca e com ela todo o poder que isto lhe confere.

Mas na literatura de cordel encontramos, além da veiculação deste saber popular sobre o fenômeno, uma crítica constante à ciência, identificada como ciência do governo e ciência dos ricos ou dos sábios eruditos. O papel de defender o mundo tradicional mais uma vez se faz presente. O poeta defende a cultura popular, o saber popular, contra o avanço da "ciência" que o marginaliza e coloca no campo das "superstições" o saber do homem pobre do campo. No início do século XX, são constantes as tentativas de ridicularizar o saber erudito, destruindo a sua competência e questionando a sua pretensão de se apresentar como a "verdade":

"A sua vida é um hino/Porém não tem audiência  
Nos palácios do governo/Que alardeiam ciência  
Mas para combater a seca/Só mostram incompetência"<sup>(33)</sup>

(33) SÁ de João Pessoa - Seca, Fome e Miséria, pág. 04.

Aparecem denúncias claras de como, na verdade, este saber científico é manipulado para servir aos interesses dos grupos dominantes, denominando-o "burrice arrumada", ou seja, incompetência proposital. Não resolviam o problema da seca porque não queriam, não era possível que a Ciência deles não pudesse resolver tal problema.

Nota-se aí, por um lado, que o poeta acreditava na ciência, mas percebia que ela era manipulada pelos detentores do poder, mas ao mesmo tempo, se deixa levar pelo discurso dominante, ao acreditar na existência de uma solução para a seca.

Hã, no entanto, aqueles poetas que veiculam uma visão mais tradicional, desacreditando completamente dos poderes da ciência em resolver os problemas levantados pela seca. Procuram mostrar que só o homem pobre do sertão sabe como lidar com a seca, sabe como prevê-la e evitá-la. O saber popular não é acessível ao rico, ao poderoso, só um homem do povo sabe como fazer profecias, como fazer "experiências", como ler os sinais que a natureza lhes fornece:

"Um ricoço ignorante/mas porém de boa fé  
apostou como chovia/no dia de São José  
a noite roubou um santo/da casa de Maomé  
Mas no dia não choveu/perdeu a aposta e falhou  
em casa disse a mulher/a promessa não vogou  
sabe que o danado fez?/pegou o santo e quebrou. (34)

---

(34) SILVA, M.C. - A Seca de 70. págs. 02 e 03.

Nestes versos fica patente a impossibilidade do rico ter acesso ao saber popular, sem cometer equívocos. É como se fosse uma vingança pelo fato do homem pobre também não poder ter acesso ao saber erudito, ao saber do rico.

Encontramos poetas, ainda, que não acreditavam na possibilidade de se saber nada sobre a seca, já que esta, como um desígnio divino, é insondável, não pode ser apanhada na sua significação, nas suas causas, por qualquer tipo de saber humano. Mesmo as profecias apregoadas por populares através da observação dos "sinais dos tempos" não poderiam ser consideradas como verdadeiras, pois Deus muda a seu bel prazer o tempo e a natureza. Os homens, portanto, jamais conseguirão desvendar os segredos da natureza. Resiste-se, pois, a um saber mais elaborado até mesmo que parta dos grupos populares. Só existiria a "grande ciência", que seria a "ciência de Deus":

Depois de Deus não querer/Toda ciência é perdida  
Pra cair chuva no chão/não existe experiência  
É só a grande ciência/Do autor da criação  
Vê-se num grande verão/Todo o legume arrasado  
O povo desenganado/E é bastante ele querer  
Com meia hora se vê/"todo o terreno alagado"(35).

Esta visão mais tradicional, acha que nada era possível saber sobre a seca, mas ao mesmo tempo toda a cultura popular veiculava um saber que emanava das experiências cotidianas do homem com a seca, a natureza e seus sinais. Este saber popular será defendido diante do avanço de um saber científico, erudito

(35) MANSO, Lobo - Poesias contra os Profetas e Experiências de Chuva, pág.09.

dito, que procura caçar a palavra a quem mais tinha autoridade para falar do fenômeno, o homem pobre do campo. A medida que os cientistas começam a falar da seca, os intelectuais populares reagem ridicularizando este saber produzido pela ciência, ou saem em defesa de sua forma de saber, quer através da continuação da sua divulgação e propagação, quer através da reafirmação deste saber como superior ao saber científico, identificado como saber de ricos e de governantes.

#### 2.4. O tempo do bem: seca e desorganização do mundo tradicional

As transformações que estavam ocorrendo nas relações de produção e dominação, no final do século XIX, punham em risco o mundo tradicional do homem pobre livre do Norte. A alteração na rotina de seu cotidiano é vivida como crise e interpretada de forma mística e fatalista, atribuindo estas mudanças a castigos divinos ou a catástrofes naturais, como a seca. A seca de 1877 e as seguintes surgem como síntese de uma situação de crise do mundo tradicional e sua substituição por relações onde predominam um novo tipo de exploração e dominação. (36)

A literatura de cordel, que surge neste período, reflete esta crise do mundo tradicional, pois veicula um discurso de

---

(36) A tradição é um princípio essencial de regulamentação do comportamento em certos tipos de organização social, é que ela implica em um julgamento de valor sobre o elemento transmitido, na crença em seu caráter sagrado e inquebrantável; não é simplesmente a transmissão de elementos da vida social. Ver FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho - Homens Livres na Ordem Escravocrata, pág. 58.

cunho moralizante e que visa defender os valores e costumes tradicionais. Vamos encontrar, pois, no discurso popular e do cordel, uma identiticação entre a seca e alterações no mundo tradicional. Já que o imaginário camponês identifica ordem social com ordem natural, toda mudança social é vista como catástrofe, como alteração do natural, daí existir uma identificação, entre a catástrofe da seca, mudança do natural, com as mudanças sociais em curso. (37)

O mundo tradicional da área das secas era caracterizado por relações sociais onde os vínculos verticais eram mais importantes que os vínculos horizontais. Predominavam relações parterernalistas, entre patrões e seus agregados, trabalhadores e vizinhos; que se caracterizavam pela existência de um pacto tradicional. Por este pacto mantinha-se um tratamento aparentemente igualitário entre indivíduos de classes diferentes, já que o compadrio era uma instituição predominante, e que simulava a quebra das barreiras sociais. Este pacto tradicional requeria acima de tudo lealdade entre as partes, de forma a que todas as promessas e obrigações fossem cumpridas e "as relações entre senhor e dependente apareçam como inclinação de vontades no mesmo sentido, como harmonia, e não como imposição da vontade do mais forte, sobre o mais fraco, como luta". (38)

O rompimento deste pacto por uma das partes legitimava qualquer tipo de reação, que quase sempre se dava ao nível

---

(37) ALMEIDA, Mauro William Barbosa de - Folhetos, pág. 274

(38) FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - Homens Livres na Ordem Escravocrata, pág. 91.

individual, já que a personificação das relações leva a personificação dos conflitos. O rompimento dos compromissos assumidos pelo dominante leva ao despertar da consciência do dominado; isso quase sempre ocorre quando o senhor se omite nas situações de crise, que é o momento onde a necessidade de assistência e proteção se exarcebam.

"Do patrão se espera proteção e solidariedade total nos momentos de infortúnio, e com sua dedicação e submissão ao patrão o dominado espera conseguir ascensão social".No entanto, esta cooperação paternalista traz em si um grande potencial de conflito, já que ao se considerarem iguais, abre-se perspectiva para que se passe da cooperação ao conflito, sempre que sejam desrespeitados os valores e normas costumeiras que regem estas relações. (39)

No momento, pois, em que se redefiniam as relações de exploração na região, com a penetração no espaço do Sertão do mundo das mercadorias, quando um novo tipo de interesse perpassa estas relações tradicionais, tende a se acentuar o potencial de conflito nelas existente.

A necessidade de se produzir mercadorias, para o mercado internacional, faz com que se acentuem as exigências de trabalho, acentuando a exploração do camponês. Este se vê obrigado a um ritmo de trabalho muito mais intenso, além de ser submetido a contratos de parceria, meação, ao cambão, que lhes

---

(39) Ver CHALHOUB, Sidney - Trabalho, Lar e Botiquim (O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque), págs. 76 e 78.

retiram a maior parcela de sua produção, além de reduzir o espaço de tempo e de terra dedicados a suas culturas de subsistência, acelerando sua pauperização.

Estas novas exigências quebram o equilíbrio precário em que era mantida a situação econômica do homem pobre, levando-o a se manifestar através de revoltas coletivas ou individuais para que seja restabelecido o equilíbrio anterior.<sup>(40)</sup> A fusão da economia de subsistência com a economia de mercado leva a um desequilíbrio na vida econômica do camponês, que se vê dominado, preso a alguém, pelo endividamento, subjugado como não se sentia antes. Isto leva a que encontremos no discurso popular uma idealização do passado, que visa reafirmar o repúdio do camponês às novas relações de trabalho e sua opção pelas relações tradicionais:

"No Nordeste antigamente/agente vivia bem  
 todo mundo trabalhava/sem ser sujeito a ninguém  
 ao passo que hoje em dia/liberdade ninguém tem".<sup>(41)</sup>

Denuncia-se pois, o processo de expropriação e pauperização do camponês, atribuindo-o, no entanto, à seca e não às mudanças nas relações de produção, já que estas não são por ele apreendidas. A própria situação de pauperismo o faz mais dependente da natureza e mais suscetível de ter a vida completamente desorganizada por qualquer catástrofe natural.

(40) MARTINS, José de Souza - A Imigração e a Crise do Brasil Agrário, pág. 27.

(41) SANTOS, Apolônio Alves dos - Os Nordestinos no Rio e o Nordeste Abandonado, pág. 01.

Diante de transformações, de mudanças, das quais não consegue entender as forças propulsoras, o camponês não vê outro recurso senão fazer aliança com um ou outro indivíduo poderoso; mas visto que até estas alianças falham no momento de crise, resta a única força poderosa em que se agarrar, que é a força de Deus. Por isso, quase sempre vamos encontrar na literatura de cordel a crença de que só Deus pode resolver os problemas que o homem pobre enfrenta, que só ele pode salvar o camponês dos efeitos das secas:

"Sertanejos confiemos/Em Deus que nós teremos  
Chuva, enfim melhorará/Quem tem fé em Deus não morre  
Pois ele mesmo o socorre/O inverno chegará". (42)

Com a crise vivida pela classe dominante no final do século XIX, esta se tornou vulnerável aos efeitos das secas. Não podendo cumprir com sua parte do pacto tradicional, no momento da ocorrência do fenômeno, abandona à sua própria sorte todos os agregados, trabalhadores e vizinhos pobres. Isso representou o rompimento do pacto tradicional, o que provocou revoltas por parte dos dominados e principalmente a busca de reconstruir o mundo onde as relações paternalistas eram respeitadas. O discurso popular recorre, primeiro, à ameaça do castigo divino, bem como ao argumento de que Deus disse que "quem tem é responsável por quem não tem". O cordel faz, pois, uma cobrança moral do cumprimento do pacto tradicional, ameaçando com o castigo divi

---

(42) Os Flagelados da Seca no Nordeste, pág. 7.

no aqueles ricos que não socorressem os pobres no momento da seca:

"Pois antes de Cristo ser/pregado na grande cruz disse a ricos e a pobres/segue o caminho da luz dar comer a quem tem fome/e roupa aos que estão nús.

O senhor Manoel Domingos/homem de uma certa luz chorou vendo os miseráveis/com fome, descalços e nús lembrou ali do que Cristo/dissera antes da cruz!"<sup>(43)</sup>

Estas redefinições das relações sociais também se dão ao nível das próprias relações internas ao campesinato. O processo de inserção no mercado capitalista fez com que o interesse econômico também perpassasse estas relações, destruindo o conjunto de instituições e relações tradicionais que existiam neste grupo.

A família, que era o núcleo básico da vida camponesa, como unidade de produção e de consumo, se vê afetada pela acntuação da exploração econômica e a substituição das relações baseadas na solidariedade e sentimento, por relações de interesse, o que gera conflitos crescentes dentro das famílias. Além disso, a pauperização leva à desagregação destas famílias e, com ela, à perda de sua segurança, o que amplia o número de crianças abandonadas, velhos desamparados e mulheres que se prostituem. Valores tradicionais, como a maternidade, a proteção e o respeito aos mais velhos e a defesa da honra feminina, são pro

---

(43) SILVA, Severino Borges - Seca, Fome e Carestia Assola o Brasil inteiro, pág. 03.

gressivamente ameaçados pelo avanço das relações sociais capitalistas. Apreendendo apenas os efeitos e não as causas de tais acontecimentos, o discurso popular atribui tais alterações na vida camponesa, ou ao desregramento dos costumes e o aumento do pecado, com o pouco temor a Deus, ou atribui às catástrofes naturais. O campesinato nortista passa a associar à seca, o abandono de crianças, de velhos e o aumento da prostituição. A literatura de cordel, tentando restaurar a moralidade anterior, depois de atribuir aos pecados ou à seca, ou mesmo a ambas as coisas a seca tida também como castigo de Deus por causa dos pecados humanos apresenta como solução o temor a Deus e o respeito ao código de valores tradicionais, ou ainda, a penitência, o auto-flagelo, como forma de agradar a Deus e conseguir a complacência divina. A influência do catolicismo é, pois, fundamental, na forma até certo ponto resignada com que o homem pobre do Norte enfrentava a pobreza, o sofrimento e os flagelos da seca:

"Pobres moças seminuas/Coitadas de ruas em ruas  
A caridade implorando/Raparigas desvalidas  
Feito almas decaídas/Tristonhamente chorando.

Homens velhos quase mortos/na nudez dos desconfortos  
De tristeza a vacilar/devido a seca horrorosa  
Com sua prole numerosa/saem ao mundo a mendigar.

Crianças empalidadas/de faces escaveiradas  
Choram sem consolação/A pobre mãe trespessada  
dá-lhe o peito já coitada/sofrendo inanição."<sup>(44)</sup>

---

(44) Os Flagelados da Seca no Nordeste, pág. 01. (sem autor).

A preservação dos valores morais tradicionais, que quase sempre é vista como uma componente conservadora do discurso popular sobre a seca, e que contribuiria para o controle social do homem pobre, deve ser vista como a tentativa de reação aos valores morais dominantes, que estão em mutação e em busca de se impor ao homem pobre. Defender seus valores tradicionais é defender sua "visão de mundo" em relação a uma visão que a classe dominante tenta impingir-lhes.

O argumento mais insistente na literatura de cordel é a questão dentro do "parentesco" do papel social da mulher e a sua sexualidade. Em outras palavras, a conexão entre a natureza e ordem social, vista como ordem familiar<sup>(45)</sup>. A desordem natural trazida pela seca irá refletir na ordem familiar, alterando o mais importante para a sua preservação, que é o controle da sexualidade feminina. Seca e prostituição, seca e o aumento do "calor dos corpos", seca e o aumento do "fogo das mulheres", são temas constantes no discurso popular. A seca é apresentada como uma quadra de desordem, de quebra da ordem natural das coisas, inclusive da ordem sexual da família:

"De quem morre o lamento/ecoa por todo o país  
 Quem não morre come rato/Mulher vira meretriz  
 Criança quase não vive/a gente muito infeliz"<sup>(46)</sup>

Por estar extremamente ligado a natureza, o camponês vive a desorganização desta pela seca, como a desorganização de sua própria vida e de seu mundo. O cordel está cheio de referên

(45) ALMEIDA, Mauro William Barbosa de - Folhetos, pág. 112.

(46) SÁ de João Pessou - Seca, Fome e Miséria, pág. 02.

cias à desordem natural e da comunhão no desespero entre homem e natureza. Nunca a natureza é vista como inimiga a ser vencida ou enfrentada, mas como uma cúmplice do sofrimento de todos com o flagelo, que é visto como manifestação sobrenatural:

"A árvore não dá bom fruto/o coco não dá azeite  
a vaca não dar (sic) mais leite/o homem não dar produto  
pois além de já ser bruto/perde mais sua razão  
por ver a filiação/na mais profunda pobreza  
zomba até da natureza/quando há seca no sertão"<sup>(47)</sup>.

A mudança que se opera em toda a natureza é ao mesmo tempo mudança na própria vida dos homens: suas festas, seus cantos, suas alegrias, assim como as da natureza se acabam. A seca destrói a vida cultural do homem pobre, abala a estrutura familiar e destrói a produção. Tudo isto também ocorre na natureza em torno de si, a alegria dos animais desaparece, sua reprodução se interrompe e muitos migram. Tudo se torna estéril:

"Sertão de riso e de festa/do samba e da vaquejada  
da pamonha e da buchada/do forró e da seresta  
da mulher séria e honesta/da festa de apartação  
da safra do algodão/do umbu e da mangaba  
mas tudo isto se acaba/quando há seca no sertão"<sup>(48)</sup>.

A seca é responsabilizada pelas mudanças em curso, na vida camponesa, como a pauperização, que atinge os limites da miséria absoluta, obrigando a que antigos trabalhadores se tornem pedintes. Este ato de pedir é vivido com muita humilhação

(47) SILVA, Cícero Vieira da - Quando Há Seca no Sertão, pág. 07

(48) SANTOS, Apolônio Alves dos - Quando Há seca no Sertão, pág. 07.

por homens que estavam acostumados a se considerarem como pesoas iguais às demais e com direito a uma parte da riqueza produzida, sem ser necessário pedir, implorar, ele que sempre esteve acostumado a trabalhar. O retirante é também alguém sem lugar fixo, que perambula, o que é vivido com muito desespero por quem estava acostumado à sedentariedade e tinha um apego exagerado ao seu lugar, ao seu espaço, para quem via a sua terra ou a terra em que vivia como o universo:

"Além disso é comovente/se ficar observando  
esses homens pelas ruas/com fome perambulando  
devido a necessidade/implorando a caridade  
muitas charadas levando". (49)

A idealização do passado é uma constante no cordel e visa muito mais mostrar o desagrado com o presente de que realmente um apego a este passado. A ruptura das relações tradicionais, a alteração do cotidiano camponês, que vinha ocorrendo de forma lenta e que se precipitou com a seca de 1877-79 e com todas as demais, leva a uma consciência destas mudanças, emboras sejam atribuídas ao fenômeno, que é mais imediatamente perceptível, levando a uma verdadeira mistificação do Norte antes da seca; a seca apresentada como o "pecado original", com uma verdadeira queda no paraíso:

"O tempo do bem/Já passou para os povos  
Quando quatro ovos/Custavam um vintém  
Neste tempo quem/Em crise falava  
Quem é que pensava/Que houvesse pobreza?  
Com uma vela acesa/Ninguém a encontrava"(50)

(49) SILVA, Expedito Sebastião da - Os Horrores e a Seca do Nordeste, pág. 01.

(50) BARROS, Leandro Gomes de - As Víctimas da Crise, pág. 01.

Estes versos demonstram uma preocupação crescente do campesinato com os preços, ao mesmo tempo que revelam a sua maior inserção no mercado de bens de consumo com uma maior dependência em relação ao mercado. No mundo tradicional, o homem tinha acesso aos bens de consumo produzidos por ele próprio, agora, com a maior parcela de tempo dedicada a uma produção comercial, na sua própria terra ou trabalhando para um patrão, se vê obrigado a recorrer cada vez mais ao mercado, o que o torna dependente de relações invisíveis, tecidas pelas mercadorias, que o tornam quase sempre cada vez mais pobre. Esta pauperização é imputada, então, às oscilações da natureza e à ausência de domínio sobre ela. A seca é a causadora da miséria, do empobrecimento, e não as relações de exploração a que estão submetidos.

Encontramos, no entanto, no início do século XX, um discurso popular que embora continue atribuindo à seca a desorganização das relações tradicionais, já se volta para denunciar a desigualdade social e principalmente para denunciar a pequena e grande burguesia urbana, que não tem, em relação ao homem do campo, as mesmas atitudes paternalistas que a elite rural. Denuncia a desorganização da produção familiar trazida pelas relações de mercado, o desrespeito dos valores tradicionais por parte desta elite urbana e busca restaurar a instituição da herança como mecanismo de perpetuação da família camponesa como núcleo produtor:

"O médico cobra a receita/o boticário a meizinha  
 O juiz confisca logo/alguns bens se acaso tinha  
 Inda ficando uma parte/diz a Intendência é minha

Assim morre o brasileiro/como bode exposto a chuva  
 Tem por direito o imposto/e palmatória por luva  
 Família só herda dele/nome de órfão e viúva."<sup>(51)</sup>

Portanto, as mudanças em curso no final do século XIX no Norte, rompem as relações tradicionais aí imperantes, embora façam de forma lenta, acentuando-se tais rupturas nos momentos de seca. Isto faz com que ela seja vista como a responsável por todas as mudanças. Mas o discurso camponês a vê como consequência do comportamento dos próprios indivíduos, do não respeito às normas tradicionais, como castigo dos céus.

O amálgama trabalho e lazer, a solidariedade familiar de modelo patriarcal, a religiosidade, as relações de parentesco, vizinhança e cooperação passam a ser minadas por novas formas de relação de trabalho, ou pela própria intensificação do ritmo deste. A solidariedade é rompida por relações de competição que minam as próprias relações de cooperação, vizinhança e parentesco, que passam a ser baseadas mais em interesses que nos sentimentos. Os conflitos entre famílias ou entre parentes e vizinhos se acentuam. A quebra de segurança do núcleo familiar e desta rede de apoio da comunidade os deixa mais vulneráveis ainda a qualquer modificação trazida a suas vidas pela ocorrência de infortúnios, como as secas.

Diante de todas estas transformações, que não são apreendidas em suas causas mais profundas, o discurso popular identifica no aumento do pecado, que significa desobediência ao

---

(51) Idem - O Povo na Cruz, págs. 01 e 02.

código de valores tradicionais, as causas de tais acontecimentos. Como resposta ao pecado, Deus manda a seca, como momento de expiação, de sofrimento, mas de purificação:

"Quando ataca um tempo ruim/é grande a lamentação  
do povo, dizendo acaba-se/agora, em peso a nação  
quando Deus, manda a melhora/aumenta a depravação.  
O ruim tempo, e despertando/ao pecado rebelado  
que vive, no mundo e não/pensa, de ser dominado  
por Deus! mas tudo que existe/ por Deus, será consumado"<sup>(52)</sup>.

Ao mesmo tempo e em nome do mesmo Deus, o discurso popular exige dos privilegiados o cumprimento de sua parte no pacto tradicional. Ao denunciar o desrespeito a este pacto, ameaça-os com os castigos divinos, mostrando que a justiça divina não faz distinção social; o rico deve socorrer os pobres nos momentos de aflição, devem se constituir em apoio não apenas material, mas espiritual, tornando-se até mesmo uma espécie de divindade laica:

"Mas o Omnipotente/Quando mandou o mal  
Dividiu-o em geral/Para toda a gente  
Por isso a semente/Da crise voou  
E então se espalhou/Pelo povo inteiro  
Nunca mais dinheiro/Ninguém o juntou!"<sup>(53)</sup>

---

(52) Os Fatos das Eras de 1877 ao Resumo dos Tempos, pág. 01. (sem autor)

(53) BARROS, Leandro Gomes de - As Víctimas da Crise, pág. 02.

## 2.5 - As Grandezas do Sertão: a sublimação no discurso sobre a seca

O discurso popular sobre a seca, presente no cordel, além de procurar dar forma e enformar práticas consideradas positivas e transmitir valores do mundo tradicional, atua como catarse coletiva diante dos males que atingem o cotidiano do homem pobre. A seca serve como ponto de partida para a criação de mitos que quase sempre são localizados antes do tempo ou do espaço da seca, ou mesmo surgem no momento de sua ocorrência.

A seca aparece como o momento de todos os males, um presente de privações e desesperos, em contraponto com um passado de delícias e de prazeres; ela provoca uma transformação completa no espaço do homem pobre que, antes colorido e alegre, torna-se triste e sem cores; além de que, transforma fartura em miséria e degrada, humilha e corrompe o sertanejo bravo, varonil, destemido e honesto dos tempos normais.

O discurso popular mitifica o passado, atribuindo a este todas as qualidades que são perdidas com a seca. Na verdade, este mito serve como catarse coletiva diante de uma realidade que se constitui de miséria, de exploração e de submissão. A mudança das relações tradicionais são vivenciadas como perda do passado, como queda de "um mítico paraíso". A seca é responsabilizada pelos males do presente, ela é o presente, já que seca, crise e miséria aparecem como sinônimos no imaginário popular. A situação de exploração e submissão em que viviam no passado possuía uma lógica que era perceptível e havia nestas relações espaços que permitiam a elaboração de estratégias de sobrevivên

cia, que já não funcionava diante das novas relações. Por isso, mitificam este passado como forma de mostrar seu descontentamento com o presente; presente vivido como crise, como seca. Seca ou falta daquelas relações tradicionais que norteavam suas vidas:

"O Nordeste onde outrora/parecia um paraíso  
 hoje quem vê-lo compara/com um Dia de Juízo  
 pois nos lares sertanejos/não existem mais gracejos  
 e nem um tranquilo riso". (54)

O processo de pauperização do camponês, com sua inclusão cada vez maior nas leis do mercado, é sublimado com lembranças de um passado farto e seguro para o qual gostariam de poder voltar<sup>(55)</sup>. Trata-se da manutenção, no nível do ideal, das relações sociais, que estavam ameaçadas, considerando o passado como rico e o presente como de pobreza. Não se apreendendo as reais causas das mudanças, as catástrofes naturais, como a seca, ou os castigos divinos, aparecem como explicações.

Na verdade a própria forma ritualística como se desenvolve as histórias da literatura de cordel é uma tentativa de conter as mudanças ou pelo menos de garantir que algo não muda. Quase toda história de cordel começa com uma transgressão ou ruptura nas relações ou valores tradicionais, que são posteriormente recuperados, por uma prova ou um castigo a que é submetido o transgressor, obrigando-o à volta ao mundo tradicional ou por sua elimi

---

(54) SILVA, Expedito Sebastião da - Os Horrores e a Seca no Nordeste, pág. 01.

(55) FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho - Homens Livres na Ordem Escravocrata, pág. 110.

nação através da morte. (56)

O discurso popular também mitifica o sertão, espaço indefinido onde ocorrem todas as estórias de cordel:

"O sertão terra do encanto/de amor, paz e alegria  
de ar brando e mais tocante/brisa mansa, leve e fria  
onde a natureza em tudo/inspira mais poesia". (57)

Todas estas maravilhas do sertão somente a seca destrói pois, ela transforma, muda o sertão, o que incomoda profundamente os homens pobres, que traçam, pois, no seu discurso, uma espécie de sublimação do verdadeiro sertão, substituindo o real pelo ideal, criando um forte contraponto entre a realidade de antes e a realidade durante a seca. O que buscam resgatar são, na verdade, aquelas relações econômicas, sociais e políticas, que predominavam neste espaço, num período que ficou na memória de todos como sendo anterior à seca de 1877. Esta grande seca passou a funcionar como um marco para as mudanças; o processo de subordinação ao mercado, de integração da mão-de-obra ao trabalho para o capital. No discurso popular o sertão antes da seca era o retrato de todos os valores considerados positivos e que com ela se perderam. Como o tempo histórico camponês é cíclico, passa-se a ver esta transição do "sertão paraíso" para o "sertão inferno" como algo que sempre há de se repetir:

---

(56) Candace Slater demonstra através de uma abordagem estrutural do cordel que todos os folhetos seguem uma sequência de seis passos, que seriam: Pacto Inicial, Prova, Resposta (certa ou errada), Contra-Resposta, Julgamento e Pacto Reafirmado.  
Ver, por exemplo, a análise que esta faz do folheto: O Rei, A Pomba e o Cavião de José de Souza Campos.  
SLATER, Candace - A Vida no Barbante: A Literatura de Cordel no Brasil, págs. 181 e segs.

(57) SANTOS, Manoel Camilo dos - As Grandezas do Sertão, pág. 01.

"No sertão tudo é delícia/prazer, amor e farturas  
raras vezes ali sucede/também algumas torturas  
por isso vou referir-me/ã algumas desventuras

No sertão quando sucede/dois, três anos sem pingar  
os sertanejos mais pobres/começam se retirar  
muitas vezes soluçando/com saudade do lugar". (58)

Vivendo sempre nos limites da subsistência, tendo que  
destinar grande parte do que produz para pagar seus compromi-  
sos com o patrão, no seu barracão, o camponês ficava à mercê  
de qualquer mudança mais brusca da natureza. A seca rapidamente  
acabava com as suas reservas alimentares, suficientes para no  
máximo seis meses, que é o período de estio tradicional na re-  
gião. A fome endêmica, disfarçada, periódica, passa a ser com  
a seca fome epidêmica, absoluta, permanente. Por isso, no dis-  
curso popular a seca vai aparecer como a responsável pelo fim  
de uma "fartura", mítica, de um período de bonança. É comum no  
cordel a descrição pormenorizada de todo o tipo de comida que  
existia no sertão antes da seca e que desaparece com ela, sendo  
substituído por "comidas bravias". Falar muito de comida é na  
verdade uma sublimação da fome, da carência quase permanente que  
marca este grupo social:

"No sertão tinha demais/o leite, o queijo e qualhada  
na minha velha morada/onde vivi com meus pais  
nos meus tempos joviais/tudo era distração  
numa noite de São João/reinava grande prazer  
mas nada disso se ver/quando há seca no sertão". (59)

(58) SANTOS, Manoel Camilo dos - As Grandezas do Sertão, págs. 09 e 10.

(59) SANTOS, Apolônio Alves dos - Quando há Seca no Sertão, pág. 04.

Explorados pelos mecanismos de mercado, vêem seu nível de vida baixar, sem conseguirem ter explicações mais plausíveis, a não ser a seca ou a falta de previdência. Nas relações tradicionais predominantes na sociedade sertaneja, era comum, por exemplo, a doação por parte do dono da terra de um litro ou mais de leite e parte da carne de algum animal morto, para seus agregados<sup>(60)</sup>. Este tipo de relação tende a desaparecer, levando a que fosse descontado o leite no salário do trabalhador ou mesmo a que deixasse de ser fornecido à medida que este passa a ser vendido no mercado. O mesmo ocorre com a carne que ao interessar como mercadoria desapareceu da dieta do homem pobre do sertão, tornando-a mais precária e reduzindo-a a alguns produtos.

Este emagrecimento da dieta tradicional é visto como produto da seca, visto que foi com ela que este fornecimento foi interrompido e nunca mais se restabeleceu.

Os animais de pequeno porte, que funcionavam como reserva de valor, ou são perdidos com a seca, ou são vendidos para pagar as dívidas contraídas com o patrão e geradas pelas novas relações de trabalho.. A perda destes animais é vista pelo camponês como símbolo de perda de status, de declínio social.

Ter de lançar mão desses animais para poder comer, simboliza mais fome, fome de status. Esta carência de status, de poder, é vivida como fome, como seca e sublimada através do

---

(60) Ver ALVES, Joaquim - História das Secas (secs. XVII a XIX), pág. 236 e CASTRO, Josué de - A Geografia da Fome, pág. 194.

to do passado farto, onde "as montanhas eram de cuscuZ" e os "rios de leite".

Numa sociedade onde a fome é uma presença constante, o ser magro ou gordo era visto como definidor de posição social. É comum no discurso popular a palavra engordar estar associada a idéia de enriquecer, enquanto que emagrecer e empobrecer também são usadas como sinônimas:

"Enquanto o sul do país/a mais e mais engrandece nosso Nordeste coitado/de dia a dia enfraquece enquanto o sulista engorda/o nordestino emagrece". (61)

Acabar com a seca é a solução apresentada para acabar com a fome do povo:

"Disse a fome - eu estou triste/que nem sei o que lhe dizer este novo presidente/vôte, credo, eu dou-lhe figa este Hermes Fonseca/jurou acabar com a seca vai tudo encher a barriga". (62)

O discurso popular faz um contraponto entre o que se come antes o que se come durante a seca, procurando demonstrar que tudo era fatura no período anterior e que a seca degrada a alimentação popular:

---

(61) Os Nordestinos no Rio e o Nordeste Abandonado, pág. 07, (sem autor).

(62) BARROS, Leandro Gomes de - O Imposto e a Fome, pág. 01.

"Xique-xique, mucunã/raiz de imbú e colé  
 feijão bravo, catolé/macambira, imbiratã  
 do pau pedra acarimã/a panela e o murrão  
 manicoba e gordião/comendo isto todo dia  
 incha e causa hydropisia/foge povo do sertão"<sup>(63)</sup>.

O código de valores tradicionais atribui ao homem uma série de qualificações que lhes são indispensáveis: o ser honesto, valente, forte, respeitador, bravo, destemido, etc... Os constantes desrespeitos a este código de valores leva a que, ao nível do discurso, se crie um homem do sertão, um sertanejo mítico que incorpora todas essas qualidades, mas que no momento da seca se vê obrigado, pelo desespero e pela miséria, a perder muitas dessas qualidades e transgredir valores tradicionais.

O sertanejo no discurso popular é, sem sombras de dúvida, o pequeno produtor rural, é ele que incorpora essas qualidades míticas de um super-homem decaído no momento da seca:

"O pobre do sertanejo/leva a vida aperreada  
 a lavoura é sua amiga/sua mãe é a enchada  
 o facão é seu padrinho/picareta é seu sobrinho  
 a foice a sua camarada"<sup>(64)</sup>.

O sertanejo mítico é aquele que, mesmo inferior economicamente e politicamente, mantém uma superioridade moral em re

(63) Versos sobre a seca de 1877, de Nicandro Nunes do Nascimento e Bernardo Nogueira, reproduzidos por José Américo de Almeida em Paraíba e seus Problemas, pág. 162.

(64) CAVALCANTE, Rodolfo Coelho - A Vida do Sertanejo, pág. 01.

lação aos poderosos. A preservação dessas qualidades morais é sua riqueza, e por isso deve observar com rigidez o código de valores do mundo tradicional; qualquer transgressão desses valores pode significar a perda de status social, pode significar a degradação social.

O sertanejo é apresentado como alguém sempre preso ao seu lugar, que ama seu torrão e não o deixa a não ser por necessidade extrema. Isso é compreensível, já que o sentimento de localidade é muito forte entre os camponeses. Eles estão ligados de forma muito rigorosa aos seus meios de subsistência; ter que abandoná-los significa para eles insegurança quanto ao futuro, quanto à reprodução da sua vida. Garantir a reprodução do grupo, da família e do indivíduo é mais factível se não se muda de lugar, se não se abandonou a terra que tantas vezes já lhe garantiu o sustento e que é o seu próprio universo. Sair da terra natal é buscar o desconhecido, e a busca do desconhecido provoca medo e insegurança. (65)

"Porém na véspera do dia/de fazer sua partida  
despedem-se de tudo ali/que há na terra querida  
e chorando de estrada a fora/cantam assim por despedida:  
pomba artibaçã/quando foge do sertão  
deixa tudo em tristeza/deixa tudo em solidão  
ai, ai, ui, ui/ai meu Deus que mardição(sic)" (66)

---

(65) Sobre o sentimento de localidade do campesinato ver: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de - O Campesinato Brasileiro, pág. 12, bem como: CÂNDIDO, Antônio - Parceiros do Rio Bonito, pág. 62.  
Robert Redfield em Peasant Society and Culture, procura demonstrar como o campesinato se preocupa mais com a segurança do que com aventura.

(66) SANTOS, Manoel Camilo dos - As Grandezas do Sertão, pág. 11.

O sertanejo é visto como alguém disposto a qualquer tipo de trabalho. Não gosta de ter que pedir nada a ninguém. Quando o faz é no momento de muita necessidade, como nas secas. Assim mesmo sente-se humilhado, preferindo ter trabalho para fazer. Na verdade, o discurso do cordel vai inculcar o apego ao trabalho, embora, por outro lado, legitime até o ato de roubar, quando o desespero por causa da seca e a falta de trabalho faz com que o homem pobre não tenha com que se alimentar. Na verdade o discurso popular cobra o cumprimento do pacto tradicional pelo qual nestes momentos cabia aos mais ricos o socorro, a proteção ao mais pobre, fornecendo-lhe principalmente trabalho:

"Por que vian em cada rosto/com tristeza desenhado  
o sofrimento profundo/dum povo martirizado  
que se acha resolvido/a topar bem decidido  
qualquer serviço pesado.

Pois a fome quando é pouca/com paciência se espera  
mais passando do normal/qualquer um se desespera  
aí se ataca quem tem/pois a fome quando vem  
tem a presenta da fera". (67)

O sertanejo é apresentado como um homem cheio de qualidades, bem diferente do homem do brejo ou do homem da cidade. Ele é a verdadeira reserva dos valores do mundo tradicional. Esta idealização visa reforçar estes valores tradicionais, funcionando mais como um exemplo a ser seguido. O cordel cria, a nível de discurso, um sertanejo padrão de perfeição que deveria ser buscado por todos:

(67) SILVA, Expedito Sebastião da - Os Horrores e a Seca do Nordeste, págs. 04 e 06.

"Sertão terra de homens fortes/honestos e conceituados  
corajosos e sinceros/onde tem sido criados  
os melhores cantadores/e poetas inspirados.

Terra de um povo honesto/bravo, mas de lealdade  
não é como esta gente/daqui cheia de maudade  
lá a mulher quando ama/ô uma pura verdade". (68)

Só a seca, no entanto, explicaria a queda da moralidade tradicional a que se assistia, a medida que novas relações sociais se estabeleciam no sertão do final do século XIX e início do século XX. Se o sertanejo honesto se tornava ladrão, a culpa era do desespero de ver seus filhos sem ter o que comer ; só a seca vergava o orgulho daquele homem de brio, que se se submetia à mendicância; só ela transformava gigantes de saúde em seres esqueléticos e encolhidos; somente a seca fazia o sertanejo deixar de ser leal para se tornar um traçoeiro.

O sertanejo é apresentado como alguém puro, sem malícia, mas que é obrigado a toda sorte de "maldade" quando chega a seca.

No discurso popular, pois, a seca é tomada como ponto de partida, para a criação de idealizações do passado, do espaço, das condições de vida e do homem do Norte; funcionando este discurso como uma sublimação da realidade de miséria, exploração e subordinação a que estes homens estavam submetidos . Com o processo de transformação que estavam ocorrendo nas relações so

---

(68) SANTOS, Manoel Camilo dos - As Grandezas do Sertão, págs. 02 e 03.

ciais desde o final do século XIX, este discurso popular mitifica sempre um tempo passado, como forma de mostrar seu repúdio a este presente. Como explicação para as mudanças que se operavam mais uma vez, aparece a seca, como ponto de corte entre o passado ideal e o presente real.

## 2.6 - A sujeição ao cativoiro: o tema do trabalho no discurso popular sobre a seca

O trabalho era um tema que estava muito presente nos discursos do final do século XIX. Vivia-se um período de transição das relações de trabalho escravo para as relações de trabalho livre. No Norte, assistia-se ao processo de integração de grande parte da mão-de-obra livre que vivia no interior ao mercado de trabalho. Estava-se diante da formação deste mercado e da necessidade de disciplinarização desta mão-de-obra, adaptando-a às novas exigências das relações de trabalho no interior, ou mesmo a novas relações de trabalho na Zona da Mata.

Este tema também estará presente no discurso popular, associado quase sempre à seca, que vai ser responsabilizada pelo rompimento das relações tradicionais de trabalho, em que o ritmo de trabalho era muito menos intenso e o nível de exploração menor, havendo uma intensa associação entre trabalho e lazer. O homem do interior do Norte, acostumado a trabalhar seis meses e descansar outros seis, ou mesmo a continuar com o trabalho do gado, que era ao mesmo tempo trabalho e aventura, lazer, se vê agora obrigado a um período mais longo de trabalho e com a obri

gação de cultivar a terra com um produto comercial como o algo dão. O fim progressivo do trabalho escravo e a ameaça de proletarização que pairava sobre a vida destes homens livres fazem nos temer o cativo. Eles se vêm sendo transformados em cativos, principalmente quando, devido à grande seca de 1877, tiveram que se deslocar em massa para a região da Mata e se submeterem às relações de trabalho ali dominantes, com fortes resquícios de escravidão, já que conviviam lado a lado com escravos e eram submetidos a relações profundamente autoritárias de trabalho as quais não estavam acostumados no interior. Grande parte dos pequenos proprietários, que possuíam uma visão positiva do trabalho enquanto atividade que permitia manter a autonomia e impedia a sujeição a um grande proprietário, se viu obrigado a se sujeitar a relações de trabalho que para eles são vivenciadas como o cativo. Por isso, a seca de 1877 fica na memória coletiva como um marco negativo, como a responsável pela sujeição do homem livre ao cativo do eito, na Zona da Mata:

"Desde de 77/que a coisa piorou  
a partir, daquela seca/que até o rio, secou  
que na humanidade, gente/de fome se afracou."(69)

O camponês possui uma visão positiva do trabalho como algo que lhe proporciona a garantia de bem estar material e até como uma obrigação dada por Deus. Ganhar o pão com o suor do seu rosto é a aspiração do camponês. Mas para ele o trabalho é positivo sempre que lhe traz compensações e não o obriga a se

---

(69) Os Fatos das Eras de 1877 ao Resumo dos Tempos, pág. 04.

sujeitar a ninguém, ou pelo menos lhe apareça como uma relação de trabalho onde ele "trabalha por si mesmo" e "sabe o que faz". A sujeição a relações de trabalho onde sua subordinação é explícita só se dá a contra-gosto, premido por necessidades materiais intransponíveis. Por isso, a seca representou um papel decisivo na subordinação do homem livre do Norte às novas relações de trabalho nascidas com o fim progressivo da escravidão e à inserção da região numa nova divisão nacional e internacional do trabalho, ditada pelas transformações nas relações capitalistas a nível regional, nacional e internacional. Para escapar à dominação do capital, a mão-de-obra livre ou opta pela migração para espaços novos, onde tenta reconstruir sua vida camponesa, ou se recusa à disciplina do trabalho (70). No discurso popular é comum encontrarmos este repúdio a estas novas relações de trabalho, personificadas sobretudo pelo trabalho no cito da cana-de-açúcar:

"Cortei a cana e moí/porém perdi meu suor  
Quando tinha a esperança/de voltar de lá mior  
Deichei(sic) tudo quanto fiz/no tanque de seu major" (71)

Este trabalhar sem ser recompensado não é admitido pelo camponês que associa este tipo de trabalho a escravidão:

"E lá vai aquela prole/sujeitar ao cativoiro  
Limpar cana o dia todo/por diminuto dinheiro  
fazendo dez mil promessas/ao padre do Juazeiro." (72)

(70) Sobre as dificuldades para disciplinar mão-de-obra livre para os engenhos de Pernambuco, ver WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel - Capital e Propriedade Fundiária, págs. 49 e 50.

(71) BARROS, Leandro Gomes de - O Sertanejo no Sul, pág. 07

(72) SILVA, José Bernardo da - O Retirante, pág. 08.

No discurso popular o espaço da cana é extremamente desvalorizado, ao mesmo tempo que se elogia o sertão; é comum a narração de estórias em que logo que caem as primeiras chuvas no sertão, todos os retirantes que estavam trabalhando na Mata voltam para o interior, numa verdadeira fuga da exploração a que estavam submetidos e numa clara resistência a se submeterem à disciplina de trabalho que a cana exigia. No sertão, embora seja a terra da seca, tudo é maravilhoso, quando ela não ocorre; já a Mata é a "terra da lama", "do caranguejo", a "terra do cativoiro":

"Diz o velho minhas filhas/não era do meu desejo  
eu ir degredar vocês/na terra dos caranguejos  
o sul presta para tudo/menos para sertanejo".<sup>(73)</sup>

O sertanejo, no entanto, segundo o discurso popular, é aquele que não rejeita trabalho, aceita qualquer um, desde que as necessidades trazidas pela seca isto lhes imponha; e sô nestas condições aceita trabalhar sem compensação:

"Milhares de imigrantes/saem sem pão, sem café  
viajam léguas a pé/como tristes retirantes  
vão pra lugares distantes/pedir alimentação  
em troca de remissão/dão seus trabalhos de graça  
sô se ver fome e desgraça/quando há seca no sertão"<sup>(74)</sup>

O trabalho aparece aí como mais um elemento do pacto tradicional que deveria ser fornecido por quem tinha condições, nestes momentos de dificuldades.

---

(73) SILVA, José Bernardo da - O Retirante, pág. 03.

(74) SILVA, Cícero Vieira da (Mocô) - Quando Há Seca no Sertão, pág.05.

O discurso popular, ao colocar o trabalho como algo positivo, associa-o à manutenção da moralidade tradicional. O trabalho seria o inimigo dos vícios, notadamente do roubo que se justifica só num momento de desespero, como nas épocas de seca se os poderosos não oferecem meios que garantam a continuidade do trabalho.

Com a imigração de estrangeiros para o país, o discurso da classe dominante brasileira desqualifica o trabalhador nacional. No discurso do cordel tenta-se então combater esta visão, valorizando o trabalhador brasileiro e, principalmente o nortista, ou nordestino:

"O trabalho do homem/nordestino tem valor  
para os bons brasileiros/que o elogia com muito amor  
não sei pra os governantes/que agora o vêem com clamor". (75)

Procura-se ressaltar o valor do trabalhador do Norte, mostrando que este enfrenta uma terra difícil e consegue dela tirar o seu sustento. A seca é utilizada como fator de valorização do trabalhador do Norte, ao mesmo tempo em que se denuncia a preferência que a classe dominante tinha em relação ao trabalhador estrangeiro:

"Em que hoje está tornado/o país de Santa Cruz!  
Está igual a mariposa/no calor do fogo ou luz  
O brasileiro é um verme/o estrangeiro mastruz". (76)

Critica ao estrangeiro como remédio para o problema de mão-de-obra que vivia o país.

---

(75) FORTES, Alberto e FORTES Sobrinho - A Seca do Nordeste, pág. 02.

(76) BARROS, Leandro Gomes de - O Povo na Cruz, pág. 06.

A mensagem é explícita, no sentido de que o homem pobre do Norte é um bom trabalhador, que não se submete ao trabalho, não por ser preguiçoso, mas por não aceitar trabalhar sem recompensa e tendo que enfrentar novas relações de trabalho, onde, por exemplo, a disciplina que se exige é muito maior. A reação se dirige, por exemplo, contra o "cabo", que fiscalizava os trabalhadores do eito nos engenhos, personificando assim esta disciplina:

"As vezes eu babo/da ira que tenho  
 O senhor de engenho/tem um tal de cabo  
 esse é o diabo/pior que um dragão  
 eu faço tenção/de um dia pegá-lo  
 mandar encabá-lo/na foice do cão". (77)

A reação do trabalhador às novas formas de trabalho pode se dar, pois, de forma individual, atacando a figura do capataz, que lhe vigia o trabalho, ou mesmo indo embora, em busca do sertão "paradisiaco":

"Quando chega-lhe a notícia/de inverno no sertão  
 Ele diz logo a muiê/arrume meu matulão  
 Quebre os cacos da panela/toque fogo no pilão." (78)

Da Mata ele não quer levar nem os objetos que lhe possam lembrar os dias que teve de suportar a "sujeição ao cativo - ro". O repúdio pelo trabalho cativo fica expresso nas próprias relações de desconfiança, onde o racismo é reforçado pelo desprezo ao homem que se sujeita, que aceita aquelas relações de trabalho "passivamente":

(77) SILVA, José Bernardo da - O Retirante, pág. 10

(78) BARROS, Leandro Gomes de - O Sertanejo no Sul, pág. 03.

"Além do sol quente/vem o cão de um negro  
da cor de um morcego/perturbando a gente  
nunca vi um ente/como o nêgo é  
eu disse com fé/quer ver meu carimbo?". (79)

A rivalidade no trabalho pode, inclusive, explodir em conflitos, que aumentam a fama de valentão do sertanejo e a de "fraqueza" e "covardia" do "brejeiro", ou seja, do negro, que a prendeu a conviver com as relações de trabalho imperantes até en tão, na Mata.

Passando muitas necessidades, tangida pela seca, a fa mília do homem pobre do interior se vê obrigada a trabalhar toda ela no eito para conseguir sobreviver. Tendo que substituir pau latinamente os escravos, os senhores de engenho tenderão a se u tilizar desta mão-de-obra, que chega abatida e derrotada no seu orgulho de pequeno produtor, pela seca:

"E chega a ranchada/ao senhor de engenho  
diz o velho: eu tenho/esta filharada  
família pesada/e não tenho jeito  
preciso e aceito/qualquer sacrifício  
não tenho um ofício/vou cair no eito." (80)

O homem pobre valoriza o possuir um ofício, ter uma profissão, pois isto evitaria que a seca o obrigasse a se sujei tar no eito, que é considerado o pior tipo de trabalho. A pró pria situação obriga a que toda sua família trabalhe e que o homem como chefe de família não consiga exercer o seu papel tra dicional de provedor do sustento da família. Ele tem que pedir

(79) SILVA, José Bernardo da - O Retirante, pág. 11.

(80) Idem, Idem, pag. 04.

desculpas a seus filhos por ter que levá-los "à terra do caranquejo" e lamentar que a mulher, mesmo doente, tenha que se submeter àquele tipo de trabalho:

"A muiê já não é boa/no eito o sol esquentando um toco preto atrás dela/como quem está esperando dizendo aqui está mal limpo/e de hora em hora falando". (81)

A denúncia da exploração do trabalho como causa da migração dos nordestinos para o Sul, passa a ser encontrada no discurso popular a partir do início do século XX, quando a saída para aquela região se acentua. A seca leva a que muitos migrem, mas outros saem pela ganância dos patrões que querem tudo para si, não dando espaço para a sobrevivência do pequeno produtor:

"Pois geralmente no Norte/é somente o fazendeiro que quer ser dono de tudo/com ambição no dinheiro e assim vive oprimido/o pobre no cativeiro". (82)

Tem-se a consciência de que as relações de trabalho já haviam sido diferentes, mas tais mudanças nas relações de trabalho são datadas a partir da grande seca de 1877. Idealiza-se o passado como o tempo em que o homem livre não era sujeito a ninguém, explicando as mudanças nas relações de trabalho pela mudança no comportamento dos poderosos, após a grande seca, ocasião em que ocorrera a quebra do pacto tradicional, que não havia mais sido recomposto desde então:

(81) SILVA, José Bernardo da - O Retirante, pág. 11.

(82) SANTOS, Apolônio Alves dos - Os Nordestinos no Rio e o Nordeste Abandonado, pág. 01.

"Desde de 77/Que a coisa piorou  
a partir daquela seca/que até rio secou  
que da humanidade, gente/de fome, se afracou,

No Nordeste antigamente/a gente vivia bem  
todo mundo trabalhava/sem ser sujeito à ninguém  
ao passo que hoje em dia/liberdade ninguém tem". (83)

Eles localizam as mudanças nas relações de trabalho ,  
mas não compreendem como estas ocorreram, a não ser como mudan  
ça no comportamento dos ricos, que não cumprem mais seu papel  
no pacto paternalista, e datam estas transformações com a grande  
seca. Ela é marco para tais transformações e por isso o tema apa  
rece com tanta força no discurso popular sobre a seca.

As relações tradicionais de trabalho eram consideradas  
naturais, e se elas começaram a ser modificadas, só uma mudança  
na natureza humana ou na própria natureza poderiam explicá-las.

O processo de submissão do trabalhador através das  
novas relações de mercado ficava muito claro quando os homens po  
bres, fugindo à seca, chegavam aos engenhos e eram explorados a  
través do barracão, onde contraíam dívidas que os prendiam aos  
engenhos; tornavam-se mão-de-obra "cativa", prisioneira dos com  
promissos monetários assumidos com o dono do engenho, diferente-  
mente dos compromissos muito mais morais, "da palavra", que os  
atavam a um dono de terra ou a um vizinho a quem prestavam servi  
ço, nas relações tradicionais, quando o homem livre era um margi  
nalizado, dentro da ordem escravista:

---

(83) SANTOS, Apolônio Alves dos - Os Nordestinos no Rio e o Nordeste Abando  
nado, pág. 01.

"Se acaso ele plantar cana/diga adeus minha encomenda  
 Porque ou toma dinheiro/ou não compra na venda  
 Deixa o trabalho do ano/no barracão da fazenda". (84)

O camponês aspira enriquecer e acha que só quem trabalha deve conseguir seu intento; mas diante das novas relações de trabalho com as quais se depara, onde a riqueza é de quem não trabalha, ele, embora mantenha a sua aspiração, já não confia mais simplesmente nos seus esforços, apelando então, para poderes sobrenaturais, que deveriam interferir, de forma a fazer-se novamente justiça, enriquecendo quem trabalha e empobrecendo quem não trabalha. O simples fato de ter propriedades não legitima o fato de enriquecer para o homem pobre do campo; ele só vê justiça neste fato quando a riqueza nasce do trabalho; e acha que esta é a vontade divina e, por isso, Deus virá a seu encontro ajudá-lo:

"Mas meu padim pade Cirço/inda está no Joasciro  
 Ele há de ser servido/que eu ainda gaey dinheiro  
 E com os poderes dele/inda seja um fazendeiro". (85)

Associado ao tema da seca, o trabalho aparece no discurso camponês como um elemento positivo, desde que esteja dentro de determinadas condições, dentro das relações tradicionais de trabalho, das quais participava o homem livre pobre, antes do declínio da escravidão e da penetração com maior força das relações de mercado na região. A formação de um mercado de trabalho livre ameaça o pequeno produtor com o fantasma da proletarização,

(84) BARROS, Leandro Gomes de - O Sertanejo no Sul, pág. 03

(85) Idem, Idem, pág. 07.

que lhe aparece como sujeição ao cativo. Ele acha que as normas tradicionais de trabalho que lhe pareciam naturais foram alteradas por mudanças naturais na índole dos homens ou mesmo na organização da natureza pela seca. A seca de 1877 passa a ser vista como o marco que separa o trabalho liberto do trabalho cativo.

Para se tentar recuperar o trabalho liberto, o discurso camponês ao mesmo tempo que mostra o valor do trabalho como antídoto a toda espécie de vícios, fazendo um discurso moralizador, denuncia as novas condições de trabalho e procura reafirmar que os camponeses só consideravam como trabalho positivo, o trabalho liberto pois este lhe traria recompensa. É um trabalho aparentemente autônomo, onde "se trabalha a hora que quer" e "quan-do quer", embora, na verdade, a jornada de trabalho possa até ser mais extensa, dependendo da época do ano. O camponês não acha vantagem neste mercado de trabalho em que ele "possa trabalhar para quem quizer", mas sim, valoriza "o não trabalhar para ninguém", "o trabalhar para si mesmo".

Como a seca obriga o homem do interior a se submeter a relações de trabalho não tradicionais na Mata, o discurso camponês associa seca e mudança nas relações de trabalho além de criar uma péssima imagem do espaço da cana, em contraponto ao sertão, que é o paraíso do trabalho liberto, enquanto a Mata é vista como o inferno do trabalho cativo:

"Oh! padre santo nos tirai/desse país de mosquitos  
 as noites aqui são tão frias/os dias são tão esquisitos  
 ao passo que no sertão/os campos são mais bonitos". (86)

## 2.7. A Presença da Fera: seca e conflitos sociais

O folheto de cordel, como já dissemos, apresenta um ponto de vista camponês sobre as relações sociais e em seu discurso estão presentes a mudança social e os conflitos que esta acarreta. A mudança social é atribuída em grande parte a fenômenos naturais, principalmente à seca, que também vai aparecer neste discurso como causa dos conflitos sociais, como detonadora dos "maus instintos" do homem, como um momento em que o homem se enfraquece e se deixa influenciar pela "fera" que existe dentro dele, ou pelo demônio, a praticar atos que rompem com a moralidade tradicional e colocam em perigo os valores morais deste mundo tradicional:

"Pois a fome quando é pouca/com paciência se espera  
 mas passando do normal/qualquer um se desespera  
 aí se ataca quem tem/pois a fome quando vem  
 tem a presença da fera". (87)

Realmente, nos momentos de seca, aumenta consideravelmente o número de transgressões da ordem, de desafios a autoridade; mas as lutas e conflitos, na verdade, nunca deixam de existir numa sociedade fracionada em classes, e onde a relação de dominação está presente. Onde há dominação, há luta, há conflito.

(86) SILVA, José Bernardo da - O Retirante, pág. 09

(87) SILVA, Expedito Sebastião da - Os Horrores e a Seca do Nordeste, pág. 06.

Mesmo na sociedade tradicional, as relações sociais eram perpassadas pelo conflito e pela violência<sup>(88)</sup>. As relações, embora perssoais, não deixam de ser relações de conflito, ainda que de conflito individualizado, que quase sempre, quando é levado às últimas consequências, se resolve com a eliminação física do oponente.

No discurso popular aparece uma clara valorização da valentia, entendida como um dom pessoal. Esta valentia pode se expressar, no entanto, dentro de limites morais anteriormente prescritos, que tornam o ato de valentia um ato de justiça; justiça entendida dentro do código tradicional. Algo deve legitimar o ato de violência, e quando isto ocorre até o ato de matar se torna facilmente aceito pela comunidade.<sup>(89)</sup>

Dentro desta lógica, a seca aparece como um momento que legitima a prática de atos como o roubo, ou mesmo assassinato, desde que a pessoa assassinada tenha se mostrado insensível à situação de miséria de quem lhe solicitou alguma coisa. No momento em que o poderoso não cumpriu com sua parte no pacto tradicional, o homem pobre ficava liberado do compromisso de lealdade e respeito e podia demonstrar seu descontentamento matando seu mau patrão, ou mesmo tirando dele o que lhe pertence, pois se ele é quem tem, ele é quem deveria dar espontaneamente. Como isto não ocorre o agregado é um homem livre das suas obrigações tradicionais, podendo transgredi-las de forma justa:

---

(88) A presença da violência e do conflito nas relações tradicionais que envolviam o homem pobre na sociedade escravocrata foi magistramente demonstrada por Maria Sílvia de Carvalho Franco em seu trabalho: Homens Livres na Ordem Escravocrata.

(89) Sobre a valorização da valentia nos folhetos de cordel, ver Mauro William Barbosa de Almeida- Folhetos, pág. 26.

"Muitos deixando seus lares/cheios de necessidade envergonhados procuram/implorar a caridade sem quase nada arranjar/pois quem tem já não quer dar ô, falta de humanidade.

E para isto a polícia/já não tinha autoridade pois os famintos atacavam/mostrando assim ser forçados por grandes necessidades". (90)

Tais atos sô são considerados legítimos num momento como este, de extrema necessidade; mesmo assim, o discurso popular procura mostrar que o camponês recorreu antes a todas as pessoas que lhe deviam proteção, entre elas os membros do governo , já que ele vincula ordem política com ordem de parentesco, fazendo o governo aparecer como um parente mais distante e poderoso que deve socorrê-lo nos momentos de infortúnio. (91) Se o governo assim como o patrão, não dá ouvidos aos reclames dos pobres, tornam-se legítimas quaisquer atitudes que demonstrem seu descontentamento, no sentido de salvar a vida, de conseguir sua sobrevi-vência e de seus descendentes:

"Com grande necessidade/sem rancor e sem malícia entra a turma na cidade/e sem temer a polícia vai falar com o prefeito/se este não der um jeito agora o jeito que tem/é os coitados famintos invadirem os recintos/da feira e do armazém". (92)

(90) SANTOS, Manuel Camilo dos - Os Horrores do Nordeste e a Solidariedade Campinense, págs. 02 e 03.

(91) Sobre a vinculação entre ordem política e ordem de parentesco entre o campesinato, ver Mauro William Barbosa de Almeida, Folhetos.

(92) ASSARÉ, Tatativa do - Emigração, pág. 04.

Aliás, o homem livre pobre demonstra uma clara repulsa ao Estado, principalmente ao Estado racional e laico que começa a se estruturar no final do século XIX. O Estado já não aparece para ele como uma grande família ou mesmo como uma entidade que dele se aproximava através da mediação do padre ou do coronel. O Estado deixa de ser palpável e se distancia de tal forma do seu mundo que ele chega a demonstrar um desconhecimento total do jogo institucional da política, revelando em relação a ele, um nítido desinteresse e descrença. No entanto, é muito incômoda a presença deste Estado na sua vida, principalmente quando ele interfere no seu cotidiano, através da cobrança de impostos, ou do recrutamento militar, do censo, do registro de nascimento e óbitos, e até no ato de selar suas mercadorias. Incômoda ser marcado, registrado, recrutado. A perda de autonomia para ele fica clara na situação de miséria em que vivia. Cada exigência do Estado era vista como sobrecarga, e isto o irritava. Seu discurso, pois, procura ridicularizar esta presença estatal, que só não o corre quando ele mais necessita, quando a seca acontece:

"É o governo bem vê/nossos martírios cruéis  
sô faz é nos botar selo/da cabeça até os pés  
diz de machã morre em/ao meio dia nasce dez", (93)

Existe pois uma reação à burocratização do Estado, que é uma reação à sua despersonalização. A relação política, antes mais próxima, mais direta, com o coronel, passa a ser mediada por um conjunto de mecanismos políticos que tornam o espaço onde o

(93) BARROS, Leandro Gomes de - O Povo na Cruz, pág. 02.

correm os fenômenos políticos distante do universo do homem po  
bre. Por isso, este deixa a política para ser feita por quem en  
tende, e segue a orientação política do homem de confiança mais  
próximo. O cabresto político não é um ato apenas de submissão ,  
mas também de permissão, permissão por desinteresse. Desinteres-  
se que se acentua à medida que o governo é incapaz de dar res  
postas, dentro da lógica tradicional, às necessidades do homem  
pobre, no momento da seca.

Sentindo-se abandonado pelo governo e pelos ricos, ape-  
la para a única esperança, aquele único poderoso que não rompeu  
o pacto tradicional, que é Deus. Só ele pode socorrer o homem,  
no momento da seca, os outros são só promessas. Em nome dele, o  
discurso popular procura então coibir os excessos que possam ser  
cometidos durante a ocorrência do fenômeno. Se a omissão do go  
verno e dos ricos legitima a "perda da cabeça", isso não deve o  
correr porque Deus não falhará, ele "tarda mas não falta", e isto  
deve servir de lenitivo para o desespero, evitando-se cometer ex-  
cessos, que são condenados pelo próprio Deus":

"A falta de paciência/é caminho da indignância  
estrada da perdição/confiança no Senhor  
pode acreditar melhor/é marchar p'ra evolução". (94)

O próprio Estado muitas vezes é enxergado, neste dis  
curso, como um prolongamento de Deus. O governante é visto como

---

(94) Os Flagelos da Seca do Nordeste, pág. 07. (sem autor).

um Deus laico que, por isso mesmo, deve ser tão bom, onipotente e onisciente quanto aquele. Se ele, no entanto, falha com suas obrigações, cae em desgraça não só com o camponês, mas com o próprio Deus, que por isso mesmo pode até vir a perdoar o homem pobre que cometeu uma loucura num momento de desespero. Deus compreenderá que se ele roubou a água do vizinho é porque morriam de sede ele e suas crianças; se roubou o gado do fazendeiro, é porque a fome o levou ao desespero.

A ambiguidade do discurso é patente, ora legitimando o ato de transgressão à ordem, ora procurando coibí-lo, através da ameaça do castigo divino. Esta ambiguidade nasce de um discurso que fala em mudança social procurando evitá-la, ou fala de conflito procurando justificá-lo, de forma a que se torne o mais inofensivo possível, ou mesmo procurando evitá-lo. Fala-se de uma realidade de conflito como algo anormal nas relações sociais, e esta anormalidade só se explica por outra, que é a anormalidade do clima; só quando há seca no sertão é que tais transgressões acontecem, fruto do desespero e da fome, mas é legítimo que elas ocorram neste momento. A ambiguidade de um discurso que tenta incorporar a visão do mundo dos dominantes à visão do mundo dos dominados.

"Aí se vêem forçados/embora contra a vontade  
 ir atacar constragidos/os mercados da cidade  
 que triste situação/mas esta é a solução  
 dos que tem necessidade".<sup>(95)</sup>

---

(95) SILVA, José Bernardo da - Os Horrores e a Seca do Nordeste, pág. 04.

A pauperização do campesinato nortista, no final do século XIX, fruto das novas relações de exploração, soma-se à grave crise da agricultura de exportação para compor este quadro de miséria onde o pacto tradicional é rompido, abrindo-se perspectivas para um crescente descontentamento das massas rurais.

Quando ocorre a seca de 1877, o camponês empobrecido rapidamente atinge o estado de miséria absoluta e, no entanto, não encontra amparo nos grandes proprietários de terra, que também se viam empobrecidos pela grave crise econômica. Por isso, a seca de 1877 aparece na memória popular como o momento do surgimento da violência no sertão. É exatamente durante esta seca que realmente se amplia o fenômeno do cangaço, agravam-se os saques nas cidades, roubos de gado e até de água, além dos motins de subsistência que ocorrem nas cidades em que se aglomeram os retirantes, quando faltava comida.

O rompimento das relações tradicionais de dominação, as sentadas no dever para com outra pessoa, na lealdade e submissão a um "benfeitor" não são momentaneamente substituídas. Abre-se um vazio nas relações de poder, que dá origem a uma consciência individualizada, não coletiva, que se expressa em atos de rebeldia individual, através dos quais buscam mudanças imediatas e momentâneas em suas condições de vida. O homem pobre, com fome, no momento da seca, tendo sido abandonado a sua própria sorte pelo coronel, assalta, mata, cobra tributos por conta própria. Não ins

tintivamente ou irracionalmente, como querem alguns<sup>(96)</sup>, mas de forma consciente. Consciente de que está se vingando do coronel por este não cumprir com sua parte no pacto tradicional. Já que ele não dá, dele se tira:

"Vendo o flagelo horroroso/vendo grande desacato  
 infiel e impiedoso/aquele patrão ingrato  
 como quem declara guerra/expulsa de sua terra  
 seu morador camponês/o coitado flagelado  
 seu inditoso agregado/que tanto favor lhe fez".<sup>(97)</sup>

Ao contrário do que defende Hobsbawm<sup>(98)</sup>, o bandido a qui surge não daqueles não integrados na sociedade rural, mas é a própria forma como se dá esta integração que produz o bandido. O bandido aqui era uma figura permanente, muitas vezes a serviço dos patrões, homem pobre que incorporava as próprias rixas do patrão, porque se identificava com ele, se considerava pertencente a sua família, a sua parentela. A lógica do parentesco se sobrepõe a lógica da classe social. E por isso o bandido se volta contra o seu patrão, quando ele não cumpre suas obrigações de "chefe de família", quando não alimenta seu "afilhado", no momento em que mais precisa. Como um filho zangado, ele se volta contra

(96) Esta é a visão, por exemplo, de Hamilton de Mattos Monteiro quando analisa as revoltas camponesas no Norte, no final do século XIX. Ora as considera instintivas (pág. 71), ora as considera irracionais (pág. 137). Embora tente amenizar tais pechas com expressões como "aparentemente" ou "podemos dizer", toda análise deste autor vai no sentido de desqualificar os movimentos camponeses, porque estes não servem a lógica de um projeto político que é o do autor e que não poderia estar inscrito na realidade destas revoltas a não ser como anacronismo.

Ver MONTEIRO, Hamilton de Mattos - Crise Agrária e Luta de Classes.

(97) ASSARÉ, Patativa do - Emigração, pág. 02.

(98) HOBBSBAMM, Eric J. - Bandidos, pág. 25.

o "pai", tentando com a violência fazer o pacto tradicional ser respeitado. A revolta busca fazer voltar a uma situação anterior de equilíbrio. Já que o conflito nasce da perda de equilíbrio, social e individual, e a seca aparece como a causa primeira, ao lado do não cumprimento do seu papel pelo patrão, é comum no discurso popular falar-se de loucura quando se pratica ato de transgressão, loucura trazida pela fome, pela seca:

"Se reúnem mães e pais/com jarro, ancoreta e lata  
vão buscar água na mata/com cinco léguas ou mais  
e a filharada atrás/cansada e pedindo pão  
com esta situação/qualquer um pai endoidece  
mas isto só acontece/quando há seca no sertão". (99)

É claro que os dominados visam repudiar, redefinir ou alterar as relações de dominação quando agem violentamente (100). Só que no discurso camponês, esta violência aparece como uma busca de reconstruir o passado, retornar a uma rotina de dominação, onde às custas de uma luta cotidiana o homem pobre elaborou estratégias que lhe permitiam ter um espaço próprio dentro destas relações (101). O conflito latente que existia nestas relações se manifesta quando o camponês considera sua situação insuportável. Por isso, a seca no discurso popular aparece como o momento do

---

(99) SILVA, Cícero Vieira da (Mocó) - Quando há Seca no Sertão, pág. 08

(100) MONTEIRO, Hamilton de Mattos, - Crise Agrária e Luta de Classes, pág. 30

(101) Ver THOMPSON, Edward P. - "La Sociedad Inglesa del siglo XVIII: Lucha de Clases sin Clases? in Tradición, Revuelta e Consciencia de Clase.

conflito, da transgressão, pois é o momento da gota d'água, em que a dominação se torna insuportável, em que nada se oferece em troca de sua submissão. Portanto, não se submetem, se rebelam, nestes momentos.

Rebelam-se de acordo com o que as próprias condições sociais permitem, exigir deles outra forma de reação é fazer cobranças incabíveis e cair, na nossa opinião, em puro anacronismo. Naquele momento histórico foram possíveis estas formas de rebelião. Se reformistas ou revolucionárias<sup>(102)</sup>, não importa, são simples rótulos. O que importa é que o homem pobre se rebelou, e sua rebelião foi um elemento decisivo na redefinição das próprias relações de dominação. Embora tenha se rebelado para voltar ao passado, a sua rebelião agiu como elemento propulsor de novas mudanças, da criação de algo novo, que pode até ser realmente pior do que a anterior, mas da qual ele foi um dos construtores. (103)

Devemos pensar ainda que a vida do homem pobre é uma vida de luta cotidiana, suas relações diárias são relações de conflito e dissensão. Autores que têm uma visão que restringe às grandes lutas, aos grandes momentos organizados de reivindicação, o espaço de luta na história, talvez achem que os motins "desorganizados" da seca, os roubos, os assassinatos, os subornos, os

(102) A incapacidade camponesa para articular revoltas que buscam transformar a sociedade global, opinião corroborada pelo próprio Marx, já foi suficientemente desmentida pela história recente das revoluções em todo o mundo.

(103) A visão da sociedade como uma rede de poderes, na qual qualquer movimento de contestação provoca a redefinição desta rede e redefine também as relações de poder, já que o campo de poderes é um campo móvel, onde as lutas ocorrem através das estratégias mais sutis, pode ser encontrada em FOUCAULT, Michel - *Microfísica do Poder*.

saques, não são formas de luta dignas de constarem das páginas da história dos dominados, e até aceitem que realmente foi só o desespero pela fome que os causou; eles não só teriam a barriga vazia, mas a cabeça também; seriam simples animais agindo pelo instinto de sobrevivência. (104)

Nosso interesse em focalizar como o conflito era associado a seca e como aparecia no discurso popular é exatamente no sentido de questionar tal visão e mostrar que estas reações além de terem "importância histórica", demonstram uma forma de consciência da realidade que cercava o homem pobre do Norte. Como diz Gilberto Velho, os comportamentos tidos como desviantes devem ser vistos como uma manifestação política e não simplesmente um ato pessoal isolado (105). A rebeldia e a transgressão, por mais individuais que sejam, têm um significado social.

O pânico que os retirantes causavam à gente da cidade demonstra como o potencial de revolta dessa massa faminta inquietava a todos. Afinal, a seca liberava as feras que existiam dentro de cada um, o desespero fazia "perder o juízo", ou seja, fazia romper com os limites da submissão; e uma vez tais laços rompidos, o gosto pela liberdade momentânea podia agradar ao homem

---

(104) Ver a brilhante análise do cotidiano de luta dos trabalhadores no Rio de Janeiro no começo do século, empreendida por CHALHOUB, Sidney - Trabalho, Lar e Botecoim - O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.

(105) Ver VELHO, Gilberto - "O estudo do comportamento desviante: a contri-buição da antropologia social" em VELHO, G. - Desvio e Divergência: Uma Crítica da Patologia Social.

pobre, fazendo com que este não voltasse ao "curral", mais optasse por continuar como ovelha desgarrada, preferindo se marginalizar, mesmo depois de passada a seca:

"Quando em uma cidade/chegavam uns com reunidos  
o povo todo se alarma/trancando com alaridos  
as vendas e os mercados/como sejam os flagelados  
uma corja de bandidos". (106)

O discurso popular opera, assim, uma separação entre o bandido e o retirante que comete "crimes": o primeiro pratica por instintos maus ou sem necessidade, rompendo o código moral tradicional; o segundo comete "crimes" por necessidade, porque a fome obriga, porque a seca "liberou seus maus instintos", e porque busca fazer ser cumprido o pacto tradicional. São loucuras cometidas pela presença da fera da fome e do desespero e por isso são justas. Antes de serem uma ruptura da ordem, elas buscam restabelecer a ordem tradicional, que para os homens pobres havia sido rompida pelo mau patrão, pelo governo incapaz quando não os socorreram no momento da seca. O conflito e a transgressão aparecem neste discurso popular sobre a seca como um fato nem positivo, nem negativo, apenas necessário.

---

(106) SILVA, José Bernardo da - Os Horrores e a Seca do Nordeste, pág. 05.

## CAPÍTULO - III

## 3.0. OS SERMÕES NO DESERTO (O DISCURSO DA IGREJA SOBRE A SECA)

## 3.1. Problemas Teóricos e Metodológicos

A Igreja Católica foi por quase quatro séculos a instituição responsável em grande parte, pelo controle ideológico da população brasileira, sendo também responsável pela elaboração do discurso que dava sustentação à sociedade escravocrata. Tal discurso "reforçava a idéia de que o homem é fraco e dependente da sociedade, à qual ele sacrifica a sua liberdade individual e oferece a sua capacidade para o trabalho, em troca de proteção e defesa"<sup>(1)</sup>. O controle social, nesta sociedade, era exercido através do paternalismo, aparecendo cada proprietário de terra como o chefe de uma grande família, na qual cada membro tinha as suas obrigações. Cabia ao proprietário a proteção e a defesa de seus dependentes, enquanto estes lhe forneciam trabalho e obedeciam a sua orientação na vida política e social.

O padre surgia sempre ao lado do grande proprietário, incentivando este paternalismo e procurando, através de seu discurso e das suas práticas, abafar ou evitar que o conflito latente nestas relações viesse à tona.

---

(1) EISENBERG, Peter L. - A Escravidão nas Américas: Genovese em Português, pág. 125.

No entanto, no final do século XIX, com a crise final da sociedade escravista, aliada a um processo de modernização das relações sociais no país, o discurso da Igreja já não consegue dar respostas às novas questões que são colocadas por esta realidade, quer do lado dos dominados, quer do lado dos dominantes.

Assiste-se, por um lado, à dissiminação do catolicismo popular que, embora sempre tenha existido e sido partilhado inclusive por membros da Igreja, tende neste momento a entrar em choque com uma instituição que se vê ameaçada pelo avanço da modernidade e busca, através de um processo de "romanização", ou seja, de um processo de maior fidelidade ao catolicismo oficial, recuperar o prestígio perdido. O processo de romanização da Igreja Católica brasileira, iniciado no final do século XIX, tende a abrir um fosso cada vez maior entre o catolicismo oficial e o catolicismo popular, dando origem a choques entre a hierarquia e a base da instituição.

A Igreja empreende um retorno à "pureza perdida" e com isto entra em choque com práticas e crenças populares, que serão reprimidas e expurgadas do seio da Igreja.

Este fosso é agravado pelo fato da maior parte da hierarquia católica no Brasil ser progressivamente constituída por padres estrangeiros, ou que tinham uma formação estranha àquela ministrada nos seminários do país. A xenofobia soma-se ao repúdio a uma Igreja cada vez mais elitista e afastada dos seus fiéis, instituição autoritária, que não consegue abrigar em seu seio todas as variantes populares do catolicismo.

Por outro lado, a Igreja começa também a perder a elite, à medida que esta se deixa influenciar por novas idéias que cheiram a modernidade. Idéias como o positivismo, o materialismo e mesmo o liberalismo, que entram em conflito com a visão de mundo que é veiculada pela Igreja Católica.

Diante de tais fatos, a Igreja tende a se fechar num purismo e num conservadorismo ainda maior, combatendo estas idéias, denunciando-as como "sinais do fim dos tempos", exercendo assim uma influência mais reacionária ainda, quer no seio da população pobre, quer no seio da parte da elite que se manteve fiel à sua direção.

Esta crise vivida pela Igreja Católica não ficava, no entanto, apenas no campo das idéias; ela tende a perder progressivamente o papel que ocupava dentro da estrutura do Estado imperial, à medida que este se modernizava, se burocratizava, assumindo muitas das funções que antes só a Igreja podia exercer. A criação do registro civil, por exemplo, retira da Igreja a tarefa de registrar a população, o que permitia que esta instituição tivesse o controle inclusive numérico do seu rebanho. (2)

Os conflitos entre a Igreja e Estado imperial levam àquela instituição progressivamente a retirar seu apoio ao governo imperial e passe a apoiar a República. A condição exigida é que esta lhe garanta a liberdade de ação que lhe negava o Im

---

(2) Sobre os conflitos entre Igreja e Estado, no final do século XIX, e entre o catolicismo popular e o catolicismo oficial, bem como suas repercussões no Norte do país, ver: DELLA CAVA, Raph - Milagre em Joazeiro, Capítulo I, "As Origens Sociais do Milagre", págs. 23-40.

pério, por sua subordinação à estrutura estatal.

No entanto, a Igreja não via com bons olhos o republicanismo, pois o associava ao positivismo e, principalmente, à liberdade religiosa, o que acabaria com o privilégio de religião oficial do país de que o catolicismo desfrutava.

Por isto, este capítulo vai tratar do discurso da Igreja sobre a seca, que era um componente da realidade nortista onde ela atuava, e sobre a qual a instituição vai produzir um discurso, associando-a a outros temas que eram discutidos, no final do século XIX e início do século XX.

Mas uma questão se coloca: por que tratar o discurso da Igreja à parte? Não seria ele o mesmo da classe dominante da região?

Como vimos, o discurso da Igreja estava, no final do século XIX, se afastando do discurso da classe dominante, em cujo imaginário a influência católica continuava presente, mas já então mesclada e filtrada pelas novas idéias que representavam a modernidade. A Igreja tenta, na verdade, reafirmar seus dogmas e princípios, num momento em que eles estão sendo questionados pelo avanço da ciência e pelo novo ideário surgido com o avanço das relações capitalistas em termos mundiais e a vitória definitiva da burguesia, como classe dominante universal.

O discurso da Igreja sobre a seca nos interessa, pois, como uma outra matriz da qual partirá a classe dominante da região para elaborar seu discurso em torno do fenômeno. Da visião da Igreja a elite vai retirar aqueles elementos que se coal

dunam com a sua nova visão de mundo, mas também irá expurgar a queles que não podiam mais ser aceitos por uma "elite moderna".

Vamos ver, pois, um discurso em vias de se tornar a nacrônico para a elite dirigente e que, embora exerça uma gran de influência junto às camadas populares, também já não con segue dar respostas a uma série de questões que as mudanças em curso colocavam para o homem pobre, angustiado com a crise das relações tradicionais e sua paulatina desintegração.

É importante ressaltar que iremos abordar um discur so institucional e, por isso mesmo, ele segue uma lógica que perpassa a própria instituição. Não se trata aqui de um discur so individual, nem de um grupo social, mas de pessoas que fa lam em nome de uma instituição, que falam, pois, dentro de de terminada lógica e que têm seu discurso limitado pelas regras e dogmas que dão sentido a esta instituição.

Embora não esteja ela separada das condições econô micas, sociais e políticas, e estas não deixem de influenciar seu discurso, tal discurso no entanto vai possuir elementos e temas que são abordados e repetidos, de forma até ritual, de mo do a preservar o conteúdo que dá sentido à existência da prô pria instituição. Ser membro da Igreja e falar em nome dela é partir de determinados pontos básicos, de determinados temas e enunciados chaves, que de certa forma dirigem o discurso, já que este deve respeitar um arcabouço dogmático e, portanto, é como se fosse o discurso enformado dentro de limites prévios<sup>(3)</sup>.

(3) É o que Foucault chama de "materialidade do enunciado"; essa materialidade constitutiva do enunciado é de ordem institucional, já que a identidade de um enunciado é dependente de sua localização em um campo ins tucional. A instituição constitui pois a materialidade do que é dito e, por isso, é importante para uma análise arqueológica. Ver MACHADO, Roberto - Ciência e Saber: A Trajetória da Arqueologia de Foucault, págs. 169-170.

Como coloca Foucault, as instituições têm uma lógica própria que impõe limites prévios a quem delas faz parte. Embora sejam canais de ligação entre os vários grupos sociais e veiculem um discurso que visa justificar as relações de poder dominantes em uma sociedade, cada instituição, no entanto, veicula um discurso que, antes de mais nada, deve justificar a sua existência enquanto tal, discurso que deve justificar o seu próprio poder. (4)

Justifica-se pois abordar o discurso da Igreja sobre a seca em separado, já que este, no meio da dispersão temática que compõe o mundo dos discursos, irá selecionar e abordar temas que visam articular um discurso que reforce o seu poder, que o positivo mesmo que para isto tenha que contestar outras instituições e até mesmo o discurso da elite dominante.

O discurso da Igreja será estratégico no sentido de preservar o seu papel, ameaçado pela modernidade, e lançará mão, para isto, de temas que estavam preocupando todos os grupos sociais do Norte, no final do século XIX. Entre eles, a seca, que será ligada a outros temas e pensada dentro da lógica que se submete a instituição, contribuindo assim para a constituição do fato histórico, que é a descoberta da seca como "o problema do Norte" e a transformação da seca de 1877 num marco da história nordestina.

Utilizamos como fonte os jornais A Ordem, do Ceará, e Apóstolo, da diocese do Piauí, além das cartas pastorais dos

---

(4) FOUCAULT, Michel - "Sobre a Justiça Popular" in Microfísica do Poder, págs 39-68.

bispos do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio G. do Norte no momento das secas. Enfrentamos, no entanto, extrema dificuldade em encontrar fontes que nos permitissem apreender este discurso, lançando mão, portanto, para complementar tais fontes primárias, da bibliografia que aborda o papel da Igreja na sociedade imperial e republicana no início do século e as idéias que esta veiculava.

Abordaremos, primeiro, o papel que a Igreja desempenhava na sociedade do Norte no momento em que ocorria a seca e como, coerente com estas práticas<sup>(5)</sup>, seu discurso em torno do problema foi se constituindo, aliando-o a outros temas que se referiam a problemas sociais e políticos. Num segundo momento, buscamos analisar a imagem da seca que perpassa o discurso da Igreja e como este se baseia em um saber que se confronta com o chamado "saber científico", procurando ver como se dá o choque entre as concepções materialistas e espiritualistas que se confrontam neste discurso sobre a seca.

### 3.2. Práticas perigosas e o exemplo da moralidade: seca, trabalho e controle social no discurso da Igreja.

A atuação dos membros da Igreja, nos momentos de ocorrência das secas, era coerente com seu discurso, que pregava

---

(5) Foucault considera os discursos como práticas, as chamadas "práticas discursivas" que, segundo ele, definem como: "...Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que de finem as condições de existência da função enunciativa".

FOUCAULT, Michel - A Arqueologia do Saber, págs. 153-154.

a existência da harmonia social e do dever dos mais poderosos para com os mais fracos, dever daqueles serem para estes últimos protetores no campo material e guias no plano espiritual.

Por isso, vamos encontrar os padres participando das comissões de socorro, que distribuíam alimentos aos flagelados, já que estes eram considerados, ao lado do juiz e do delegado de polícia, as maiores autoridades locais. É comum também encontrarmos referências a campanhas de doação promovidas pelos membros da Igreja, para arrecadarem donativos destinados aos flagelados.

No entanto, serão cada vez mais comuns também, a medida que se estrutura a "indústria da seca", os choques entre os membros da Igreja e as oligarquias locais, nos momentos de distribuição de socorros. Os membros da Igreja condenam a corrupção, lembrando que a seca não devia ser um momento para que os poderosos tirassem proveito, nem vantagens materiais, mas o momento em que deviam se constituir em exemplos de moralidade e de solidariedade humana, cumprindo o papel, que lhes era reservado na sociedade, de guias morais e amparo para os mais fracos, nas suas necessidades. Denunciam que em 1877, a maior parte da verba de socorros públicos "serviu apenas para engordar indivíduos que nada tendo de seu ao começar a seca fizeram profissão de comissários, no exercício do qual adquiriram somas espantosas, que têm sido gastas em bailes e jogatinas"<sup>(6)</sup>.

---

(6) A Ordem, 7 de março de 1880, nº 26, pág. 01, c. 02 - Baturité(CE).

Por outro lado, a Igreja não deixa de ser beneficia da com estas verbas, já que uma parte delas foi destinada às Casas de Misericórdia, onde eram atendidos os flagelados que adoeciam. Os que faziam doações às Casas de Misericórdia são descritos no discurso da Igreja como exemplos de moralidade : "Agora porém uma alta lição de moralidade foi dada aos filhos desta terra pelo diretor engenheiro e chefe da via-férrea de Baturité, Dr. Carlos Alberto Morsing, que rejeitou um explêndido baile que os nababos da seca lhe ofereceram mandando que seu produto (dez contos de réis) fosse aplicado em benefício da Santa Casa de Misericórdia". (7)

A Igreja, no entanto, acreditava que sua atuação nestes momentos não deveria se restringir ao campo da ajuda material, mas principalmente da "assistência espiritual", evitando que o desespero nascido da "perda de confiança em Deus" fosse responsável pela prática de atos "que ferissem a moralidade". As práticas e o discurso da Igreja tentam infundir pois "a confiança em Deus" e ao mesmo tempo justificar o porquê de tanto sofrimento, para que as pessoas se resignassem.

Este trabalho "espiritual" da Igreja era fundamental, pois, no controle social de uma população que podia se entregar a "práticas perigosas" num momento como o da seca, onde se rompiam as relações tradicionais de dominação. Como vimos, apenas o pacto com Deus era preservado nestes momentos, e é através dele, pois, que se devia exercer o controle social aproveitando

---

(6) A Ordem, 7 de março de 1880, nº 26, pág. 01, c. 02 - Baturité (CE).

a forte religiosidade do homem pobre e o respeito que ele ainda possuía pela instituição.

A seca aparece no discurso da Igreja como um castigo de Deus pelos pecados humanos. A tarefa do padre seria, pois, intermediar a relação entre Deus e o pecador, como uma espécie de advogado de defesa deste último junto ao Senhor. O padre devia conquistar a misericórdia divina para o pecador, e para isto ele orientava práticas como as preces coletivas, as procissões e as penitências, que visavam aplacar a ira de Deus.

A seca flagela, segundo o discurso da Igreja, por que ela é um castigo divino. Portanto, o homem pobre, para alcançar a misericórdia divina, devia auto-flagelar-se, castigar o seu corpo em busca de purificação para sua alma. Daí advieram as práticas de auto-flagelação comuns entre os "fanáticos" da região. (8)

O padre é, pois, apresentado no discurso da Igreja como aquele que tem "a obrigação rigorosa e sempre urgente de orar", pois "de um lado estas orações completam o ato de adoração, do outro desarmam a cólera de Deus e fazem cair benções celestes sobre as cabeças criminosas". (9)

Era comum, pois, que os padres visitassem os acampamentos de retirantes para celebrarem os sacramentos e evidentemente proferissem nos seus sermões a advertência de que a

---

(8) Sobre o caráter do controle social exercido pela penitência, ver: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de - "Os penitentes" in O Campesinato Brasileiro, págs. 171-177.

(9) "A Missão do Padre na Sociedade"-O Apóstolo, 1 de setembro de 1907, nº 16, pág. 01, c. 03 - Teresina (PI).

resignação e a "fé em Deus" era a melhor solução para a situação aflitiva que enfrentavam. Procuravam canalizar todo o potencial de revolta, toda energia da rebelião para práticas místicas, como as penitências, os sacrifícios, os pedidos de perdão nas confissões, as procissões de solicitação de chuvas, etc..., pacificando os "maus instintos" e garantindo a manutenção da ordem.

Pregavam ainda contra a violência e a favor do arrependimento, pois as práticas perigosas dos pobres e dos ricos geravam o "desequilíbrio entre os diversos elementos que constituem, sob múltiplas relações, o todo harmonioso que se denomina sociedade", o que por sua vez produziria "a decadência precoce" que só seria evitada "pelo restabelecimento da ordem e da justiça" (10).

Condenava a Igreja a imoralidade dos pobres que com a seca haviam se tornado "mendigos que tudo venderam para matar a fome", mas também dos ricos que haviam se tornado, com a estiagem, um "bando de especuladores infames que tudo prostituíam em satisfação de seus instintos perversos". (11)

Vê-se pois que o discurso da Igreja procura ordenar a sociedade através de preceitos morais, que a tornariam um todo harmônico. Não questiona de forma alguma a divisão social, pois esta é considerada um desígnio divino. O rico e o po

(10) A Ordem, 15 de agosto de 1880, nº 40, pág. 01, c. 01 - Baturité(CE)

(11) Idem, Idem, Idem, Idem, Idem.

bre foram trazidos ao mundo por Deus, que reservou a cada um uma missão, e o cumprimento desta missão é o que era cobrado pela Igreja, que se vê, exatamente, como a instituição criada por Deus para realizar esta mediação entre as partes distintas da sociedade, bem como entre o homem e o próprio Deus. Considera, assim, que Deus "com sua mão poderosa governa os mundos não somente por certas leis gerais, como um rei que reina e não governa, mas por uma vontade única, cuja aplicações sucessivas (sic) e cujos atos regularão o destino de todas as coisas e a sorte de todos os homens". (12)

Deste modo, a Igreja se apresenta, no seu discurso, como a intermediária. Neste governo que é exercido no mundo por Deus, pois, embora Deus tenha deixado neste seu governo uma parte ao homem, ele deve, no entanto, exercê-lo conforme "os conselhos da Providência" (13). Por isso, a Igreja cobra dos governos temporais que antes de se preocuparem com "melhoramentos materiais", devem ter toda a atenção com a moralidade das províncias, que fora abalada com a seca. E defende que "a condição capital para elevar-se o estado social abatido é e será sempre o exemplo da moralidade que o governo está obrigada a realizar plenamente, a fim de que todos compreendam que não é possível uma vida de escândalos". (14)

---

(12) "A Missão do Padre na Sociedade" - O Apóstolo, 1 de setembro de 1907, nº 16, pág. 01, c. 03, - Baturité (CE).

(13) Idem, Idem, Idem, Idem, Idem.

(14) A Ordem, 15 de agosto de 1880, nº 40, pág. 01, c. 01 - Baturité (CE).

A instituição combate, assim, os governos oligárquicos, que por suas corrupções e violências não eram dignos de serem "guias do povo", nem realizar a tarefa de moralização que lhes cabia. Percebe-se, então, neste discurso, a tentativa de apresentar a Igreja como a única instituição capaz de realizar tal tarefa, justificando assim o seu poder em detrimento do poder do Estado. A Igreja, "luz do caminho do homem", não pode se ver submetida a um Estado que não atua de forma a preservar a moralidade, o que provoca o desrespeito à ordem e à justiça.

O respeito à autoridade é visto como a base fundamental para a preservação da liberdade e da conquista do bem estar. A autoridade aí é entendida como aquela conquistada pela superioridade moral, pela capacidade de alguém ser "o exemplo". A autoridade conquistada por outros meios é condenável. Vê-se pois que o discurso da Igreja veicula uma concepção extremamente autoritária das relações sociais e do exercício do poder, que devem se pautar por um código moral, código este o mais conservador possível, ditado pela própria Igreja e que, caso não seja respeitado, leva à exclusão do indivíduo para o campo da "criminalidade".

A moral é vista aí não como produto das relações sociais, como um produto histórico, mas como regras gerais, universais, que emanariam do próprio Deus. O poder consegue, através de um discurso como este, esconder o seu próprio ponto de origem. A Igreja se colocava como guardiã da moralidade, que teria sido conceituada pelo Senhor; por isso, seu discurso se dirige a todas as classes sociais e principalmente aos dominantes, no

sentido de alertá-los para o fato de que suas práticas perigosas, seus maus exemplos poderiam ser seguidos pelos mais pobres, o que colocava em perigo a própria dominação. Os que deveriam zelar pela ordem e pela "justiça", seriam os primeiros a transgredi-las, a que constituía uma ameaça à harmonia social.

Entre os vícios mais perigosos a Igreja considera a ociosidade, que para ela "é mãe de todos os vícios", pois só o trabalho evita que o homem caia em "tentações", que se degrade moralmente. O trabalho castiga os corpos e purifica as almas.

O discurso da Igreja também usará o trabalho como um dos seus temas associando-o à própria seca, já que as "tristezas trazidas" por essa, só serão esquecidas com o trabalho, que ainda apresenta a vantagem de ao mesmo tempo "melhorar o futuro"<sup>(15)</sup>.

Coerente com este discurso, encontramos a Igreja disposta a fornecer trabalho aos flagelados nos momentos da seca: é um padre que toma para si a responsabilidade de fazer 600 imigrantes trabalharem em colônias organizadas pelo governo<sup>(16)</sup>, ou o convento de S. Bento que doa terreno de uma de suas fazendas para a fundação de um núcleo colonial<sup>(17)</sup>, ou mesmo um grande

(15) A Ordem, 15 de agosto de 1880, nº 40, pág. 01, c. 01 - Baturité (CE).

(16) Informação contida na "Falla com que o Exmº Sr. Rodrigo Lobato Marcondes Machado, abriu a sessão da Assemblêia Legislativa do Rio G. do Norte em 27 de outubro de 1879".

(17) Informação contida no "Relatório apresentado a Assemblêia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente Exmº Sr. Dr. Ulisses Machado Pereira Vianna em 1 de janeiro de 1879".

número de retirantes usados na construção ou recuperação de capelas, igrejas e seminários<sup>(18)</sup>. E são por isso louvados, já que "além de frutos morais, produziram as missões benefícios de ordem material", pois os padres capuchinhos "empreenderam... trabalhos, de que careciam as localidades da província onde estiveram"<sup>(19)</sup>.

Os retirantes eram usados como mão-de-obra barata, ou para aumentar a fortuna material dos guias espirituais, ou para construir locais onde posteriormente seriam "guiados", ou enterrados, caso não resistissem à sua miséria, ou ainda podiam construir hospícios e asilos onde a sua miséria terminaria por atirá-los.

Trabalho que serve, pois, duplamente para o controle social; no momento da seca, quando evita a revolta e o "crime", e depois desta, através das instituições que conseguem se estabelecer, terem um teto, às custas de seu trabalho gratuito.

O trabalho é apresentado, neste discurso, como a prôpria base para o bem estar social, já que Deus condenou o homem "a ganhar o pão com o suor do seu rosto" e é do trabalho que nasce a riqueza. "Quem mais trabalhar, mais colherá". Tal discurso justifica, então, a divisão social como algo que nasce da própria recompensa ao trabalho, recompensa esta entendida não

---

(18) Informação contida no "Relatório com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Manoel Carneiro da Cunha passou a administração desta província(PE) ao Exm<sup>o</sup> Sr. Desembargador Francisco de Assis Oliveira Maciel em 15 de novembro de 1877".

(19) "Fala com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha abriu a sessão da Assembléia Legislativa Provincial de Pernambuco em 2 de março de 1877".

apenas no plano material, mas também no plano espiritual. "Quem trabalha, Deus ajuda"; portanto, ninguém devia se desesperar com as consequências da seca ou com sua condição social, mas sim trabalhar para receber a recompensa divina no futuro.

Pois "se os homens servem fielmente a Deus, nada devem temer porque repousam em paz à sombra da vinha e da figueira; se pelo contrário servem mal ou se revoltam como se revoltaram os anjos, Deus deve puni-los e esse castigo que muitas vezes sua paciência reserva para a eternidade pode e deve algumas vezes, para honra de sua justiça, alcançar-nos neste mundo" (20).

O homem aparece neste discurso como um ser amesquinhado diante de um Deus todo-poderoso, a quem deve temer e obedecer sob pena de ser castigado. Com ele a Igreja infundia o medo e o temor a Deus, que era o medo e o temor a quem dizia representá-lo aqui na terra. Temer a Deus era evitar transgredir a "ordem reinante" na sociedade, era não se rebelar contra a exploração e a submissão, pois estas eram vontades divinas, e estas são "inescrutáveis", portanto, cabe ao homem esperar pela recompensa depois da morte. A morte, pois, fim do homem, aparece como libertação; e a luta pela libertação aqui na terra, como sinal de morte eterna.

O bem-estar que o homem deve buscar não é o material, segundo este discurso, mas o espiritual, através do "amor ao trabalho e do respeito às leis". Isto também serve para o governo, que busca o bem estar das províncias através de "um pedaço de estrada de ferro e outros pequenos melhoramentos materiais, esmo

(20) "A Missão do Padre na Sociedade" - O Apóstolo, 1 de setembro de 1907, nº 16, pág. 01, c. 03 e 04 - Teresina(PI).

lados às custas de nossa desgraça"<sup>(21)</sup>, mas devem ter acima de tudo espírito público, aliado ao trabalho e o cumprimento da lei.

A crítica da Igreja se dirige ao processo de modernização das províncias do Norte, que estava em grande parte sendo conseguido através da exploração política da seca, embora em suas práticas e no seu discurso a seca seja utilizada para garantir que a Igreja se mantenha no papel que sempre exerceu, de instituição responsável em grande parte pelo controle social.

A Igreja usa a seca para reforçar seus pontos de vista em relação à sociedade e garantir o seu poder, como instituição que servia de eco as "súplicas dos sofredores" junto à Deus, para que sua misericórdia fosse revelada.

No entanto, este discurso da Igreja já não respondia a diversas questões, e é nítida a sua separação progressiva do discurso da elite regional que não aceita mais determinadas concepções, já questionadas pelo pensamento burguês, que representava a modernidade.

Por outro lado, as camadas populares, embora, em grande parte, continuassem fiéis à Igreja, têm, no entanto, concepções também diferentes, como podemos perceber, se compararmos a forma de ver a sociedade dos camponeses e a da Igreja, que foram abordadas neste e no capítulo anterior.

---

(21) A Ordem, 15 de agosto de 1880, nº 40, pág. 01. c. 02 - Baturité(CE).

### 3.3 - O ministro da vingança: a imagem da seca no discurso da Igreja.

A seca aparece no discurso da Igreja como um dos "ministros da vingança" divina, ao lado da peste, da guerra, das sedições, etc..., pois Deus devia punir todos aqueles que se rebelassem contra a sua vontade, vontade que seria indiscutível e que seria transmitida aos homens pelos seus mensageiros na terra, os padres<sup>(22)</sup>.

Se a seca aparecia como castigo, a chuva era vista como sinal de misericórdia divina, misericórdia que o homem conquistaria através do respeito irrestrito aos ditames divinos e através do respeito àqueles que o representavam na terra, já que estes eram os que trabalhavam para conquistar tal misericórdia para o pecador. Tal discurso legitimava, pois, o poder da Igreja e colocava esta instituição terrena no plano divino.

Mas, mesmo as "calamidades providenciais trazem sempre múltiplas compensações", já que "Deus castiga porque ama" e "por conseguinte o seu amor se acha mesmo na sua justiça"<sup>(23)</sup>.

As alternativas entré inverno e seca não nasciam, segundo este discurso, simplesmente de efeitos naturais, mas estes eram "predisposições daquele para quem não há futuro"<sup>(24)</sup>. Por trás dos fenômenos naturais estaria a mão de Deus, ao

(22) "A Missão do Padre na Sociedade" - O Apóstolo, 1 de setembro de 1907, nº 16, pág. 01. c. 04 - Teresina(PI).

(23) "O que devemos fazer" - A Ordem, 21 de março de 1880, nº 26, pág. 01, c. 03 - Baturité(CE).

(24) Idem, Idem, Idem, Idem, Idem.

trário do que acreditavam os "materialistas" e "cépticos".

O discurso da Igreja procurava combater o discurso técnico sobre a seca, que buscava as causas do fenômeno na própria natureza e não em manifestações sobrenaturais. O choque entre Igreja e ciência era extremamente acirrado no Brasil, no final do século XIX. Diante do avanço do discurso científico que punha em xeque muitas das "verdades eternas" da Igreja, esta reage as vezes entrando em confronto direto com o discurso científico, reafirmando suas "verdades" ou procurando mostrar que a ciência está descobrindo apenas aquilo que confirma o que já tinha dito a Igreja, só que com outras palavras. "Os fenômenos siderais" que eram descobertos pela astronomia apenas aumentavam a glória do Criador" levando o homem a contemplar a "imensidade de seus poderes" (25).

Se a ciência derrotou a concepção de que a terra seria o centro do universo, mostrando que o sol é centro de nossa galáxia, "coisa alguma adiantara, pois foi Deus, fonte inegotável de ciência e sabedoria, que assim o havia disposto" (26).

A ciência é apresentada como produto do homem e como, no discurso da Igreja, o homem é um ser amesquinhado, impotente e falho, assim será sua ciência. A fonte de todo saber é Deus, o homem sabe apenas aquilo que Deus permite. Há mistérios que ele resolve manter fazendo assim com que o homem jamais a eles tenha acesso.

---

(25) "Pela Astronomia" - O Apóstolo, 1 de setembro de 1907, nº 16, pág. 01, c. 01 - Teresina (PI).

(26) Idem, Idem, Idem, Idem, Idem, c. 02, Idem.

Notamos claramente aí uma relação direta entre saber e poder<sup>(27)</sup>; o saber da Igreja, o saber que lhe confere poder, seria de origem divina e devia pois ser superior ao saber humano, ao saber científico, que conferia poder a outras instituições sociais. Ter o monopólio do saber era possuir o monopólio do poder, e o saber divino só era acessível ao homem da Igreja, aos homens previamente "escolhidos" pelo próprio Deus.

Portanto, as causas da seca não podiam ser acessíveis ao ser humano, não era possível nada saber em relação a ela, seus mistérios e o motivo que a faziam ocorrer era apenas ser vontade divina, nada mais.

Ora, como o castigo de Deus é sinal de amor, a seca não trás apenas consequências negativas, mas também positivas para o cristão; se ela matava todo o gado, era para que a alimentação humana voltasse ao "estado natural", em que ele se alimentava de frutos da terra, sem ser necessário cultivá-los, "com o suor do seu rosto". "A providência mesmo, pelos seus altos juízos, quis reduzir-nos a isto, e o alto preço da carne é um meio natural de obrigar-nos à abstenção dela". "Cumpra pois que todos convirjam para a agricultura, porque nela é que está a vida desta província"<sup>(28)</sup>.

O discurso da Igreja sobre a seca procura justificá-la de forma a que sua repetição frequente não viesse a causar a descrença em Deus, o que poderia levar ao desespero e, evidente

(27) O saber como produção do poder, como algo que vai não apenas justificá-lo ou mascará-lo, mas também reforçá-lo e até produzir efeitos de poder, aparece na obra de Michel Foucault. Veja, por exemplo, "Verdade e Poder" in *Microfísica do Poder*, págs. 01-15.

(28) "O que devemos fazer" - A Ordem, 21 de março de 1880, nº 28, pág. 01, c. 04 - Baturité (CE).

mente, à revolta do homem pobre. Cabe ao homem pobre se resignar, porque "Deus sabe o que faz não adianta se revoltar, se isso ocorrer só aumentará sua ira, o homem é "pecador", é "criminoso", quem é ele para questionar os desígnios divinos?

Além de buscar garantir a ordem, o discurso da Igreja ainda se dirigia no sentido de fazer convergir para a agricultura o homem livre pobre que via com maus olhos as formas de trabalho aí predominantes. A pecuária em declínio no sertão devia ser substituída pela agricultura, porque dela nascia a riqueza da província. O discurso da Igreja estava portanto a serviço da disciplinarização do trabalhador e da formação de um mercado de trabalho na região.

A seca é apresentada também como um aviso da Providência de que a província estava atrasada economicamente, precisava se modernizar; era preciso romper com os antigos hábitos e tirar das suas próprias forças físicas e intelectuais os recursos que trariam a prosperidade e causariam inveja às outras províncias<sup>(29)</sup>. A bondade divina chegava ao ponto de mostrar as próprias deficiências humanas, para que elas fossem superadas.

O tema seca é pois associado a outros temas que preocupavam a Igreja neste momento como: trabalho, ociosidade, moralização dos costumes, modernização econômica e saber científico.

Outro tema que aparece associado à seca é o do ateísmo. A seca é apresentada como um castigo de Deus pelo crescimen

---

(29) "O que devemos fazer" - A Ordem, 21 de março de 1880, nº 28, pág. 01, c. 04 - Baturité (CE).

to do ateísmo causado pela influência das idéias materialistas vindas da Europa.

O fenômeno das estiagens é assim associado ao descon tentamento e até ao medo de Deus em relação aos ateus, associa dos evidentemente "às coisas do maligno". O povo devia, então, sofrer para se lembrar da existência de Deus, já que só nos mo mentos de aflição é que a "ovelha desgarrada" volta ao rebanho; o amor de Deus é tão grande que faz o homem sofrer aqui na ter ra para que este tenha condições de se arrepender em vida e não ser condenado a dana ção eterna:

"Deus, oh Deus onde estás que não respondes?

Em que sacristia, em que altar te escondes?

Com medo dos ateus?

Há quase cinco anos já que te imploro

Mas tem sido em balde que sempre choro

-Pedindo água, meu Deus!" (30).

A crise por que passava a Igreja, no final do século XIX, sua paulatina perda de poder e o crescimento de manifesta ções de religiosidade popular, consideradas "fanáticas" ou "he réticas", são vistos pelos padres do Norte como sinal do cresci mento do pecado, da imoralidade na terra. Por um lado, a elite começava a contestar as "verdades" da Igreja e buscava articu lar um novo discurso sobre a sociedade que não levava em conta várias posições daquela instituição. Do outro, as massas popula res, que vivenciavam um momento de transição, de transformação

(30) FIRMO, F. - "Vozes do Ceará" a Othon Machado (Paródia da Poesia de Castro Alves: Vozes da África) in A Ordem, 7 de março de 1880, nº 26, pág. 01. (Folhetim) - Baturité (CE).

progressiva de suas relações sociais, tendiam a desenvolver uma religiosidade cada vez mais estranha a uma Igreja que se "romanizava".

O discurso da Igreja tenta coibir tanto o ateísmo, o materialismo das elites, como o fanatismo das camadas populares, ameaçando todos com a ira divina e a iminente perdição do homem por causa do pecado. A crise é vivida por alguns membros da Igreja, mais ligados às camadas populares, como sinal do fim dos tempos ou final do milênio, o que os incitava a práticas consideradas "fanáticas".

Dentro deste quadro, a seca de 1877, e outras do final do século XIX, aparecem como sinal incontestável da ira divina, pelo desrespeito à Igreja que estava sendo praticado pelos "positivistas", "maçons", "ateus", "materialistas", etc..., e com a imoralidade e a pecaminosidade popular, com suas heresias e manifestações "fanáticas". Essa seca é assim utilizada para, a partir dela, produzirem-se discursos e práticas que levassem a uma maior moralização da sociedade, ou seja, que reforçassem o controle social com o incentivo ao trabalho e o combate à ociosidade, aos vícios, à violência e buscassem restabelecer a "harmonia social" quebrada pela corrupção dos ricos e a prostituição dos pobres.

A seca é usada como exemplo, tentando-se positivá-la de forma a que se constitua não em fator de desordem e de crise, mas numa fonte de lições tanto para o plano material, como para o plano espiritual. A seca era uma oportunidade dada por Deus para a reflexão do homem e a correção posterior de sua vivi

da, além de que os martírios que ela trazia para a carne humana purificavam os espíritos desde, evidentemente, que não se deixasse dominar pelos "imundos desejos da carne" no momento da ocorrência do fenômeno. Se o homem suportasse com resignação e paciência, isto lhe conferia méritos que seriam resgatados numa vida futura.

Tal discurso buscava criar a passividade do homem pobre, que nem sempre foi conseguida, além de procurar manter o espaço que pertencia à Igreja na rede de poderes, ameaçado pelo crescimento de novas instituições. Era a luta pelo domínio destas pessoas: "O Padre católico passa por cima de todos os poderes da terra. O grande Chrysóstomo, Arcebisbo de Constatinopla, o eleva acima dos próprios imperadores". (31)

O padre, que é a base da Igreja, é definido em seu discurso como o "agente necessário para a família e para a sociedade, o autor favorito de todas as grandes obras", por isso, todos os "poderes terrenos" a ele deviam se curvar, e todos ouvir suas palavras, que eram a expressão da "verdade e da vida". Este "porta-voz" do Senhor sabe interpretar seus desígnios, e se ele diz que a seca ocorre porque o homem peca, é o próprio Deus que assim fala. (32)

O homem deve ser um reflexo das perfeições divinas, e o padre dirá o caminho a ser seguido para consegui-lo, portanto, quando a seca ocorrer, siga os seus ensinamentos, para dela conseguirem tirar o melhor proveito para seu espírito, não importando os sacrifícios que sejam impostos à sua matéria.

(31) "A Missão do Padre na Sociedade" - O Apóstolo, 25 de agosto de 1907, 15, pág. 01, c. 01 - Teresina (PI).

(32) Idem, Idem, Idem, Idem, Idem.

## CAPÍTULO IV

## 4.0. ATAS DA TERRA SECA (O DISCURSO TÉCNICO SOBRE A SECA)

## 4.1. Problemas Teóricos e Metodológicos

Este capítulo aborda o que chamamos de discurso técnico ou "científico" sobre o fenômeno da seca, e inicialmente se apresentam algumas questões que é necessário que sejam discutidas, como: por que considerar o discurso técnico como um discurso autônomo em relação ao discurso da classe dominante regional? O que lhe confere esta especificidade? Quais as fontes trabalhadas para a apreensão deste discurso?

Embora seja comum dentro do marxismo a visão de que cabe ao intelectual da classe dominante elaborar e difundir a ideologia dominante<sup>(1)</sup>, vamos encontrar, no entanto, no campo dos discursos, visões distintas entre técnicos e membros da classe dominante. No caso específico em relação às secas, os primeiros estudos feitos foram de iniciativa do Estado imperial. Em 1856, o interior das províncias do Norte é visitado por uma Comissão Científica, criada pela lei nº 884 de outubro daquele ano, e que objetivava apenas recolher alguns produtos da natureza nortista para uma exposição no Museu Nacional, tendo por isso ficado conhecida como "Comissão das Borboletas"<sup>(2)</sup>. Desta comissão, no entanto, saíram dois trabalhos sobre o fenômeno das secas, um

(1) Ver a respeito, GRAMSCI, Antônio - Os Intelectuais e a Organização da Cultura; pág. 11.

(2) Esta comissão era composta por: Freire Alemão (botânico), Barão de Capaneima e Silva Coutinho (geólogos), Jácomo Raja Gabaglia e Borja Castro (topógrafos) e Gonçalves Dias (etnógrafo).  
ALMEIDA, José Américo de - A Paraíba e seus Problemas, pág. 323.

escrito pelo Barão de Capanema e o outro, pelo topógrafo Jácomo Raja Gabaglia.

Foi, no entanto, com a seca de 1877, que se avolumou a produção de trabalhos técnicos sobre o fenômeno. Coube novamente ao Estado Imperial a iniciativa, nomeando uma comissão de engenheiros<sup>(3)</sup>, que chegou ao Ceará ainda em 1877, desta vez já com o objetivo de estudar as causas do fenômeno e propor soluções. Neste mesmo período, interessam-se pelo assunto o Club de Engenharia e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que congregavam os maiores nomes da engenharia nacional; estes realizaram reuniões só para a discussão do problema, tendo sobre ele sido produzidos muitos trabalhos, embora uma boa parte sem sequer uma visita à região.

A repercussão dada pela imprensa ao que estava ocorrendo no Norte e principalmente a iniciativa do Estado em tentar encontrar respostas acerca do que causava e como solucionar a seca do Norte, incentivou a que estes engenheiros, muitos próximos ao poder e que exerciam grande influência nas decisões a respeito das obras de engenharia no Império, voltassem sua atenção para o fenômeno das estiagens.

Paralelamente, entre a classe dominante do Norte, surgem "estudiosos" do problema que se propõem elaborar estudos "científicos" sobre o assunto, de forma a dotarem suas reivindicações junto ao governo imperial de maior força por terem bases "científicas". Surge na região um discurso técnico muito ligado aos interesses das oligarquias nortistas e que visava dar apoio "científico" às opiniões que eram levantadas sistematicamente no plano nacional, o que

(3) Esta comissão era composta por: Henrique Beaurepaire Rohan, Conselheiro chefe e os engenheiros Antonio Paulino Araújo de Abreu, Alfredo José Nabuco de Araújo Freitas, Ernesto Antônio Lassance Cunha, Júlio Pinkas, Henrique Foglare, Adolfo Schwartz e Leopoldo Schriener.

SOUZA, Itamar de e MEDEIROS, João Filho - Os Degredados Filhos da Seca, pág. 67.

as tornava mais difíceis de serem contestadas pela classe dominante das demais regiões.

O final do século XIX foi um período de crença irrestrita na ciência como um saber superior, detentor da verdade e base para a construção do progresso e modernização da sociedade humana. O cientificismo era, pois, indispensável a um discurso que quisesse ser convincente, que quisesse ter força política, ter aparência de verdade.

Ocorre assim um estímulo por parte da classe dominante regional à produção de um saber "científico" sobre a seca que procura desmerecer aquele saber popular ou tradicional para, através da "força da ciência", tornar seu discurso convincente em termos nacionais.

Mas, como vimos, não foi apenas na região que houve esta preocupação com o fenômeno; estudiosos de engenharia e de outras áreas das ciências naturais, do Sul, também realizaram estudos sobre o fenômeno, e muitas vezes chegaram a conclusões que iam de encontro ao que era afirmado pelas oligarquias nortistas. Muitos estudos punham por terra argumentações que possuíam aparência de cientificidade, mas que apenas representavam os interesses do grupo dominante do Norte. Portanto, assistimos a um progressivo confronto entre técnicos e membros das oligarquias nortistas, a respeito da "verdade" sobre a seca.

A classe dominante nortista acusava o Estado de realizar estudos apenas para retardar a realização de obras na região<sup>(4)</sup> e dizia que mais importante do que o conhecimento do

(4) SOBRINHO, Thomáz Pompeu - História das Secas (século XX), pág. 86.

técnico eram as lições tiradas da prática, da convivência com o fenômeno, do bom senso, etc... (5). A classe dominante aproveitava-se ainda da precariedade dos estudos, que muitas vezes não passavam de simples teorizações, sem qualquer base em pesquisas mais apuradas, ou da divergência de opiniões entre os técnicos, para denunciar o desconhecimento que estes tinham da realidade da região e que suas divergências só serviam para protelar a tomada de providências em relação ao problema. (6)

Como podemos ver, o discurso técnico, embora seja um elemento utilizado pela classe dominante na composição de seu discurso sobre a seca, apresenta especificidades que nascem da própria condição de ser um discurso normativo e que se pretende neutro, desligado de quaisquer fins políticos. O discurso científico apresenta-se como um saber superior, transformador, redentor. Cabia ao técnico orientar a população, transmitir para ela este saber, de forma que esta se "modernizasse", se "civilizasse".

O discurso científico se propõe racional e por isso mesmo avesso a qualquer tipo de mitificação, e esta sua racionalidade baseia-se simplesmente na necessidade técnica, as demais questões devem ser submetidas a esta racionalidade superior. A técnica não é vista como submetida a uma decisão política, mas ao contrário defende-se que as decisões políticas se submetam

---

(5) SOUZA, Eloy de - O Calvário das Secas, pág. 56.

(6) Ver por exemplo a série de artigos em que Eloy de Souza, um dos membros da oligarquia norte-riograndense, procura responder ao engenheiro Dr. Clodomiro Pereira da Silva, que escrevera também vários artigos no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, explorando várias idéias que iam de encontro às aspirações das oligarquias nortistas. Tais artigos foram publicados como: O Calvário das Secas.

à racionalidade técnica. O "mundo técnico", deve reger os de mais mundos, por estes serem irracionais, sujeitos às paixões. (7)

Por isso, achamos que o discurso técnico deve ser tratado à parte, pois embora as oligarquias tenham assimilado es te discurso, só o fizeram quando este veio de encontro aos seus interesses, reforçando o seu discurso estratégico, político, e ajudou a criar uma imagem da seca que fosse convincente, que re forçasse a idéia de que esta era "o problema do Norte". Muitos elementos do discurso técnico, no entanto, que não vinham de en contro aos interesses das oligarquias da região serão escamotea dos, postos em dúvida, ou ferrenhamente combatidos.

É importante assinalar que o discurso técnico vai es tar mais identificado com o discurso oligárquico quando, parte dos "cientistas" advindos do próprio Norte, quase sempre membros de uma oligarquia da região, que se tornaram "doutores". Estes doutores procurarão recobrir o discurso oligárquico de tintas de modernidade e cientificismo. O saber erudito vai assim revi talizar o discurso oligárquico da região, que sofria sérias crí ticas por parte das oligarquias do Sul, também apoiadas nas te ses de seus "cientistas".

Como se vê há uma ligação íntima entre técnicos e oligarquias, embora, no âmbito do discurso, notem-se divergên - cias, que nascem da própria defesa de seu poder. O técnico de fende que ele deve orientar a decisão do político, e este últi mo acha que ele é que deve orientar as decisões do técnico. Esta

(7) "Conferência pública realizada no salão da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, no dia 25 de janeiro de 1910, pelo engenheiro J. S. de Castro Barbosa" - Liga Nacional Contra as Secas do Norte - Re vista do Club de Engenharia, 1910, pág. 86.

questão foi motivo de muitas querelas entre os membros dos ōr  
gãos técnicos criados no começo do século XX para combater a se  
ca e as oligarquias da região. Cada um querendo submeter a seu  
comando a realização das obras contra as secas.

Foucault já mostrou que o saber científico aparece  
na sociedade burguesa como a forma superior de conhecimento, que  
desqualifica e marginaliza outras formas de conhecimento, embora  
quase sempre seja destes outros saberes que parte o saber cien  
tífico. A ciência é pois uma sistematização posterior destes sa  
beres, que existem de forma mais elementar. O discurso científi  
co está assim sujeito a uma série de normas, que lhe conferem  
a aparência de "verdade". (8)

Observamos esta posição no chamado saber científico sobre  
a seca. Ele se preocupa inicialmente com o estudo de suas cau  
sas e as propostas de soluções, mas ao mesmo tempo vai adicio  
nando a esta preocupação outras questões que preocupavam aos ho  
mens que viviam na sociedade brasileira do século XIX. Verifica  
mos que muito do que aparece como verdade científica não passa  
de preconceituosas teorias que visam justificar a dominação so  
cial e buscam estimular o desenvolvimento das relações capita -  
listas na região, com o processo de modernização das relações de  
produção e a formação de um mercado de trabalho.

Utilizemos como fontes para este capítulo as atas das  
reuniões do Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, publicadas  
em sua revista; os estudos realizados por membros do Club de En

(8) A visão do que seja ciência no final do século XIX estava profundamente  
influenciada pelo positivismo, por isso esta era vista como positivização  
do conhecimento, formalização do saber, saber profundamente identificado  
com o lógico, com o matemático.

Ver "A forma das ciências humanas" in FOUCAULT, Michel - As Palavras e as  
Coisas, págs. 361-366.

genharia e também publicados em sua revista; artigos de técnicos da Inspetoria de Obras contra as Secas, publicados em seus Relatórios Anuais, trabalhos que foram recentemente reeditados na Coleção Mossoroense da Fundação Guimarães Duque da ESAM e algumas atas de reuniões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e da Liga das Secas.

Embora a maior parte dos estudos tenha o Ceará como preocupação central, estes trabalhos produzem um conhecimento em torno da seca, que se pretendia universal e aplicável a todas as realidades. Grande parte destas fontes se concentram a partir de 1877, quando o problema é constituído e passa a ser discutido nacionalmente, embora não deixem de se referir a alguns estudos que antecedem este período. A partir da vinda da Comissão de Engenheiros, a discussão sobre o problema ganha corpo, motivando posteriormente, com a criação da Inspetoria de Obras contra as Secas em 1909, a abertura de um período em que se deu prioridade máxima ao estudo do problema, e quando vieram ao Norte grandes nomes da ciência nacional e mundial, que buscavam muitas vezes realizar estudos comparados com realidades como: as do Egito, Índia e dos Estados Unidos, originando um volumoso número de estudos que serão usados principalmente no período do governo Epitácio Pessoa, como ponto de partida para a construção das chamadas "obras contra as secas".

Por isso, abordaremos aqui apenas os temas que aparecem como preocupações centrais neste discurso: as causas das secas, suas soluções, além de buscar perceber a imagem que este discurso elabora sobre o fenômeno e outros temas da realidade social da região que são associados a este tema central.

#### 4.2. A paralisia do progresso: a imagem da seca no discurso técnico.

Desde o estudo do engenheiro Viriato Medeiros, considerado o primeiro estudo técnico sobre a seca<sup>(9)</sup>, que este fenômeno vai ser apresentado como de previsão possível, através de postos meteorológicos. A previsão seria o único meio de evitar suas consequências, já que a seca seria um fenômeno cíclico e que fatalmente se repetiria na região. A ciência é apresentada como capaz de prevê-la e também de oferecer soluções.

A seca, neste discurso, é retirada do plano do sobrenatural, para ser um fenômeno da natureza, do qual se podia perfeitamente detectar as causas através de estudos científicos e observações da natureza da região e para o qual a ciência podia oferecer soluções, de caráter técnico. Embora sobre este último ponto as opiniões divergissem, uns aceitando ser possível eliminar o fenômeno, outros acreditando apenas ser possível minorar seus efeitos.

O Barão de Capanema, que esteve no Norte com a Comissão Científica de 1856, achava ser possível apenas melhorar o clima, mas jamais encontrar solução para o problema, e via este como indispensável para a manutenção da fertilidade do solo cearense, já que para ele o solo do Norte era coberto por uma fina camada fértil que seria destruída pela chuva<sup>(10)</sup>.

---

(9) "O Ceará, o Rio G. do Norte e Pernambuco" in Correio Mercantil (8, 9 e 13 de maio de 1859), citado por ALVES, Joaquim - História das Secas (séculos XVII e XIX), pág. 153.

(10) MEIRA, Olyntho José - As Secas do Nordeste, suas Causas e Remédios, pág. 29.

Todas as discussões técnicas, no final do século XIX, giravam, pois, em torno das causas do fenômeno e das soluções possíveis, além de ligarem tais soluções à necessidade de uma atuação maior do Estado, que saísse da política assistencialista, no momento da ocorrência do fenômeno, e passasse a realizar obras de prevenção ou que visassem à eliminação do problema. Para tanto, o Estado devia escutar o que diziam os técnicos e aplicar as medidas que sugerissem. As reuniões do Club de Engenharia e do Instituto Politécnico terminaram sempre em documentos que sugeriam uma série de medidas destinadas a solucionar o problema.

Neste período a seca é encarada quase sempre como simples falta de água, e sua solução residia meramente em dotar a região de locais onde ela pudesse ser represada.

No início do século XX, principalmente após a criação da Inspetoria de Obras contra as Secas, em 1909, e com a vinda ao Brasil de uma comissão de técnicos ingleses e americanos<sup>(11)</sup>, que realizaram estudos completos sobre os aspectos físicos e naturais da região, passa-se a ligar a seca a toda problemática econômica da região e do país. A seca torna-se um impedimento ao progresso, ao desenvolvimento da região e do país como um todo e por isso passa a ser um problema não apenas de caráter regional, mas um problema de caráter nacional para o qual exigiam-se medidas não apenas assistencialistas, por ocasião das

---

(11) Entre estes técnicos destacam-se: Ralf H. Sopper, Gerald A. Warring, Horace L. Small e Roderic Grandall, todos de Leland Stanford Junior University.

estiagens, mas uma política planejada a longo prazo, que permitisse um combate permanente ao flagelo. "Abandona-se o prisma político" - política oligárquica - "para analisá-lo, como incapacidade de coordenação da atividade econômica" (12).

As disparidades regionais que se acentuaram durante a Primeira República, com a marginalização crescente das oligarquias nortistas do processo de decisão política, vão fazer crescer e avançar um discurso regionalista, que se apresenta entre os próprios técnicos que militam na região. Eles passam a defender a idéia de que o progresso nacional só se faria com a eliminação das disparidades regionais e para que isto ocorresse era necessário a eliminação das causas destas desigualdades, entre elas a seca. A seca aparece como responsável pela paralisação do progresso da região e, portanto, sua eliminação era básica para que esta recuperasse o seu passado áureo e voltasse a se equiparar ao Sul.

No início do século XX, o progresso era decantado como a panacéia para todos os males, quer fossem econômicos, políticos, sociais e até morais. No seu discurso, os técnicos aparecem como aqueles que devem orientar este progresso, pois eles é que teriam as soluções a serem aplicadas pelo poder público. Para se alcançar o progresso era necessário, antes de mais nada, que os técnicos auxiliassem o governo no planejamento de suas atividades, planejamento que requeria estudos prévios e previsões, só feitos seguramente por técnicos. Eliminar a seca

---

(12) SILVA, Janice Teodoro da - Raízes da Ideologia do Planejamento: Nordeste (1889-1930), pág. 95.

requeria um planejamento prévio das medidas a serem tomadas, a lém de estudos anteriores sobre o fenômeno.

Tanto o planejamento, como a técnica e o progresso aparecem neste discurso como algo neutro, acima dos interesses de classe, como interesses gerais da sociedade. O técnico deve ser chamado a administrar exatamente porque ele possui a neutra lidade que permite que ele tome resoluções que a politicagem o ligárquica, com o seu tráfico de interesses, não permitia: "Ora problema de tal relevância"-a seca- "não pode ficar à mercê dos interesses da politicalha nem postergado sine die. Urge que se ja enfrentado sistemática e continuamente, com recursos certos, acumulados em caixa especial, que guarde ciosamente o tesouro da seca, como se fosse um tesouro de guerra". (13)

A seca agora poderia ser enfrentada com a capacidade humana aparelhada pela cultura e pela técnica, que podiam evi tar "os efeitos perniciosos de ordem natural" (14), e para isto era necessário que se evitasse a falta de continuidade administrativa, colocando-a dentro de um plano de ação de caráter na cional, pois o organismo econômico de um país é um só, se algu ma parte dele está doente, seus reflexos atingirão todo o corpo. "Pela grande extensão territorial" a que afetava e "pela grande população a que afligia" a seca era "incontestavelmente um pro blema nacional" (15).

---

(13) BEZERRA, Alcides - A Seca na Futura Constituição - Anais da Constituinte de 1934 (Anexos)

(14) Idem, Idem.

(15) Idem, Idem.

Era importante este aspecto do problema, pois como o federalismo da Constituição de 1891 era bastante amplo e muitos problemas eram de responsabilidade dos estados, os técnicos defendiam que a seca devia ficar a cargo da União, o que evidentemente aumentava a possibilidade de que houvesse investimentos no sentido de se construirem obras que buscassem resolver o problema. E isto interessava aos técnicos, que viam nestas obras boa oportunidade para o desenvolvimento e aplicação da "engenharia nacional".

A seca é também neste discurso vista como um problema central da região. Por isso devia ser criada uma mentalidade, a partir da própria escola primária, de que só combatendo permanentemente o fenômeno a região alcançaria o progresso que almejava. Vê-se a necessidade de educar, de "civilizar" o homem do campo do Norte, para que ele soubesse como combater o fenômeno, aliando-se ao poder público.

Ela é um problema que atinge a todos independentemente de sexo, raça, condição social, etc...Portanto, é interesse de todos solucioná-la, e se é interesse de todos devia ser do próprio governo, que por todos zela. A seca vista como fenômeno natural, com repercussões no âmbito do econômico, do progresso social, não deixa de mascarar as diferenças sociais, as diferentes formas como esta repercute, conforme a condição social do indivíduo, pois se evita o progresso, evita para todos, se tem repercussões econômicas, elas atingem a todos e por isso todos irmanados devem lutar para combatê-la e vencê-la com as lições da técnica, da previdência, do trabalho permanente. Era assim que pensavam os técnicos, pelo menos.

A seca surge no discurso técnico como aquele momento em que se confundem classes e costumes, momento de subversão da ordem social. São "criaturas de ambos os sexos, de todas as idades, ontem de todas as condições sociais, hoje irmanadas pela miséria", "...uns vestidos, outros quase cobrindo a nudez com tanga; muitos, principalmente as crianças, completamente nus." A seca daria origem a todo tipo de perigosas misturas, que a tudo confundiam, a tudo desordenavam: "...é a poeira, de mistura com a secreção da pele lhes empasta a pele e os cabelos desgranhados; o mais robusto serve de bordão à velhice depauperada, esta se arrasta com dificuldade, aquele jaz imóvel ainda vivo ao lado dos mortos!"

Perigosamente a seca confunde e mistura pessoas, raças, sexos, idades, doentes e sadios, pois aqui "um grupo de cegos implora a caridade pública; além outro grupo de joelhos em torno de um moribundo pede ao Onipotente a paz dos mortos; deste lado, dois ou mais indivíduos, com um sacco de farinha e pedaços de 'carne velha', xarque, um pote de mel, gritam apregoando a mercadoria". Uns cantam, outros choram, uns passam fome, outros negociam o que comer. Esta "algazarra infernal" não podia continuar acontecendo. Era preciso separar estes corpos, esquadrinha-los, dividi-los, ordená-los, era preciso afastar o fogo da pólvora, era necessário colocar as coisas no devido lugar. Esta desordem apavorava os "sensíveis espíritos" da elite intelectual do país, que ao lado das oligarquias temiam pela ordem social ao ver esta miséria em exposição, ao ouvir a "gargalhada estridente com entonações roubadas às feras, da miséria animada vaiando a mesma miséria", era necessário que a miséria voltasse para o seu anonimato, que sua voz se calas

se, que esta "algazarra infernal" fosse silenciada. Para isto a seca devia ser combatida, devia ser, pelo menos, minorada em seus efeitos, notadamente estes. Deviam-se criar mecanismos que não permitissem mais que a seca se tornasse um momento de revelação da verdadeira face da realidade social da região, e para isto, a técnica teria soluções <sup>(16)</sup>.

A seca como quebra da rotina de exploração e dominação devia ser evitada; combater a seca, era combater isto. Era preciso garantir que nesse período se mantivessem pelos menos as separações, as diferenças, as hierarquias, permitindo que se soubesse distinguir cada elemento do social e que o fenômeno osatingisse de forma diferenciada. Era preciso manter o controle social no momento da seca, por isso o problema devia ser estigmatizado, porque quando "um povo reconhece e estigmatiza o mal está desde logo iniciando a campanha de reparação; ao pasmo e à dor que o flagelo excitou sucederão as nobres resoluções do Congresso, os atos do Executivo e o concurso entusiástico da população" <sup>(17)</sup>.

No entanto, "o eco derradeiro das vozes que se extingiram em pavoroso extertor; a imagem maudosa das herdades abandonadas, o cortejo macabro dos esqueletos em marcha, são a manifestação corpórea da tremenda catástrofe; não é tudo porém, a consequência permanente do terrível fenômeno é a desvalorização da propriedade, é a paralisação do progresso" <sup>(18)</sup>. Aquelas mi

---

(16) "Relatório apresentado pelo engenheiro J. S. de Castro Barbosa ao 49 Congresso Médico Latino-Americano - Revista do Club de Engenharia, pág. 81.

(17) Idem, Idem, pág. 83

(18) Idem, Idem, idem, pág. 23

lhares de vidas que sucumbiram, para este discurso, não eram a consequência mais séria da seca, pois seria um efeito passageiro; o que preocupava era o efeito permanente da seca, ou seja, a paralisia do progresso, do desenvolvimento econômico e a desvalorização da propriedade.

Como se vê, o discurso técnico preocupava-se muito mais com as consequências que a seca trazia para o desenvolvimento do sistema capitalista na região, como uma barreira natural ao investimento de capital, e só por isso achava que ela devia ser combatida, para que a região se tornasse atrativa para estes investimentos.

Existia, no entanto, uma parcela do Norte que no início do século XX, era de grande interesse para o capitalismo internacional: era a Amazônia, produtora de borracha natural. Para lá, pois, deviam se dirigir as atenções do governo federal, tornando a parte ocidental do Norte um local de recepção para as levadas de retirantes tangidos pelas secas da parte oriental.

Se a produção de borracha se ressentia da falta de mão-de-obra, porque não dirigir para lá aquela mão-de-obra liberada por ocasião das secas. Esta migração beneficiaria a própria região das secas, porque seus filhos, empregados na coleta da borracha, para lá enviariam recursos obtidos com este trabalho. A borracha seria assim a solução para estas duas zonas do Norte.

Com o Dr. Pereira da Silva, surge no discurso técnico a separação progressiva do Norte em duas outras regiões: o Noroeste e o Nordeste. Esta divisão, que se opera neste momento

também no discurso oligárquico, se dá basicamente devido à luta das classes dominantes das duas áreas pela mão-de-obra. O Norte compacto, que até então servia para reforçar o discurso político desta parcela do território nacional junto a esfera federal, começa a se dividir com a disputa por mão-de-obra em torno das produções tradicionais do algodão e açúcar e a produção de borracha na Amazônia.

É basicamente a partir da seca de 1915 que vamos encontrar no discurso técnico esta divisão progressiva do Norte em duas regiões, dando origem ao Nordeste como a região das secas. Até aí a seca tinha sido do Norte e os filhos da região eram chamados de nortistas, como continuam sendo chamados os nordestinos até hoje no Sudeste do país.

Procura-se, então, traçar uma delimitação precisa das zonas assoladas pela seca num prenúncio do que seria mais tarde chamado de Polígono das Secas, embora esta delimitação não se baseie apenas em pressupostos técnicos, mas muito mais em questões políticas, já que a zona das secas tende a crescer conforme as vantagens de ser seco aumentam para os estados; todos que rem, então, ser vítimas da seca e com isto o Polígono vai se ampliando cada vez mais.

O Dr. Pereira da Silva em 1907 propõe os seguintes limites para a zona das secas: "...partindo-se de um ponto qualquer no litoral do Ceará, na distância média de 30 quilômetros da costa, contornando de perto o litoral do Rio Grande do Norte, inclinando-se na divisa deste estado com a Paraíba em direção a Campina Grande, cortando Pernambuco na altura mais ou menos de

Pesqueira, atravessando o S. Francisco nas proximidades da Cachoeira de Paulo Afonso, passando por Jacobina e Barra do Rio Grande na Bahia, entrando o estado do Piauí pelo município de Paranaguá, seguindo pelo divisor de água do Parnaíba e do Itapicurú até as proximidades do litoral e daí, continuando, a fechar no ponto de origem" (19) (Veja Figura II).

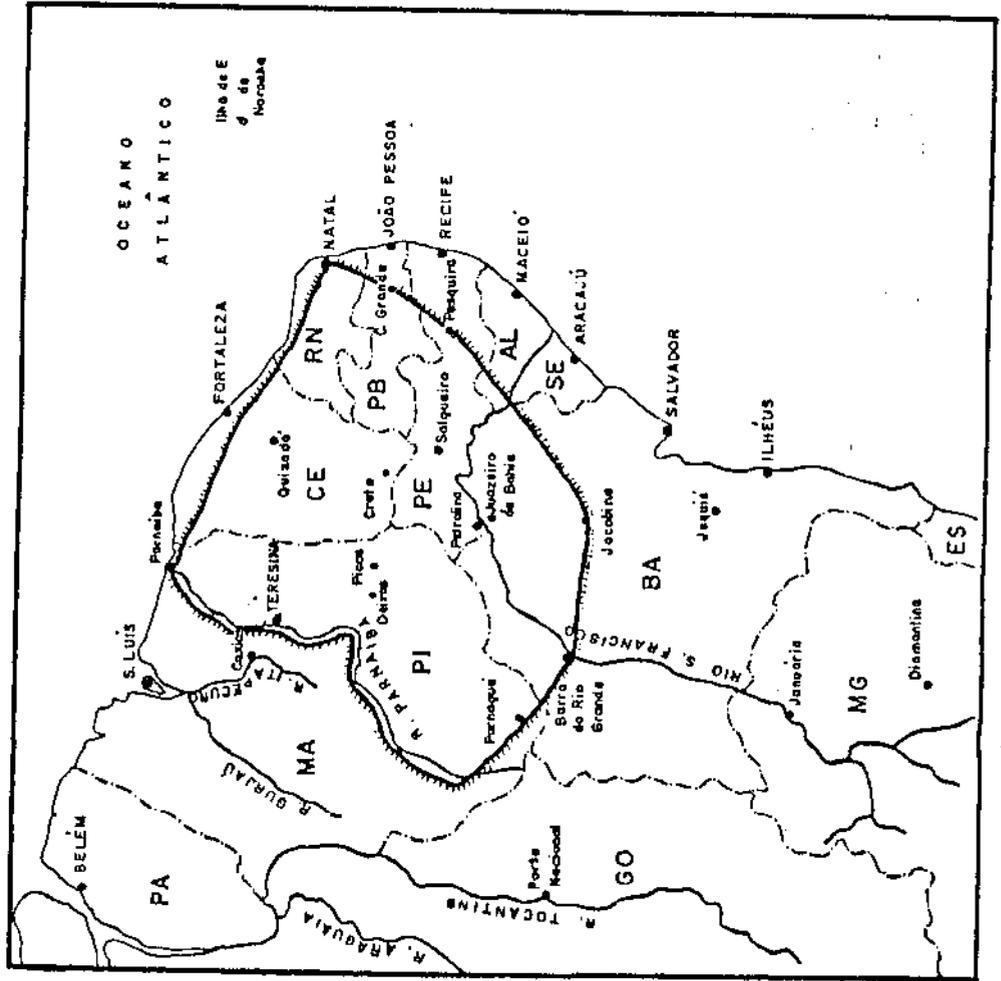
Com o discurso e a prática técnica a seca adquire uma imagem mais paupável, que a leva inclusive a ser delimitada, a ter uma zona onde atuar. Adquire status de problema nacional, que exigia um combate sistemático e permanente que a eliminasse, já que era o principal entrave ao progresso, ao desenvolvimento das propriedades na região, o que repercutia no todo nacional.

Para combatê-la, no entanto, era preciso conhecer suas causas, que só os técnicos estavam aptos a detectar. Eles deviam pois gerir a resolução do problema, sendo então os médicos que receitariam os remédios contra a paralisia do progresso, trazida pela seca. Esta paralisia estava acima de qualquer outra consequência danosa de caráter humano ou moral, embora estas também devessem ser controladas e evitadas.

---

(19) SILVA, Raymundo Pereira da - O Problema do Norte - Parecer apresentado ao Conselho Diretor na sessão de 1 de junho de 1907 do Club de Engenharia - Revista do Club de Engenharia, pág. 23.

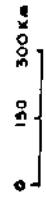
# POLÍGONO DAS SECAS - 1907



## CONVENÇÕES

- POLÍGONO DAS SECAS 
- LIMITE ESTADUAL 
- CURSOS D'ÁGUA 
- LOCALIDADES 



ESCALA GRÁFICA  
  
 0 150 300 km

FONTE: SILVA, Almeida P. de. "O Problema do Nordeste."  
 Parecer apresentado ao Conselho Diretor  
 do Clube de Engenharia. Rio de Janeiro, 01  
 Junho de 1907.

#### 4.3. Manchas calmas e aéreas: as causas da seca para os técnicos.

Desde o trabalho pioneiro do engenheiro Viriato Medeiros, em 1856, até a década de vinte do nosso século, várias foram as teorias levantadas pelos técnicos para explicarem as causas das secas. Estas teorias em sua maior parte eram apenas aplicações, para o caso do Norte, de teorias desenvolvidas para explicar o fenômeno das estiagens em outras partes do mundo. Elas são fundamentais para se entender as próprias soluções previstas para o problema, não só por estes técnicos, como pelos próprios membros das oligarquias nortistas. (20)

A meteorologia dera seus primeiros passos para se tornar uma ciência autônoma, no início do século XIX, através principalmente dos trabalhos de Maury na América e Busen na Europa. É exatamente baseado na teoria de Maury que Viriato Medeiros tenta explicar as causas naturais do fenômeno da seca, sempre explicado, até então, como manifestação sobrenatural.

Segundo Maury, "perto do equador, como dos trópicos, acha-se uma zona ou região de calmas, cujos limites com a zona dos alísios são tão vagos e incertos como os das monções e brisas do mar e terra. A zona de calmas apoia-se sobre o oceano com o sistema inteiro dos ventos, em uma extensão que abriga o espaço de 10 a 15 graus ao norte e sul do equador, segundo o movimento do sol na sua declinação, atingindo em agosto e se

---

(20) O Ceará, Rio G. do Norte e Pernambuco - Viriato Medeiros, citado por ALVES, Joaquim - História das Secas (séculos XVII a XIX), págs.152-157.

tembro seu limite sententrional, e em março e abril, o meridional" (21). Estes ventos, que varriam a superfície oceânica, elevam vapores aquosos, que formariam uma aglomeração de vapores em torno do equador, que Maury chamou de anel equatorial de nuvens. Este anel de nuvens acompanha a zona equatorial de calmas, precipitando-se em forma de chuva. Mas como esta zona oscila para o norte e para o sul, oscila também a ocorrência de chuvas, e com tais oscilações podiam ocorrer períodos de estiagens.

Esta corrente de estudiosos do problema da seca, que a viam como produto das modificações na circulação aérea, perturbação na intensidade e direção das correntes de ar, contou ainda com trabalhos de técnicos como o geógrafo físico J.E. Wapaeus que defendia que "as secas dependem da maior ou menor elevação dos ventos e de sua velocidade" (22); José Avelino Gurgel, que atribuía "aos ventos alisados o transporte dos vapores aquosos" de umas regiões para outras, "deixando algumas entregues à seca" (23) e Lassance Cunha que afirmou que as secas deviam ser "determinadas pela constância dos ventos alísios e que, portanto, são devido a causas puramente geográficas". (24)

---

(21) The Physical Geography of the Seara de M. F. Maury, citado por ALVES, Joaquim - História das Secas (séculos XVII a XIX), págs. 155-156.

(22) WAPAEUS, J. E. - Geografia Física do Brasil, pág. 163.

(23) Atas das sessões do Instituto Politécnico - sessão do dia 23 de outubro de 1878 - Revista do Instituto Politécnico, Tomo XI, 1878.

(24) Estudos sobre a seca do Ceará - Lassance Cunha, citado por: ALVES, Joaquim - História das Secas (séculos XVII a XIX), págs. 231-234.

Estes trabalhos realizados no final do século XIX encontraram muitos críticos em outro grupo de técnicos que seguiam um grupo de cientistas europeus como Hopprath Schwabe, Walter de la Rue, Rafon Stewart, Rudolph e Zurich, que estudando principalmente o caso indiano desenvolveram a teoria das manchas solares. Embora esta teoria tenha sido desenvolvida desde meados do século XIX, ela vai ser levantada para o caso do Norte somente com o Barão de Capanema, que visitando a região, quando da vinda da Comissão Científica de 1856, recolheu impressões que serão usadas em artido datado de 1878, quando ocorria a grande seca, e o mesmo autor participava das discussões sobre o fenômeno travadas no Instituto Politécnico.

A teoria das manchas solares baseava-se na relação íntima entre o sol e a terra e na influência da energia solar no magnetismo terrestre. Estas manchas foram observadas em ciclos de onze anos, quando iam da ocorrência mínima à máxima, até o meio do período, e regrediam para o mínimo novamente do meio para o fim do período<sup>(25)</sup>.

Tanto Capanema, como Orville Derby e mais tarde Sampaio Ferraz e João de Deus Oliveira<sup>(26)</sup> vão relacionar este ciclo de onze anos e a maior ou menor intensidade das manchas solares com a ocorrência ou não de secas do Norte. Através de da

---

(25) CAPANEMA, Guilherme - Apontamentos sobre a Seca do Ceará - Revista da Academia Cearense, Tomo IX, 1904, pág. 03.

(26) DERBY, Orville - As Manchas solares e as secas - Diário Oficial do Brasil, 8 de junho de 1878 - Revista de Engenharia, 1885, pág. 85  
 FERRAZ, J. de Sampaio - As previsões das secas do Nordeste, Rio, Ministério da Agricultura, 1929.  
 DIAS, João de Deus Oliveira - O Problema Social das Secas em Pernambuco, Recife, 1949.

dos meteorológicos colhidos pelo Imperial Observatório ou por postos meteorológicos instalados na região, estes estudiosos chegaram à conclusão de que "em cada ciclo de onze anos a quantidade de chuvas vai crescendo do princípio do ciclo até o meio e daí em diante vai decrescendo até o fim". Os períodos de máxima das manchas solares eram períodos chuvosos e os períodos de mínimas eram os períodos secos. Daí, para estes técnicos, a seca possuir uma periodicidade, que já fora detectada pelo próprio saber popular, sendo possível, pois, prever a sua exata ocorrência, o que facilitava a adoção de medidas "preventivas" para o fenômeno.

A necessidade da administração pública confiar na capacidade dos técnicos de prever o fenômeno e preparar-se para enfrentá-lo era essencial, pois, como dizia Capanema "condições climáticas que subsistiam desde a era terciária, atravessando todos os períodos geológicos até hoje não é a mão do homem que agora a poderia alterar" (27).

O discurso técnico procura ressaltar a necessidade de que a política fosse regida por conhecimentos técnicos, que são eles estavam capacitados a fornecer. Não adiantava continuar gastando-se rios de dinheiro no momento em que ocorriam as estiagens se não havia uma preparação prévia para enfrentá-lo, conhecendo os seus mistérios, as suas causas.

(27) Carta de Guilherme Capanema lida na sessão de 18 de outubro de 1878 do Instituto Politécnico - Atas das sessões do Instituto Politécnico - Revista do Instituto, Tomo XI, pág. 09.

Em Os Sertões, Euclides da Cunha vai criticar esta teoria dizendo que raramente coincidem as datas do paroxismo estival no Norte, com o período de estiagens. Para ele a seca era causada por agentes desordenados e fugitivos, sem leis definidas, sujeitas às perturbações sociais, derivadas da natureza da terra, e a reações mais amplas, promanadas das disposições geográficas. Ver Os Sertões, pág. 27.

A chamada escola pluvífera via a seca como resultado do direto do regime das águas e do fenômeno da evaporação e seu princípio fundamental era o de que "onde houvesse focos de evaporação aquosa, com o abaixamento da temperatura à noite", havendo "condensação de valores, e ali choverá". (28)

Esta escola teve seus primeiros trabalhos elaborados pelo engenheiro Jácomo Raja Gabaglia, que em 1861 escreveu dois ensaios sobre a seca, após visitar o Ceará como membro da Comissão Científica de 1856. Ele observou que "em períodos anteriores, quando os focos de evaporação eram em maior quantidade na província, as chuvas eram mais regulares" e notou que "as chuvas caminham irregularmente pelo território da Província, deixoudo certos espaços desprovidos de chuva, mas cercados de terrenos abundantemente chovidos e alimentados de abundante inverno" (29), que ele via como prova da influência das massas aquosas existentes em determinados espaços sobre o regime das chuvas .

Outro nome de destaque foi o do engenheiro André Rebouças que participou das discussões no Instituto Politécnico em 1878; comparando as secas da Índia e as do Norte do Brasil chegou à conclusão de que elas eram causadas por deficiências na cobertura aquosa destes espaços e no regime de evaporação,

---

(28) MEDEIROS, Viriato - Ponderações sobre a Memória do Dr. André Rebouças - As Secas nas Províncias do Norte, pág. 24, citado por: ALVES, Joaquim - História das Secas (séculos XVII a XIX), págs. 184-188.

(29) GABAGLIA, Jácomo Raja - As Secas do Ceará, citado por: ALVES, Joaquim - História das Secas (séculos XVII a XIX), págs. 161-163.

que nasciam, por sua vez, da irregularidade das precipitações pluviométricas, gerando um ciclo em que cada baixa precipitação corresponderia a uma baixa evaporação e portanto gerando baixas precipitações futuras. (30)

Outra visão acerca das causas do fenômeno das secas é a que podemos chamar de visão ecológica, segundo a qual a seca é pensada como fruto do desequilíbrio causado na natureza por anos de depredação e devastação pelo homem. Principalmente, acusa-se a derrubada das matas como o fator da baixa pluviosidade na região, pois estas atuariam como fator de condensação de vapores, ou de retenção da água, em maior quantidade, além de também servirem para o resfriamento da atmosfera. Esta visão parte do pressuposto de que as secas não ocorriam com tal gravidade em períodos anteriores. Deixa-se influenciar pelas grandes secas do final do século XIX, que presenciaram, como prova do agravamento crescente do problema, à medida que a devastação se aprofundava. Esta teoria levava em conta também a circulação dos ventos e as barreiras naturais representadas pelo relevo para as massas de ar. Tal visão já aparece nas páginas de Os Sertões, de Euclides da Cunha, e tem maior divulgação com a vinda de técnicos estrangeiros à região, tais como Bramer e Albert Lofgreen, após a criação do IOCS. (31)

---

(30) REBOUÇAS, André - As Secas nas Províncias do Norte, pág. 09 e Atas das sessões do Instituto Politécnico - sessão de 9 de outubro de 1878 - Revista do Instituto Politécnico, Tomo XI.

(31) Ver LOEFGREEN, Albert - Notas Botânicas, BRAMER, Jhon Casper - O Problema das secas do Norte do Brasil - Boletim do Ministério de Viação e Obras Públicas, Rio, nº 01, págs. 83 - 110 e CUNHA, Euclides da - Os Sertões, págs. 27, 28, 39, 40 e 41.

Todas estas teorias pensam a seca como fenômeno puramente natural, sem se preocuparem com suas repercussões socio-econômicas. No entanto, no início do século XX, técnicos como o Dr. Raymundo Pereira da Silva já pensam a seca como o fenômeno cujas repercussões embarçam o progresso econômico, e chamou a atenção para a falta de conhecimento de processos adiantados de trabalho, a falta de capital, a falta de um sistema de crédito agrícola e de mercado mais dinâmico, além da carência de instrução profissional como agravantes do fenômeno,<sup>(32)</sup>. O discurso técnico avança no sentido de identificar a seca como um problema de cunho natural, mas que possui implicações sociais. Estas questões econômico-sociais que precedem o próprio fenômeno terminam por serem consideradas como suas causas básicas, pois mesmo se tratando de um fenômeno natural, evitando-se outras repercussões, o fenômeno praticamente deixaria de existir como problema para o ser humano.

O discurso técnico desloca as causas da seca do plano natural para o plano social, mostrando, por exemplo, que nos Estados Unidos a técnica há muito tempo havia transformado a seca num fenômeno esquecido. Ela poderia ocorrer, mas não significando uma quebra na rotina da produção, não significando um momento de paralisia no processo de desenvolvimento, deixando de existir, pelo menos como problema, para o homem do Norte.

Este deslocamento das causas da seca do natural para o social colocava o problema como perfeitamente solucionável

---

(32) SILVA, Raymundo Pereira da - O Problema do Norte - Parecer apresentado na sessão de 1 de junho de 1907, do Club de Engenharia, Revista de Engenharia, 1907, pág. 29.

pelo ser humano, ele podia eliminar o fenômeno, pois eliminá-lo não significaria evitar sua ocorrência na natureza como pensavam os técnicos do final do século XIX, mas extinguir seus efeitos econômicos-sociais, afastando deste modo sua presença perturbadora da rotina do social. Era aprender a conviver com o fenômeno, atacando-o exatamente pelos seus efeitos, ou seja, a paralisia do progresso que, por sua vez contribuía para que sua ocorrência fosse extremamente dolorosa. Numa sociedade desenvolvida a seca não teria maiores consequências, não conseguindo mais paralisar o progresso, pois tendo sido vencida por este progresso, ela não teria repercussões de maior gravidade.

O discurso técnico elabora um deslocamento fundamental na visão acerca das causas das estiagens a ser encampada pelas oligarquias nortistas, e será fundamental para as suas reivindicações em torno do financiamento do progresso da região e do seu desenvolvimento, já que estas medidas passam a ser vistas como antídotos para a seca.

#### 4.4. O combate permanente e sistemático: as soluções para a seca no discurso técnico.

O discurso técnico, partindo da premissa básica de que a seca possuía causas constatáveis, era regida por leis naturais, podendo ser prevista com antecedência, vai, portanto, insistir na tese de que a seca possuía soluções, que se não viessem a eliminá-la enquanto fenômeno natural, poderiam evitar, ou pelo menos reduzir, os seus efeitos econômicos e sociais.

Como vimos os técnicos divergiam quanto às causas da seca, e de conformidade com as posições adotadas vão divergir quanto às soluções, sendo unânimes, no entanto, em acreditar na possibilidade de uma intervenção racional do homem na natureza, orientada por estudos técnicos o que poderia levar à resolução não da seca, mas do problema que esta representava.

Estas soluções apresentadas evoluíram de acordo com o pensamento técnico, de proposições de realizações de obras de prevenção ou combate ao fenômeno até a propostas de reformulações mais profundas nas relações de produção, na infra-estrutura econômica e nas formas de decisão política.

Muitas das soluções apresentadas são totalmente alheias à realidade econômica e política do país e da região, o que demonstrava uma certa alienação do corpo técnico do país que, encastelado em seus órgãos de classe ou nos seus institutos, elaboravam soluções mágicas, mas que não condiziam com as bases reais que existiam para levá-las à consecução. A visão muitas vezes utópica das resoluções propostas advinha também do pouco conhecimento da própria realidade da região sobre a qual se queria atuar.

Como o técnico se considerava um iluminado que parava muitas vezes sobre o real, que tinha uma visão além do real, que tinha uma visão do futuro que ninguém era capaz de ter, cobrava constantemente que a técnica fosse aceita e que as decisões políticas dos próprios dominantes e a vida cotidiana dos dominados fossem alteradas, sempre que a necessidade técnica requeresse. As decisões técnicas se revestiam pois de um caráter eminentemente autoritário, porque muitas vezes o que se queria

era criar uma realidade ideal, sem levar em conta a realidade concreta. Para realizarem suas utopias técnicas não mediam consequências, e se algum grupo social se opusesse a estas decisões, devia ser aliado, retirado do caminho do progresso, da modernização. Com a aparência de neutralidade, as medidas técnicas propostas carregavam conotações políticas claras, que são desvendadas não só pelos dominantes como pelos dominados, que muitas vezes se opõem a tais soluções "modernas".

O discurso técnico vai insistir no fim das soluções eminentemente assistencialistas e imediatistas, que eram tomadas pelo Estado, sempre que o fenômeno se repetia; insistirá ainda que como o fenômeno é cíclico, é permanente, permanente também deve ser o combate. Este combate permanente, acima de tudo devia ser sistemático, ou seja, organizado, planejado. Esta visão ganha corpo principalmente no início do século XX, mas podem-se perceber seus traços iniciais ainda no fim do século XIX.

Para os técnicos, a seca de 1877 também vai se constituir num marco, pois será a partir dela que o fenômeno ganha status de problema e passa a preocupar a opinião pública nacional e sua elite intelectual, que não podia ficar de fora das discussões. No momento em que o governo Imperial cria uma comissão de engenheiros que é mandada à região, para principalmente propor medidas que solucionassem o problema, o interesse dos técnicos ligados à Corte torna-se acentuado, principalmente quando se acena com a possibilidade da construção de obras, da qual a engenharia nacional devia participar.

No Norte, a politização da seca e sua transformação em problema pelas oligarquias regionais incentivou a que

técnicos ligados a estas oligarquias buscassem explicações "científicas" para o fenômeno, para, a partir delas, ser possível propor soluções que fossem apresentadas ao Parlamento Nacional, com o intuito de canalizar para a região em crise novos investimentos.

Embora as causas apontadas muitas vezes não passassem de mera especulação, para cada causa, várias soluções eram propostas.

No seu trabalho pioneiro de 1856, Viriato Medeiros propunha como primeira medida de combate à seca a instalação de postos meteorológicos que permitissem estudar mais detalhadamente o fenômeno e prever com antecedência sua ocorrência. Como fazia parte do grupo ligado à teoria de Maury, propunha ainda o reflorestamento da região, pois segundo ele as florestas influenciavam na formação das chuvas, retendo água e transpirando vapores que se acumulavam na atmosfera<sup>(33)</sup>.

Em trabalho de 1861, Raja Gabaglia vai ser o primeiro técnico a fazer a ligação da resolução das secas com a solução dos problemas econômicos da região, ao aconselhar a construção do porto de Fortaleza, como medida preventiva de combate ao fenômeno, pois por este poderiam ser desembarcados os alimentos necessários para o socorro às vítimas do flagelo<sup>(34)</sup>. Tal ligação

---

(33) MEDEIROS, Viriato - "O Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco" citado por ALVES, Joaquim - História das Secas (séc. XVII a XIX), pág. 157.

(34) GABAGLIA, Giacomo Raja - "Alguns melhoramentos tendentes a prosperidade da província do Ceará", pág. 05, citado por ALVES, Joaquim - História das Secas (séc. XVII a XIX), pág. 163.

ção entre solução da seca e modernização da infra-estrutura econômica da região vai ser muito característica do discurso técnico do começo do século XX.

No entanto, a solução apresentada com maior frequência, no final do século XIX, é a que se chamou de solução hidráulica, ou seja, se a seca era vista apenas como falta d'água, a solução seria dada pela construção de reservatórios que retivessem a água na superfície da região. A construção de açudes, cisternas, poços artesianos, etc, era apresentado como medida indispensável para combater a seca. No entanto, mesmo em relação a estas medidas, não havia consenso, e muitas foram as discussões em torno da validade de tais obras para a solução da questão.

Entre os defensores dos açudes como medida de prevenção e combate à seca, podemos citar o engenheiro Bezerra de Menezes, Lassansse Cunha, João Martins Coutinho, André Rebouças e Buarque de Macedo<sup>(35)</sup>, entre outros. Para eles a construção de açudes melhoraria o clima da região, pois, segundo a escola pluviífera, onde houvesse focos de evaporação aí choveria, portanto os açudes como focos de evaporação seriam responsáveis por maiores precipitações pluviométricas na região. Além disso, os açudes permitiam a construção de sistemas de irrigação que possibi-

(35) MENEZES, Bezerra de - "Breves considerações sobre a seca do Norte" citado por Joaquim Alves - História das Secas (séc. XVII a XIX), págs. 191 e 192.

CUNHA, Lassansse - "Estudos sobre a seca do Ceará" citado por ALVES, Joaquim - História das Secas (séc. XVII a XIX), pág. 231-234. As opiniões a favor da açudagem de João Martins Coutinho, André Rebouças e Buarque de Macedo encontram-se nas atas das sessões do Instituto Politécnico, publicada na Revista deste mesmo Instituto, Tomo XI. A de José Coutinho está na pág. 41, sessão do dia 23 de outubro e as de André Rebouças e Buarque de Macedo estão na pág. 39, na sessão do mesmo dia. Esta solução hidráulica também será defendida por Euclides da Cunha em Os Sertões, págs. 41 e segs.

litarium a prática da agricultura moderna.<sup>(36)</sup> Os açudes seriam necessários ainda para o abastecimento de água das cidades e serviriam como pontos de "refrigério" da população no momento da ocorrência do fenômeno.

No entanto, os açudes encontrarão inimigos desde a primeira hora, até o início do século XX. O Barão de Capanema, Carlos Luz e Viriato Medeiros, por exemplo, combatiam os açudes, pois acreditavam que as águas paradas não seriam potáveis, além de servir para a fermentação de matérias orgânicas e a formação de miasmas que tornariam as províncias pestilentas, produzindo "febres de mau caráter" nas suas vizinhanças<sup>(37)</sup>. No início do século, novamente, vamos encontrar questionamentos quanto à validade dos açudes, dado o grau de evaporação que era registrado na região. O engenheiro Clodomiro Pereira, por exemplo, se mostrava contrário à construção de açudes pois estes além de tenderem a evaporar rapidamente, não servindo, segundo ele, para proteger as populações em secas de maior porte, tendiam também à salinização<sup>(38)</sup>. Estes técnicos que se opunham aos interesses das oligarquias regionais eram chamados de inimigos da

---

(36) Sobre a importância da irrigação para a solução da seca ver FOGLARE, Henrique - "O Prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité ao Cariri e os Açudes na Província do Ceará", pág. 5.

(37) CAPANEMA, Guilherme - Carta dirigida a sessão do Instituto Politécnico de 18 de outubro de 1877, Revista do Instituto Politécnico, Tomo XI, pág. 28.

LUZ, Carlos - Atas das sessões do Instituto Politécnico, sessão de 23 de outubro de 1878, Revista do Instituto Politécnico, Tomo XI, pág. 36.

MEDEIROS, Viriato - "Ponderações sobre a Memória do Dr. André Rebouças - A Seca nas Províncias do Norte", pág. 24 citado por ALVES, Joaquim - História das Secas (séc. XVII a XIX), págs. 184-188.

(38) SILVA, Clodomiro Pereira da - "O Problema das secas do Nordeste brasileiro: As incôgnitas", Boletim do Instituto de Engenharia, 23(120);3-13 (121); 37-53.

região e tinham suas opiniões e seus estudos questionados como tendenciosos. Estas oligarquias esqueciam que a tendenciosidade era uma marca de toda a "ciência", por mais neutra que quisesse parecer.

Outro debate em torno da construção de açudes que consumiu muito papel foi o de que tipo de açude era o mais aconselhável para a região. Os engenheiros da Corte, na sua maior parte, defendiam a "grande açudagem", ou seja, a construção de grandes reservatórios em alguns rios, que serviriam para a sua perenização, evitando as enchentes que também eram comuns à região e acumulando um grande volume d'água indispensável à irrigação. Como os grandes açudes eram obras de empreendimento do Estado, as terras em que fossem contruídos e as que ficavam às suas margens deviam passar para o domínio público, o que não agradava às oligarquias nortistas. Por isso, entre os técnicos da região ligados a estas oligarquias, defendia-se a pequena açudagem como a solução para a seca, pois, diziam, estes serviam a um maior espaço, já que se disseminariam pelas propriedades, além de serem fundamentais "para a retenção das populações" nos momentos das secas, nas propriedades. Os pequenos açudes seriam contruídos por particulares, auxiliados pelo governo, o que evidentemente interessava muito mais às oligarquias locais que queriam ter nas mãos recursos destinados à construção dos açudes para desviá-los como bem entendessem.

A construção de poços também foi apresentada por alguns como a solução para a região. Buarque de Macedo, por exemplo, dizia ter "o Ceará no subsolo" uma corrente de água con

tínua, que aos poucos metros de escavação podia ser encontrado (39). No entanto, esta solução também era criticada pelo alto custo da perfuração pela falta de aparelhamento para levar a efeito tal tarefa e pelo seu pequeno alcance, além do fato de que na verdade a água não estava tão à flor da terra como pensava nosso caro "engenheiro".

Nos dias 9, 18, 23 e 30 de outubro de 1877, sob a presidência do Conde D'Eu, no Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, se reuniram os maiores nomes dos chamados técnicos da Corte (40) e aprovaram um documento contendo sugestões de medidas a serem tomadas para enfrentarem a grande seca de 1877. A primeira delas seria a construção de vias férreas nas regiões flageladas para dar trabalho aos retirantes; a segunda, o melhoramento de portos marítimos e fluviais, e a terceira, a desapropriação de terras marginais às vias férreas para serem divididas pelos retirantes ou "colonos nacionais". Vê-se neste documento a preocupação de aproveitar o momento de ocorrência do fenômeno para dotar a região de obras de infra-estrutura que viessem a beneficiar as atividades econômicas aí desenvolvidas, não esquecendo do fornecimento do próprio trabalhador livre nacional como mão-de-obra para estes empreendimentos. A distribuição de terras, com a formação de colônias nacionais visava

(39) MACEDO, Buarque de - Atas das sessões do Instituto Politécnico, sessão de 9 de outubro de 1878, Revista do Instituto Politécnico, Tomo XI, pág. 09.

(40) Tomaram parte destas reuniões, entre outros: Os Drs. Alves Câmara, André Rebouças, Américo dos Santos, Adolfo Pinheiro, A. dos Santos Mavignier, Álvaro Oliveira, Araújo Silva, Andrade Guimarães, Buarque de Macêdo, Carlos Luz, Conde de Coswadoski, Conselheiro Beaurepaire Roban, Cursino do Amarante, Calaça, Carneiro da Cunha Cavalcanti, Emídio E. Victório, Faure, Francisco Calheiro da Graça, Galdino Pimentel, João Martins da Silva Coutinho, José Rebouças, Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, Luiz Schreiner, Magalhães Castro, Miguel Ribeiro Lisboa, Paula Freitas, Pimentel Bueno, Plácido do Amarante, Saldanha da Gama, Visconde de Barbaçena e Vieira Souto.

preparar e reter mão-de-obra para os empreendimentos econômicos da região (41).

Como medidas para solução definitiva do problema, os técnicos do Instituto sugeriram a abertura de poços artesianos, a construção de açudes junto aos povoados e a canalização dos rios, estabelecendo nos seus cursos represas ou açudes, medidas tradicionais e em conformidade com a visão que possuíam da seca como falta de água. Ao lado destas, sugeriam a abertura de estradas, que aparecem como necessárias para o envio rápido de alimentos às regiões mais flageladas do interior, onde seriam armazenadas, em estações construídas pelo governo. A seca serve assim de justificativa para a solicitação da modernização da rede viária da região, o que beneficiaria a produção, notadamente, a do interior, como o algodão.

A última medida sugerida teve caráter muito polêmico e foi motivo de inúmeras discussões, sendo até hoje lembrada, sempre que se quer fazer demagogia em relação aos problemas nordestinos: trata-se da canalização do rio São Francisco para os rios do Norte seco. Esta medida foi preconizada pela primeira vez num estudo de Marcos Antônio de Macedo que data de 1846 (42) e novamente levantada nestas discussões no Instituto Politécnico, voltando a entrar em debate, com posições favorá

(41) Atas das sessões do Instituto Politécnico, sessões dos dias 9, 18, 23 e 30 de outubro de 1878, Revista do Instituto Politécnico, Tomo XI. Nestas sessões chegaram a ser apresentadas soluções que entrariam para o folclore nacional, como a utilização de alambiques para a destilação das águas do Atlântico. Veja a crítica às soluções apresentadas nestas sessões do Instituto Politécnico feita por Euclides da Cunha, em Os Sertões, pág. 43.

(42) OLIVEIRA, Álvaro de - Secca do Ceará (Açudes, Arborização, Estradas de Ferro), pág. 27.

veis e contrárias. Os engenheiros Halfield e André Rebouças<sup>(43)</sup> defenderam a ligação do S. Francisco ao rio Jaguaribe, através do riacho dos Porcos, e Joany Bauchardet, na suposição de que em época remotas o rio Salgado e em seguida o Jaguaribe foram um braço ou leito do Rio São Francisco, considerava tecnicamente viável a construção da obra através da desobstrução deste canal primitivo e dizia que a própria inclinação do terreno era favorável. A água uma vez no Jaguaribe seria represada em vários açudes, sendo distribuída por outros canais a rios menores da região.<sup>(44)</sup>

Por outro lado, a idéia encontrou opositores como José Américo dos Santos e Aarão Reis que, em 5 de agosto de 1919, numa sessão do Club de Engenharia, apresentaram parecer contrário à idéia, alegando sua quase impraticabilidade técnica pela elevação que teria de enfrentar na Chapada do Araripe, o que tornava os custos da obra impensáveis<sup>(45)</sup>.

Outra medida apresentada como solução para a seca veio importada dos Estados Unidos e passou a entusiasmar técnicos brasileiros, no início do século XX: era a adoção da chamada "lavoura seca" ou dry-farming, também conhecida como "lavoura científica". Consistia na adoção de plantas resistentes ao clima semi-árido, tanto para a alimentação animal, como para a alimentação humana, além de novas técnicas de aproveitamento máximo das partes úmidas existentes na região. Em 1913 o IOCS co

(43) SANTOS, José Américo dos - "Seccas no Norte do Brasil", pág. 31.

(44) BOUCHARDET, Joanny - "O Problema do Nordeste e sua Solução", pág.312.

(45) SANTOS, José Américo dos - "Seccas do Norte do Brasil", págs. 21 e 22.

missionou o técnico americano Vernon Cook para investigar as condições de se aplicar no Norte do Brasil a lavoura seca. O Ministério da Agricultura adquiriu terreno em Quixadá para realizar experiências com este tipo de lavoura. E o discurso de seus técnicos aconselhava a instalação de escolas profissionais, práticas rurais, para disseminar a "lavoura científica". Como se vê, buscava-se a modernização das técnicas de produção agrícola na região, apresentando-as como panacéia para a seca. A partir da seca, o que se pretendia era impor determinados padrões de produção capitalistas, que eram considerados tecnicamente superiores. O discurso técnico não deixa transparecer quem seriam os beneficiários de tais transformações, apresentando estas novidades como de benefício geral e como podendo ser aplicadas por todos, independentemente das condições de ser dono ou não dos meios de produção, de possuírem capital ou não.

O discurso técnico paulatinamente vai pensando a solução da seca, não mais como uma solução que deve atacar apenas o fenômeno em si, tido como falta de água, mas vai alargando as perspectivas, vendo a seca como paralisia do progresso e vendo neste o seu antídoto principal. Progresso aparece neste discurso claramente ligado ao desenvolvimento de relações capitalistas de produção e da formação de um mercado de trabalho livre, que permitisse a recuperação econômica da região, retirando-a da crise em que vivia e equiparando-a à economia do Sul.

Podemos notar isto ainda em pleno 1877, quando a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional reúne-se sob a presidência do Barão do Rio Branco e propõe um rol de soluções pa

ra o problema da seca em dois pareceres aprovados<sup>(46)</sup>. As propostas compreendem "o aconselhamento do incentivo por parte do Estado à cultura intensiva do solo com arado e estrume; a drenagem e a irrigação; a estabulação e o aproveitamento de todos os produtos bovinos; a criação de engenhos centrais de açúcar de cana e de batata doce; de fazendas centrais de café, cacau, borracha, tapioca, etc...; fábricas de algodão e sabão. O Estado devia promover a cultura do chá, a apicultura e a sericultura nacional, principalmente nas serras de clima temperado da região. Introduzir a cultura do trigo e de todos os cereais e frutos do sul da Europa nas serras. Mandar instruir a população da região sujeita a seca e construir silos ou depósitos de conservar cereais. Mandar vir do oeste dos Estados Unidos um certo número de lavradores, munidos de todos os utensílios e máquinas ali usados para ensinar agricultura prática aos retirantes. Mandar vir de Buenos Aires pessoas práticas no trabalho dos saladeros e criar estabelecimentos análogos nos campos do Ceará e Piauí e estudar um código de águas, florestas, para a região seca" (47).

Reunidos para levantarem propostas para solucionar a seca, o que vemos neste documento é um manifesto para a moderu

---

(46) Assinaram o documento final da sessão em 10 de novembro de 1877 André Rebouças, L.P. de Magalhães Castro, Antônio de Paula Freitas, João Franklin de A. Silva, Dr. Daniel P. F. Cardoso, Dr. J. A. Pinto Júnior e José Botelho de A. Carvalho.

(47) Pareceres da Comissão nomeada pelo Visconde do Rio Branco na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sobre as providências que devem ser aconselhadas ao Governo Imperial e as províncias assoladas pela seca, no sentido de animar as indústrias que nelas encontram meios de existência.

nização de todos os aspectos das atividades econômicas da região. Visivelmente encantados com as maravilhas do desenvolvimento industrial capitalista europeu e norte-americano, nossos técnicos sonham com uma utopia tecnológica, como solução para a seca. Defendendo uma intervenção modernizadora do Estado, todo o discurso deixa transparecer, nos próprios verbos que utiliza, uma visão autoritária e ao mesmo tempo paternalista deste Estado, que deveria mandar, instruir, trazer, promover, etc... O sonho tecnológico deixa transparecer que a seca seria solucionada com o desenvolvimento capitalista da região. Ora, a seca havia se tornado "problema" por causa da crise econômica que barrara a modernização da região; nada mais lógico que se pensasse em destruir o problema seca acabando com a crise econômica e modernizando.

A modernização da região não se faria sem a organização de um mercado de trabalho e a "elevação do nível" desta mão-de-obra. Os técnicos apresentam como solução para a seca o trabalho constante e sistemático. O tema do trabalho aparece aqui aliado à seca, mas com a preocupação maior de elevar o nível técnico deste trabalhador, eliminando a "rotina" das formas de trabalho e buscando elevar a produtividade deste trabalhador.

No Norte, onde a imigração estrangeira não passou de um sonho, procura-se valorizar o trabalhador nacional e redefinir sua imagem de "caboclos indolentes" e "mestiços preguiçosos e descuidados" (48). A este respeito é interessante um

---

(48) SILVA, Raymundo Pereira da - O Problema do Norte. Parecer apresentado ao Conselho Diretor do Club de Engenharia na sessão de 1 de junho de 1907, Revista de Engenharia, pág. 11.

cer apresentado pelo engenheiro Raymundo Pereira da Silva no Club de Engenharia em 1907. Neste parecer, lançando mão de quadros onde são retratados o fluxo de comércio de exportação e importação do país em 1905, 1906 e 1907 e comparando a contribuição do Norte e a do Sul, tanto para a exportação como para os gastos com importações, o engenheiro chega à conclusão de que o Norte teve a seu favor um saldo maior, pois embora tenha exportado menos que o Sul, importou também muito menos. Enquanto os estados do Norte haviam deixado um saldo entre importação e exportação da ordem de 456.015.099\$000, os do Sul haviam deixado um saldo de 344.409.381\$000. Com isto ele argumentou que o trabalhador nacional, particularmente o nortista, apresentava uma produtividade quase equivalente a dos trabalhadores estrangeiros que se concentravam no Sul. E conclui: "Se lutando com todas as dificuldades: as secas, a malária e o beri-beri, a falta quase absoluta de transportes em relação a imensa superfície onde trabalha, o sertanejo do Norte apresenta um coeficiente de exportação per capita quase igual ao do habitante do Sul, onde estas dificuldades não existem, que resultado se deve esperar dele quando forem removidos uns e atenuados outros destes obstáculos?".<sup>(49)</sup> A seca devia então ser atenuada ou solucionada, visto que isto eliminaria as desvantagens do trabalhador nacional em relação ao trabalhador estrangeiro.

O Dr. Pereira da Silva tenta assim "cientificamente", racionalmente, através de dados matemáticos, estatísticos, demonstrar a vantagem do trabalhador nacional e a necessidade de

---

(49) SILVA, Raymundo Pereira da - O Problema do Norte. Parecer apresentado ao Conselho Diretor do Club de Engenharia na sessão de 1 de junho de 1907, Revista de Engenharia, págs. 12 e 13.

se combater a seca, para permitir que a produtividade do trabalho seja ampliada.

Combate a seca e desenvolvimento aparecem interligados, e como meio mais eficaz de combatê-la, "o trabalho certo e remunerado do maior número possível de operários"<sup>(50)</sup>. Para que o trabalho seja possível, os técnicos aconselham o apoio à iniciativa particular; o Estado devia "apoiar as indústrias existentes na região", garantindo meios como crédito, capital, assistência técnica, etc...para que estas se modernizassem. Tornar estas atividades "resistentes" à seca só era possível com a adoção de novos padrões de produção, que deveriam ter no Estado seu principal incentivador. A sistematização, que queria dizer subordinação a padrões capitalistas das atividades desenvolvidas na região era a solução. O Dr. Pereira da Silva, ainda nos dá exemplo disto ao propor a instalação de indústrias que se apropriassem de atividades desenvolvidas artesanalmente pelas camadas mais pobres da região como: a exploração da borracha de maniçoba, a fiação de rendas de bilro, etc. Tais atividades, segundo este técnico, se fossem de "maior porte" seriam fortes barreiras às consequências desastrosas da seca<sup>(51)</sup>.

Sistematizar, controlar cientificamente o combate às secas, era a solução básica; sem planejamento, sem coordenação técnica estas soluções, por mais bem pensadas que fossem, não surtiriam efeito. Este discurso procura assim garantir o lugar do técnico na solução no combate ao problema da seca e colocá-lo com o poder diretivo nestas decisões.

(50) SILVA, Raymundo Pereira da - O Problema do Norte. Parecer apresentado ao Conselho Diretor do Club de Engenharia na sessão de 1 de junho de 1907, Revista de Engenharia, pág. 67.

(51) Idem, Idem, Idem, pág. 69.

As soluções que inicialmente atacam o problema na sua face mais imediata, que é a falta de água, caminham no sentido de entender a solução da seca como modernização, combate a seca como combate à crise econômica e a todos os entraves estruturais ao desenvolvimento das relações capitalistas. Combater a seca é combater o atraso da infra-estrutura produtiva, das relações de produção, a falta de um mercado de trabalho plenamente desenvolvido com a proletarização do trabalhador. A resolução da seca está no trabalho constante e sistemático, mas em relações de trabalho tipicamente capitalistas; está no desenvolvimento das atividades econômicas da região, está no progresso. Não importa a que interesse serviria este progresso. O técnico é neutro, não tem esta visão, as soluções que propõe é para o "benefício de todos". Todos ao combate sistemático e permanente do atraso, ao analfabetismo, à não "civilização" dos homens da sociedade, eis o lema. Sociedade pensada como harmônica e utopicamente desenvolvida sem conflitos, com interesses mútuos entre as classes sociais. Sociedade onde a técnica seria a panacéia redentora de todos os males e a mensageira da "civilização", como afirmaram alguns técnicos ao defenderem a construção de vias férreas como solução para a seca "cumpre levar deserto em fora a civilização no limpa-trilhos. Esse instrumento que atendia à solicitação do progresso é destinado hoje em dia a expandir a cultura e a riqueza pelos mais remotos ermos"<sup>(52)</sup>. Ai da quele ignorante que quisesse bloquear o progresso! Como entender que um Antônio Silvino arrancasse os trilhos do trem, de tão maravilhosa arma da civilização?...

---

(52) ALMEIDA, José Américo de - "A Paraíba e seus Problemas", pág. 287.

## CÁPÍTULO - V

## 5.0 - A PROSA DA REGIÃO LUZ (A seca na literatura regionalista)

## 5.1. Problemas Teóricos e Metodológicos

O discurso literário foi desde o século XIX rebai\_xado para um ponto inferior na hierarquia dos discursos, porque não havia nele lugar para a verdade. No momento em que o pensa\_mento racionalista burguês consegue se impor em todas as áreas e o positivismo faz uma separação radical entre discurso da ver\_dade ou discurso da ciência e discurso literário ou discurso de ficção, a literatura e outras manifestações artísticas são vis\_tas como instâncias distintas e inferiores de saber. (1)

A própria história, para reivindicar sua cientifici\_dade, deve negar a literatura, a prosa ficcional e se ater a um discurso da verdade, através da qual o historiador neutro é ca\_paz de captar a realidade, a verdade que existe nos fatos. A ob\_jetividade do historiador se oporia à subjetividade do litera\_to. O historiador é aquele que da observação e investigação de fatos particulares chega a uma visão universal dos acontecimen\_tos, a um conhecimento das relações objetivamente existentes. O historiador, em suma, é um cientista porque observa e diz obje\_tivamente o que foi (2). Enquanto isto, o homem dedicado à fic\_

(1) Sobre a ruptura entre discurso literário e discurso científico ver: LIMA, Luiz Costa - O Controle do Imaginário (Razão e Imaginação no Ocidente).

(2) LIMA, Luiz Costa - O Controle do Imaginário (Razão e Imaginação no Ocidente), pág. 167.

ção apenas imita o real e se prende a fatos particulares, individuais e subjetivos que não dão conta das relações sociais mais amplas existentes. Ele não tem compromisso em dizer objetivamente o que foi, pode inventar, dar asas a imaginação. Diante deste aparente antagonismo entre o discurso literário e o discurso da "ciência histórica", seria lícito a utilização daquele como fonte para a apreensão da história de um discurso? O que de específico possui o discurso literário e qual o objetivo de sua análise neste trabalho? São questões que se colocam de saída.

Inicialmente devemos dizer que não fazemos neste trabalho nenhuma espécie de hierarquia entre os discursos abordados, pois esta hierarquia tinha que partir da concepção de que uns expressariam mais verdade ou menos verdade que outros. Ora, percebemos que cada discurso veicula uma "potência de verdade" que depende muito das condições históricas que o cercam, cada discurso visa produzir uma verdade. O próprio discurso técnico ou científico, como vimos, possui "verdades" muito transitórias e historicamente localizadas. Consideramos, portanto, lícito o uso do discurso literário tanto quanto o de qualquer outro discurso, pois todos estes participaram da construção da "verdade" sobre a seca, enquanto "problema do Norte" (3).

A chamada literatura regionalista surgiu no Norte no final do século XIX e atinge seu auge após a Semana da Arte

---

(3) Estas são questões centrais da Arqueologia do Saber desenvolvida por Michel Foucault, ver por exemplo seu trabalho "A Arqueologia do Saber".

Moderna de 1922 e o Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre<sup>(4)</sup>. Ela é expressão do regionalismo nortista que se aguça va à medida que a classe dominante da região tomava consciên cia do declínio político e econômico do seu espaço em relação ao Sul do país. Como diz Franklin Távora, a literatura do Nor te, como era chamada, nasce da necessidade de "mostrar as tradi ções", a "cultura do Norte" ao restante do Brasil, que a desco nhece<sup>(5)</sup>. Nasce, notadamente de uma reação ao que é estrangeiro, ao que é estranho ao Brasil, já que se acredita que só do Nor te "é que poderia se formar uma literatura realmente brasilei ra"<sup>(6)</sup>. A cultura nortista, por não ter sido influenciada por "elementos externos", era a cultura genuinamente brasileira, era a área da cultura nacional em oposição a área da cultura es trangeira.

Como podemos perceber, a literatura regionalista do Norte tem conotações políticas claras de contestação à margina lização da região do processo econômico e político do país. Ao reivindicar para si a brasilidade, busca afirmar a região pelo menos no sentido cultural. Se a região estava perdendo sua posi ção política e econômica, ela, no entanto, podia adquirir posi ção de destaque no campo da cultura e se constituir na guardiã

---

(4) Figuras entre as obras pioneiras da literatura regionalista: O Cabeleira, de Franklin Távora, considerada a obra pioneira (1876). Os Retirantes, de José do Patrocínio (1879), A Fome (1890) e os Brilhantes (1895), de Rodolfo Teófilo, Aves de Arribação, de Antônio Sales (1913) e Senhora de Engenho, de Mário Sete (1921).

(5) TÁVORA, Franklin - O Cabeleira (introdução), pág. 08.

(6) Idem, Idem, pág. 10.

da "brasilidade" perdida pelo Sul.

É dentro desta revalorização do seu espaço que os escritores nortistas, quase todos saídos da camada privilegiada da população, vão descobrir temas como a seca, o cangaço, o mesianismo, o coronelismo, etc. Por um momento vão esquecer a Europa e voltar-se para a realidade que os cercava.

A seca, à medida que é transformada no problema central da região, aparece como tema privilegiado desta literatura, que vai ser responsável em grande parte pela repercussão do fenômeno em termos nacionais. A população do Sul entra em contato com a dura realidade humana e cotidiana do nortista no momento da seca, através da leitura destas obras. Elas têm grande repercussão, fazendo uma parte do país tomar consciência da existência da outra parte, com todas as suas misérias e calamidades. O esforço da classe dominante nortista no sentido de tornar a seca um "problema nacional" encontra nesta literatura seu grande aliado.

Toda vez que os sulistas ficam sabendo que está ocorrendo uma seca no Norte, vêm às suas cabeças as imagens fortes pintadas por Raquel de Queiróz em O Quinze ou por José Américo em A Bagaceira. Grande parte da imagem que se faz da realidade do Norte no momento de uma seca nasce desta literatura. Esta sua importância política justifica, portanto, perfeitamente ser ela abordada num trabalho que busca mostrar como a seca se transformou no "problema do Norte".

As obras regionalistas na sua maioria têm como objetivo a denúncia da realidade nortista e do atraso em que a região se encontra em relação ao Sul do país. Apresentam uma visão

desta realidade e buscam propor soluções a serem tomadas no sentido de superá-la. Gardiel Perruci afirma que os primeiros esforços no sentido de fazer uma interpretação da realidade econômica e social do Nordeste deve-se a romancistas e poetas<sup>(7)</sup>, sendo tal interpretação marcada pelo resgate de uma memória popular acerca de algumas questões sociais existentes na região.

A seca, que já havia sido abordada em vários aspectos por outros discursos, tende a ser vista na literatura regionalista no seu aspecto humano, nas suas repercussões sobre o cotidiano de determinadas pessoas pertencentes a vários grupos sociais. A seca é quase sempre mostrada a partir do ponto de vista pessoal de alguns indivíduos que tentam perceber sua influência sobre a psicologia do ser humano. Como disse Josué de Castro, referindo-se a Raquel de Queiróz, estes autores buscam fazer uma "psicanálise dos flagelados da seca"<sup>(8)</sup>. Por isso, são obras em que a seca aparece associada ao rompimento ou preservação de uma gama de valores sociais e que por isso mesmo denunciam "a desordem de valores" no momento de sua ocorrência.

A importância destas obras para a criação de uma imagem da seca e para o reforço de uma série de valores sociais é patente. Através da criação de estereótipos, os autores buscam reforçar ou questionar uma série de valores sociais, contribuindo assim para o controle social. Podemos falar aqui de uma versão erudita da literatura de cordel, enquanto veículo de reforço de uma série de valores, mas também enquanto veículo de

---

(7) PERRUCCI, Gardiel - Nordeste: Uma Revisão Necessária

(8) CASTRO, Josué de - Geografia da Fome, pág. 229.

um descontentamento, que é sobretudo o descontentamento dos próprios autores, que enquanto membros de uma elite intelectual se viam como porta-vozes de uma região miserável e se incomodavam com a miséria que os cercava.

Como diz José Américo, através de Lúcio, em *A Bagaceira*, "Antes tivesse permanecido na obscuridade despercebida; a inteligência revelava-lhe todas as anomalias da constituição excêntrica". Filhos quase sempre de famílias abastadas, estes autores se sentiam um pouco responsáveis pela situação que vivenciavam e buscavam aliviar suas consciências ao deixar que todo o drama da miséria nortista eclodisse nas páginas de seus livros. Como a luz que entrando pela fresta da janela revelava a sujeira do ambiente que antes parecia limpo para Lúcio, assim era a luz da educação, da consciência que entrava na mente destes autores revelando a sujeira do ambiente que os cercava<sup>(9)</sup>.

Trabalharemos neste capítulo com quatro obras: *Luzia-Homem*, de Domingos Olímpio; *Os Sertões*, de Euclides da Cunha; *O Quinze*, de Raquel de Queiróz e *A Bagaceira*, de José Américo. Estas obras foram as escolhidas por serem as de maior repercussão escritas entre o final do século XIX e início do século XX tendo a seca como pano de fundo. Tais obras foram e continuam sendo decisivas para a formação de uma imagem do Norte e Nordeste e do "problema da seca".

Seus autores evidentemente possuem diferentes visões acerca da realidade que tentam abordar, mas procuraremos detectar nas suas obras temas que são comuns e que aparecem cor

(9) ALMEIDA, José Américo de - *A Bagaceira*, pág. 12.

relacionados com o tema central da seca. Não abordaremos sepa  
radamente cada obra, mas temas que aparecem nos quatro traba  
lhos e quando houver diferença de visões procuraremos mostrar  
tais diferenças.

Estas obras nos pareceram ter unicidade à medida  
que todas se preocupam em entender a crise econômico-social e  
política pela qual passava o Norte e posicionam-se acerca do  
processo de modernização das relações de produção e das rela  
ções sociais como um todo vivida por este espaço. A preocupa  
ção com a transição do arcaico para o moderno, do tradicional pa  
ra o que era novo na região, está presente, como angústia, não  
sô de seus personagens mas dos próprios autores. Filhos de uma  
sociedade em transição, tais autores apresentam um misto de fas  
cínio e medo pelo que é novo, como reconheceu o próprio José  
Américo: "Eu achava que o Nordeste transformado perdia sua ca  
racterização" (10). Como os autores regionalistas buscam apre  
ender o que caracteriza seu espaço, o novo aparece quase sempre  
como elemento descaracterizador, portanto, embora admirem o pro  
gresso e façam dele sua bandeira, mostram angústia e incerte  
zas diante dele.

O romance Luzia-Homem, de Domingos Olímpio, perten  
ce à corrente realista-naturalista da literatura brasileira e  
foi publicado em 1903, tendo como tema central a relação entre  
homem e natureza e a influência desta última na vida e compor  
tamento do ser humano. É marcada por uma forte dose de determi

---

(10) CAMARGO, Aspásia et alli - O Nordeste e a Política (Diálogo com José  
Américo), pág. 102.

nismo natural, de influência positivista e social-darwinista , segundo o qual o homem trava uma luta renhida com o meio hostil que o esmaga e o degenera. (11)

Seu autor é filho de oligarca importante da região, o que se pode perceber pelo saudosismo em relação à sociedade pré-capitalista da região.

Os Sertões, de Euclides da Cunha, que é ao mesmo tempo romance e relato de fatos históricos presenciados pelo autor, foi publicado em 1902 e é fortemente influenciado pelas concepções positivistas de quem era o autor partidário apaixonado. Foi e continua sendo um dos livros de maior sucesso no país e que exerceu forte influência na formação de uma série de mitos em torno da natureza e do homem nortista. Embora tenha uma grande pretensão científica, é uma obra perpassada por preconceitos que caracterizavam bem a visão que os "modernizadores" , a elite intelectual do país, tinham do povo naquela época. (12)

Embora não seja autor pertencente ao grupo de escritores reconhecidos como regionalistas, e sua obra não esteja ligada diretamente aos problemas do Norte, Euclides da Cunha e Os Sertões serão utilizados neste trabalho pela grande influência que autor e obra exerceram sobre toda a intelectualidade nortista, bem como sobre as oligarquias desta região que não cansavam de citá-lo em seus discursos no parlamento nacional.

---

(11) OLÍMPIO, Domingos - Luzia-Homem, 8ª edição, São Paulo, Ática, 1980, 147 pp.

(12) CUNHA, Euclides da - Os Sertões, 28ª edição, Rio de Janeiro/Brasília, Francisco Alves/INL, 413 pp.

Obra de difícil classificação, *Os Sertões*, que se pretende uma abordagem "científica" sobre os acontecimentos em Canudos, termina por ser literatura na medida em que é um discurso ficcional sobre este movimento, transformado em pretexto para a construção de todo um discurso explicativo das causas do atraso nortista e da "barbárie" de sua gente. Contribui ainda para prescrição de um receituário de panacéias como a "civilização", o progresso e a modernização, tão caras ao positivismo e ao social-darwinismo. Como diz Walnice Nogueira Galvão, em *Euclides a literatura é a forma de resolver os dilemas em que sua posição teórica e sua posição em relação ao conflito de Canudos o colocam; construindo figuras de linguagem e reunindo palavras que são aparentemente contraditórias, tentava sintetizar sua posição de simpatia para com os revoltosos e ao mesmo tempo explicar a conduta destes a partir de posições teóricas que só os depreciava* (13). Por isto, o contraste e a ambiguidade são a marca desta obra e de todas as posições que esposa.

O *Quinze*, de Raquel de Queiróz, foi publicado em 1930, sendo uma obra quase auto-biográfica, pois narra a experiência vivida pela autora quando estudava em Fortaleza, em 1915, ano de uma grande seca. Filiada ao regionalismo modernista, é uma obra onde se tenta ver a seca a partir de indivíduos colocados em diferentes níveis na escala social, passando, no entanto, visão harmônica da sociedade e quase sempre saudosista em

---

(13) GALVÃO, Walnice Nogueira - Introdução à *Os Sertões* de Euclides da Cunha, pág. X.

relação às relações paternalistas que dominavam o sertão em período anterior. É uma obra de denúncia das condições sociais nordestinas, não de uma classe social especificamente, mas do todo regional. É muito importante no sentido de se perceber a história cotidiana dos homens da região, quando ocorre o flagelo, e os traumas que a seca acarreta para a "ordem social" ao atingir o código de valores sociais, abrindo espaço para a revolta e para a contestação. A proposta da autora para resolver o problema nos pareceu ser o paternalismo e o assistencialismo traduzidos na volta à solidariedade entre classes. (14)

A Bagaceira, de José Américo, veio à luz em 1928 e, como diz o próprio autor, apresenta "uma visão nova da seca. Não é a seca na sua área de origem. É o reflexo da seca nessa região chamada de Brejo" (15). Toda a obra está centrada nas divergências e diferenças entre brejeiros e sertanejos, que eram produto de realidades sociais também diferentes, uns filhos "passivos" da escravidão, outros filhos "livres" das relações paternalistas do sertão. Esta rivalidade é criticada pelo autor, que vislumbra a unificação política da região e do próprio estado da Paraíba, no sentido de uma luta em defesa deste espaço. Seu regionalismo literário tem pois uma mensagem política clara: a superação das diferenças interregionais, para enfrentar uma luta em favor da região no plano federal. O futuro tenente via com maus olhos as rixas oligárquicas ou qualquer uma que dificult-

(14) QUEIROZ - Raquel de - O Quinze, 28ª edição, Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1982, 112 pp.

(15) CAMARGO, Aspásia et alii - O Nordeste e a Política (Diálogo com José Américo de Almeida), pág. 100.

tasse a formação da "região". A mitificação do sertanejo que aparece nesta obra, na verdade, é a criação de uma imagem otimizada do nordestino; o sertanejo que luta, e não o brejeiro passivo, é o nordestino que se quer, o nordestino disposto a lutar por sua região. A superação do atraso da região só se faria através do progresso e da modernização e por isso o autor fica ao lado do Nordeste do algodão, mais dinâmico, mais moderno do que o Nordeste do açúcar, símbolo da "aristocracia", do arcaísmo. O homem do sertão que vem para a Mata no momento da seca e entra em choque com esta realidade simboliza o moderno, o novo que tenta-se instalar mas que é impedido pela rotina da Mata. A seca aparece como o único obstáculo ao progresso do sertão, esta terra de homens fortes e empreendedores, por isso é preciso combatê-la e vencê-la através da modernização. (16)

Em resumo, embora sejam obras de visões distintas acerca de algumas questões, guardam entre si uma unicidade, que é o que buscamos aprender, em relação à imagem que passam da seca e como esta é utilizada para reforçar o controle social, através do reforço dos valores sociais considerados fundamentais.

## 5.2. O vácuo de afeições: a imagem da seca no discurso literário.

Na literatura regionalista a seca é abordada a partir de pontos de vista individuais, dos vários personagens que par

---

(16) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, 22ª edição, Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1985, 125 pp.

ticipam da trama das estórias. A preocupação maior é mostrar as repercussões do fenômeno ao nível da psicologia individual, não importando as condições sociais a que estes pertencem. Por isso na literatura regionalista a seca vai aparecer como um hiato na normalidade da vida dos indivíduos, como um fenômeno que desorganiza valores, que leva ao descontrole, ao desespero e, acima de tudo, como um momento de miséria, não só material, como espiritual, com a interrupção das relações amorosas e sexuais.

A seca abria um vácuo de afeições, era a quadra das separações, dos desencontros, de desgraças por amor, de violência, da morte de entes queridos. A seca surge neste discurso literário como aquele fenômeno que dá origem a sentimentos como a saudade e a inveja e, ao mesmo tempo é o momento de ocorrência de injustiças, doenças, etc. Portanto, a seca é vista aqui sobretudo pelas suas repercussões para o ser humano, tomado como indivíduo e como indivíduo na sua totalidade, material e espiritual.

A seca separava, dividia e dispersava as pessoas, notadamente a família, que era a instituição fundamental não só para o controle social, como para a própria reprodução biológica e moral da sociedade. A família era a base da produção, do consumo e a célula de reprodução da estrutura de poder dominante, quer seja no seu aspecto de coação, quer seja no de coerção. Por isso, o discurso literário preocupa-se com a destruição da família no momento da seca, chama a atenção para o grau de insegurança que isto acarretava para os indivíduos e tenta

reforçar a importância da família como instituição social, criando estereótipos de filhos dedicados que pensam em emigrar com a seca, mas logo lhe vêm na lembrança os pais velhinhos que tudo esperavam deles<sup>(17)</sup>, ou de pais que fazem tudo para salvar seus filhos e protegê-los no momento que a seca ocorre e até tomam conta de quem não é seu filho<sup>(18)</sup>. Associa a falta de família, na seca, com miséria de amor, carinho e bondade, como sinal de que a seca tudo embrutece, desumaniza, torna cruel.

A família em retirada que vai sendo destruída pelo caminho é um tema constante nesta literatura. Associa-se sempre esta retirada à imagem de uma via-crucis, ao longo da qual se dão vários acontecimentos, e ocorrem fatos que vão paulatinamente desestruturando aquele núcleo familiar. São imagens de grande impacto, pois a família é um elemento presente na vida da grande maioria dos indivíduos e com a qual estes possuem grandes ligações afetivas. Os indivíduos desta sociedade não concebem uma vida individual sem o amparo familiar. A família é encarada como local de proteção e de acolhimento e sua falta gerava insegurança, marginalização, etc., pois era através desta que o indivíduo se inseria na sociedade tradicional do sertão. As parentelas, ou grandes famílias, eram apenas reproduções dos vários pequenos núcleos familiares que se agregavam, sendo fundamentais nas relações econômicas e políticas deste espaço regional. Como expressa Mocinha, personagem de O Quinze, nesta frase: "Quem não tem pai nem mãe, como eu, pra todo mundo é estrangeiro...".

(17) OLÍMPIO, Domingos - Luzia-Homem, pág. 18

(18) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 18.

A subversão de valores ocasionados pela seca leva muitas vezes a que os filhos se rebelem contra os pais e estes "percam a voz ativa" com os filhos. Esta perda de autoridade do pai aparece como sinal de desordem e ao mesmo tempo como sinal de perda de poder, de perda de status moral, por parte do pai e, conseqüentemente, desta família. A dissolução da autoridade paterna é apresentada como sinal de que a seca é o momento de dissolução de todo o tipo de autoridade, é o momento do perigo de rebelião de filhos contra pais, de indivíduos contra a autoridade, é o momento de perda de controle sobre os filhos por parte dos pais, o que pode significar a perda de controle sobre os agregados (filhos) pelo patrão (pai), ou dos cidadãos (filhos) pelo Estado (pai). Por isso a seca é um perigo, pois o vácuo de afeições pode significar uma oportunidade para a manifestação dos "maus instintos". Como diz amargurado Pirunga em A Bagaceira: "Ele (Valentim) não tem voz ativa; não pode mais com a vida dela (Soledade). Torce a orelha e não sai sangue" (19).

Aliás, não podemos esquecer que a perda de poder e autoridade era um dos sintomas fundamentais da crise que vivia a classe dominante do Norte que foi transformada em crise "regional".

Como o discurso literário se propõe a dar voz a personagens que pertencem a classes sociais diferentes, vão surgir neste as várias visões que se tinha sobre o fenômeno na sociedade

---

(19) Idem, Idem, pág. 77.

dade. Ora esta vai surgir como castigo de Deus, como fruto da ira divina, o Norte como "terra de maldição ferida pela ira divina"<sup>(20)</sup> e os nortistas como "restos de uma raça de trabalhadores heróicos e fortes, desbaratada sob o látego do castigo dos céus"<sup>(21)</sup>, ora aparece como um fenômeno natural e cíclico, contra o qual o homem se debatia, na "eterna luta com o sol, com a fome, com a natureza"<sup>(22)</sup> ou com o "martírio secular da terra"<sup>(23)</sup>.

Esta visão da seca como um fenômeno cíclico surge no discurso literário muito associada à idéia de desesperança, de descrença na mudança, de que tudo volta sempre a acontecer da forma que aconteceu antes. Como diz explicitamente Euclides da Cunha: "a história repete-se"<sup>(24)</sup>.

As obras regionalistas exploram as imagens e acontecimentos mais chocantes e mais apelativos, com o objetivo de causar impacto na opinião pública nacional. Os flagelados são descritos como "esquálidas criaturas de aspecto horripilante, esqueletos automáticos dentro de fantásticos trajes, rendilhados de trapos sórdidos, de uma sujidade nauseante, empanados de sangue purulento das úlceras, que lhes carcomiam a pele, até descobrirem os ossos, nas articulações deformadas"<sup>(25)</sup>. Estas imagens, que surgem de um estado de miséria absoluta, chocam e provocam sentimentos que vão da piedade ao medo e ao nojo. Este es

(20) OLÍMPIO, Domingos, Luzia-Homem, pág. 17.

(21) Idem, Idem, pág. 111

(22) QUEIROZ, Raquel de - O Quinze, pág. 30

(23) CUNHA, Euclides da - Os Sertões, pág. 13.

(24) CUNHA, Euclides da - Os Sertões, pág. 103.

(25) OLÍMPIO, Domingos - Luzia-Homem, pág. 17.

petáculo da miséria exposta à mostra contrasta com a normalidade da vida social, onde a miséria existe mais não se expõe tanto, não se torna um espetáculo, não dá origem a "desfiles macabros", como os dos retirantes chegando às cidades. Os membros da classe dominante, os habitantes das cidades, os intelectuais da classe média chocam-se profundamente com este espetáculo de degradação humana, que aparentemente só a seca provoca, e ao mesmo tempo o temem por ser revelador das contradições da ordem social vigente e de todas as suas injustiças.

Por isso, ao lado destas imagens fortes do momento da seca, tende-se a contrapor imagens paradisíacas para descrever a região no momento posterior ao fenômeno: "a verdura era um despotismo de cor. Invadia até as águas. Surgia como uma bolha de esperança, uma espuma de esmeralda". "O próprio céu verdejava em nuvens de maracanãs e periquitos" (26). "O borralho cinzento do verão vestia-se todo de esperança" (27). Até as pessoas se tornam diferentes com a seca: a "Cordulina do tempo do casamento" era branca, gorda e alegre, agora com a seca estava enegrecida, magra e triste (28). Criam-se constantes contrapon-tos, que ressaltam a seca como o momento da desgraça e da destruição, seja para a natureza, seja para o homem. Utilizam um jogo de cores em que o verde, o azul e o branco se contrapõem ao cinza e ao negro do momento da seca. A idéia da seca como fo

---

(26) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 97.

(27) QUEIRÓZ, Raquel de - O Quinze, pág. 107.

(28) Idem, Idem, pág. 46.

go, que tudo queima e destrói, também é muito frequente: "Sucedem-se meses e anos ardentes. Empobrece-se inteiramente o solo aspérrimo. Mas, nessas quadras cruéis, em que as soalheiras se agravam, às vezes com os incêndios espontaneamente acesos pelas ventanias atritando os galhos secos e estonados..." (29).

A seca também se faz presente nos indivíduos que passam a ter "figuras ressequidas" ou até mesmo nos gestos como a "mulher alta e seca" que "trazia ao quadril um inocente, que lhe procurava encostar a cabeça à espádua, e ela, porém, duramente o repelia, num seco encolher de ombros" (30).

A natureza da região produz o homem a sua imagem : "É inconstante como ela. É natural que o seja. Viver é adaptar-se. Ela o talhou a sua imagem: bárbaro, imbetuoso, abrupto..." (31).

Narrativas de histórias populares, cheias de preconceitos, como a que "diz que um negro lá pras bandas de Morada Nova matou um menino, salgou e ficou comendo os pedaços aos poucos" (32), reforçam a imagem da seca, como o momento em que os "valores tradicionais" ou as normas mais "sagradas" são violadas; é pois um momento de subversão de valores, de desordem, em que tudo pode acontecer. Como resultado de "agentes desordenados múltiplos" (33), a seca é a desordem da própria natureza, que

(29) CUNHA, Euclides da - Os Sertões, pág. 32

(30) QUEIRÓZ, Raquel de - O Quinze, pág. 95

(31) CUNHA, Euclides da - Os Sertões, pág. 84

(32) QUEIRÓZ, Raquel de - O Quinze, pág. 55

(33) CUNHA, Euclides da - Os Sertões, pág. 27.

por sua vez, causava a desordem do social, sendo pois momento de desespero e de loucura, portanto, de insegurança generalizada em que perdem-se as rédeas do social. As reações extremadas do clima, propiciando as reações extremadas do homem<sup>(34)</sup>.

O discurso literário dirige-se pois no sentido de condenar este desregramento moral, fazendo uma hierarquização do social entre as pessoas de "boa qualidade" e as de "má qualidade". É comum nestas obras surgirem como personagens centrais membros da classe dominante, que foram empobrecidos com a seca, que era justamente a grande preocupação da classe dominante no momento. Devido à crise econômica, a seca passa a levar à falência uma camada média de proprietários de terra, o que é denunciado também nestas obras. Estes personagens, no entanto, embora tenham descido na hierarquia econômica da sociedade, são apresentados, como moralmente superiores. Os valores morais são utilizados para demarcar as diferenças sociais destruídas pela seca. Os valores que dão distinção são, claro, os valores dominantes e, portanto, estes são apontados como forma de se manter a distinção das pessoas dentro daquele embaralhamento de papéis sociais que a seca trazia. Era possível distinguir sempre uma pessoa de "boas qualidades" da de "más qualidades". Esta hierarquização moral do social estava bem de acordo com a própria sociedade tradicional que estava em desagregação<sup>(35)</sup>.

---

(34) CUNHA, Euclides da - Os Sertões, pág. 28.

(35) Ver ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 97.

A seca é também momento, não só de separação das pessoas, mas momento de separação do homem da terra e do homem dos animais. É frequente encontrarmos no discurso literário a imagem do êxodo como uma última escolha, como algo muito triste e não desejado por ninguém, eram os retirantes que "andavam devagar, olhando para trás, como quem quer voltar"<sup>(36)</sup>, era a "trágica procissão", que ninguém sabia onde ia chegar.

A grande ligação que o homem do campo tem com a terra e a natureza de uma forma geral, notadamente o camponês, é explorada de forma a tentar coibir o êxodo das pessoas que preocupava muito a classe dominante, que via sua mão de obra se deslocar para outros lugares. Além disso, este êxodo significava um rompimento das relações econômicas e de poder predominantes naquele espaço: "Mas quando estas não se prolongam ao ponto de originarem penosíssimos êxodos, o homem luta como às árvores, com as reservas armazenadas nos dias de abundância e, neste combate feroz, anônimo, terrivelmente obscuro, afogado na solidão das chapadas, a natureza não o abandona de todo"<sup>(37)</sup>.

Quando a seca se acaba, "ei-lo de volta. Vence-o a saudade do sertão. Remigra. E torna feliz, revigorado, cantando esquecido de infortúnios, buscando as mesmas horas passageiras da ventura perdida e instável, os mesmos dias longos de transe e provações demorados"<sup>(38)</sup>.

---

(36) Ver ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 04.

(37) CUNHA, Euclides da - Os Sertões, pág. 37

(38) Idem, Idem, pág. 95.

Em José Américo a seca ainda aparece como o momento de encontro de duas realidades do Norte, a do sertão e a do brejo, ou seja, da sociedade algodoeira-pecuária e da sociedade açucareira. É um momento de unificação da região, unificação em torno de um problema. Se o brejo não sofre a seca, diretamente, não deixa de sofrê-la indiretamente e portanto, em torno deste problema, a unificação da região é necessária.

A chegada dos retirantes ao brejo desorganiza a vida de suas cidades, amedronta suas populações, expondo-as a todo tipo de desordem e doenças, embora representasse também lucro para alguns abastados.

A seca era o momento em que as duas realidades do Norte se chocavam, em que o "homem forte e livre" do sertão tinha que se submeter "ao eito", ao "trabalho cativo" do brejo. Como diz Lúcio: "Essa resignada submissão às necessidades de cada dia não era para ganhar a vida; era, apenas, para não perdê-la" (39). A necessidade extrema conseguia dobrar o orgulho sertanejo, só a seca o derrubava, o submetia. Mas este repudiava as relações de trabalho do brejo, assim como o autor, que defende a modernização destas relações, a substituição das relações com resquícios da escravidão por relações de trabalho livres "inteiramente".

Mas, como nos demais autores, a seca é sempre abordada pelo impacto psicológico e humano que causa, é vista como

---

(39) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 15.

um momento de aridez das relações sociais e pessoais, em que a rotina da vida afetiva é abalada e em seu lugar surge um vácuo de afeições que levam o homem a um desespero cada vez maior. Se as dificuldades materiais que enfrenta terminam por lhe roubar os seus entes queridos, a fome física junta-se a fome espiritual, a sede de água junta-se a sede de afeto. A sociedade tradicional baseada na afetividade, nos sentimentos, é bruscamente destruída por uma catástrofe que empobrece a todos, em todos os aspectos. Ela é um obstáculo à realização pessoal do homem, como bem sintetiza esta frase de Vicente, em O Quinze: "Então você acha, Lourdinha, que no fim de uma seca eu posso andar cuidando em casamento?" (40).

### 5.3. A libertinagem das secas: a defesa dos valores sociais no discurso literário.

O discurso da literatura regionalista por abordar a seca do ponto de vista dos indivíduos, dos seres humanos, vai relacionar sempre este fenômeno a alterações nos comportamentos pessoais, tornando-o a causa de uma série de problemas sociais outros, que eram vividos por uma sociedade em transição, uma sociedade que passava por transformações nas relações de produção e de poder e que também redefinia seu código de valores. A seca vai aparecer associada ao questionamento de uma série de valores tradicionais, sendo vista como uma quadra de li

(40) QUEIRÓZ, Raquel de - O Quinze, pág. 101.

bertinagem, de desordem, e de imoralidade.

Assim, este discurso, vai tentar demonstrar a necessidade de se combater a seca não apenas pelas suas consequências materiais, mas por suas consequências "morais". Vai associar o combate à seca ao combate de uma série de comportamentos tidos como desviantes, desconsiderando o conteúdo político de tais comportamentos e encobrindo a responsabilidade que a estrutura econômico-social vigente tinha pela marginalização destes indivíduos desviantes. A seca é vista como o momento de desrespeito a valores fundamentais, e por isso ela deve ser combatida já que os maus exemplos dados nos momentos da seca poderiam vir a contaminar toda a sociedade. Embora encontremos visões diferentes entre os diversos autores, uns achando que é o desespero provocado pela miséria absoluta que leva ao crime e outros, mais conservadores, achando que esta apenas desperta "as más qualidades" já existentes atavicamente nos indivíduos, todos, no entanto, temem o descontrole que ocorre neste momento e por isso buscam, através de estereótipos, traçar os comportamentos desejáveis mesmo nestes momentos. As heroínas e heróis destes romances são pessoas que, mesmo degradadas materialmente pela seca, preservam sua conduta dentro dos padrões da moral dominante (41).

(41) Veja-se por exemplo, Alexandre, personagem de Luzia-Homem, de Domingos Olímpio, que, mesmo deixando moradas de casa e fazenda nos Cratêus e se vendo obrigado a trabalhar na obra da Comissão de Socorros, preserva seus valores morais.

São também donos de terras Luzia, do romance Luzia-Homem; Conceição e Vicente, de O Quinze e Valentim, Lúcio e Soledade, de A Bagaceira. Mesmo quando aparecem personagens populares como Chico Bento em O Quinze, são personagens secundários.

A sociedade nortista, como a brasileira, ainda trazia as marcas da escravidão recentemente extinta. O negro ainda era um pária social e sua integração na nova sociedade que se desenhava era um processo traumático para si próprio e para a elite branca, que ainda os enxergavam como filhos da escravidão e os depreciavam, ao mesmo tempo que os temiam. Por isso, encontramos nestes romances um claro preconceito em relação aos negros, que sempre são representados por personagens negativas, portadoras de taras e traumas provindas da escravidão ou, pior ainda, que emanavam de sua própria condição social de negro.

A cor era ainda um importante distintivo social, pois o fim da escravidão não pôs fim a hierarquia de cores que marcava a nossa realidade social. Por isso, sempre são associados aos negros os piores comportamentos no momento da seca; os brancos são sempre os portadores das boas qualidades, as pessoas de bons princípios. Lamenta-se sempre que "uma moça branca" ande "assim na vida..." (42) não se admite que a seca atinja os brancos, o que estava ocorrendo agora. Antes só os escravos eram abandonados para morrer, e isso não era chocante, pois não eram pessoas, eram animais; mas brancos degradados pela seca, isso era muito grave.

A distância entre brancos e negros era mantida, por exemplo, interditando-se os casamentos mistos, pois estes constituíam uma privilegiada forma de acesso a bens econômicos nesta sociedade patriarcal. Como o casamento era quase sempre um

---

(42) OLÍMPIO, Domingos - Luzia-Homem, pág. 24.

negócio que visava a ascensão econômica ou política, casar com negro era evidentemente descer na escala social, era se igualar ao "zê povinho", como diz a mulata filha de Zé Bernardo em O Quinze: "...moço branco não é pra bico de cabra que nem nós..." (43).

Ao negro são associados, então, péssimas qualidades morais, para desqualificá-lo, para mantê-lo em sua inferioridade social, nem que seja no aspecto moral. A "safadeza da molecada da bagaceira" (44) se explica por estes serem negros e, portanto, desde crianças terem comportamentos condenáveis que só se explicariam por uma predisposição natural da raça, ou pelo seu "estado de subordinação crônica", advinda da escravidão (45).

A forma pejorativa como são retratados os brejeiros na obra de José Américo tem por trás o menosprezo pelo negro, o preconceito racial. A maior presença negra, quer seja no tipo físico, quer seja na cultura do homem da região da Mata, leva a que o autor os veja tão pejorativamente, incorporando os próprios preconceitos do homem do sertão, considerado mais branco, pois a influência negra foi muito menor aí. Enquanto o sertanejo é visto como o "tipo modelar de uma raça selecionada, sem mesclas, na mais sadia consaguinidade", o brejei

---

(43) QUEIRÓZ; Raquel de - O Quinze, pág. 41

(44) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 12.

(45) Idem, Idem, pág. 34.

ro é visto como fruto de "recruzamentos arbitrários, a escória da mestiçagem, como uma balbúrdia de pigmentos" (46).

Estas idéias também já estavam presentes na obra de Euclides da Cunha, para quem a mestiçagem era degenerativa e a população do litoral do Norte se caracterizava pelo "raquitismo excêntrico dos mestiços neurastênicos" (47). O sertanejo, embora mestiço, tinha a seu favor o isolamento que o meio lhe impôs e as próprias agruras deste meio que forjou uma raça fisicamente forte, embora psiquicamente retrógrada. O fato de não ter sido obrigado a suportar a adaptação a um estágio superior da civilização evitou que surgissem entre eles como ocorreu entre os homens do litoral, as aberrações e os vícios dos meios adiantados. A mestiçagem com predominância do elemento indígena e o isolamento em que esta se deu impediram que o sertanejo se tornasse um degenerado, mantendo-o, no entanto, em um "estágio inferior de civilização", fazendo-o um retrógrado (48).

Mas a condenação da mestiçagem mostra a preocupação do autor com este processo que eliminava paulatinamente um dos símbolos da diferenciação social, a cor. A subversão da hierarquia de cores, a miscigenação, a mistura, preocupavam homens que queriam manter a sociedade ordenada como era antes. A pergunta que preocupava a todos era como continuar garantindo para os brancos o predomínio numa sociedade que começava a ser

---

(46) Idem, Idem, págs. 40 e 44

(47) CUNHA, Euclides da - Os Sertões, pág. 81

(48) CUNHA, Euclides da - Os Sertões, pág. 79 e segs.

invadida por uma "onda negra". Por isso, o sertanejo, que, como a personagem central da obra de José Américo, é apresentado como "branco que é azul"<sup>(49)</sup>, deve ser glorificado como o verdadeiro representante da raça do Norte, "cerne vigoroso de nossa nacionalidade"<sup>(50)</sup>.

A própria condenação que se faz da escravidão nos aparece muito mais como uma condenação do negro: a escravidão foi negativa porque trouxe o negro. Como se o negro já trouxesse em si todos os comportamentos que são consequências sociais da escravidão e não o contrário.

Dado que o sertanejo é visto como "uma raça que se fixara extreme de recruzamentos impuros"<sup>(51)</sup>, ele é racialmente superior e conseqüentemente superior moralmente. A noção de que a raça trazia em si caracteres morais, culturais e sociais que se transmitiam eugenicamente, como "taras atávicas, impulso da raça vingadora", caminham no sentido de criar uma hierarquia de comportamentos bons e maus que correspondiam à antiga hierarquia de cores que começava a ser destruída pela mestiçagem. Por isso, o sertanejo é "antes de tudo um forte", pois não foi enfraquecido pelos cruzamentos de sangues inferiores como o do negro, nele se tendo juntado "a valentia guerreira do indígena, com a inteligência do branco", dando origem a este nortista superior que deveria tomar em suas mãos o destino da região, aban

(49) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 40.

Diferentemente dos demais autores aqui abordados, para Euclides da Cunha, o sertanejo era superior ao homem do litoral nortista pelo fato, também de descender dos "paulistas", "bandeirantes", de quem herdaram o espírito de aventura, o destemor, a valentia; além dos traços genéticos superiores aos dos brancos do litoral nortista, filhos da escória de Portugal, chegados aqui nos primeiros anos da colonização. Por isso Canudos se tornava mais odioso, pois ao martirizarem os sertanejos, os paulistas, assassinavam os descendentes de seus avós. Ver Os Sertões, pág. 60.

(50) CUNHA, Euclides da - Os Sertões, pág. 71

(51) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 92.

donada pela incapacidade da oligarquia açucareira, acostumada com o ritmo pachorrento dos dias da casa-grande.

Por isso a seca é negativa, pois faz com que o homem superior do sertão tenha que se misturar com a negralha da lasciva; as moças puras do sertão ficavam expostas "à sexualidade mestiça"<sup>(52)</sup>, que dava origem a "seres mistos" e portanto inferiores. O sertanejo não devia ser obrigado a sair de sua terra; tem-se que resolver o problema da seca, para que o nortista superior não tenha que se ver premido a trabalhar lado a lado com "a negrada do eito".

A questão da sexualidade, do respeito aos padrões tradicionais de moralidade sexual, também é uma constante nestas obras, que se preocupam com o fogo da seca, que costuma queimar muitas virgindades, dando margem a uma libertinagem no campo sexual que põe em risco a família, núcleo fundamental de reprodução desta sociedade. Portanto, estes autores buscavam reforçar sempre os estereótipos tradicionais da mulher submissa, caprichosa e fútil e do homem forte, dominador e empreendedor, que são fundamentais para a reprodução da sociedade tradicional.

A feminilidade é associada a fraqueza e debilidade, por isso os personagens femininos, com exceção de Lourdinha, de Raquel de Queiróz, são personagens que encarnam a visão da mulher como "caminho da perdição dos homens". Quando assumem um papel central é porque possuem qualidades masculinas

---

(52) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 36.

nas: a Luzia só pode ser Homem, para poder ter as qualidades que apresenta no romance. Mesmo em Raquel de Queiróz reproduz-se a imagem da mulher débil, que não aguenta sequer andar a ca valor no mato<sup>(53)</sup>.

A mulher torna-se um perigo para a ordem social quando a seca a libera dos laços controladores dos homens da família e é encarada como possuidora de uma sexualidade exagerada, tendendo ao desregramento sempre que as necessidades que a seca traziam assim impusesse. Nas secas assistia-se "a exploração bru tal da carne magra"<sup>(54)</sup>, com o crescimento da prostituição.

Combater a seca significava, então, combater também esta "liberdade" sexual momentânea das mulheres, que levava os pobres pais sertanejos a perderem "o último dos seus tesou ros"<sup>(55)</sup>, a virgindade de suas filhas. A perda da virgindade é apresentada como sinal de miséria, de empobrecimento pessoal da mulher e de sua família. Combater a seca era fundamental para a preservação da "honra da mulher sertaneja" e conseqüentemente pa ra a eliminação da "libertinagem sexual" que ameaçava a reprodu ção ordenada da sociedade.

Em José Américo o pudor sertanejo "vai ser deterio rado pela contaminação da bagaceira"<sup>(56)</sup>. Embora o brejeiro fos

---

(53) Enquanto Soledade de A Bagaceira é a mulher da perdição, Luzia de Lu zia-Homem é a mulher-homem. Conceição de O Quinze embora seja uma mu lher mais emancipada ainda vê no casamento a oportunidade de encontrar o homem-protetor. Ver QUEIRÓZ, Raquel de - O Quinze, pág. 87.

(54) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 28.

(55) Idem, Idem, pág. 28

(56) Idem, Idem, Pág. 59.

se um "amante tímido e mole", as sertanejas, "com fogo da seca debaixo da saia"<sup>(57)</sup>, eram um convite à promiscuidade sexual, ao desregramento da economia sexual. Apagar a seca era apagar o fogo que queimava debaixo das saias sertanejas, era manter este fogo sob controle, impedindo-o de incendiar as relações sexuais desta sociedade.

Já que "mulher é como fruta, quando cai, apodrece..."<sup>(58)</sup> deveria ser evitada a oportunidade para estas caírem, e por isso só era possível com a manutenção da organização familiar que garantia a defesa da honra das donzelas por parte dos homens.

A defesa da honra, aliás, era um valor tradicional que legitimava inclusive atos de violência. Na sociedade sertaneja "o ter a morter nas costas"<sup>(59)</sup> dava muitas vezes ao indivíduo respeitabilidade coletiva, desde que tais mortes fossem consideradas como justas dentro do código de valores tradicionais.

Em José Américo, mais uma vez brejo e sertão vão se chocar, pois a honra sertaneja vai ser quase sempre atingida no brejo. "A dignidade da família", que é um valor fundamental para o sertanejo, vai ser agredida no brejo, onde os senhores de engenho acostumaram-se a ser donos das pessoas em todos os aspectos. O brejeiro, embora "covarde"<sup>(60)</sup>, atinge o sertane

(57) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 62.

(58) Idem, Idem, pag. 87

(59) OLÍMPIO, Domingos - Luzia-Homem, pág. 15

(60) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 17.

jo naquilo que ele possui de valor mais fundamental, a honra. Eles vivem em sociedades diferentes, em mundos que se chocam, já que no sertão o homem pobre estabelecia com seus superiores um código de honra e de moral, e no brejo o homem era um homem permanentemente desonrado pela escravidão. Embora brejeiros e sertanejos sejam iguais enquanto classe, não se vêem assim, pois se diferenciam moralmente, se vêem como rivais, o que é reforçado pela classe dominante.

Aliás, a sociedade paternalista sertaneja é neste discurso sempre apresentada como a sociedade ideal, embora estes autores tenham consciência de sua crise e se preocupem em estabelecer parâmetros sociais para a nova sociedade que surge, quase sempre baseados nesta sociedade tradicional sertaneja, muito mais mitificada que realmente existente.

É frequente, por exemplo, a exaltação do coronel, a aquele que não nega auxílio aos mais necessitados no momento da seca. Condena-se, contudo, o abandono de agregados e moradores quando ocorre o fenômeno, como também o abandono da própria terra e dos animais, o que acontecia quase sempre com os mais ricos, que fugiam para as cidades. Por isso o doutor citadino, que só queria saber de emprego público e esquecia de suas raízes rurais, que abandonava sua fazenda quando a seca vinha, sofre sempre uma crítica nestas obras<sup>(61)</sup>.

Associa-se quase sempre propriedade da terra com li

(61) QUEIROZ, Raquel de - O Quinze, págs. 11 e 53/OLÍMPIO, Domingos - Luzia-Homem, pág. 115.

berdade e trabalho urbano com servilismo, o que reforça a noção de uma sociedade agrária que se deve preservar, combatendo-se o abandono do campo pela cidade, numa espécie de saudosismo oligárquico (62).

Tenta-se recuperar a importância do compadrio como uma instituição que dá maior segurança aos mais pobres e que, de certa forma, permite a reprodução da grande família, mesmo em momentos de dificuldade como os da seca. O padrinho que socorre o afilhado pobre no momento em que a estiagem chega é valorizado e contraposto àquele que abandona todos os seus protegidos, sendo castigado com a perda de prestígio e respeito. É a velha fazendeira que possui o amor filial de seus vaqueiros e que, aparentemente, não os explora (63).

Mas o processo de rompimento destas relações tradicionais com a seca e com as mudanças em curso no final do século XIX leva a que haja uma grande preocupação na definição de novas formas de relação que preservem a moralidade social. As manifestações de descontentamento das camadas populares tendem a ser explicadas como fruto da "má procedência" das pessoas, numa sociedade em que os negros e mestiços são considerados agora cidadãos.

Em Luzia-Homem, por exemplo, as camadas populares são duramente desqualificadas com epítetos como "povilheu fe

---

(62) QUEIRÓZ! Raquel de - O Quinze, pág. 11

(63) Idem, Idem, pág. 77.

roz", "desvios monstruosos do ventre maldito", etc...As pessoas rebeladas contra a sociedade são chamadas de "gente cancerosa" da sociedade, o que denota a concepção de criminalidade como algo patológico, inerente às camadas populares.

Ora, estes indivíduos de comportamentos patológicos são, quando da ocorrência da seca, levados a práticas libertinas que devem ser contidas. O próprio descenso na escala social é associado a desobediência do código moral tradicional e são "os infortúnios" de quem não tem princípios<sup>(64)</sup>.

A tarefa de moralizar os mais pobres não seria possível sem que os membros da classe dominante dessem o exemplo. Neste discurso denuncia-se a corrupção da elite no momento da seca, embora se separe o governo de seus prepostos de forma a que o primeiro seja preservado. Espera-se dos dominantes um comportamento moral que os credencie a exigir o mesmo dos dominados<sup>(65)</sup>.

No entanto, as boas qualidades morais aparecem também entre os pobres, como se observa nas obras de Raquel de Queiróz e José Américo, só que estas são permanentemente ameaça das pela seca e pelo pouco caso que o governo e os ricos fazem do problema. A transgressão muitas vezes é mostrada como um grande sacrifício que é feito pelo homem pobre. A história das secas seria "uma história de passividades"<sup>(66)</sup>, tando dos dominados como dos dominantes, que nada fazem para combatê-la. O ho

(64) OLÍMPIO, Domingos - Lúzia-Homem, pág. 130.

(65) QUEIRÓZ', Raquel de - O Quinze, pág. 21

(66) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 15.

mem pobre só transgride porque o homem rico não cumpre seu papel de amparar e proteger, na hora de ocorrência do fenômeno, e não lhe ensina os princípios morais necessários, não infundindo nele "o espírito de previsão" e de poupança" (67).

Em José Américo vamos encontrar, ao lado da defesa dos valores tradicionais, a defesa da modernização das relações de trabalho e produção, notadamente, na região açucareira que, segundo o autor, eram relações "emperradas", onde os resquícios da escravidão estavam presentes "no mandonismo do senhor de engenho" e na submissão do "cabra do eito", incapaz de qualquer iniciativa por conta própria (68). Seu servilismo se expressava até na forma de andar, "corcunda e cabisbaixo"; ele carregava seu instrumento de trabalho, não como se empunhasse uma arma, como fazia o sertanejo, mas como se carregasse uma cruz (69).

O trabalho é um fator de diferenciação entre brejeiros e sertanejos, pois enquanto para os primeiros o trabalho é visto como obrigação, para os segundos o trabalho é um prazer, segundo o autor. "No sertão tudo era livre, não se prendiam nem os caudais nas barragens" (70). Esta apologia do sertão é uma apologia ao trabalho livre, entendido como relação assalariada de trabalho, onde "não se faziam mais trabalhos forçados, mas assimilavam (os trabalhadores) o interesse da produção". Esta alteração da forma de coagir o homem ao trabalho é a

---

(67) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 64.

(68) Idem, Idem, pág. 64

(69) Idem, Idem, pág. 13

(70) Idem, Idem, pág. 76

é a forma tipicamente capitalista, em que o trabalhador é levado a acreditar que "é livre para ganhar a vida". Esta relação aparece como benefício para quem trabalha, quando na verdade encobre o mecanismo da mais-valia, que faz crescer o capital<sup>(71)</sup>.

O gérmen deste trabalhador livre, com iniciativa própria, era o sertanejo, desde que fosse evitada a seca que aniquilava todas as suas forças, que dilapidava suas energias, tornando-o um "homem permanentemente fatigado"<sup>(72)</sup>, sem crença no progresso. Ele não se submetia de bom grado ao "trabalho do eito", não era humilde o bastante para se submeter ao "julgo do capataz", nem a mesma disciplina de um trabalho compulsório e não de um trabalho valorado e internalizado como valor social fundamental. Embora o sertanejo trouxesse de sua terra o amor ao trabalho, era no entanto a um tipo de trabalho diferente, trabalho que demonstrava ser muito mais produtivo, já que a produtividade do algodão era muito superior à da cana<sup>(73)</sup>. E é por que este homem lidava com instrumentos de trabalho primitivos e enfrentava uma natureza hostil. Imagine-se se o Estado cumprisse o seu "papel tutelar" e investisse na modernização desta região...Neste aspecto está ao seu lado Euclides da Cunha, para quem o Estado republicano, em vez de matar o sertanejo, deveria trazer-lhe a "civilização", em lugar de vencê-lo com as "armas", vencê-lo pela superioridade de suas "concepções" e de suas ações tutelares<sup>(74)</sup>.

✓ (71) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 111.

(72) CUNHA, Euclides da - Os Sertões, pág. 81

(73) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 45

(74) CUNHA, Euclides da - Os Sertões, pág. 80

"Esse espetáculo de uma população fantástica que se finava de fome no país das engordas forasteiras"<sup>(75)</sup> não podia continuar. Dava-se prioridade ao trabalhador imigrante, gastavam-se rios de dinheiro financiando a imigração, mas esquecia-se do protótipo do brasileiro do futuro, o sertanejo, que era abandonado para morrer de fome. O governo na região só era conhecido pelo seu "mandonismo, corrupção e violência". O futuro tenente critica acidamente o governo oligárquico que não se preocupa em modernizar a economia da região.<sup>(76)</sup>

A miséria não era gerada pelo latifúndio, mas por sua má utilização, visto que "a índole de progresso do latifúndio era cortada por vícios de seu aproveitamento"<sup>(77)</sup>. A rotina das relações de trabalho e da tecnologia empregada dificultava o progresso, identificado como desenvolvimento de uma produção dentro de padrões capitalistas. "Em vez da monotonia da rotina" , era necessário fazer surgir "o barulho do progresso mecânico"<sup>(78)</sup> , o que requeria a "providência dos poderes públicos" para "corrigir os acidentes da natureza". O desenvolvimento só se faria com a superação do problema da seca e, para isto, era preciso "superar a falta de solidariedade da raça" nortista e que esta se unisse em torno da solução do problema e reivindicasse dos poderes públicos que cumprissem o seu papel de impulsionador do progresso<sup>(79)</sup> .

---

(75) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 17

(76) Idem, Idem, pág. 37

(77) Idem, Idem, pág. 62

(78) Idem, Idem, pág. 110

(79) Idem, Idem, pág. 109.

O progresso e o trabalho são novos valores que de vem se fundir com antigos, como a moralidade, o respeito à autoridade, o amor à família, a coragem e a honra, para que pudesse ser superado o problema da seca e resolvidas todas as consequências negativas que esta trazia no plano moral e material.

5.4. Ter coragem é saber sofrer: estratégias de controle social no discurso literário.

O discurso literário não vai somente tentar reforçar valores sociais considerados fundamentais, mas veiculará estratégias de controle social postas em prática na região e que necessitavam ser apoiadas pelo poder público nacional e legitimadas pela maior parte da população do país. Estas obras estão perpassadas pelo desejo de seus autores de dar um certo ordenamento social à região, e para tanto propõem práticas que sejam levadas a efeito no momento da seca, que visam exatamente contribuir para este novo ordenamento. Estratégias de controle social que estavam sendo paulatinamente superadas pelas mudanças sociais em curso, ou são condenadas ou tenta-se recuperá-las de forma a serem inseridas na nova realidade. A seca é aqui tomada como ponto de partida para alertar a opinião pública nacional notadamente a elite dominante, da necessidade de elaboração de estratégias de dominação que fossem capazes de evitar que este fenômeno continuasse sendo um momento de quebra do controle social.

O discurso literário dá ênfase à visão da seca como um momento de desordem, de mistura; lança-se mão de imagens que denotam uma balbúrdia de comportamentos, sentimentos, condições sociais, morais, etc. A seca seria "um concerto exdrúxulo de vozes humanas em cânticos e queixumes, de rugidos da matéria, transformando-se aos dentes dos instrumentos, aos golpes dos martelos, de brados de comando dos mestres e feitores", onde "a melopeia do trabalho amargurado ou feliz, era as vezes interrompida por estríduos assobios, alaridos de gritos, gargalhadas rasgadas e as vaias dos meninos que se esganiçavam" e a "carreira constante das moças e meninas para as quais o trabalho era um brinquedo" misturando-se "aos gritos de dor de um machucado, rodeado pela multidão curiosa e compassiva", ou aos "gemidos de algum infeliz, tombando prostrado de fadiga, pedindo pelo amor de Deus, no extertor da hora extrema, não o deixassem morrer sem confissão, sem luz, como um bicho" (80).

Esta mistura de vozes, cantos, gritos, tristezas, sorrisos, vida e morte, somava-se à convivência lado a lado de moças de respeito e das "moças da canalha dos retirantes" (81), ao desafio permanente da autoridade. Os retirantes "não tem sexo, nem idade, nem condição nenhuma" (82). A seca leva tudo a ser desordenado, embaralhado; a ordenação social é destruída, todas as hierarquias e demarcações sociais são desfeitas. A seca

---

(80) OLÍMPIO, Domingos - Luzia-Homem, pág. 12

(81) Idem, Idem, pág. 14

(82) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 04

originava o caos, onde o certo e o errado, o bem e o mal, a riqueza e a pobreza, e todas as demais diferenças sociais e de valores se confundiam; tudo que era estabelecido como norma na sociedade era passível de desobediência.

É contra este caos que o discurso literário vai clamar, mostrando ser possível manter, mesmo no momento da seca, a sociedade ordenada, racionalizada, hierarquizada. Esta ordem tanto pode ser a anterior, como pode vir a ser uma nova ordem estabelecida, contanto que fossem encontradas maneiras de evitar a desordem social que a seca estava provocando. O momento de transição e crise gerava angústia que levava estes autores a desejarem uma volta ao passado ou o imediato estabelecimento no presente de novas formas de controle social.

Várias estratégias de controle social da sociedade escravista ou da sociedade paternalista do sertão são recuperadas, ao lado de novas estratégias que anunciavam o advento de uma sociedade capitalista.

Recupera-se a importância da religião e da família para a manutenção da ordem social e o paternalismo sertanejo é decantado como o tipo de relação social fundamental para a manutenção da harmonia social, evitando que as camadas populares se sentindo "desprotegidas", tendessem à rebelião, revoltas ou desespero. O espírito cristão, a proteção da família e dos mais poderosos seriam antídotos fundamentais ao "mau comportamento" social:

"...Você não é nada meu para tomar dores por mim...Aquilo não tem entranhas de cristão, é um malfazejo".

"... O pai tinha morrido de comida braba e a mãe era minha aparentada. Eu não podia aguentar tudo, porque ela tinha uma miunçalha de filhos e as coisas já andavam vasqueiras. Aí, ela saiu aos embolêus por esse oco de mundo, deixando o mais mirim. Era de arripiar. O bichinho corria pra mãe num berreiro de borrego enjeitado".

"-E eu estranhei, uma moradora sua nessa desgraça. Mas Vicente explicou aborrecido.

- Aquilo é uma doida, uma vagabunda. Danou-se para vir pro Cearã porque ouviu dizer que estavam tratando retirantes a vela de libra. Queria vir até a pé; eu ainda arranjei passagens com pena. (83)

A religiosidade era perigosamente ameaçada pela descrença que a seca podia trazer ou pela própria visão de Deus que possuíam os pobres, um Deus condescendente com suas transgressões nos momentos de dificuldades. A família como suporte de ordem social era ameaçada pela migração, que a esfacelava ou destruía, e pela liberação da sexualidade feminina dos laços patriarcais. A história da seca seria uma "história de peregrinação mundana das desgraçadas, que se destinam do seio amigo da família, quebrando o suporte dos afetos puros, e vagando sem

(83) OLÍMPIO, Domingos - Luzia-Homem, pág. 19, ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 20 e QUEIRÓZ, Raquel de - O Quinze, pág. 56.

Euclides da Cunha se constitui numa excessão em relação à defesa da religião como elemento de controle social. Sua posição de ateu e positivista é de que, ao contrário, a religiosidade fanática, mal orientada e explorada pela Igreja Católica, é que levava a distúrbios de ordem moral e mental dos sertanejos, como se observou, segundo ele, em Canudos.

Ver Os Sertões, pág. 100.

rumo, na ebriedade de gozos efêmeros, à mercê da fatalidade: in  
tangível da seca" (84).

Os coronéis deviam assistir a seus agregados que, portanto, também não deviam abandonar seus patrões. Só doidos, vagabundos ou sonhadores podiam achar que abandonar as fazen  
das, retirar-se era o que podiam fazer de melhor. O discurso li  
terário apresenta a retirada como uma sucessão de desgraças, cu  
jo ponto final, que é tido inicialmente como uma miragem paradi  
síaca, se revelava na realidade um inferno.

Neste momento todas as atenções voltam-se para a Amazônia para onde estava sendo encaminhada grande parte da po  
pulação "nordestina". Esta é descrita sempre da forma mais pejo  
rativa possível, visando evidentemente amedrontar a população  
pobre que para lá pretendia ir e mantê-la presa aos latifúndios da região.

A migração, que para o homem pobre podia signifi  
car a fuga das relações sociais que predominavam no sertão, era para estes muitas vezes uma imagem de melhores dias, de mudan  
ça de vida, o que devia ser combatido fazendo previamente as  
ilusões se desfazerem, os sonhos se apagarem.

Assim como Dona Inácia, em O Quinze, aconselha sua a  
afilhada a voltar para sua terra e abandonar a prostituição (85), todos os "homens superiores", responsáveis pela sociedade de  
viam se responsabilizar pelos mais fracos, concedendo-lhes segu

(84) OLÍMPIO, Domingos - Luzia-Homen, pág. 61

(85) QUEIRÓZ, Raquel de - O Quinze, pág. 105.

rança e proteção, mas em troca recolocando-os dentro da ordem social, recuperando-os para os "bons costumes". Se até "os arbustos conformavam-se com a condição rasteira" e "precisavam da sombra protetora" do "guarda-sol de folhagem esbelta"<sup>(86)</sup>, o homem pobre também devia se conformar com tal situação e colocar-se sob a proteção das folhagens esbeltas dos coronéis. A revolta de nada adiantava, segundo este discurso, pois não era prova de coragem, "ter coragem" era "saber sofrer", a "miséria resignada", era a "miséria superior"<sup>(87)</sup>. Se a seca significava sofrimento, de nada adiantava a revolta e sim a resignação na miséria, pois a própria seca era fruto da revolta da natureza, o clima "tumultuário" do Norte é que era responsável pela penúria sertaneja; desordem, revolta, tumulto, são sempre geradoras de fenômenos negativos, seja na natureza, seja na sociedade<sup>(88)</sup>. Por isso o homem sertanejo devia sofrer com coragem e esperar a proteção ou pelos "ensinamentos civilizadores" de quem se sabia superior, ajuda que só viria se ele reconhecesse a sua "posição rasteira" ou seu estágio de "monoteísmo incompreendido" e com eles se conformasse e procurasse seguir a orientação de quem tinha o "saber superior", o "saber científico"<sup>(89)</sup>.

A mensagem destas obras é clara: o sertanejo só devia deixar sua terra em último caso, quando já não possuísse mais nada. Reforça-se para isto o mito do apego do sertanejo à

(86) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 09

(87) OLÍMPIO, Domingos - Luzia-Homem, pág. 113

(88) CUNHA, Euclides da - Os Sertões, pág. 28

(89) ALMEIDA, José Américo - de A Bagaceira, pág. 109 e CUNHA, Euclides da - Os Sertões, pág. 93.

terra, como forma de barrar uma migração que se tornava perigosa, pois liberava o homem pobre dos seus vínculos de submissão abrindo brechas para manifestações de revolta e descontentamento. A "dispersão do povo sedentário" era também responsabilidade dos "grandes criminosos", o governo e os homens de posse, que nada faziam para retê-los em seus lugares. Se agora existiam os "pequenos criminosos" era porque os grandes não cumpriram com sua parte no pacto paternalista.

Estes autores, embora divergissem quanto à origem do crime, ora considerando-o como produto de "instintos atávicos e degenerados", ora considerando-o como produto do desespero causado pela seca, são unânimes em combatê-lo e enxergá-lo não como forma de contestação social, mas como patologias do social, que deviam ser extirpadas através destas velhas estratégias de controle ou por novas estratégias que fossem mais adequadas à nova realidade social.

Entre as novas estratégias de controle social no momento da seca será apresentado como de maior eficiência o trabalho, remunerado e permanente. Numa sociedade que saía da escravidão, onde o trabalho era desqualificado, era preciso uma grande campanha para a recuperação da imagem deste como valor social fundamental. Introjetar a categoria trabalho como algo essencial para a vida humana, como algo que fazia parte da própria condição humana apagando deste a imagem de "castigo divino" ou "coisa de escravo", será uma das tarefas deste discurso literário. A apresentação do trabalho como a melhor forma de

manter sob controle toda aquela população faminta e desesperada que chegava às grandes cidades.

Era necessário a substituição da "esmola depressora pelo salário emulativo"<sup>(90)</sup>, os locais de trabalho se constituiriam em "refúgios do assédio angustioso da fome, da miséria e da morte"<sup>(91)</sup>; o trabalho se constituiria no maior inimigo do vício, do crime e da revolta. Enquanto a esmola viciava o homem pobre a tudo conseguir sem esforço, o trabalho faria com que internalizasse a relação entre ganho e trabalho, recompensa e esforço. Era preciso o homem aprender 'a ganhar a vida' e não apenas "não perdê-la"<sup>(92)</sup>. Na verdade submeter o homem ao trabalho até no momento da seca, era submetê-lo também aos laços de submissão e exploração, ou evitar que este tivesse condições de adquirir consciência de sua situação de "inferioridade" e de "marginalidade".

Para estes autores a "carência material e moral"<sup>(93)</sup> que se abatia sobre o homem pobre quando das secas podia ser solucionada se estratégias de controle social fossem previamente elaboradas, para enfrentar a situação de caos quando esta se manifestasse. O homem pobre devia, segundo eles, ser "instruído", sua conscientização devia ser feita pela elite dominante, inculcando nele os valores e a visão de mundo que fosse mais in

---

(90) OLÍMPIO, Domingos - Luzia-Homem, pág. 11

(91) Idem, Idem, pág. 75

(92) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 15

(93) OLÍMPIO, Domingos - Luzia-Homem, pág. 91.

interessante para a "sociedade" ou seja, para a própria classe dominante. Se a "ignorância e a miséria eram mães da submissão" do homem pobre, podiam também vir a parir a rebeldia, a rebelião e por isso deviam ser combatidas. A ignorância devia ser resolvida pela "instrução" dada pelos "homens de inteligência superior" aos homens rudes do Norte e a miséria seria solucionada pelo progresso, pela modernização. Progresso e modernização que os homens rudes e ignorantes teimavam em não aceitar, em combater. Era preciso, pois, convencê-los de que este progresso era necessário para a modificação de suas próprias vidas, para melhor<sup>(94)</sup>.

Portanto, o discurso literário vai considerar fundamental a necessária instrução do homem pobre pela elite intelectual, inculcando nestes "os verdadeiros valores" e colaborando para que os diferentes indivíduos da sociedade do Norte se comportassem de forma a tornar o momento da seca, um momento normal nas relações sociais de dominação e produção. Acabar a seca era acabar com este caos que ela provocava, era tornar os valores e relações sociais dominantes resistentes ao fenômeno, era colocar no lugar a rotina do social por ela alterada.

---

(94) ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira, pág. 114 e CUNHA, Euclides da - Os Sertões, pág. 79.

## CAPÍTULO - VI

6.0. O PARLAMENTAR DOS ESTIOS (O discurso oligárquico sobre a seca).

6.1. Problemas teóricos e metodológicos

Neste trabalho tentamos defender a tese de que a partir da crise econômica e política vivida pela classe dominante nortista no final do século XIX é que a seca passa a ser tema de um discurso que visava elevá-la à condição de problema central da região, com o objetivo de sensibilizar a "opinião pública" nacional e o Estado no sentido de fazer investimentos na região, e assim recuperá-la da grave crise em que vivia. É este discurso que chamamos de discurso das oligarquias sobre a seca. Não é mais aquele tradicional que encontramos na região antes da década de setenta do século XIX, é um novo discurso que nasce da politização do problema da seca e que sofre uma elaboração progressiva a partir dos vários discursos sobre a seca que existiam na região. Estes são utilizados pela classe dominante, que deles retira elementos discursivos que servem para a elaboração do seu próprio discurso.

Seria então este uma simples síntese dos demais discursos? Acreditamos que não. Ele apenas lança mão de elementos dos demais, quando é necessário, quando estes possuem respostas para questões que são levantadas na batalha política que

esta classe travava a nível nacional e local.

Seria este o discurso sobre a seca? Também achamos que não, pois o discurso dominante é produto do intercruzamento dos vários discursos diferentes. Os pontos de contato existentes entre os vários discursos vão informando um discurso outro, que não é redutível a nenhum discurso particular, e que será veiculado pelos diferentes grupos sociais. (1)

Outra questão que se coloca é: até que ponto podemos falar em um discurso oligárquico? equivaleria este ao discurso de uma classe?

O conceito de oligarquia é muito mais um conceito ligado à questão do exercício do poder e por isso o preferimos ao conceito de classe dominante propriamente dito. Pois o discurso que vamos abordar é o da parcela da classe dominante que realmente tem o controle do aparelho de Estado e que tem o papel central nas relações de poder na região. Além de que buscar a existência de um discurso de classe é bem mais complicado, pois mesmo dentro das classes existem discursos diferentes, conforme os interesses de cada setor, sua posição política, o espaço regional a que pertence, etc. Tanto é assim que vamos tomar con

---

(1) Nenhum discurso pode ser visto como uma unidade, mas como produto de coexistência de enunciados dispersos e heterogêneos, que se apoiam uns nos outros, que se implicam ou se excluem, portanto, estão sempre em mutação. Todo discurso é produto de articulações de enunciados e temas dispersos: e portanto, analisar o discurso é determinar o que articula estes diferentes temas e enunciados.

FOUCAULT, Michel - "Réponse au Cercle d'Epistémologie" in Cahiers pour l'analyse, n° 9, pág. 24.

tato com o discurso de uma parcela da classe dominante brasileira que se dirige basicamente a outra parcela, um discurso regional e, portanto, identificado com uma fração da elite dominante que habita uma determinada região. Embora não concordemos com Rosa Godoy quando esta afirma que o "discurso regional se destinava apenas aos iguais", pois segundo ela as elites rurais não necessitavam de impor sua hegemonia a outras classes, sobre as quais faziam valer simplesmente o seu t<sup>ac</sup>ção de senhores<sup>(2)</sup>. Achamos que o discurso em torno da seca, embora tivesse como objetivo sensibilizar a classe dominante do Centro-Sul para a crise vivida pelo Norte não deixou de ser também uma resposta às inquietações das camadas populares que exigiam uma explicação para as transformações que estavam se operando em seu mundo. A crise é também vivenciada de forma muito dura pelos dominados que se manifestam e buscam uma explicação, querem entender por que as relações econômicas e políticas não se davam da mesma maneira. O discurso sobre a seca surge pois também, como resposta a estas questões, colocando-as como causa de todo um processo traumático pelo qual passavam os dominados.

Mesmo o t<sup>ac</sup>ção dos senhores existindo, não era suficiente em momento algum para manter a hegemonia social. Afinal passava-se de uma sociedade de escravos para uma sociedade de homens livres, e se até mesmo na primeira o chicote simplesmente nunca foi suficiente para manter o controle social, que dirá numa sociedade onde os homens eram considerados iguais.

---

(2) SILVEIRA, Rosa Godoy - O Regionalismo Nordestino, pág. 115.

Usamos então a expressão discurso oligárquico primeiro para reforçar a idéia de que abordamos um discurso de uma parcela da classe dominante que controla o aparelho de Estado e, segundo, para mostrar que é apenas uma parcela regional, identificada com um espaço específico em processo de diferenciação dos demais do país.

Observamos ainda que buscar a unidade de um discurso, mesmo no discurso oligárquico, é muito difícil. O que podemos apreender são os temas e enunciados que são repetidos frequentemente e que vão dando certa continuidade às manifestações discursivas destes grupos oligárquicos. Determinados temas e enunciados podem ser encontrados num dado momento histórico como verdadeira existência "material", dado o seu caráter de verdade inquestionável e dos quais todos partem para elaborar seus discursos. (3)

Desta forma, o método que adotamos foi o de buscar nos vários discursos dos membros das oligarquias nortistas aqueles temas e enunciados que se repetem como verdades inquestionáveis e dadas, ao lado daquelas partes dos discursos que podemos chamar de táticas, ou seja, aqueles acréscimos que serão feitos sempre que era necessário enfrentar uma nova batalha, na guerra que se trava com os dominados da região e com as oligarquias de outros espaços do país.

Neste discurso a seca aparece como tema central, mas a partir dela são abordados várias outras questões que interes

---

(3) Sobre a materialidade dos enunciados ver: MACHADO, Roberto - Ciência e Saber. A Trajetória da Arqueologia de Foucault, pág. 169.

sam aos grupos oligárquicos. A seca é apenas a temática que costura todas as demais, que é utilizada como ponto de unificação das várias reivindicações que a elite regional fazia a nível nacional e das questões ideológicas que enfrentava no interior da própria região.

Havia uma preocupação das oligarquias nortistas com a criação de uma "opinião pública" no interior da própria região e não apenas a nível nacional, e desta devia fazer parte também os dominados. A "opinião pública" não era apenas a opinião dos senhores, como diz Rosa Godoy<sup>(4)</sup>, pois os dominados também possuíam sua opinião acerca do que estava ocorrendo em sua região e esta era também um elemento formador de "opinião pública" mais geral. Somos contrário aqui à idéia de que a ideologia ou o discurso dominante seja a ideologia ou o discurso da classe dominante e que este discurso dê conta da realidade e de todas as questões, não dando espaço a manifestações de ideologia e dis cursos diferentes desta<sup>(5)</sup>. Pelo estudo que fizemos da literatura de cordel dá para perceber que os dominados tinham uma opi<sup>n</sup>ião sobre o que ocorria, diferente da opinião dos dominantes ,

---

(4) SILVEIRA, Rosa Godoy - O Regionalismo Nordestino, pág. 114.

(5) E. P. Thompson defende esta idéia da possível separação e até antagonismo entre a cultura dos pobres e a cultura da elite. Analisando a desagregação da sociedade paternalista na Inglaterra e o progressivo predomínio das relações capitalistas, o autor demonstra que a plebe vivencia com traumas este processo, e contra ele articula formas de resistência que passam por uma consciência deste processo de mutação. A cultura tradicional não estava sujeita em suas operações cotidianas ao domínio ideológico dos poderosos. Cultura tradicional, mas cultura rebelde, com a qual os dominados mantinham seu espaço dentro das relações sociais.

THOMPSON, E. P. - Lucha de Clases sin Clases? in Tradicion, Revuelta y Consciencia de Clase, págs. 43, 44 e 45.

e a manifestava, contribuindo para a formação de uma terceira imagem da realidade que nasce do próprio confronto das várias visões. A luta de classes, afinal, se dá também no plano do imaginário, da ideologia, dos discursos. Esta idéia de um discurso dominante monolítico, fechado e ao qual toda a realidade se submete consideramo-la profundamente questionável (6).

Não podemos negar, no entanto, que este discurso seja um dos mais influentes na elaboração da imagem da seca, por inclusive incorporar elementos dos demais e evoluir conforme as questões econômicas, políticas e sociais requeriam. Não que esta seja um mero reflexo do que ocorria nas outras instâncias, mas como pensamos o discurso como uma arma estratégica que é enunciado sempre dentro de um campo de força, composto pelas relações de poder, ele vai variar taticamente, conforme o momento, embora mantenha enunciados básicos que são responsáveis por sua materialidade (7).

---

(6) Vivíamos um período no Norte que podemos caracterizar como Thompson o faz para a Inglaterra do século XVIII, ou seja, um período de antíteses culturais, um período em que conviviam lado a lado signos aparentemente antagônicos, uma cultura tradicional e uma cultura racionalizadora. A hegemonia da elite agrária impõe apenas limites dentro dos quais podem germinar diferentes corpos culturais, dando origem a uma forma diferenciada de discursos que se inter cruzam e contribuem para a elaboração de um produto final misto e cheio de contradições.

Ver THOMPSON, E. P. - Lucha de Clases sin Clases? in Tradicion, Revuelta y Consciencia de Clase, pág. 45.

(7) Analisar um discurso é também dar conta das estratégias que estão presentes no seu processo de formação, e admitir que este tem como regra a polivalência tática, ou seja, dependendo das condições históricas que cercam um discurso este pode variar conforme a variação dos objetivos que quer alcançar. Um discurso nunca é igual, ele varia com acréscimos ou decréscimos, conforme os objetivos políticos que o orientam.

Ver FOULCAULT, Michel - História da Sexualidade I (A Vontade de Saber), págs. 94 e 95.

Este é em termos nacionais, o discurso de uma parcela da classe dominante em processo de declínio político e econômico, é um discurso de perda de poder em termos nacionais, embora, vise reforçar seu poder na própria região. Talvez por isso o discursante aqui se identifica sempre ou com o espaço regional pelo qual fala ou se coloca como porta-voz dos desamparados, dos flagelados. Nestes flagelados eles claramente se incluem, a pagando as diferenças sociais. Todos são vítimas da seca, todos são flagelados, pois todos estão enfrentando uma crise que a todos "nivela".

A consciência da perda de poder em termos nacionais se revela em expressões que caracterizam seus discursos como o exercício do "direito gemer"<sup>(8)</sup> colocando-se as oligarquias como os porta-vozes dos gemidos que "emanam do Norte". Legitimar-se assim a defesa de seus próprios interesses, apresentando-os como interesses "dos que sofrem a miséria na zona flagelada pela seca"<sup>(9)</sup>. A perda de espaço político não lhes deixa outra alternativa a não ser gemer, é um fardo que os esmaga, enquanto a crise econômica torna os seus pares "flagelados" e os fazem "sofrer a miséria".

Só eles, "filhos e domicialiados" nas províncias do Norte, podem "avaliar com certeza, conhecer por experiência e de ciência própria e calcular com verdadeira exatidão a grandeza da dor, a crueldade dos sofrimentos dessas regiões do norte"<sup>(10)</sup>.

(8) Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 26 de junho de 1877, pág. 252.

(9) Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 26 de junho de 1877, pág. 254.

(10) Discurso do deputado Meira e Vasconcelos - Annaes da Câmara, sessão de 21 de janeiro de 1879, pág. 59.

Só eles podem realmente interpretar o que é a seca do Norte, eles detêm o saber sobre este fenômeno, as oligarquias das demais regiões não conhecem o problema, não podem realmente compreendê-lo, por isso, se opõem às medidas que visem "debelar" o fenômeno. Eles são os únicos capazes de professar um discurso verdadeiro sobre este fenômeno e sobre a realidade de seu espaço. "Poucos sabem até onde chega aquele grande infortúnio para conhecer a extensão da desgraça daquelas populações, as dores que as afligem, o desalento, a situação desesperada em que elas se debatem"<sup>(11)</sup>. Estes poucos são eles, ilustres membros das oligarquias nortistas, que por isso devem ser ouvidos e acreditados, devem ser atendidos nas suas reivindicações, pois são os únicos capazes de interpretar tamanho sofrimento: "O povo cearense vale muito mais que eu que nada sou; eu apenas sou o eco de suas tristezas e de suas queixas"<sup>(12)</sup>.

Os dominados são aqueles que devem ser protegidos, devem ser interpretados, eles não devem falar por si próprios, eles não têm voz, é necessário que falem por eles, é necessário que se interpretem as suas dores e seus sofrimentos. Eles têm a missão de fazer chegar aos ouvidos do poder público os reclamos desta população desprotegida.

Este discurso na verdade encobre o fato de que eles não querem que os dominados se manifestem, eles colocam na boca dos dominados os seus próprios interesses, pois mesmo falando pelos flagelados são sempre lidas no Parlamento cartas das

(11) Discurso do deputado Meira e Vasconcelos - Annaes da Câmara, sessão de 21 de janeiro de 1879, pág. 61

(12) Discurso do deputado Antônio Pinto - Annaes da Câmara, sessão de 16 de junho de 1882, pág. 536.

peças "mais consideradas"<sup>(13)</sup>, ou seja, membros das oligarquias em dificuldade. Diz-se estar falando pelos que sofrem e lêem-se apelos das pessoas mais abastadas das várias províncias.

Quando são acusados por membros das oligarquias do Centro-Sul de estarem usando a seca para atender a interesses próprios, defendem-se alegando que "os homens do Sul não avaliam, desconhecem e até não podem avaliar mesmo, os múltiplos horrores do tremendo flagelo da seca"<sup>(14)</sup>. Se estes denunciam a "indústria da seca" em gestação, é porque desconhecem a realidade do problema, não detêm um saber suficiente sobre a região e o fenômeno, não estão mesmo em condições de expressar um discurso de "verdade" sobre o problema.

São os flagelados que apelam para eles, não podem ficar insensíveis ao problema, afirmam, embora todos os nortistas se sintam também como tal. O discurso é feito sempre em primeira pessoa, incorporando-se o discursante entre os que sofrem as consequências da seca:

"Parece que no Rio de Janeiro não se acredita no horror do nosso flagelo nem se pensa que o Ceará tem uma população de um milhão e duzentos mil habitantes, geralmente atordoados pela miséria. Clama contra a indiferença com que estamos sendo tratados, oriunda, talvez, da ignorância do nosso caso e do desconhecimento do nosso meio"<sup>(15)</sup>.

---

(13) Discurso do senador Figueira de Melo - Annaes do Senado, sessão de 27 de junho de 1877, pág. 242.

(14) Discurso do deputado José Peregrino - Annaes da Câmara, sessão de 27 de setembro de 1898, pág. 515.

(15) Discurso do deputado Gustavo Barroso - Annaes da Câmara, sessão de 26 de outubro de 1915, pág. 314.

Nada de mal fazem, apenas cumprem a sua missão política de defender os que sofrem, os que necessitam da proteção deles.

Portanto, o discurso oligárquico parte da concepção de que só as oligarquias nortistas conhecem o problema, e têm por obrigação defender os "flagelados", reivindicar junto ao poder público providências para que o espaço e o povo do qual são porta-vozes não continuem sofrendo.

Como buscamos detectar um discurso oligárquico, entendido como o discurso da parcela da classe dominante que participa diretamente do aparelho de Estado, utilizamos como fonte privilegiada deste capítulo os Anais da Câmara e do Senado, no período de 1877 a 1922, acompanhando todos os debates acerca do assunto. Utilizamos ainda a produção da chamada "historiografia oligárquica" sobre o fenômeno, jornais e os Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife.

A partir destas fontes levantamos temas que aparecem como centrais no discurso oligárquico e enunciados que se destacam por sua repetição. Dividimos o capítulo conforme estes temas em sete itens que abordam desde a imagem da seca neste discurso até sua relação com temas como a da modernização e do trabalho. Procuramos demonstrar como o espaço da seca evoluiu ao longo do tempo conforme injunções políticas e como este fenômeno serviu de base para a elaboração de um discurso que visava reforçar o controle social sobre os dominados neste espaço, além de identificar as causas e soluções que são apontadas e debatidas para o "problema".

## 6.2. O grande mal: a imagem da seca no discurso oligárquico

No discurso oligárquico a seca vai, desde a grande seca de 1877, ser associada à crise econômica vivida pela região, naquele final de século. O que diferenciava a seca de 1877 das demais era o fato de que esta estava ocorrendo num momento de dificuldade para a região, ou seja, para a sua classe dominante:

"Sim; temos a presente calamidade dos sertões do Norte: acudimos às vítimas da fome; mas devemos lembrar-nos que a causa das desgraças atuais está nas condições da região, onde elas realizam-se, e que portanto, cumpre empregar meios para modificar essas condições" (16).

A seca era responsável sempre pela "perda de gados, a falta de lavoura, a depreciação da propriedade, a desorganização do trabalho, a fome, a miséria e a transmigração da população" (17). No entanto, quando a região não vivia um momento de crise, estas consequências eram suportáveis, pelo menos para sua elite; neste momento, contudo, a crise econômica tornava este fenômeno insuportável, pois atingia a todos. Por isto, esta seca é apresentada como tendo caráter diverso das demais, como tendo maior "intensidade e duração": "tendo sido "longa e va

(16) Discurso do deputado Alencar Araripe - Annaes da Câmara, sessão de 27 de junho de 1877, pág. 281.

(17) Idem, Idem, Idem, Idem.

ta, tendo sido duradoura, constante e pertinaz"<sup>(18)</sup>. Por ser especial ou estar ocorrendo num momento especial a seca de 1877 é elevada a marco na história das secas.

É importante para a formação de um novo discurso em torno da seca que viesse substituir o tradicional, esta imagem de que algo mudara com a grande seca, que esta era de outra qualidade, era uma nova seca, que devia ser prevista de outra forma, e por isso devia também ser combatida de uma outra forma. Coerente com esta visão, era necessário desvendar a imagem desta nova seca, o que ela tinha de diferente das anteriores, o que lhe dava particularidade.

A associação entre a seca e crise econômica é possível, pois a primeira passa a ser pensada enquanto falta, penúria e estas imagens realmente estão presentes como realidade na estrutura econômico-social da região. Faz-se então uma inversão no discurso, de modo que a crise é pensada como carência de investimentos, seca de capital, descapitalização. Como diz Rosa Godoy, a consciência da perda de valor do espaço que ocupa<sup>(19)</sup> é apresentada pelas oligarquias nortistas como produto da seca. A seca passa a ser esta própria desvalorização, ela passa a ser a própria crise, ela passa a ser "o problema" que sintetiza todos os demais.

No início do século XX, principalmente, o discurso oligárquico vai colocar a seca como a causa de todo o atraso e

(18) Discurso do deputado Meira e Vasconcelos - Annaes da Câmara, sessão de 21 de janeiro de 1879, pág. 59.

(19) SILVEIRA, Rosa Godoy - O Regionalismo Nordestino, pág. 189.

conômico da região e propor a "solução" do problema como o ponto de partida para o desenvolvimento deste espaço. A seca "levava a nação a perda de forças econômicas da maior capacidade produtora" (20); "seus ciclos mortais" seriam responsáveis "pelo retardamento da (...) grandeza social e econômica" do Norte; bastava pois que este ficasse "ao amparo da seca" para se alcançar "um maravilhoso desenvolvimento", já que "este não deixava de demonstrar nos períodos de convalescença o milagre de seus recursos" (21). A seca é responsabilizada pela crise econômica da região, e sua "solução" é pensada enquanto solução da própria crise, com investimentos e atitudes por parte do Estado que vissem acabar com a rotina das relações de produção, modernizando-as.

A idéia de que a seca era um fator de subdesenvolvimento da região é paulatinamente ampliada para torná-la um fator de subdesenvolvimento do próprio país. A economia de um país, embora fosse composta de partes, formava um todo interligado, que estava sujeito a sofrer as consequências de qualquer alteração no funcionamento da economia destas partes. Ainda no Império, quando a seca era um problema de responsabilidade das províncias que, só em último caso, não tendo mais recursos, recorriam ao governo central, as oligarquias nortistas tentam "nacionalizar" o problema. Após ter construído a imagem da seca co

(20) Discurso do deputado Frederico Borges - Annaes da Câmara, sessão de 21 de dezembro de 1920, pág. 335. Ver também: Annaes da Câmara de 2 de outubro de 1906, pág. 74; 30 de agosto de 1911, pág. 701; 23 de novembro de 1915, pág. 387.

(21) ALMEIDA, José Américo de - A Paraíba e seus Problemas, págs. 540 e 544.

mo principal problema regional, tratava-se de torná-lo agora um problema nacional, de convencer as oligarquias de outros espaços de que a seca era um problema que tinha repercussões em toda a economia do país, sendo, portanto, digno de ser enfrentado pelo governo central. No século XIX, propagandeia-se a "obrigação para a nação e para o governo que a representa na administração de socorrer as populações flageladas"<sup>(22)</sup>, de enviar recursos à região para serem aplicados na compra de gêneros alimentícios e roupas com os quais se socorriam as vítimas do fenômeno.

Clama-se sempre pelo patriotismo, lembrando que o Norte também fazia parte da pátria brasileira, portanto "a alma dos patriotas" deveria dar ouvido aos "lúgubres lamentos" da população do Norte, que se debatia com "os horrores da fome e da morte" e, não, negar-lhe o auxílio necessário; afinal estariam socorrendo irmãos da mesma pátria, da mesma nacionalidade<sup>(23)</sup>.

A seca também seria um problema de caráter nacional por abranger "extensa área do território brasileiro, e suas consequências, por diminuírem ou mesmo esterilizarem as forças produtoras desses Estados flagelados", afetavam "de modo direto o desenvolvimento geral do país"<sup>(24)</sup>

---

(22) Discurso do deputado Martinho Campos - Annaes da Câmara, sessão de 11 de fevereiro de 1879, pág. 461. Ver também: Annaes do Senado, 26 de junho de 1877, pág. 237; e 7 de agosto de 1877, pág. 65; Annaes da Câmara, 19 de setembro de 1900, pág. 401 e 18 de setembro de 1909, pág. 123.

(23) Discurso do deputado Venâncio Neiva - Annaes da Câmara, sessão de 19 de setembro de 1900, pág. 401.

(24) Discurso do deputado Simeão Leal - Annaes da Câmara, sessão de 18 de setembro de 1909, pág. 123.

Com o advento da República de federalismo amplo, foi grande a preocupação das oligarquias nortistas em tornar definitivamente a seca "um problema nacional", retirando-a da responsabilidade dos estados. Isto foi conseguido graças ao artigo 59 da Constituição de 1891 que mantinha a seca entre as "calamidades públicas" a serem socorridas pelo governo federal, bastando para isto que os estados se declarassem em "estado de calamidade".

No final do século XIX, vamos encontrar no discurso oligárquico a imagem da seca ainda como uma fatalidade, como um castigo mandado dos céus, a mesma visão do discurso popular e da Igreja. No entanto, esta visão da seca como fatalidade vai ser pretexto para que as oligarquias sulistas e o próprio Estado se neguem a investir recursos na região, pois o "flagelo" não poderia ser "remediado por meio de providências do governo", a seca era "uma calamidade que, por sua natureza", trazia "resultados deploráveis, qualquer que seja a boa vontade do governo e dos homens", restando pois pedir a Deus que enviasse chuva, única medida salvadora. A única providência que o governo podia tomar era "socorrer os desvalidos, enviar-lhes os lenitivos da caridade pública e particular", o resto dependia da "Divida Providência" (25).

Diante disto, o discurso oligárquico do Norte vai se encaminhando no sentido de incorporar a nova visão técnica que estava sendo elaborada dentro e fora da região. Mantêm-se

---

(25) Resposta do ministro de estrangeiros Diogo Velho ao Senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 7 de agosto de 1877, pág. 70.

o argumento de que a seca era um fenômeno cíclico, que sempre se repetia, que tinha uma certa periodicidade e, por isso mesmo, podia ser aguardada como algo que certamente voltaria a ocorrer. No entanto, argumenta-se que tal periodicidade tinha causas naturais, tinha causas que eram acessíveis ao homem detectar e portanto passíveis de serem atacadas, de serem combatidas. Quando era Deus que mandava, a seca era imprevisível e, portanto, atuar contra ela só era possível esporadicamente, quando o fenômeno se estabelecia; agora, não, a seca sendo previsível "cientificamente" podia ser aguardada e previamente combatida; a fatalidade divina é pois substituída pela "fatalidade científica" que serve de argumento para que as oligarquias nortistas exijam do governo medidas "permanentes" de combate ao fenômeno. Opera-se assim uma inversão tática no discurso, diante das negativas do Estado e das oligarquias de outras regiões.

De "horroroso flagelo (cuja) extinção completa depende da regularidade das estações e da ação providencial" (26) a seca torna-se um "fenômeno natural a ser corrigido, um problema a ser solucionado" (27), regido por "leis cósmicas", leis que poderiam ser determinadas pela ciência; deixa de ser um fenômeno inescrutável para os seres humanos e torna-se objeto do saber científico. As "causas científicas" e as "soluções científicas" são incorporadas ao discurso oligárquico, como armas na

---

(26) Trecho do Relatório do presidente da Província da Paraíba Pereira Vianna, citado por VIANNA, Marly de Almeida Gomes - A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande (1840-1905), pág. 27.

(27) AGUIAR, Pinto de - Nordeste: o drama das secas, pág. 65.

disputa por recursos para a região.

Até os "sertanejos, muitos deles práticos observadores de certos fenômenos meteorológicos" (28) podiam detectar quando ia ou não ocorrer uma seca, tornando-a passível de prevenção; dados técnicos e estatísticos passam a fazer parte do discurso oligárquico que procura demonstrar "cientificamente" como a seca era o "problema da região" e um problema que atingia a economia nacional, reduzindo a produtividade, desorganizando o trabalho, rebaixando o lucro das atividades econômicas etc. A seca vai passando a ter uma imagem não apenas qualitativa, mas quantitativa; mede-se quanto se perdeu com ela, quanto podia ter-se ganho sem a sua ocorrência, etc.

A seca passa a ter uma imagem embasada na "verdade científica" que torna os argumentos das oligarquias nortistas muito mais convincentes e inquestionáveis.

Ela aparece no discurso oligárquico também como um momento de desordem das relações sociais. Ela impede a regularidade da vida política. As eleições são suspensas, pois fazê-las num momento de seca é "o mesmo que ordenar que múmias e cadáveres votem", não se podendo fazer eleições numa "província habitada por moribundos" (29). A ruptura dos laços políticos tradicionais no momento da seca faz com que esta seja vista como um momento muito perigoso para se realizar testes eleitorais que

---

(28) Discurso do deputado Helvécio Monte - Annaes da Câmara, sessão de 4 de outubro de 1898, pág. 68.

(29) Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 21 de setembro de 1877, pág. 220.

podiam levar a mudanças na dominação política das oligarquias nas províncias ou estados.

Pinta-se um quadro em que todos indistintamente são vítimas da seca, vítimas da infelicidade. Retira-se qualquer conteúdo estrutural do fenômeno da seca, ele é apenas um fenômeno natural e que desorganiza um espaço organizado anteriormente; encobre-se o fato de que a forma como estava organizado este espaço, as relações econômicas, sociais e políticas aí prevalentes, eram em grande parte responsáveis pelas consequências negativas do fenômeno. O espaço organizado para explorar, para dominar a maior parte dos indivíduos é apresentado como harmônico, como feliz, rotina que só a seca vinha quebrar. Por isso, ela era desordem, a desorganização a ser combatida em todos os seus aspectos.

A própria luta entre as oligarquias da região, faz com que sejam constantemente denunciadas as corrupções, os desvios de verbas de socorros públicos que chegam à região. Este fato vai colaborar para se adicionar à imagem da seca a visão de que ela é um momento em que tudo é "permitido", em que tudo acontece. Se as verbas são desviadas em grande parte, mas mesmo assim elas estão salvando vidas, justifica-se o seu envio; o que precisava era o governo exercer uma maior fiscalização, uma maior intervenção na região; além de que "na época de peste, fome ou guerra, apesar de todas as precauções tomadas, é impossível evitar o desvio de dinheiros públicos", mas estas despesas se justificam pela "necessidade de arrancar milhares de famílias às

garras da fome, da miséria, da prostituição e do crime" (30).

A seca é responsabilizada por vários problemas sociais como a fome, a prostituição e o crime, como se estes não existissem nos períodos anteriores a esta, e não fossem fruto da estrutura social vigente. A seca trazia "a fome, a prostituição, a peste, a vadiagem, o assassinato, o roubo" desorganizando "completamente as condições morais, materiais e econômicas de um povo, quase todo no gozo da abundância". Apresenta-se a população como abastada antes da seca, mas depauperada por ela. Isto deixa transparecer em nome de quem é feito este discurso, os "flagelados" aos quais este discurso se refere, ou seja, os membros das oligarquias que com a crise econômica e a seca se viram em processo de falência.

Esta é a desordem maior, a desordem da hierarquia social, o nivelamento de alguns membros das oligarquias com os homens pobres tradicionalmente vítimas do fenômeno.

A seca é vista como um momento de insegurança pública e individual, é vista como um "espetáculo triste" que é assistido passivamente pelo governo, sem que este tome nenhuma providência:

"Este espetáculo triste já começou pelo nosso sertão, chegará ao seu termo em marcha vertiginosa e ininterrupta, causando horrores incalculáveis e grandes perdas para a nação, só porventura prontos

---

(30) Discurso do deputado Leôncio Carvalho - Annaes da Câmara, sessão de 23 de janeiro de 1879, pág. 90.

socorros não nos forem proporcionados".<sup>(31)</sup>

O uso desta figura de linguagem é constante neste discurso, comparando-se a seca a um quadro; estas figuras dão idéia de uma realidade ou de algo concreto como um quadro, que é visto pelo discursante e por ele interpretado. Quem assiste ao espetáculo ou quem pinta o quadro é sempre o discursante, que portanto, ao fazê-lo, coloca no ato de assistir ou pintar a sua subjetividade. Esta visão subjetiva é assim inacessível de forma completa a qualquer outro indivíduo que assiste o mesmo espetáculo ou vê o mesmo quadro, cuja mensagem e sentido só podem ser apreendidos por quem dele participa ou por quem o pintou. Portanto, só os nortistas, verdadeiros atores deste espetáculo e pintores deste quadro que era a seca, detinham o código que permitia vê-la e entendê-la em toda a sua profundidade. Só os nortistas podiam realmente entender o espetáculo e apreender a mensagem do quadro da seca. Como dizia um artigo de jornal "quando vem a seca a representação nacional do Norte que nunca levou a coisa a sério, paga o seu tributo a retórica em páginas lamuriantas que envergonhariam qualquer representante de nacionalidade européia"<sup>(32)</sup>.

O discurso oligárquico vai procurar criar uma imagem da seca, que permita fazer desta uma arma política no cenário nacional, que sirva de justificativa para a solicitação de investimentos na região, cada vez mais marginalizada pela ascensão política do grupo cafeeiro. A disputa por recursos entre a

(31) Discurso do deputado Octacílio de Albuquerque - Anais da Câmara, sessão de 26 de maio de 1915, pág. 366.

(32) "A seca e a guerra européia" - A Notícia, 2 de julho de 1915, pág. 01, c. 01 - Parayba (PB).

seca e o café aguça-se na Primeira República, quando é completa a hegemonia da burguesia cafeeira no plano nacional. "Não me venha dizer que não há dinheiro (para a seca), quando para estrumar os cafezais, para amparar a cotação da rubiácea do Sul, não se trepida em decretar a reincidência no papel moeda e em avolumar esta formidável caudal em mais de 350 mil contos" (33).

Para enfrentar a oligarquia cafeeira era necessário superar pois as divergências entre as próprias oligarquias nortistas, cujas querelas forneciam argumentos para a elaboração de um contra-discurso, por parte das oligarquias sulistas, em contraposição ao "discurso sobre a seca" das oligarquias do Norte. Era necessário a "confraternização de todos os filhos" de cada província, para que estas fossem "respeitadas e consideradas pelo governo" (34). Surge paulatinamente a consciência de que as rivalidades inter-oligárquicas no Norte são enfraqueciam ainda mais estas, no plano federal. Se quisessem manter espaços no aparelho de Estado e fazer valer seus interesses, estas fricções tinham que ser superadas ou, pelo menos, não levadas ao plano federal. "Formemos nós deputados cearenses uma côrte intrépida e apresentemo-nos ao governo, em nome das necessidades de nossa província..., sob pena de lhe negarmos o voto e todo auxílio, desprezando ele nossa voz e as nossas reclamações" (35).

---

(33) Discurso do deputado Barbosa Lima - Annaes da Câmara, sessão de 19 de novembro de 1915, pág. 215. Ver também: Annaes da Câmara, 4 de outubro de 1898, pág. 68 e 20 de maio de 1919, pág. 284.

(34) Discurso do deputado Alberto Maranhão - Annaes da Câmara, sessão de 20 de maio de 1919, pág. 383. Ver também: Annaes da Câmara, 3 de outubro de 1898, pág. 43; 19 de setembro de 1900, pág. 402; 19 de maio de 1904, pág. 67; 1 de julho de 1904, pág. 197; 29 de outubro de 1908, pág. 642; 20 de maio de 1919, pág. 381; 3 de novembro de 1919, pág. 77; 4 de novembro de 1919, pág. 173.

(35) Discurso do deputado Antônio Pinto, - Annaes da Câmara, sessão de 16 de junho de 1882, pág. 537.

Era preciso, por exemplo, que as acusações de enriquecimento ilícito com as verbas enviadas para a região cessassem.

Podemos notar uma consciência regional bem maior no início do século XX, quando a necessidade de união das oligarquias extrapola as próprias províncias e caminha para uma unificação do discurso em termos regionais. Os benefícios deixam de ser requeridos para tal ou qual província ou estado, sendo solicitados em nome do Norte.

A colocação da seca como problema nacional leva a que esta seja pretexto também para disputas acirradas entre as oligarquias na oposição de outras regiões do país e as oligarquias que controlam o aparelho de Estado na Primeira República. Estas se aliam às oligarquias nortistas, também marginalizadas politicamente, acusando o governo de não socorrer as populações flageladas ou, às vezes, de estar esbanjando dinheiro, alimentando a corrupção nortista.

A seca é pois tema palpitante, adquirindo cada vez mais uma identificação com o próprio espaço onde mais se manifesta. A "seca do Norte" não é um fenômeno qualquer, é único, e caracteriza uma parte do próprio Norte. Quando se vai "ocupar dos interesses vitais dos Estados do Norte, fica claro que está se querendo "referir ao eterno problema das secas" (36).

Ela é que dá personalidade ao próprio Norte,mas como nem todo o Norte sofria o fenômeno das secas, surge então,

---

(36) Discurso do deputado Eduardo Saboya - Annaes da Câmara, sessão de 29 de setembro de 1909, pág. 717.

paulatinamente, no discurso oligárquico, uma separação entre Norte e Nordeste, sendo este último identificado como o espaço da seca, a região da seca. Falar em seca é falar em Nordeste. Encontramos por volta da segunda década do século XX, o uso simultâneo dos designativos Nordeste e Norte, o que caracteriza um período de transição ao nível do discurso: Veja a fala de Frederico Borges: "...Um dever imperioso de solidariedade e de gratidão traz-me à tribuna da Câmara para, mais uma vez enfrentar esse magno problema que se denominou de chamar o das secas do Nordeste. Dever de solidariedade e de gratidão, disse Sr. Presidente, porque efetivamente, com toda a espontaneidade de filhos do Norte..." (37).

A seca era então o "grande mal da região" (38), mas, mesmo assim, a região era viável, pois "os sertões tão pouco carinhosamente tratado por aqueles que deviam correr em seu auxílio, "representavam talvez a parte mais vital, mais punjante de todo o Brasil". A única coisa que destruía suas possibilidades era a seca. Quem se opunha às providências que pudessem a vir ser tomadas para resolver o problema era porque nunca tinha penetrado "naquela fornalha ardente", numa tinha lançado os olhos sobre "aqueles campos calcinados", onde a "vegetação feneceu e mirrou" e os bebedouros se ressequiram "sob a centelha comburento do sol impiedoso", porque nunca haviam visto "as ossadas daquele que não puderam fugir mais longe do hor

(37) Discurso do deputado Frederico Borges - Annaes da Câmara, sessão de 21 de dezembro de 1920, pág. 334.

(38) GUERRA, Phelippe e Theóphilo - Seccas contra as Seccas, pág. 271.

roroso flagelo" e "tombaram inanidos e moribundos para servirem de pasto, ainda com vida, a voracidade das feras e das aves de presa" e, por fim, por não terem visto a "feiura infinita dos que ainda podem arrastar-se andrajosos e esquálidos, a face decomposta e o olhar desvairado, sem coragem para carregarem os pequeninos, sem gotas de leite para lhes calar o choro triste, enfraquecido e compungente com o estômago torturado a contorcer-se na agonia da fome, a garganta em fogo a queimar-se no desespero da sede, a alma despedaçada, o coração confrangido de luto, de desolação e de dor" (39).

Imagens fortes de um discurso que procurava através da seca sensibilizar a opinião pública nacional e o Estado para a necessidade de resolver o "problema do Norte", a seca, pensada enquanto argumento síntese de todos os problemas econômicos e sociais deste espaço: seca, o grande mal, era síntese de toda a crise estrutural que vivia o espaço do Norte, pela sua inserção subordinada ao processo de desenvolvimento capitalista do país.

### 6.3. Do Ceará ao Nordeste: a evolução histórica do "espaço da seca".

Acompanhando o discurso oligárquico sobre a seca, percebemos que este fenômeno esteve identificado com diferentes recortes espaciais, desde um espaço meramente provincializado,

(39) GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja - Epitácio Pessoa, pág. 417.

até um recorte regional mais preciso. A evolução histórica do espaço seco é fundamentalmente uma evolução que se dá no campo do imaginário e do discurso, o que nos leva a discordar de posições como a de Maria Mafalda que realmente acredita que a evolução do perímetro da seca se deu ao nível do natural, que a seca realmente vai atingindo uma área cada vez maior, no sentido oriente-ocidente, devido à ação predatória do tipo de exploração econômica da região<sup>(40)</sup>. Estudos recentemente realizados demonstraram que o fenômeno é milenar e praticamente atingiu sempre a mesma área<sup>(41)</sup>, o que nos fez procurar ao nível do discurso como esta área vai sendo modificada, seguindo determinações que vão do econômico ao cultural, passando principalmente pelo político.

Partindo da visão de que "todos os indivíduos, as coletividades, os grupos e as sociedades funcionam como 'centros de estados mentais denominados percepções' "e que a percepção do espaço faz parte tanto da existência coletiva como individual<sup>(42)</sup>, buscamos detectar como historicamente vai se transformando a percepção de espaço das oligarquias nortistas, como, ao sabor das transformações sociais em curso no final do século XIX e início do século XX, estas vão recortando o espaço de forma diferen

(40) ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de - O Poder Político e a Seca de 1877-1879 no Piauí, págs. 25 e 26.

(41) Estudos realizados pelo Departamento de Biologia da Universidade Católica de Pernambuco para o Centro Aéreo-Espacial de S. José dos Campos. Ver AGUIAR, Pinto de - Nordeste: o drama das secas, pág. 34.

(42) Ver GURVITH, George - citado por QUEIRÓZ; Maria Isaura Pereira de - O Campesinato Brasileiro, pág. 48.

ciada. Interessa-nos detectar ainda a forma como tais cortes eram legitimados.

Inicialmente podemos perceber que assim como a percepção de espaço do potentado local não vai muito além dos limites de seu município, a percepção de espaço das oligarquias não extrapola os limites de suas províncias. Embora saibam, evidentemente, da existência de um espaço muito maior, seu espaço é entendido enquanto sua área de atuação política, de exercício de poder, de interesse econômico e de afinidade cultural, que é, portanto, sua província. Todo oligarca se identifica com o espaço de sua província e se considera seu porta-voz, fala em nome deste espaço, considera-se o intérprete de seus sofrimentos e de suas aspirações: "Me parece, portanto, que neste projeto é a voz do Ceará, enunciada por um dos seus representantes, é a voz dos homens mais experimentados pedindo ao governo os meios de dar subsistência à população" (43).

Quase sempre identificam seus interesses com os interesses de sua província, de forma a que estas aparecem muitas vezes em seus discursos como um espaço-sujeito. A província adquire qualificações e vontades que a vivificam e transformam em um sujeito histórico; ao mesmo tempo que permitem pensar a realidade de seu espaço como monolítica, encobrendo as contradições sociais, as várias qualificações e vontades que nele se chocam.

---

(43) Discurso do senador Figueira de Melo - Annaes do Senado, sessão de 26 de junho de 1877, pág. 243. Ver também: Annaes do Senado, 26 de junho de 1877, pág. 235, 236 e 244; Annaes da Câmara, 16 de junho de 1882, pág. 534; 11 de julho de 1891, pág. 322 e 31 de outubro de 1908, pág. 674.

O discurso oligárquico adquire uma força política maior ao se colocar como vontade de um todo, de um espaço, onde os sujeitos históricos se inclinam todos numa direção:

"...eu sinto que neste recinto se levantem semelhantes queixas, que só servem para fomentar infelizes e tristes divergências, em prejuízo da província, que pelo seu estado de dificuldade, por seu abatimento moral e material reclama a confraternização de todos os seus filhos, a fim de que seja respeitada e considerada pelo governo, que parece sempre olhá-la com desprezo e como que de esguelha, receiando talvez a voz de suas tristezas e aflições" (44).

Para que este espaço provincial pudesse se apresentar homogêneo no plano nacional, era necessário a superação de divergências inter-oligárquicas nestes espaços. A seca aparece pois como um fato que pelas suas consequências, de certa forma, unificando todas as facções oligárquicas das províncias, embora ainda não fosse capaz de unificar as oligarquias que habitavam a área territorial de sua ocorrência.

Ao acompanharmos os debates no Parlamento nacional durante a grande seca de 1877, vimos esta ser identificada sempre como a "seca do Ceará", mesmo que sua área de ocorrência fosse bem mais ampla. O fenômeno é identificado inicialmente com o espaço cearense, devido à força da bancada cearense no Parlamento, além desta ser a única província do Norte já dominada

---

(44) Discurso do deputado Antônio Pinto - Annaes da Câmara, sessão de 16 de junho de 1882, pág. 535.

politicamente pelas oligarquias ligadas a atividades econômicas localizadas no interior e, portanto, sujeito ao fenômeno. O quase silêncio das bancadas paraibana, norte-riograndense e pernambucana, deve-se ao predomínio nestas de elementos ligados à oligarquia açucareira, cujo espaço só era atingido pelo fenômeno enquanto reflexo. Mesmo quando estas resolvem se manifestar, a bancada cearense reivindica para seu espaço a maior parte das verbas de socorro, argumentando que se as outras províncias estão sendo realmente atingidas pelo fenômeno, o Ceará continua sendo a que mais sofria, "já pela extensão do mal, já pela população que ficava sujeita ao fenômeno" (45).

Como reconhece José Américo, a própria influência da seca na cultura da província cearense era bem maior que nas demais, ainda voltadas para o mar e para o açúcar (46). As províncias do "açúcar" não eram províncias da seca, só o Ceará, que tinha sua atividade econômica básica sempre afetada pelo fenômeno, era a província da seca, a seca era do Ceará.

A seca como um elemento estranho ao espaço do açúcar não aparece no discurso desta oligarquia, a não ser de forma episódica, quando esta se manifestava, e assim mesmo não com tanta ênfase, como era abordada no discurso dos cearenses.

Esta situação começa a ser alterada exatamente com a grande seca de 1877; a crise econômica vivida pelo espaço canavieiro e o rápido mais fulgurante surto do algodão na década

(45) Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 25 de junho de 1877, pág. 220.

(46) ALMEIDA, José Américo de - A Paraíba e seus Problemas, pág. 181.

sessenta, havia alterado a correlação de forças entre as oligarquias do litoral e as do interior, notadamente na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Nestas províncias, à medida que as oligarquias do interior começam a participar em maior número das composições políticas a nível provincial ou nacional, a seca, como problema deste espaço, é trazida para o discurso também destas oligarquias.

Inicia-se desta forma uma verdadeira disputa entre as oligarquias, que falam em nome de suas províncias, configurando uma disputa de províncias para ser "a mais seca" ou mesmo sujeita ao fenômeno. Quando a grande seca traz para a região um grande volume de recursos, que são em grande parte carreados para o Ceará, a disputa entre as oligarquias se acirram, todas defendendo o seu espaço como seco, e configurando o problema não como de uma província, mas de toda uma parte do Brasil: "Sei que surge a questão de ciúmes entre as províncias, como já presente da discussão havida ontem, porém, já declarei, agora repito, e repetirei enquanto me couber a palavra, que os signatários do projeto não tem de modo algum em vista excluir as outras províncias" (47).

Ao nível do discurso, cada espaço vai aparecer como o espaço vítima, aquele que mais sofre com o fenômeno: "É verdade que o próprio senador que encetou esta discussão, confessou que o Ceará é, de todas as províncias flageladas pela seca, a

---

(47) Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 26 de junho de 1877, pág. 236.

a que mais sofre"<sup>(48)</sup> .

No entanto, a crise econômica, política e social vivida por todas as províncias e oligarquias possibilitava a criação de uma identidade e uma unidade entre as províncias do Norte, pois enfrentavam os mesmos problemas<sup>(49)</sup> . Além de que este espaço estava sendo como um todo inserido dentro das relações de produção de forma subordinada, e guardava identidades como a produção para o mercado externo e predomínio de relações de trabalho não assalariadas.

Mas só podemos entender a homogeneização do espaço Norte se levarmos em conta o processo de marginalização política das oligarquias de suas províncias, em relação às oligarquias do Sul. A identidade regional do Norte é dada em contraposição a outro espaço do país, o Sul, visto como privilegiado pelas medidas do Estado e ao mesmo tempo como modelo de processo de desenvolvimento a ser seguido, embora espoliasse a outra parte do país.

A repercussão da grande seca em termos nacionais e o volume de recursos que foi possível carrear para este espaço quando da sua ocorrência , conscientizam as oligarquias nortistas de que desde que conseguissem superar as divergências intestinhas ao próprio espaço do Norte, teriam em suas mãos uma boa arma política, apresentando a seca como o problema da região.

---

(48) Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 26 de junho de 1877, pág. 235.

(49) Sobre a identidade regional criada a partir da crise provocada pela reestruturção do espaço regional e nacional pelo capitalismo ver, SILEIRA, Rosa Maria Godoy - O Regionalismo Nordestino, Parte B - A Configuração do Espaço Regional, págs. 135 a 213.

Tornar a seca "problema do Norte" era dar a esta uma dimensão bem mais ampla, deixando de ser problema de uma província e passando a ser de toda uma parte da nação.

Era preciso pois superar rivalidades como a que opunha as oligarquias cearense e pernambucana, disputa que sintetizava a luta entre as oligarquias açucareira e algodoeira-pecuária pelo controle político do novo espaço em gestação. No entanto, no plano nacional era preciso superar tais divergências e homogeneizar o discurso regional de forma a conquistar espaços políticos e benefícios econômicos. "Uma vez que o governo não repila a idéia, eu e meu nobre colega estamos prontos a mandar as emendas necessárias ao projeto, se por outrem não forem apresentadas, ampliando a medida às províncias vizinhas do Ceará, como são o Piauí, Rio G. do Norte, Paraíba e mesmo Pernambuco, com quanto que a respeito desta última se dê a circunstância, que há pouco tempo notei de ter trabalho em que ocupe muitos braços" (50).

A união, no plano nacional, das oligarquias das províncias vitimadas pela seca transforma a seca no problema de todo o Norte, a partir da unificação do discurso. A identificação com um maior espaço do país faz com que o problema seja apresentado como de caráter nacional e que requeria pois providências por parte do Estado. "Sr. Presidente, o país é testemunha da calamidade que infelizmente devasta, não uma província, mas uma

---

(50) Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 26 de junho de 1877, pág. 239.

grande região do Império brasileiro, quero falar da região, que abrange os sertões das quatro províncias do Ceará, Rio G.do Norte, Paraíba e Pernambuco" (51)

Inicialmente o Norte seco se reduz aos sertões destas quatro províncias, no entanto, à medida que a seca vai se tornando um eficiente argumento para a realização de investimentos nestas províncias, as oligarquias de outras províncias vão reivindicar a condição de espaço sujeito à seca. As "zonas das secas", como eram chamadas, vai se ampliando à medida que as oligarquias do Piauí, e até as de Minas, vão reivindicar a condição de espaço vítima da seca e portanto, merecedor de receber "socorro": "Refiro-me, ao problema, por todos os motivos grave, da seca que devasta a zona sertaneja de alguns estados do Norte do Brasil. Esta terrível calamidade (...) como dizia, é em Sergipe muito mais séria, muito mais perigosa, muito mais avassadora e funesta do que geralmente se ajuíza" (52).

Com o advento da República, a preocupação de que a seca continue sendo tratada como um problema nacional, e não se volte à situação anterior, em que esta era vista como um problema de responsabilidade das províncias - o que era uma ameaça, devido à estrutura profundamente federalista do período - levou ao reforço ainda maior do discurso em torno da seca como o problema que afetava toda uma parcela territorial nacional, sendo, por

(51) Discurso do deputado Alencar Araripe - Annaes da Câmara, sessão de 27 de junho de 1877, pág. 286.

(52) Discurso do deputado Antônio Rolemberg - Annaes da Câmara, sessão de 2 de dezembro de 1915, pág. 120.

isso, responsabilidade do governo federal tomar as medidas que fossem cabíveis. Chama-se sempre a atenção para o fato de que o Norte é uma parte da nação e que a harmonia nacional só era possível se esta parcela recebesse as mesmas atenções que eram dadas ao Sul. "Nestas ligeiras considerações, acredito ter justificado o pedido, que faço aos meus ilustres colegas, para que atendam aos sofrimentos dessa parte da comunhão brasileira, que está lutando com todo um cortejo de misérias e de horrores que a fome arrasta como consequência fatal" (53)

Com o acirramento do domínio oligárquico dos cafeicultores a nível nacional, o discurso regionalista do Norte tem que se tornar cada vez melhor elaborado. Com efeito, no sentido de justificar as suas reivindicações, lança-se mão dos "estudos científicos" desenvolvidos naquele espaço que teriam demonstrado que o espaço vitimado pelo fenômeno adquiria realmente a dimensão que estes defendiam. Os estudos topográficos e meteorológicos teriam demonstrado que a seca era um fenômeno que abrangia uma grande área do que se chamava Norte: "Está na consciência de todos que a seca não é um flagelo regional circunscrito a um ou dois estados, ou a quatro ou a cinco parceladamente, mas uma calamidade que afeta toda uma região, incluindo assim na riqueza do país, prejudicando o crédito nacional e dificultando ainda mais os recursos de que podem dispor" (54).

---

(53) Discurso do deputado Couto Cartaxo - Annaes da Câmara, sessão de 8 de outubro de 1891, pág. 216.

(54) Discurso do deputado Vieira de Carvalho - Annaes da Câmara, sessão de 28 de junho de 1915, pág. 807.

No entanto, estes próprios estudos realizados por técnicos do IOCS, e depois IFOCS, delimitaram de forma mais clara a região sujeita às secas. Ficou claro que o fenômeno não atingia todo o Norte, mas uma parte deste, que começa a ser chamada de Nordeste.

O que vai contribuir de forma decisiva, no entanto, para uma separação entre Norte e Nordeste, é o ciclo da borraça e as secas do começo do século XX, que provocam uma grande migração da população da parte oriental para a parte ocidental da região chamada de Norte. Preocupada com a perda de sua mão de obra, as oligarquias dos estados secos iniciam uma campanha de descrédito da região Amazônica, apresentada como uma zona de perigos imensos, onde a morte era quase certa.

Por seu turno, as oligarquias do Sul incentivam a migração da população dos estados secos para a Amazônia, vendo nesta uma solução para o "problema da seca" e uma maneira de não ser mais necessário investir naquela parte do país que sempre lhes pareceu inviável. O entusiasmo dos sulistas com a migração em massa para a Amazônia, e mesmo para o próprio Sul, leva a uma mudança estratégica no discurso oligárquico nortista.

Lançando mão dos conhecimentos desenvolvidos sobre seu espaço que precisavam de forma maior a área das secas, ao lado de uma sistemática campanha de combate ao êxodo, as oligarquias dos estados secos recortam o espaço deste fenômeno de uma nova forma, dando origem ao Nordeste. Inicialmente podemos notar um período de transição em que o Norte e Nordeste começam a ser usados simultaneamente, mantendo-se mais enfático o uso do

termo Norte quando se tratava da região do país de onde procediam, mas usando Nordeste sempre que iam se referir aos problemas econômicos e sociais pelos quais passava, principalmente quando falavam da seca.

A identificação entre seca e Nordeste no imaginário regional e nacional é perfeitamente compreensível, pois ao contrário do que se pensa hoje a seca não é do Nordeste, mas o Nordeste é da seca. A seca é matriz, é a mãe do Nordeste, é o que lhe conferia desde o início homogeneidade, é o que legitimou este recorte espacial. O Nordeste nasce como a parte do Norte sujeita às secas, enquanto a outra parte era identificada como Noroeste. Como reconheceu Gilberto Freyre "a palavra Nordeste nos evoca sempre o espetáculo das secas. Quase que não sugere senão as secas, o sertão de areias rangendo debaixo dos pés" (55).

A partir deste fato todo um trabalho ideológico é feito no sentido de legitimar tal recorte. O próprio Gilberto Freyre, com seu "Manifesto Regionalista" e depois com o seu livro Nordeste, procura dar embasamento histórico ao Nordeste. Embora reconheça que há dois Nordeste, um do litoral do açúcar, e outro das secas, procura justificar este recorte espacial a partir do predomínio da cana-de-açúcar neste espaço, durante muitos séculos e a importância que esta atividade havia tido para todo o país.

Busca-se no passado as raízes de glórias da região, nas manifestações nativistas e separatistas, no fausto das ca

---

(55) FREYRE, Gilberto - Nordeste, pág. 05.

sas-grandes ou mesmo na sua cultura, com a valorização da sociedade tradicional nortista, através da recuperação por obras de arte, como a literatura regionalista. Busca-se no período em que a região detinha a supremacia econômica e política do país a legitimação para este novo recorte.

Não distante, a legitimidade maior é dada pelos problemas econômicos, políticos e sociais vividos pelas oligarquias e por toda a população deste espaço, pela ocorrência da seca, como algo que lhe dava unidade, como algo que a identificava.

Novamente, o recorte espacial é feito como resposta estratégica a questões econômicas que se colocavam na região, mas também como resposta ao contra-discurso das oligarquias sulistas, que se colocavam agora como representantes do Brasil, da nação. Enquanto agora "nordestinos" falavam em nome de uma região, as oligarquias do Sul, notadamente as de Minas e São Paulo, que detinham o controle político, falam em nome dos interesses da nação, negam-se constantemente a atender os reclames das oligarquias das demais regiões, o que faz com que as oligarquias "nordestinas" insistam que os interesses da sua região não são diferentes dos interesses do Brasil, pois o Nordeste também é Brasil, ou seja, lembram que seus interesses enquanto oligarquias deviam também ser atendidos. Veja-se por exemplo, este trecho de um debate entre um deputado de Minas Gerais e deputados do "Nordeste":

ESTÁCIO COIMBRA - É Justiça. E o nobre deputado não é do nordeste! É do Brasil.

FRANCISCO VALADARES - Como eu: e, por isso estou zelando os interesses do Brasil, a estes não sobrepondo os não suficientemente esclarecidos do Nordeste.

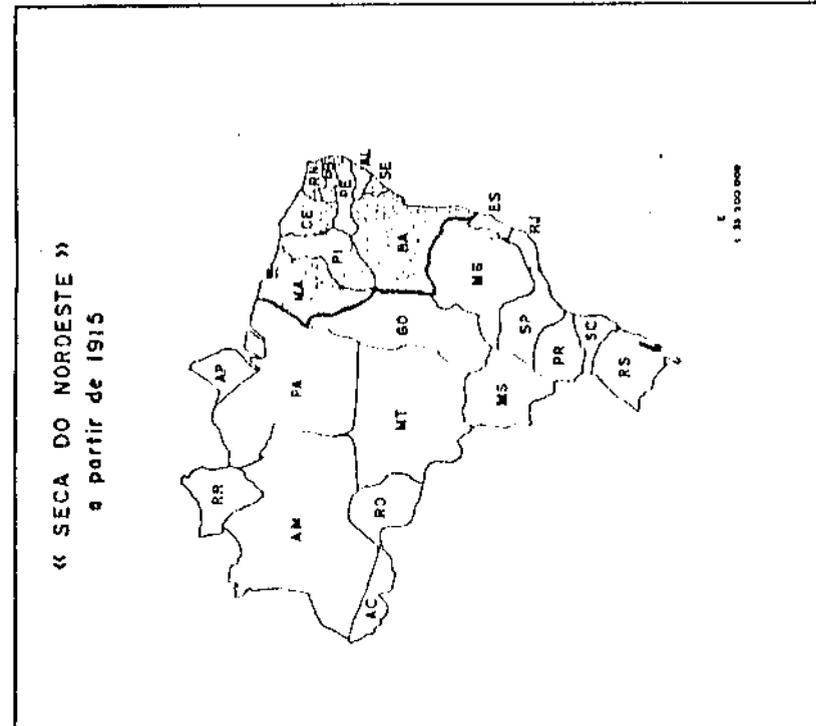
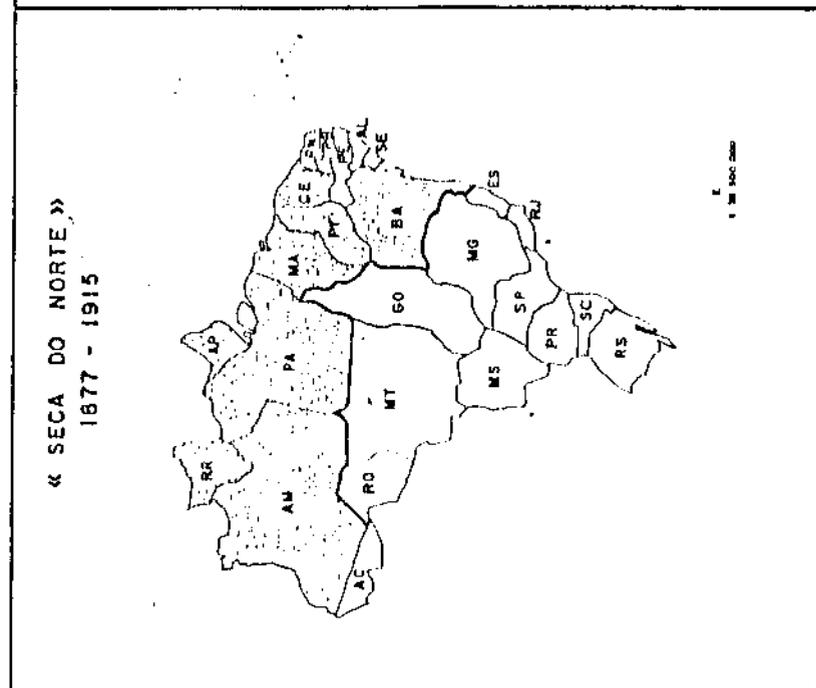
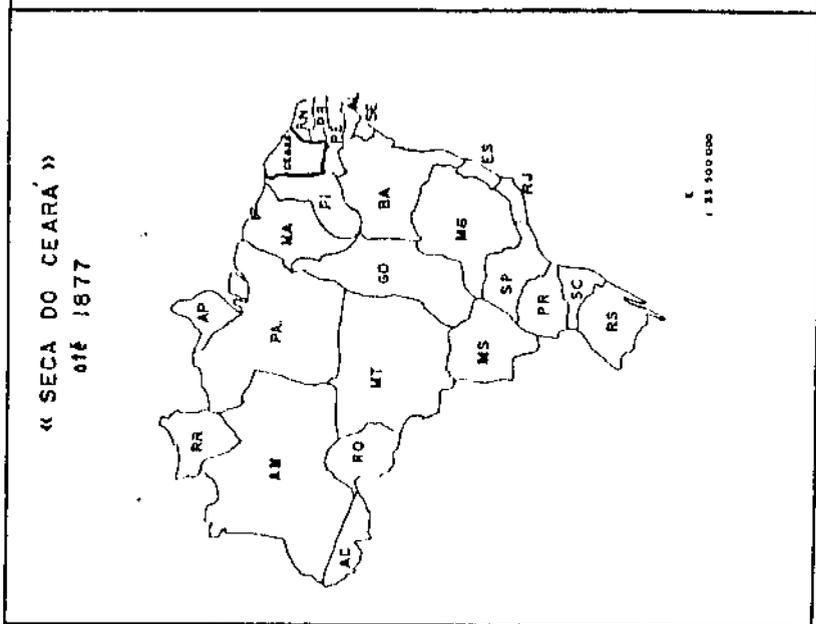
IDELFONSO ALBANO - Os nossos interesses não são contrários aos do Brasil" (56).

Podemos datar do quadriênio de Hermes da Fonseca o surgimento ao nível do discurso oligárquico da expressão secas do "Nordeste", em substituição a secas do "Norte", sendo a seca desta forma o ponto de ligação ou exclusão dos espaços que são percebidos e contrapostos a partir de sua aridez ou não. Por isso, o próprio Sul é visto como terras de maravilhas, porque é terra onde não há seca. O desenvolvimento do Sul é apresentado como produto do seu melhor clima, o que na verdade encobre o processo de desenvolvimento desigual do capitalismo em instalação no país.

A seca, então, que era inicialmente seca do Ceará, torna-se seca do Norte e finalmente seca do Nordeste, num processo que parte do quase total desconhecimento do problema por parte das oligarquias das províncias do Norte, passa por um período em que, transformado em problema de toda uma área do país serve de arma política para estas oligarquias, até dar origem a um recorte espacial que é pensado enquanto espaço de sua ocorrência, enquanto espaço da seca, nascendo assim o Nordeste, filho da seca, filho da utilização política deste fenômeno por parte das oligarquias dos estados em que ocorria. (Veja Fig.III).

(56) Debate entre os deputados Estácio Coimbra, Francisco Valadares e Idelfonso Albano - Annaes da Câmara, sessão de 4 de novembro de 1919, pág. 169. Ver também: Annaes do Senado, 26 de junho de 1877, pág. 237.

# EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO "ESPAÇO DA SECA"



ELABORAÇÃO DO AUTOR

FONTE DOS DADOS: MACHADO AMARAL, Assembléa Geral do Império, 1877-1922

#### 6.4. Revoluções meteorológicas e combate permanente: causas e soluções da seca no discurso oligárquico.

Embora algumas especulações em períodos anteriores já tivessem sido levantadas, é posteriormente a grande seca de 1877 que cresce entre as oligarquias nortistas o interesse por detectar as causas e propor soluções para a seca, agora tida como o problema regional.

Paralelamente aos estudos realizados por técnicos da região e do Sul do país, vários membros das oligarquias nortistas elaboraram, ou importaram do exterior, teorias explicativas das causas do fenômeno. Isto é fundamental para tornar seu discurso mais convincente no plano nacional, por ter caráter "científico", por ter o amparo da "verdade técnica" que o legitima. As causas da seca são apresentadas quase sempre em forma de teoria ou mesmo da forma mais vaga possível, sendo importante, no entanto, para a partir destas reivindicar as chamadas soluções que pudessem combater ou debelar o mal: "Tudo indica ser a seca um fenômeno extra-terrestre que atua, mais ou menos, intensamente, conforme as circunstâncias locais. A seca é portanto, um fenômeno extra-telúrico que desarranja as condições meteorológicas. O mal é devido a um fator incôgnito que perturba as causas próximas das chuvas" (57).

A partir de enunciados vazios como esse, e até de enunciados contendo as teorias mais recentes acerca da origem

(57) ALMEIDA, José Américo de - A Paraíba e seus Problemas, pág. 107.

da seca, as oligarquias nortistas vão tentar veicular através de seu discurso a possibilidade de se detectar as causas do fenômeno, por estas serem de caráter natural e não sobrenatural, como defendia o discurso tradicional. A partir da descoberta destas causas seria possível atacá-las, de forma a prevenir a ocorrência de estiagens ou mesmo a se chegar a soluções que viessem pôr um fim ao próprio fenômeno.

No entanto, as divergências se mantêm entre os chamados "estudiosos" das oligarquias, que explicam diferentemente as causas do fenômeno, propõem soluções diferentes e principalmente divergem quanto à possibilidade ou não de se pôr fim a ocorrência do fenômeno. Enquanto uns afirmam que não era possível "conjurar o fenômeno das secas, sequer atinar com as suas causas" sendo apenas viável "neutralizar os seus efeitos por uma série de providências, experimentadas em situações idênticas" (58), outros defendiam que era possível "modificar os efeitos das secas, neutralizá-los" (59) e outros ainda achavam ser possível "erradicar as causas", acabando totalmente com o problema, bastando para isso a adoção das soluções apontadas. "Profundem-se (sic) as lagoas existentes, tornam-se permanentes estes riachos, tirem-se levadas e canais, e adeus seca..." (60).

A seca era inicialmente pensada como apenas falta de água, fruto da irregularidade das estações no Norte. Esta ir

(58) ALMEIDA, José Américo de - A Paraíba e seus Problemas, pág. 07.

(59) GUERRA, Phelippe e Theôphilo - Seccas contra as Seccas, pág. 311.

(60) Discurso lido pelo professor João José Rodrigues no Congresso Agrícola do Recife em 1878, sessão de 11 de outubro de 1878, pág. 372.

regularidade era atribuída a vários fatores de ordem física como: o regime dos ventos, a influência da orografia regional, a composição do solo, e o reflexo das alternâncias das manchas solares: "Ou porque a constituição de seu solo ainda se acha, por assim dizer, no período terciário, ou em virtude de revoluções meteorológicas, ou porque os ventos do oceano atiram por sobre as serras da Ibiapaba e Araripe, todas as partículas hidrogênicas do ar, a verdade, é que, em épocas certas e determinadas, a província vê seus rios secarem, a vegetação desaparecer, e daí em diante começa a grande agonia daquelas infelizes populações" (61).

Das várias teorias acerca das causas do fenômeno foi a das correntes aéreas aquela que mais encontrou adeptos entre os "estudiosos" das oligarquias do Norte. Todos baseavam-se nos estudos do geógrafo físico Maury, que defendia serem as secas produto das "modificações na circulação aérea e perturbação na intensidade e direção das correntes de ventos alísios". É esta, por exemplo, a posição daquele que é considerado o primeiro "estudioso" da região, que procurou "racional e cientificamente" explicar as causas do fenômeno, o senador Thomaz Pompeu de Souza Brasil (62).

No final do século XIX e início do século XX a teoria da correlação entre manchas solares e secas, defendida por

---

(61) Discurso do deputado Lacerda Werneck - Annaes da Câmara, sessão de 9 de julho de 1885, pág. 301.

(62) Citado por SOBRINHO, Thomaz Pompeu - História das Secas (século XX), pág. 62.

muitos técnicos, é também encampada por alguns membros da oligarquia nortista, como Rodolfo Teófilo, que tentava aplicar à região estudos realizados por cientistas ingleses, na tentativa de detectar as causas das secas na Índia e Egito, duas possessões britânicas.

Neste mesmo período outras causas são atribuídas ao fenômeno, como as de caráter ecológico, ou seja, a seca seria produto da desorganização da natureza da região, provocada pela forma predatória como a atividade humana aí se estabeleceu. "A destruição das matas" principalmente, é vista como capaz de "dessecar as terras" pela "elevação de temperatura" e "do regime de águas" (63).

No século XX ganha corpo a idéia de que o problema da seca não se resume apenas à falta de água, mas tem que ser pensado nas suas repercussões econômicas e sociais. O problema da região "não era questão de chover ou não chover", mas de falta de produção, causada pelas "anomalias do clima" (64). A seca então passava a ser pensada como "causada" não apenas por fatores naturais, mas tendo componentes de caráter social como as chamadas "falta de previdência e providência" (65) e de caráter econômico como o binômio latifúndio-minifúndio, que tornava a estrutura econômica e social da região, frágil para enfrentar

(63) Ver CASTRO, Josué de - Geografia da Fome, pág. 125 e FREYRE, Gilberto-Nordeste, pág. 46.

(64) ALMEIDA, José Américo de - As Secas do Nordeste, pág. 18.

(65) GUERRA, Phelippe e Theóphilo - Seccas contra as Seccas, pág. 204.

o fenômeno<sup>(66)</sup>. A seca só se manifestava por esta fragilidade econômica e social, se isto pudesse ser resolvido, mesmo que a seca enquanto fenômeno natural continuasse ocorrendo, já não o correria como problema para os seres humanos que habitassem a região.

A disputa entre as oligarquias do Norte e do Sul por recursos leva à radicalização do discurso oligárquico nortista na direção de considerar a seca como um fenômeno que "não só tem causas materiais", mas também o que elas chamavam de "causas morais", ou seja, "a falta de instrução e o abatimento moral das populações do Norte, devido à política mesquinha, que as levava a descuidar do seu próprio bem estar, a ser em extremo imprevidente"(67). A política mesquinha das oligarquias su listas e a falta de "cultura superior" dos homens pobres do Norte terminam por ser responsabilizados pela seca, elas são a causa principal do fenômeno. Note-se pois que as oligarquias se eximem de responsabilidade em relação às consequências e sociais que a seca trazia, jogando a culpa nas oligarquias rivais e nas próprias camadas populares.

O estudo das causas do fenômeno só interessava, no entanto, enquanto argumento para a solicitação de providências que permitissem combatê-lo; providências que significassem o investimento de recursos na região e a recuperação deste espaço

---

(66) AGUIAR, Gelfa de Maria Costa - O Estado e a Seca (intervenção estatal no Nordeste do Brasil 79/83), pág. 48.

(67) SANTOS, José Américo dos - As Secas do Norte do Brasil, pág. 10 citado por ALVES, Joaquim - História das Secas (séculos XVII a XIX), pág. 213.

tornando-o mais atrativo para que os capitais de origem nacional ou estrangeira pudessem aí ser investidos, investimentos necessários para superar a crise econômica, social e política em que vivia.

As propostas de soluções vão estar ligadas às causas apresentadas e evoluem historicamente, a partir da concepção que se tem do fenômeno em si. Inicialmente, no final do século XIX, enquanto as estiagens eram vistas como simplesmente falta de água, a proposta mais frequente para solucionar o problema, era o que se chamou solução hidráulica, ou seja, dotar a região de reservatórios que pudessem reter as águas nos períodos de chuvas. A construção de açudes era, pois, a medida solicitada com maior frequência. Justificava-se sua construção pelo fato da região ser "caracterizada, não pela falta absoluta de água mas pela irregularidade de sua distribuição"; se a água era "abundante em alguns períodos, cumpria naturalmente, armazená-la para os períodos críticos" (68).

Os açudes são apresentados também como fator de modificação do clima:

"Se falei em açudes, foi apenas para lembrar a idéia de que, desde que existam espalhados pela província diferentes lagos ou focos de evaporação, é muito provável que não haja seca.

Em torno destes lagos devem haver bosques artificiais, que serão outras tantas emanções para a formação de chuvas" (69).

(68) ALMEIDA, José Américo de - A Paraíba e seus Problemas, pág. 323.

(69) Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 26 de junho de 1877, pág. 237.

Os açudes modificariam o clima, através da evapora  
ção; tal tese serve, no entanto, para que membros das oligar  
quias do Centro-Sul levantem hipóteses de que os açudes torna  
riam o clima do Norte sujeito a pestes, que seriam provocadas  
 por miasmas evaporados das águas paradas.

Interessada na construção destes reservatórios, im  
portantes principalmente para a atividade da pecuária, as oli  
garquias nortistas saem em defesa dos açudes, atribuindo a eles  
 todo tipo de benefícios, desde o poder de modificar o clima, quan  
do se apoiam em Ratzel<sup>(70)</sup>, até o de fixar as populações, o que  
 interessava para conter a mão-de-obra na região e evitar o êxo  
do<sup>(71)</sup>. A construção de pequenos reservatórios por particulares  
 no Ceará é apresentada como a causa de não ter ocorrido nenhuma  
 seca entre 1845 e 1877<sup>(72)</sup>. O açude é apresentado ainda como  
 núcleo de vida e atividade social. "Houvesse açudes grandes, es  
parços pelo sertão e o comércio não estaria ameaçado de ser em  
 parte paralisado à falta de aguadas. Houvesse açudes grandes e  
 não estariam os criadores ameaçados de assistir a verdadeiras he  
catombes, muitas localidades obrigadas a retirar gados dos seus  
 pastos para as margens dos rios"<sup>(73)</sup>.

Falam em nome do sertanejo "cuja aspiração máxima  
 seria dotar sua propriedade com esse benefício", que não seria

(70) ALMEIDA, José Américo de - A Paraíba e seus Problemas, pág. 345.

(71) SOUZA, Eloy de - O Calvário das Secas, pág. 52.

(72) COUTINHO, Álvaro - Atas das sessões do Instituto Politécnico, sessão de  
 18 de outubro de 1878 - Revista do Instituto Politécnico, Tomo XI, pág.  
 20.

(73) SOUZA, Eloy de - O Calvário das Secas, pág. 135.

são "suprimento de água para todos os fins pastoris e de uso de casa, como também garantia de prosperidade e abundância"<sup>(74)</sup>. Este sertanejo, no entanto, fica claro, são os proprietários de terras, criadores de gado, que reivindicam a construção de açudes em suas terras.

Este fato gera outra polêmica entre os representantes do Norte e do Sul: enquanto os primeiros defendem a construção de grandes açudes públicos ao lado de pequenos açudes particulares, construídos com verbas dos cofres públicos, a título de prêmios ou empréstimos, os segundos procuravam pôr em dúvida a validade de ambas as medidas. Falavam na insuficiência de estudos prévios para as obras, estudos que evidentemente se prolongariam de forma a nunca ser posta em prática a obra estudada. Alegavam ainda ser os pequenos açudes benefícios particulares, com os quais os cofres públicos não podiam arcar, e denunciavam a manipulação e utilização incorreta destes incentivos, o que levava a corrupções como declarar ter construído açude sem fazê-lo só para receber o prêmio oferecido pelo governo.<sup>(75)</sup>

As oligarquias nortistas respondem com argumentos como o da necessidade de estudos, mas feitos com urgência e por conhecedores da região. A legitimidade conferida pela "ciência" a suas reivindicações só não corria perigo se fossem tais estudos feitos por homens de confiança, que conhecessem a região:

---

(74) SOUZA, Eloy de - O Calvário das Secas, pág. 48.

(75) GUERRA, Phelippe e Theóphilo - Seccas contra as Seccas, pág. 165.

"Há bastantes anos percorri aquelas paragens e a simples inspeção do terreno mostra, que não serão precisas obras gigantescas para realizar-se um melhoramento de máxima conveniência para um território assaz povoado, e que em fim constitui uma província do Império.

...Só os homens de arte poderão com proveito determinar estes sítios"<sup>(76)</sup>.

Dentro da mesma perspectiva, são indicados ainda a perfuração de poços e a construção de cisternas, embora tais soluções não sejam apoiadas por uma grande maioria, pois consideram tais medidas de pequeno alcance, não proporcionando assim benefícios econômicos, como os da irrigação, que só seriam possíveis através dos grandes açudes<sup>(77)</sup>. A mirabolante proposta de construção de um canal ligando o rio S. Francisco a outros rios do Norte encontra também adeptos entre os representantes nortistas no Parlamento, embora sofra uma pesada oposição das oligarquias do Sul, pelo alto investimento que a realização de tal obra traria<sup>(78)</sup>. Diz-se, no entanto, que já em 1857 D. Pedro II havia recomendado a construção deste canal, o que não veio a acontecer, provavelmente por falta de recursos ou mesmo por inviabilidade técnica<sup>(79)</sup>.

---

(76) Discurso do deputado Alencar Ararípe - Annaes da Câmara, sessão de 27 de junho de 1877, pág. 282.

(77) Ver SOUZA, Eloy de - O Calvário das Secas, pág. 59 e GUERRA, Phelippe e Theóphilo - Seccas contra as Seccas, pág. 229.

(78) Ver GUERRA, Phelippe e Theóphilo - Seccas contra as Seccas, pág. 160; A RARIPE, Alencar - "Providências Relativas às Secas do Ceará", pág. 09, citado por ALVES, Joaquim - História das Secas, pág. 189.

(79) AGUIAR, Pinto de - Nordeste: o drama das secas, pág. 50.

Os defensores de que a seca possuía causas ecológicas propunham medidas como reflorestamento da região ou a adoção da agricultura seca, como formas de solucionar o problema e adotar um tipo de produção mais adaptada ao meio<sup>(80)</sup>. O reflorestamento, no entanto, vai ser combatido por aqueles que não acreditavam ser as florestas fator de modificação do clima, chamando a atenção para o fato de que estas só poderiam ser plantadas nas áreas úmidas, o que significaria ocupar as únicas terras disponíveis para a produção de alimentos<sup>(81)</sup>.

No entanto, quase sempre, todas as propostas de solução são apresentadas em conjunto, não reivindicando uma única saída, mas um conjunto delas para combater o fenômeno. O que vai marcar o discurso oligárquico, no início do século XX, é a crítica constante às soluções adotadas de forma paliativa no momento em que o fenômeno se manifestava, e a reivindicação de que o combate da seca fosse permanente. As oligarquias nortistas caminham no sentido de reivindicarem uma organização sistemática dos serviços de combate à seca, até então realizados de forma episódica e sem qualquer planificação. Caminha-se para a reivindicação da criação de órgãos de planejamento destinados exclusivamente ao combate do fenômeno, Isso significava a luta pela institucionalização do problema e pela abertura de espaço político que seria ocupado por estas oligarquias, tão sequiosas de maior participação nas decisões políticas nacionais:

---

(80) SOBRINHO, Thomaz Pompeu - História das Secas(século XX),pág. 76;ROHAN, Henrique de Beaurepaire - "Considerações acerca dos melhoramentos de que em relação as secas são suscetíveis algumas províncias do Norte do Brasil", págs. 18 e 19 citado por Joaquim Alves - História das Secas (séculos XVII a XIX), pág. 160 e segs.

(81) SOUZA, Eloy de - O Calvário das Secas, págs. 34 e 47.

"Sr. Presidente, já da primeira vez que falei sobre o assunto, quando tive a subida honra de apresentar este projeto em nome das bancadas do Norte, declarei que o Governo do meu país tinha gasto, com secas do Norte, a elevada quantia de cento e tantos mil contos de réis. Hoje posso precisar a soma, ela se eleva a 179.000:000\$, gastos em pura perda. E por que? desde aquela época até hoje não se decretou um serviço sistêmico, do qual pudesse resultar verdadeiro aproveitamento no intuito de se atenuar, tanto quanto possível, a calamidade" (82).

Utilizando as próprias denúncias de corrupção, as oligarquias nortistas elaboram um discurso para justificar uma maior intervenção do Estado no seu espaço, através do planejamento das "obras contra as secas". Interessadas na construção destas obras, que lhes beneficiariam diretamente, deixam, a partir de certo momento, de reivindicar socorros imediatos às vítimas da seca, e pedem para que sejam substituídas esmolas por investimentos, pois a primeira só servia a esta altura para os homens pobres. "Fala-se com desconfiança ou decepção nos recursos gastos com as secas. Não é o quantum das despesas que deve merecer reparos, mas a desorientação com que tem sido feitas. Mas, muito mais do que isto se tem despendido no resguardo de interesses menos vitais de outros pontos do território..." (83).

(82) Discurso do deputado Thomáz Cavalcanti - Annaes da Câmara, sessão de 1 de junho de 1904, pág. 197.

(83) Discurso do deputado Frederico Borges - Annaes da Câmara, sessão de 21 de dezembro de 1920, pág. 336. Ver também: Annaes da Câmara, 1 de junho de 1904, pág. 197; 20 de maio de 1919, pág. 381; 21 de dezembro de 1920, pág. 340.

As próprias críticas das oligarquias sulistas à desorganização com que eram feitas as obras contra as secas fornecem o argumento necessário às oligarquias do Norte para reivindicarem um combate que fosse permanente, já que o fenômeno também o era. Combate permanente que significasse não apenas envio de recursos para auxiliar os mais pobres, mas sim investimentos que viessem modernizar a infra-estrutura da região, como forma de solucionar a seca agora entendida como desorganização econômica e social, como paralisia do progresso. O combate permanente à seca significava pois o combate permanente ao atraso econômico e infra-estrutural da região, à sua progressiva subordinação dentro da economia do país. Combater a seca era combater o subdesenvolvimento, a crise regional que crescia à medida que as relações capitalistas se desenvolviam no país.

Tratava-se agora de travar um combate permanente não contra as revoluções meteorológicas, mas sim contra o atraso econômico e social da região, a revolução que ameaçava cada vez mais solapar a posição econômica e política das oligarquias nordestinas, a revolução permanente e progressiva das relações de produção no país, que se encaminhavam para conferir à região um papel subordinado, quer seja dentro da estrutura econômica, quer seja na estrutura política.

#### 6.5. Um meio inverno: seca e modernização

O processo de transição da economia brasileira para relações tipicamente capitalistas, no final do século XIX foi impulsionado por transformações na divisão internacional do trabalho, ocorridas com a transição para o capitalismo de bases monopolistas. O Norte vivia este processo de forma subordinada, já que as mudanças nas relações econômicas mundiais tinham desvalorizado seus principais produtos de exportação, obrigando-o ao redirecionamento destes para o mercado interno do Sul, região que assume paulatinamente o controle do processo de desenvolvimento econômico e da estrutura política do país.

Diante da crise econômica, em grande parte gerada pelas relações de produção atrasadas vigentes neste espaço, a modernização vai aparecer como a solução para a crise e a oportunidade de reconquista do espaço econômico e político perdido tanto a nível nacional como internacional. Esta modernização, no entanto, teria que ser feita sem afetar a estrutura de dominação predominante na região. Assim, podemos caracterizar o processo de modernização da infra-estrutura econômica do Norte e de suas relações de produção, como uma modernização conservadora, uma modernização realizada no sentido de reforçar as estruturas de dominação vigentes e evitar o máximo possível alterações no "status quo" econômico e político.

É evidente que este processo de modernização não deixa de ser traumático, principalmente para as camadas pobres

da população, que se rebelam diante deste processo, acentuando, portanto, o seu caráter conservador. A manutenção das relações de trabalho não plenamente assalariadas no meio rural pode tanto ser vista, por exemplo, como uma saída encontrada pela classe dominante para resolver seu problema de mão-de-obra, sem ter condições de pagar salários, devido à crise em que viviam, como pode ser vista, por outro lado, como uma conquista dos homens livres e pobres que rejeitavam a proletarização e lutavam pela manutenção destas relações de trabalho mais "paternalistas".

Podemos notar, no entanto, a existência entre a elite agrária do Norte de uma parcela modernizadora, que enxergava na modernização a resolução dos problemas do Norte, principalmente aquele considerado central, o problema da seca. A seca passa a ser usada como justificativa principal para a realização da modernização da infra-estrutura econômica da região. Passa-se a solicitar a construção de obras de interesse dos grupos agrários da região, notadamente do interior, sob o pretexto de serem os "meios profiláticos", mais adequados para o combate do "problema da seca" do Norte.

A seca, associada no imaginário destas oligarquias à crise e paralisia do progresso, aparece no discurso oligárquico, pois, como o argumento central para a solicitação de "melhoramentos materiais" a serem construídos no seu espaço e que favorecia a recuperação econômica e a transição para a nova etapa das relações econômicas.

A construção de estradas de ferro na região era há muito uma aspiração das oligarquias do Norte, notadamente aque

las ligadas à atividade algodoeira, pois sendo uma produção destinada ao mercado externo, sofria óbices importantes para a sua colocação vantajosa no mercado externo pela falta de meios de transporte mais rápidos, que barateassem o seu custo. Com o advento da grande seca de 1877, são insistentes os pedidos no Parlamento no sentido do governo imperial aproveitar a mão-de-obra barata dos retirantes para levar a efeito a construção de estradas-de-ferro, notadamente no Ceará. Aí, a força da oligarquia Pompeu, do Partido Liberal, cujas bases se localizavam no norte da província, conseguiu que fosse iniciado o prolongamento da estrada de Baturité e a implementação da estrada Camocim-Sobral<sup>(84)</sup>.

As estradas de ferro são apresentadas como um remédio capaz de solucionar o problema da seca:

"A estrada de ferro, na frase de Chevalier, não conhece estações, não conhece climas ardentes, não conhece geadas, não conhece obstáculos de qualidade alguma. Por consequência, quando hoje o verdadeiro embaraço que o governo encontra para levar socorro ao interior da província é a falta de animais de carga, visto que, não havendo pasto, é difícil que cavalgadas apareçam, compreende-se facilmente que, se houvesse uma estrada, como pode ter para o futuro, as secas não fariam estragos, porque os socorros chegariam a toda parte, e ainda mais, porque, fazendo a estrada de ferro naturalmente surgi-

---

(84) MELO, Evaldo Cabral de - O Norte Agrário e o Império, pág. 224.

riam muitas indústrias e sendo estas indústrias bastantes para manter as famílias, a ação da seca seria ineficaz, não produziria efeito sensível" (85).

A pretexto de se levar alimentos de forma mais rápida para os flagelados, o que segundo seus argumentos evitaria as retiradas e o conseqüente êxodo de mão-de-obra, as oligarquias nortistas reivindicam a construção de estradas de ferro que visavam escoar mais rapidamente a produção interiorana, dinamizando o mercado e trazendo para o interior da região as mercadorias dos entrepostos do litoral ou mesmo de procedência do Sul ou do exterior. "Se houvesse um ramal que ligasse a cidade de Paulo Afonso à estrada de ferro do mesmo nome (...) ficariam ligados aqueles municípios não só ao mercado do baixo S. Francisco, como também os mercados do litoral, e não seria difícil afirmarmos que naquelas regiões cessariam, por completo os terríveis efeitos dessa crise climática popularmente denominada - seca do Norte" (86).

Como tais vias férreas visavam atender diretamente aos interesses das oligarquias dominantes em cada província, estas não possuíam traçados determinados pelo fator viabilidade econômica, mas sim seguiam traçados "políticos", visando fortalecer alguns "fazendeiros proprietários de terras" que imediatamente se "prontificavam a ceder as terras" por onde passaria a estrada "sem indenização alguma", bem assim como não exigiam nada pelo corte de madeiras tiradas em suas vastas e importantes

(85) Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 26 de junho de 1877, pág. 238. Ver também: Annaes da Câmara, 16 de junho de 1882, págs. 534 e 535; 2 de outubro de 1896, pág. 72; 26 de novembro de 1909, pág. 719; 7 de dezembro de 1912, pág. 491.

(86) Discurso do deputado Arroxelas Galvão - Annaes da Câmara, sessão de 14 de outubro de 1903, pág. 291.

matas" (87).

A lógica política dos traçados das estradas de ferro do Norte, além de levar à construção de muitas estradas economicamente inviáveis, gera disputas intermináveis no Parlamento sobre os traçados que seriam mais benéficos para cada província. A seca aparece aí mais uma vez como argumento chave, cada oligarquia querendo que a ferrovia passasse em seu território de domínio econômico e político e defendendo, então, coerentemente com o argumento da ferrovia ser um meio de combate às estiagens, que o melhor traçado para a estrada ser um "meio de combate a seca" seria aquele de seu interesse.

Uma das disputas mais acirradas em torno da construção de estradas de ferro foi travada entre as oligarquias ligadas à cidade de Aracaty, que por sua vez ligava-se comercialmente a Recife, e as oligarquias ligadas à cidade de Fortaleza, que pretendiam o fortalecimento desta, como forma de tornar o comércio cearense "emancipado" da praça de Recife. Ambas as estradas deveriam partir em busca do Cariri cearense, que estava se constituindo na zona de maior produção da província. Enquanto a estrada de Aracaty cortaria o vale do Jaguaribe muito mais povoado, a estrada de Baturité atravessaria regiões praticamente inabitadas do centro da província, mas, no entanto, foi considerada a mais "eficiente para o combate a seca" pela força da oligarquia Pompeu na província e junto ao governo imperial, do gabinete de Sinimbu (88).

(87) Discurso do deputado Tomáz Cavalcanti - Annaes da Câmara, sessão de 14 de outubro de 1903, pág. 296.

(88) MELO, Evaldo Cabral de - O Norte Agrário e o Império, pág. 224.

A idéia da estrada de ferro como fundamental para a emancipação das províncias mostra como a prática oligárquica ainda impedia no final do século XIX uma visão mais regional de questões como a da modernização.

A necessidade da construção de estradas levou algumas vezes a que se apresentassem estas como mais importantes para a "solução da seca" que os próprios açudes, pois estes serviriam "a uma zona muito limitada, estavam expostos a desastres", ao passo "que as estradas de ferro serão excelentes auxiliares sob todos os pontos de vista" (89).

As ferrovias são encaradas como verdadeiros símbolos do progresso e como capazes de gerar o desenvolvimento econômico por onde quer que passasse, além de se constituir em mensageira da civilização, "arrancando os homens embrutecidos do interior da ignorância"; "uma estrada de ferro ligando Mossoró ao centro do Rio G. do Norte, Paraíba e Ceará, não seria só um grande cometimento industrial, seria também o mais esplêndido triunfo da civilização sobre a ignorância, uma conquista gloriosa para a legalidade, um meio inverno diminuindo os rigores da seca" (90).

Mas não são só as estradas de ferro que são solicitadas e apresentadas como meios de resolver o problema da seca, é a construção de linhas de telégrafo, que facilitariam "a comunicação com as regiões assoladas", a construção de portos que

(89) Discurso do deputado Lacerda Werneck - Annaes da Câmara, sessão de 9 de julho de 1885, pág. 307.

(90) Fala com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Rodrigo Lobato Marcondes Machado, abriu a sessão da Assembléia Legislativa do Rio G. do Norte em 27 de outubro de 1877.

"facilitassem a chegada de alimentos para os retirantes", e as estradas de rodagem que "permitiriam socorros imediatos as populações flageladas". Com tais argumentos as oligarquias do Norte procuravam modernizar a infra-estrutura de transportes e comunicação da região, fundamentais para a dinamização do mercado e a integração deste espaço nas novas relações de mercado que se desenvolviam no país.

À medida em que a seca aparece no discurso oligárquico como um fenômeno previsível e permanente, exige-se que as medidas para combatê-las sejam também medidas permanentes. No início do século XX, as oligarquias do Norte vão combater o envio de socorros no momento da ocorrência do fenômeno e defender a construção de "obras permanentes" que resistissem à ocorrência do fenômeno e contribuíssem para o progresso material da região: "Com as secas do Norte tem o Governo Central despendido , principalmente, no antigo regime (Império), dezenas de milhares de contos de réis, quase em pura perda, porque em lugar de empregar tão avultada quantia em construção de obras permanentes que viessem melhorar a situação aflitiva daqueles Estados, a tem distribuído a indivíduos a título de socorros"<sup>(91)</sup>. Não valia mais a pena gastar dinheiro custeando famintos, mas devia-se, isto sim, gastar construindo obras que beneficiassem a quem tinha fome de lucros, de investimentos, de modernização.

---

(91) Discurso do deputado Thomaz Cavalcanti - Annaes da Câmara, sessão de 20 de maio de 1904, pág. 75. Ver também: Annaes da Câmara, 20 de maio de 1904, pág. 77; 23 de novembro de 1907, pág. 1539.

Esta ligação entre seca e construção de obras de interesse das oligarquias agrário-exportadoras do Norte era constantemente denunciada pelas oligarquias do Sul, que enxergavam ser "semelhante conjunto de providências, tal conjunto de despesas, isto é, de prolongamento de estradas de ferro, de construção de linhas telegráficas e outras obras análogas", não "a execução de um plano visando modificar um regime, ou alterar, ou combater um mal de origem cósmica"<sup>(92)</sup>, mas sim uma forma destas oligarquias modernizarem seu espaço produtivo, tornando-o mais atraente para investimentos de capitais.

No entanto, as oligarquias do Norte respondiam com o argumento de que a obrigação do Estado era atender igualmente a todas as partes do território<sup>(93)</sup>, e partem para reivindicar a intervenção deste no sentido de incentivar a modernização das principais atividades econômicas da região, principalmente em seu setor industrial, alegando que a indústria fabril era uma solução para a seca. Mesmo a oligarquia açucareira, que não sofria diretamente o fenômeno, utiliza tal argumento para completar a modernização do seu setor fabril. Aliás, foi graças à emissão de dinheiro para o socorro as vítimas da seca, que foram realizadas algumas inovações em alguns engenhos da região.

---

(92) Discurso do deputado Pandiá Calógeras - Annaes da Câmara, sessão de 29 de outubro de 1908, pág. 652.

(93) Discurso do Senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 25 de junho de 1877, pág. 220. Ver também: Annaes da Câmara, 27 de setembro de 1898, pág. 514.

A moderna "ciência agrícola" é decantada também como modo de combater o fenômeno, já que a rotina da atividade agrícola e a "ignorância" do homem do campo são vistos como os responsáveis pelas consequências catastróficas das secas. O homem pobre "ignorante" termina sendo responsabilizado pelas suas próprias misérias, o que justifica a estrutura econômica existente e o próprio discurso das oligarquias.

O combate permanente às secas com a construção de tais obras e a modernização da região eram vistos como tarefa do Estado, embora encontremos no discurso das oligarquias nordestinas do final do século XIX um ranço de caráter liberal, que as levava a suspeitar da intervenção do Estado e propugnava que tais transformações deviam ser levadas a cabo com seus próprios esforços. "...não é lícito esperar, que o governo facilite e conceda os meios de que tanto necessita a lavoura do Norte", "é do máximo interesse e utilidade quebrarmos as cadeias que nos prendem à Corte". (94)

Tal discurso, com veleidades separatistas, demonstra apenas a consciência da marginalização econômica crescente desta elite agrária que, como diz Gadiel Perrucci<sup>(95)</sup>, deram neste Congresso Agrícola o seu "canto de cisne", pois o que se vê, a partir daí, é uma crescente solicitação para que o Estado intervenha na região, de forma a ajudar estas elites a superarem a crise pela qual passavam.

(94) Discurso pronunciado pelo agricultor Joaquim Theodoro Cysneiros de Albuquerque - Annaes do Congresso Agrícola de Recife, 1878, sessão de 11 de outubro de 1878, págs. 375 e 376.

(95) PERRUCCI, Gadiel - Introdução aos Anais do Congresso Agrícola do Recife de 1878, pág. XV.

A seca é usada como um momento privilegiado em que o Estado tem que intervir pois quando "até no estrangeiro os clamores" da seca se fazia ouvir, não seria demais que no próprio país se levantassem com mais força e ecoassem em todos os ouvidos, sobretudo nos ouvidos daqueles que tinham obrigação de tomar providências a respeito<sup>(96)</sup>. Além de que era "rigoroso o seu dever de acudir com igualdade todas as províncias que se acharem sofrendo a seca"<sup>(97)</sup>.

O Estado aparece no discurso oligárquico como a instituição que deve proteger a todos os indivíduos, que deve socorrer a todos sem distinção de classe. A sua "missão santa, humanitária e patriótica" era "socorrer a quem" sentisse "pairando sobre sua cabeça como uma ameaça de morte. O peso da desgraça, do infortúnio, da adversidade"<sup>(98)</sup>.

As relações entre Estado e povo são vistas como presididas por leis idênticas às que presidiam à relação dos indivíduos entre si, nos momentos de "dores e aflição" ambas deveriam se inspirar "nos sentimentos generosos do coração, sentimentos de dor, de contrariedade e caridade pelos maus alheios, ambas elas se retemperariam, se fortificariam e tirariam sua legitimidade do dever de consciência, dever de eterna justiça e profunda moral que manda socorrer com dedicação e até com sacrifícios aqueles que sofrem"<sup>(99)</sup>.

(96) Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 27 de agosto de 1877, pág. 65.

(97) Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 25 de junho de 1877, pág. 220.

(98) Discurso do deputado Fernando Borges - Annaes da Câmara, sessão de 27 de setembro de 1898, pág. 514.

(99) Discurso do deputado Meira e Vasconcelos - Annaes da Câmara, sessão de 21 de janeiro de 1879, pág. 59.

Estas deviam ser as atitudes do Estado no momento da seca: cumprir com sua obrigação moral de prestar socorro ao povo que sofre, no qual evidentemente se incluíam as oligarquias. Nestes momentos, até o Congresso poderia ser mais generoso, aprovando o envio de recursos para a região e a construção das obras solicitadas; afinal era o momento de "profundo sofrimento" para esta<sup>(100)</sup>.

A seca é apresentada como o momento de união de todos os interesses, que estava acima destes, era um momento em que todas as diferenças entre Norte e Sul, entre situação e oposição, deviam ser superadas. No entanto, são frequentes as acusações, entre oligarquias locais, de não realizarem as obras necessárias, de desviarem recursos, de não quererem "ouvir a dor dos que gemiam", enquanto davam preferência à construção de obras como um teatro "onde encontrariam agradável distração nos dias auspiciosos que despontassem"<sup>(101)</sup>.

É comum também reivindicarem obras para o Norte, apontando os gastos considerados "supérfluos" com o Sul; chamavam a atenção para a discriminação da região e jogavam com a mortalidade de pessoas no momento da seca, para sensibilizarem os parceiros no Parlamento e o Governo. "O ruim é febre amarela, não se pode morrer de febre amarela na República; mas de anasarca, de fome, uma coisa tão comum, tão simples!" "Não é conta

---

(100) Discurso do deputado Estácio Coimbra - Annaes da Câmara, sessão de 4 de novembro de 1919, pág. 173.

(101) Discurso do deputado Francisco Gurgel - Annaes da Câmara, sessão de 9 de julho de 1898, pág. 235.

gioso, isso não dá lugar a isolamento compulsório para que nos incomodemos a procurar o culícidio que produz tal enfermidade?" (102).

Outras vezes a relação entre oligarquias do Sul e do Norte é de verdadeira barganha, em que os nortistas aprovam medidas de interesses das oligarquias sulistas e estas aprovam as obras de combate a seca: "Agora, porém Sr. Presidente, que a Comissão de Finanças está elaborando um projeto de lei de emissão para o café, nós representantes do Norte...vimos também pedir ao governo que atenda a situação precária, a situação de penúria daquelas populações que morrem de fome e de miséria" (103).

Foi através da seca, pois, que as oligarquias do Norte conseguiram trazer para a região investimentos em obras de infra-estrutura que eram apresentadas em seus discursos como uma forma de solucionar o problema. A modernização é vista como "um meio inverno", dada a sua capacidade de "resolver as estíagens". Tal modernização, devido à situação de descentralização da região, só era possível ser feita com o auxílio do Estado, que é chamado a intervir de forma cada vez mais direta na região, sempre associando sua ação a uma possível "solução da seca". Este é instado a tais medidas, apresentando-se a seca como um problema nacional e permanente que exigia, pois, medidas perma

---

(102) Discurso do deputado Barbosa Lima - Annaes da Câmara, sessão de 19 de maio de 1904, pág. 68.

(103) Discurso do deputado Juvenal Lamartine - Annaes da Câmara, sessão de 20 de julho de 1877, pág. 108.

nentes tomadas pelo poder central. O combate permanente far-se-ia abandonando o envio episódico de dinheiro e substituindo-as por "obras permanentes" que modernizassem a infra-estrutura econômica deste espaço.

A modernização aparece assim associada à idéia de combate à seca, que por sua vez representa, na verdade, a síntese da crise estrutural nortista, e da forma como é propugnada leva a uma presença cada vez mais marcante e intervencionista do Estado neste espaço, Estado que é pensado enquanto grande patriarca e instituição neutra acima de todos os interesses fazendo chover a "meia chuva" na região.

#### 6.6. As privações necessárias: seca e trabalho no discurso das oligarquias.

O tema do trabalho presente em outros discursos, neste final de século XIX, também vai ser abordado pelo discurso oligárquico. Vivendo um período em que a valorização do trabalho perpassava toda a cultura ocidental, por ser uma categoria fundamental dentro do imaginário burguês, estas oligarquias se deparam, ao mesmo tempo, com uma crise de mão-de-obra, fruto da transição das relações escravistas para relações livres de trabalho, que colocam o tema mais ainda como fundamental em seu discurso.

O progressivo fim da escravidão colocava para a elite rural do Norte a questão de como substituir estes braços, co

mo transformar o homem livre pobre em trabalhador para o capital. A carência de braços disciplinados para as novas relações de trabalho que se desenhavam é agravada ainda mais pela mortandade da população sertaneja com a grande seca de 1877. A partir desta, portanto, a questão do trabalho, passa a ser associada ao problema da seca, fazendo parte de um mesmo discurso que tinha por objetivo garantir a sobrevivência da mão-de-obra sertaneja, evitar seu êxodo e criar mecanismos que a impelisse para o trabalho.

A seca passa a ser apresentada como a causa fundamental da ociosidade do homem livre do interior:

"Não há quem ignora que o desespero, a falta de confiança no dia de amanhã, tem conduzido nosso povo do interior a uma triste extremidade a ociosidade. Reconheço que no sertão a vontade de trabalhar é grande: mas realmente esse seu desejo não corresponde a realidade. Com efeito, ouvi a muitos, dizerem, para que trabalhar, para que plantar, se no dia seguinte a seca tudo vem destruir?" (104).

Mesmo sendo persistente, o sertanejo terminava se tornando indolente, devido a estar sempre voltando ao lugar de onde saíra, devido à repetição da tragédia da seca que destruía tudo o que se construía.

---

(104) Discurso do deputado Retumba in FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra - Estrutura de Poder e Secas na Paraíba (1877-1922), pág. 66.

A partir de tal argumento as oligarquias do Norte, passam a reivindicar que o Estado interfira na região, de forma a que a seca, não continuasse sendo um momento de ociosidade, um momento de interrupção do trabalho. Os socorros enviados em forma de donativos ou "esmolas" deviam ser substituídos pela execução de obras em que seriam empregados os retirantes. As "esmolas" como passam a chamar as verbas de socorros públicos aplicadas em donativos, passam a ser responsabilizadas pelo declínio da moral das populações no momento das estiagens; elas levavam o homem pobre a perder o brio, certos estímulos morais, certas forças morais que deveriam ter como chefes de família. Daí todas as desgraças. Daí todas as prostituições. Já o trabalho "conservaria o homem em sua dignidade e força moral" (105). A importância do trabalho como forma de controle destas populações no momento da seca começa a ser percebida, ao mesmo tempo que tais obras significariam uma modernização da infra-estrutura econômica da região.

O discurso oligárquico, ao mesmo tempo que procura desqualificar a ação meramente assistencialista por parte do Estado, passa a cobrar deste o fornecimento de trabalho para os homens pobres da região, atingidos pela seca, colocando tal atitude no campo da obrigação pública: "Em minha humilde opinião o direito a assistência pública tem por correlativo a obrigação

---

(105) Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 26 de junho de 1877, pág. 236. Ver também: Annaes do Senado, 25 de junho de 1877, pág. 220 e 26 de junho de 1877, pág. 236; Annaes da Câmara, 20 de maio de 1919, pág. 382.

do trabalho, desde que se estenda ao homem válido, e sempre que o necessitado pode empregar-se (...) não pode ser função pública a alimentação do ócio e da preguiça, nem a fomentação da inércia, da imprevidência e da mendicância pela caridade oficial não temperada pela organização do trabalho. Por outro lado, é contrário a dignidade do homem o receber a esmola, quando ele só precisa de salário, e está igualmente nos interesses dos indivíduos e do Estado, a conservação dos hábitos do trabalho, que é a primeira lei imposta por Deus ao homem, condição essencial ao desenvolvimento de todas as forças, elemento de ordem, paz e moralidade" (106).

A função do Estado seria pois, não de fomentar a "ociosidade" com a distribuição de esmolas, mas desenvolver o hábito do trabalho no homem sertanejo, fornecendo-lhe em troca da assistência dada o trabalho diário, o que evitaria que este visse adquirir os "maus hábitos das secas" e se constituir em uma ameaça para a ordem social e moral.

O mais importante, no entanto, era que o Estado mantivesse viva esta população, que este assumisse garantir a reprodução desta força de trabalho que era dizimada pelas secas. Não sendo possível fornecer trabalho para todos ou evitar que se deslocassem das terras que habitavam, este devia "tomar pro

---

(106) Relatório com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar passou a administração da província do Ceará ao Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca em 22 de fevereiro de 1878.

vidência para que estas populações, durante o trajeto" não pe recessessem de fome; facilitando o meio de transporte da população, para locais ou mesmo províncias onde pudessem vir a escapar da morte, garantindo também meios destes regressarem quando findo o período seco" (107).

Garantida a sobrevivência de todos neste momento , era preciso que o Estado cuidasse para que estes adquirissem hábitos de trabalho, quer seja durante o período normal, quer seja nas futuras ocorrências do fenômeno. Era preciso tornar o combate à seca permanente, fornecendo, pois, trabalho permanente para o homem pobre. E como fazer isto senão auxiliando os "homens de posses" a se recuperarem do abalo sofrido com a seca, colocando-os em condição de fornecer "o benfazejo trabalho" (108).

Era constante neste final de século a solicitação de que o Estado criasse uma "lei que obrigasse" o homem pobre "a ter residência fixa e profissão honesta" e que "chamasse os braços inativos ao trabalho", tornando-os assim "ativos e úteis a si e ao país". A idéia de forçar o homem pobre a aceitar as novas relações de trabalho, principalmente os pequenos produtores, não disciplinados para trabalharem na produção para exportação, e que encarava com desconfiança, faz com que se veja com bons olhos a ocorrência da própria seca, que ao desorganizar a pequena produção, forçava, obrigava tais homens a aceitarem traç

---

(107) Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 7 de agosto de 1877, pág. 67.

(108) Discurso do Ministro do Império Leôncio Carvalho - Annaes da Câmara , sessão de 23 de janeiro de 1879, pág. 91.

balhar nesta grande lavoura.

Diante da crise econômica que enfrentavam, as oligarquias nortistas pretendiam transferir para o Estado o ônus da disciplinarização do trabalhador. Sabiam da necessidade de adestrar este homem do interior para trabalharem sob novas formas como a produção em grande escala do algodão e, principalmente, o trabalho da cana. Ao Estado cabia "ajudá-los a resolver o problema do trabalho livre", procurando "manter o espírito de atividade e de iniciativa" dos nortistas, evitando fornecer-lhes "esmolas" que "pudessem enervar aquelas almas vigorosas" e as levar à persuasão de que "desde que o governo fornecesse pão para matar-lhes a fome, não precisariam trabalhar" (109).

Este discurso vinha acompanhado da solicitação da construção de obras, como estradas de ferro, estradas de rodagem, portos, linhas de telégrafo, etc, onde seriam empregados os retirantes. Utilizam-se desta mão-de-obra barata que, ao mesmo tempo que era acostumada a um trabalho diário, permanente e sob fiscalização, contribuía para o aparelhamento da região para as novas relações de mercado, que se estabeleciam.

Vai ser constante também no discurso das oligarquias nortistas a condenação do êxodo ou da migração da população da região no momento da seca. Preocupadas com a saída de sua força de trabalho para a Amazônia ou para o Sul do país, estas oligarquias buscam convencer o governo imperial a tomar medidas no sentido de coibir tal drenagem de trabalhadores. O meio

(109) Memória do Sr. Santos Porto - Annaes do Congresso Agrícola do Recife (1878), pág. 378.

de impedir tal êxodo era "constituir focos de atração por meio de trabalho" levando a efeito "obras que dessem ocupação e sa lário". "Mediante os trabalhos, que as necessidades públicas das províncias pudessem exigir, essas populações não sairiam do seu ubi, dos seus hábitos (...) e o auxílio do governo, aliás produ tivamente empregado, evitaria males muito maiores"<sup>(110)</sup>. Conside rada a "verdadeira desgraça, a calamidade que todos deviam de plorar" a migração das populações preocupa as oligarquias do Norte, que tentam elaborar estratégias de contenção e cobram do Estado uma intervenção no sentido de assegurar a força de traba lho necessária para que a produção nortista se mantivesse.

Tenta-se justificar o combate à migração argumentando que esta levava "as mais valiosas energias" da região, já que só "os espíritos resolutos e empreendedores se abalanchavam a a ventura da emigração"<sup>(111)</sup>. Apresenta-se o sertanejo como um ho mem de "índole sedentária" ou um "homem enraizado", que sofre muito em abandonar sua terra. Embora o apego a terra fosse um componente do imaginário do pequeno produtor, este elemento é utilizado pelas oligarquias no sentido de cobrar do Estado a to mada de medidas que "debelassem" a seca, evitando que o homem do sertão fosse obrigado a "tão triste partida". Elabora-se um dis curso sentimentalóide, que procura comover o poder público, as oligarquias das demais regiões, apresentando quadros muito dolo rosos, de separação do homem de sua terra. "É a saudade incoer cível da gleba querida; da sua casinha instalada no fundo do ca

(110) Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 7 de agosto de 1877, pág. 66. Ver também: Annaes do Senado, 26 de junho de 1877, pág. 239; Annaes da Câmara, 11 de fevereiro de 1879, págs. 458 e 459.

(111) ALMEIDA, José Américo de - A Paraíba e seus Problemas, pág. 172.

cível da gleba querida; da sua casinha instalada no fundo do caminho; do curral onde, ao caminhar do gado, ia com os filhos garrulos ordenhar os úberes tungidos da vaca pacífica; do urrar desafiador do touro; do balar doce do rebanho; da roça farta e da cruz em cujo pé depunha reverente uma pedra vôtiva, entre as preces de um padre-nosso e o remate de uma ave-maria"<sup>(112)</sup>.

Estas imagens idílicas estavam longe de correspon - der à miséria cotidiana, ou mesmo à simplicidade da vida do camponês da região. Imagens que expressam uma vontade de ficar na terra, que embora fosse verdadeira encobre a vontade maior que as oligarquias tinham que estes ficassem, não se importante de fato com as suas tristezas em deixar a terra, mas com a força de trabalho que estava indo embora.

Dentro de um imaginário que sofria nítida influência do imaginário burguês, a mão-de-obra passa a ser vista como capital, e sua perda como perda de valor. No discurso oligárquico, as vidas dos homens sertanejos passam a ser apresentadas como "a principal riqueza" da região que, portanto, não podia se perder. Não podia o Estado continuar auxiliando "a lavoura do café, da borracha, do algodão, do açúcar", sem proteger a vida humana, capital precioso e sem o qual era impossível a existência de outra riqueza"<sup>(113)</sup>. O dever do Estado era enviar recur

(112) BARRETO, Rocha - Os Retirantes in A Notícia, 24 de julho de 1915, pág. 01, c. 01 e 02 - Parayba (PB)

(113) Discurso do deputado Otacílio de Albuquerque - Annaes da Câmara, sessão de 3 de novembro de 1919, pág. 74.

tos à região, para a realização de trabalhos que garantissem a vida da população. Percebe-se que este argumento visava sensibilizar as oligarquias sulistas para a necessidade de não investir apenas no seu espaço, no qual possuíam interesses, mas da responsabilidade que tinham para com "as vidas" dos homens do Norte.

A perda de sua força de trabalho, seja através da morte ou da migração, é vista pelas oligarquias como sinal de perda de valor de seu espaço, de futura impossibilidade de produção. Quando, no início do século XX, com as medidas tomadas pelo Estado, a mortalidade nos momentos da seca se reduz, a migração, que se intensificava com a produção da borracha, a industrialização dos estados do Sul e a produção de café, passa a ser propagandeada como o maior mal, como a maior calamidade que era trazida pela seca:

"O maior mal, aquele que se faz sentir mais imediatamente no Ceará e nos outros estados do Nordeste, é exatamente esta migração das populações para outras paragens em busca de abrigo e amparo. A crise produzida pela mudança desta gente, por esse êxodo, é tremenda, formidável e de consequências funestíssimas" (114).

Defensoras extremadas da estrada de ferro como um elemento de progresso e de mudança do quadro na região, como solução para a seca no final do século XIX, as oligarquias nortis

(114) Discurso do deputado Oscar Soares - Annaes da Câmara, sessão de 23 de maio de 1919, pág. 402.

tas vão paulatinamente se desencantando com tal melhoramento , que só faz acentuar a sua dependência em relação ao Sul e ao exterior, além de servirem para o escoamento mais rápido da mão-de-obra da região em busca dos portos e daí para outras regiões. Diante disto, as estradas passam a ser combatidas e os açudes louvados como pontos de fixação do homem ao seu local de trabalho. A "contradança macabra de trens em todas as direções, abarrotados de homens, mulheres e crianças "devia ser substituída pelo saneamento dos grandes rios da região, através da construção de "grandes reservatórios", que se tornariam verdadeiros "oasis" no deserto da caatinga. (115)

A migração por ocasião das secas não levava apenas o homem do sertão a procurar outras regiões fora do Norte, ele preferencialmente se aglomerava na Zona da Mata, ou nas regiões mais úmidas do interior, notadamente do agreste, os chamados brejos. Em vista disto a disputa por mão-de-obra vai também se estabelecer entre as oligarquias algodoeira-pecuária e açucareira. Notadamente as oligarquias cearense e pernambucana disputam no Parlamento a realização de obras que permitam reter a mão-de-obra no seu espaço. Os cearenses argumentam que a Mata pernambucana fornecia trabalho suficiente para os flagelados desta província e até atraía os das outras e, portanto, a realização de obras, o fornecimento de trabalho, por parte do governo, devia se dar preferencialmente no Ceará, onde quase todo o território era sujeito às estiagens e não possuía trabalho suficien

---

(115) Discurso do deputado Simeão Leal - Annaes da Câmara, sessão de 25 de março de 1915, pág. 234.

te para reter sua população. A disputa por obras era assim uma disputa por formas de conter a mão-de-obra de cada espaço, notadamente do espaço ocupado pela oligarquia algodoeira-pecuária<sup>(116)</sup>.

Outro argumento presente no discurso oligárquico do Norte eram os gastos vultosos que o Estado realizava para fomentar a imigração estrangeira para o Sul do país. Colocava-se em dúvida a utilidade da colonização, notadamente a que ocorria nas três províncias mais meridionais do país e argumentava-se que o governo não podia "deixar perecer braços nossos por falta de recursos" enquanto se gastava "tanto dinheiro para importar braços"<sup>(117)</sup>. Aliadas da política de imigração promovida pelo Estado, as oligarquias do Norte tornam-se críticas ácidas desta política e contrapõem o abandono a que estava relegada a região, principalmente o desfalque sofrido constantemente em sua força de trabalho, por morte ou migração.

Algumas tentativas e alguns projetos de imigração para o Norte, ou falharam completamente, por falta de assistência do Estado, ou não chegaram sequer a ser implementadas. Alguns projetos se ligavam diretamente à idéia de que os trabalhadores da região precisavam ser ensinados a como trabalhar com um nível técnico superior, como superarem "a rotina da produção". Estes projetos eram apresentados também como forma de solucionar "o problema das secas", pois as obras que se realiza

(116) Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 25 de junho de 1877, pág. 222.

(117) Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 25 de junho de 1877, pág. 239.

vam na região requeriam uma mão-de-obra especializada que devia ser buscada no exterior, servindo assim de "professores" para os retirantes que trabalhariam ao lado destes nas obras. Para a construção do Açude Quixadá, foi apresentado um projeto na Câmara solicitando a vinda de 100 lombardos, que ensinariam como realizar obras semelhantes para os homens do sertão (118).

As oligarquias do Sul, notadamente a cafeeira, se opunham, no entanto, a qualquer política de imigração para o Norte, argumentando que se as províncias nortistas, notadamente o Ceará, haviam libertado ou estavam libertando tão rapidamente seus escravos, era porque não necessitavam de mão-de-obra (119). As oligarquias nortistas, por seu turno, argumentavam que a necessidade do Estado fomentar "o amor pelo trabalho" na região passava pela imigração de alguns estrangeiros, e disto era merecedora uma região que pelo "espírito de atividade e a capacidade" do seu povo conseguira resolver o "problema da mão-de-obra livre" antes que outras regiões (120).

As oligarquias do Sul usavam ainda o próprio argumento da região ter a seca como principal problema para combater os projetos de imigração para o Norte, alegando a impropriedade do clima para os europeus que aí não se adaptariam (121). Pre

---

(118) Interpeção do Sr. Lacerda Werneck ao Sr. Ministro da Agricultura sobre as Obras do Açude de Quixadá - Annaes da Câmara, sessão de 9 de julho de 1885, pág. 300.

(119) Discurso do deputado Lacerda Werneck - Annaes da Câmara, sessão de 9 de julho de 1885, pág. 306.

(120) Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 26 de julho de 1877, pág. 237.

(121) Discurso do deputado Lacerda Werneck - Annaes da Câmara, sessão de 9 de julho de 1885, pág. 306.

sas em sua própria armadilha, todas as oligarquias nortistas passam a tentar mudar a imagem da região, criada em grande parte por elas mesmas. Argumentam que esta tem um "clima salubre", além de ser "uma região viável", combatendo a idéia de ser esta um deserto estéril, como elas próprias fizeram acreditar algumas vezes.

Embora tivessem consciência da pouca necessidade de se fomentar uma política de imigração para a região, dada a disponibilidade de braços numa economia em crise, as oligarquias do Norte defendiam tal medida, às vezes como fruto de um sentimento de equidade, ou seja, o que era dado ao Sul devia ser dado ao Norte, outras vezes por acreditarem na necessidade desta mão-de-obra para adestrar, instruir e civilizar o homem pobre do Norte, além de serem também movidos por preconceitos e teorias racistas que os faziam acreditar "ser menor a produtividade do trabalhador nortista por falta de miscigenação com as raças fortes, sobretudo a germânica" (122).

Conscientes que, no entanto, estavam diante de um tipo de "trabalho novo", ou seja, as relações de trabalho capitalistas, as oligarquias do Norte, sabiam que deveriam ser operada uma mudança no próprio trabalhador, nos homens pobres da região. Era necessário transformá-los em "homens práticos", homens adestrados e disciplinados. Homens que passassem a valori

---

(122) Discurso do deputado Simões Lopes - Annaes da Câmara, sessão de 27 de julho de 1915, pág. 117.

zar o trabalho, em substituição aos escravos que eram compeli dos apenas a executá-lo.

Era necessário mudar a imagem do trabalho na grande produção para exportação, que era visto pelo sertanejo como "trabalho de condição", "trabalho subjugado". Era preciso que o homem pobre da região introjetasse a idéia de trabalho como algo fundamental, constitutivo da própria condição "humana". Por isso era condenável a caridade, a esmola que não levava a esta valorização do trabalho. Consideravam ser "uma lei da natureza que só apreciamos devidamente o que ganhamos com o suor do nosso rosto" e por isto o trabalho era a medida mais aconselhável para socorrer as vítimas da seca<sup>(123)</sup>.

Partindo da idéia de que o trabalho era a principal arma contra a natureza inimiga e que era possível transformá-la através do trabalho, as oligarquias nortistas vão defender a necessidade de ensinar o sertanejo a dar valor ao trabalho, a vê-lo como capaz de "acabar com a seca", de modificar a natureza. O homem pobre do sertão devia ser convencido de que, trabalhando, quando a seca viesse ele não voltaria à miséria absoluta, pois nestes momentos o Estado forneceria o trabalho que lhe garantisse a continuação da vida.

O objetivo de tal discurso era acabar com o hiato de trabalho que representava a seca, a falta de trabalho que signifi

---

(123) Discurso do Sr. Dr. Antônio Coelho Rodrigues - Anais do Congresso Agrícola do Recife(1878), pág.124 . Ver também: Annaes do Senado, 25 de junho de 1877, pág. 220; 26 de junho de 1877, págs. 236 e 243: Anaes da Câmara, 20 de maio de 1919, pág. 382.

ficava quebra de subordinação econômica e política que este carrega numa sociedade de classes. Este momento "sem trabalho" era perigoso, pois afetava "a moralização da população", e levava à ociosidade, à preguiça, à vagabundagem, à prostituição e ao crime (124).

Por isso a seca podia até ser benéfica, caso fosse momento de trabalho, caso ela impelisse ao novo tipo de trabalho ao qual o homem pobre era arredio. "A abundância e a prosperidade perpétuas convidam a indolência. Um povo que não sofre privação e vive em constante prosperidade trabalha pouco" (125).

As privações seriam necessárias para que o homem descobrisse o valor do trabalho, mas para isso era necessário que nestes momentos difíceis o trabalho lhe fosse garantido. solicitam pois que o governo organize colônias agrícolas, onde os homens fugitivos da seca seriam adestrados, treinados para trabalharem na grande lavoura, e na construção de obras que, além de combater a seca, combateriam o mal da indolência, da ociosidade, da falta de trabalho.

Enquanto as oligarquias do Sul defendem o envio de donativos e combatem a construção de obras, no Norte, as oligarquias desta região defendem sua construção, argumentando que os sertanejos "não querem esmolas, querem trabalho" (126). O desejo

(124) Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 26 de junho de 1877, pág. 236.

(125) Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Paraíba em 21 de sentembro de 1881 pelo Presidente Dr. Justino Ferreira Carneiro.

(126) Discurso do deputado Alberto Maranhão - Annaes da Câmara, sessão de 20 de maio de 1919, pág. 282.

das elites passa a ser veiculado como um desejo de todos, dos sertanejos, figura abstrata que englobava homens de todas as condições sociais.

Portanto, a seca vai ser usada pelas oligarquias do Norte como argumento para a solicitação da intervenção do Estado na região, de forma a garantir a reprodução de sua força de trabalho. Com isto, tenta-se evitar sua migração para outras regiões e proporcionar os investimentos necessários para a realização de obras no momento de ocorrência do fenômeno. Será esta a forma de acabar o hiato nas relações de trabalho que as secas representavam e aproveitar estas ocasiões para adestrar os homens livres pobres da região para as novas relações de trabalho que se desenhavam.

#### 6.7. As inclinações perversas: seca e controle social no discurso oligárquico.

Partindo do pressuposto de que um discurso não se refere apenas a uma realidade já existente, mas tenta também enformar uma realidade, tenta criar um novo real, buscamos apreender como o discurso oligárquico pensava o homem de sua região, que sociedade sonhava ter e que estratégias concretas propunha para que fosse estabelecida esta realidade.

O discurso oligárquico vai veicular uma imagem do homem da região, muito distante da que se podia constatar na realidade. O nortista mítico do discurso das oligarquias tinha

todas as qualidades consideradas por eles positivas, era um super-homem capaz de congregar todos os comportamentos e atitudes valoradas positivamente pelas elites regionais. Na verdade, a imagem que se veicula deste nortista é aquela que as elites desejavam que ele tivesse e não as que realmente possuía.

A partir do esboço da imagem do homem ideal da região, marginalizavam-se ou excluíam-se todos aqueles que tivessem atitudes e comportamentos diversos do sertanejo mítico, propondo para estes a adoção de práticas concretas de repressão, exclusão ou aliciamento, além de veicularem todo um discurso que colocava no plano do natural as causas de tais "desvios sociais", mascarando o conteúdo político e social das chamadas "inclinações perversas" apresentadas pelas camadas mais pobres da população. A criação de um estereótipo de cearense, nortista ou sertanejo servia ao mesmo tempo para inculcar normas de comportamento para os homens mais pobres da região, como também para exigir do governo imperial ou republicano medidas concretas que coibissem as atitudes de ameaça à ordem na região, sempre apresentadas como anomalias de caráter individual ou como produto da catástrofe da seca.

O sertanejo, embora fosse "uma sub-raça, não havia perdido nenhuma das qualidades superiores das três raças, cuja fusão se vinha fazendo no Brasil, adquirira qualidades nobres, no meio em que vive" (127). Mesmo sendo um mestiço, o que segundo

(127) Discurso do deputado Juvenal Lamartine - Annaes da Câmara, sessão de 5 de dezembro de 1912, pág. 499.

as teorias racistas, no final do século XIX, o predestinava a ser um degenerado físico-moral, o sertanejo se tornava diferente pela adversidade de um meio contra o qual tinha que travar luta permanente, se quisesse sobreviver. Teria sido a própria seca, o rigor do clima do sertão que fez o sertanejo superar a sua inferioridade do ponto de vista etnológico, constituindo-se numa sub-raça que, no entanto, não se deformara na sua constituição física e moral. (128)

A primeira qualidade que teria o sertanejo, segundo o discurso oligárquico, era no seu coração só ter "reservas de generosidade, de resignação e de coragem". Possuírem uma "consolada alegria de viver" que os impedia de "protestar e de se agitar". Só "os cangaceiros perturbavam a paz do sertão. Os outros não demonstravam constrangimento. Sentiam-se felizes. Eternos espoliados! (129)". Estes homens pacíficos merecem pois o amparo do Estado, no momentos de dificuldades como o da seca.

Esta imagem do sertanejo pacífico, ou passivo, era fundamental, primeiro como estratégia ideológica de controle do homem pobre: se o bom sertanejo era passivo, então, isto era um valor positivo a ser absorvido. Segundo, esta idéia do sertanejo ordeiro era fundamental para exigir do Estado e das elites do Sul do país investimentos na região ou o combate a seca, uni

---

(128) Esta mesma posição em relação ao sertanejo está presente na literatura regionalista, notadamente em Euclides da Cunha, Os Sertões.

(129) Discurso do deputado Gustavo Barroso - Annaes da Câmara, sessão de 18 de setembro de 1915, pág. 875.

co fenômeno que levava a que este homem da ordem a transgredisse. Se o Estado era a instituição que zelava pela ordem, devia socorrer a quem fosse ordeiro, a quem respeitasse a autoridade.

O sertanejo é apresentado, então, como "um homem dócil às leis, incapaz de sublevações, e, nos momentos difíceis de nossa nacionalidade, sempre disposto a pagar o mais caro dos impostos, a dolorosa contribuição de seu sangue em defesa da pátria e de suas instituições". No entanto, este mesmo homem é capaz de perturbar a ordem pública e ameaçar a segurança individual, quando a seca provoca a formação "dos bandos que a fome, de mistura com as inclinações perversas de muitos atua, nessas crises funestas, na senda condenável do crime e da selvageria" (130).

Criando um sertanejo mítico que é a própria síntese de todas as qualidades consideradas positivas pelos dominantes da sociedade, as oligarquias podem criar a imagem de que são as secas que provocam a criminalidade na região, ou mesmo a revolta, mascarando os componentes sociais e políticos de tais manifestações de descontentamento, e procurando chamar a atenção para a ameaça que estes momentos representavam para a manutenção da ordem. (131)

O homem do Norte é mostrado como a "base da nacionalidade brasileira", por não possuir mistura de "raças exóticas".

---

(130) Discurso do deputado José Peregrino - Annaes da Câmara, sessão de 27 de setembro de 1898, pág. 517. Ver também: Annaes da Câmara, 7 de dezembro de 1912, pág. 495.

(131) Sobre a relação entre a seca e conflitos sociais no Nordeste no final do século XIX, ver Durval Muniz Júnior - "A Fome Tira o Juízo" - Seca e Conflitos Sociais no Nordeste, Revista Grão, nº 4, pág. 65.

Como podia o governo de um país deixar morrer de fome os "verdadeiros brasileiros", aqueles que formavam o "pilar de nossa nação", ao mesmo tempo que empregava muito dinheiro com a "vinda de estrangeiros para o país"?<sup>(132)</sup>. O discurso xenofóbico, que até em dias de hoje guarda raízes muito fortes na região, procurava num momento em que se discutia nacionalmente o problema da formação de nossa nacionalidade, principalmente por causa da imigração e da abolição, questão colocada sobretudo em função da forte influência positivista na elite brasileira, procurava demonstrar que o homem do sertão do Norte era a verdadeira raça brasileira, aquela que guardava nossos traços culturais mais puros. Esta idéia era o que perpassava as primeiras obras da literatura regionalista, que veiculavam esta imagem do sertanejo como o "verdadeiro brasileiro".

Além de que a Pátria tinha para com o homem do Norte "uma dívida de gratidão", pois foram estes "titânicos caboclos" que marcharam "para as paragens inóspitas do Paraguai a defendê-la, ameaçada em uma cruelíssima campanha de cinco anos de lutas"<sup>(133)</sup>. Embora a maioria dos nortistas que lutaram na guerra do Paraguai fossem recrutados à força, o que gerou inclusive revoltas populares, principalmente de mulheres pobres da

---

(132) Discurso do deputado Juvenal Lamartine - Annaes da Câmara, sessão de 23 de novembro de 1915, pág. 387.

(133) Discurso do deputado Otacílio de Albuquerque - Annaes da Câmara, sessão de 18 de dezembro de 1920, pág. 412.

região, no discurso oligárquico estes aparecem como "voluntários da pátria", que merecem ser recompensados com o envio de recursos e a construção de obras que "combatessem a seca". As oligarquias do Norte procuravam assim conseguir benefícios para si próprias, às custas da exploração da morte dos homens pobres do sertão na guerra do Paraguai.

O nortista merecia também maiores atenções por parte do governo e das elites dominantes de outros espaços do país, pois foram eles que "emigrando para a Amazônia, aumentaram e engrandeceram aquelas terras brasileiras" e ainda se encontravam lá "conquistando pela sua tenacidade, pela sua abnegação e pelo seu patriotismo, uma nova estrela para a constelação do Brasil"<sup>(134)</sup>. A conquista do Acre e sua incorporação ao território brasileiro bem como a produção de borracha feita na Amazônia com trabalhadores vindos das províncias sujeitas à seca, servem como argumento para demonstrar que o Brasil, ou seja, suas elites dominantes, tinham uma dívida com o homem do Norte, "mais admirável na coragem e pertinácia de que os bandeirantes", símbolos do orgulho paulista. A saída da população da região não surge aí neste momento como fruto da estrutura econômica e social, mas como produto do "espírito de desbravador" do sertanejo que estava sempre em busca de novas terras, para "incorporá-las ao território da nação".

Embora seja comum surgir no discurso oligárquico re

---

(134) Discurso do deputado Francisco Sá - Annaes da Câmara, sessão de 12 de setembro de 1900, pág. 211.

ferências ao sertanejo ou ao homem do Norte, designativos que além de mascararem as diferenças sociais - pois sertanejos e homens do Norte são todos - dão idéia de uma unidade regional ou espacial; às vezes aparecem também as designações provinciais como definidoras de diferentes homens. As disputas oligárquicas no interior da própria região e a visão fragmentada de espaço das oligarquias levam a que estas procurem caracterizar vantajosamente o homem de suas províncias. O cearense teria qualidades que o pernambucano não possuía e igualmente o norte-riograndense ou o paraibano.

Em relação à questão da seca, o cearense vai surgir privilegiado, pois durante algum tempo, como vimos, seu espaço, o Ceará, foi considerado o espaço da seca e ele, portanto, considerado "a vítima da seca". O cearense seria o homem das secas, aquele que as suportava com mais galhardia, merecendo por isso ser socorrido e amparado preferencialmente aos homens de outras províncias.

Dele também vão se dizer maravilhas, sempre que as oligarquias sulistas argumentavam que a construção de obras na província do Ceará requereria homens especializados de que o país, e principalmente aquele espaço, não dispunham, as oligarquias cearenses saíam em defesa, apresentando o cearense como "homem prático, homem para os mais árduos trabalhos, mas também um homem que basta ver uma vez para aprender"<sup>(135)</sup>. Bastaria pois

---

(135) Ver afirmações dos deputados Ferreira de Moura e Miguel de Castro - Annaes da Câmara, sessão de 10 de julho de 1915, pág. 308.

o envio de alguns homens que pudessem ensinar-lhes como realizar obras, como as das grandes barragens, das estradas de ferro, etc. para que com eles aprendessem, e em pouco tempo se formaria uma camada de "homens práticos" para estes tipos de trabalho especializado no Ceará, o que era fundamental dentro da concepção "modernizadora" das oligarquias locais.

Tanto o cearense como o sertanejo em geral vão ser apresentados como "homens laboriosos", capazes de se adaptarem a qualquer tipo de trabalho e que apresentavam um elevado índice de produtividade, só prejudicados pela ocorrência da seca. De tão devotado ao trabalho, de tão tenaz e produtivo o sertanejo era "justamente apelidado de 'o japonês brasileiro'" (136). Portanto, o que se fazia necessário para que tal capacidade de trabalho não se desperdiçasse era "combater a seca", que desorganizava o trabalho e fazia com que constantemente este "japonês brasileiro" tivesse que começar tudo de novo.

Por possuírem tal capacidade de trabalho era que os sertanejos ou cearenses, no fundo do seu coração, segundo suas teorias sobre a dignidade do homem "rejeitavam", por assim dizer, estas "esmolas" e envergonhavam-se "de estender a mão para receber o óbulo que alimenta a vida; pelo contrário, eles, como homens de coragem", queriam "que a sua substância" fosse "ganha com o seu trabalho, com o suor do seu rosto" (137).

---

(136) Discurso do deputado Juvenal Lamartine - Annaes da Câmara, sessão de 7 de dezembro de 1912, pág. 497.

(137) Discurso do Senador Figueira de Melo - Annaes do Senado, sessão de 26 de junho de 1877, pág. 243.

Interessadas na modernização da região, as oligarquias do Norte vão atribuir ao desejo do "cearense" ou do "sertanejo" a vontade de que o Estado financiasse a construção de obras que dessem trabalho e não enviasse recursos em forma de donativos que, se serviam para manter vivos os pobres, não serviam aos ricos da região, que preferiam ver tais esmolas serem dadas em troca de trabalho, em troca de construção de obras que os beneficiassem, evitando assim o "aprendizado do ócio" e não do trabalho.

Preocupados em garantir pelo menos a sobrevivência desta mão-de-obra nos momentos das secas, quando não fosse possível construir tais obras o governo devia proteger os sertanejos, os cearenses, mesmo que estes fossem obrigados a migrar. Deveria assisti-los, oferecer meios destes sobreviverem nas suas retiradas para outros locais das províncias ou mesmo para outras províncias, pois estes levavam "para toda parte a fortaleza de seus braços, a atividade do seu trabalho e, por assim dizer, a moralização mesmo, que forma a base de sua educação doméstica, e haviam portanto de produzir grandes vantagens" (138).

As oligarquias nortistas viam, no entanto, com muita preocupação a saída da população da região, motivada pela seca. Por isso, em seu discurso, vão adicionar outra qualidade ao sertanejo, ao homem do Norte, a de ser apegado à terra natal. A

---

(138) Discurso do senador Figueira de Mello - Annaes do Senado, sessão de 26 de junho de 1877, pág. 246.

saída destas pessoas é sempre apresentada como muito dolorosa e a vontade de ficar como o traço que une a todos. Só que esta vontade de ficar na terra natal era impedida pela seca, que empurrava o homem para fora do seu lugar, daí os termos "retirado", que predominam no final do século XIX, servindo para caracterizar as migrações por causa da seca, como feitas contra a vontade de seus participantes. O apego do camponês à terra da qual tirava sua subsistência, à qual estava ligado por laços sentimentais e tradicionais, é transformado, no discurso oligárquico, no apego a uma terra mais vasta, o apego à terra natal, terra de todos, inclusive das oligarquias.

A noção de pátria, de local de nascimento, que não se encontrava no homem pobre, é que aparece no discurso oligárquico: "Ligados assim ao torrão natal, maravilhosamente encantados das nossas manhãs invernosas, das nossas sorridentes primaveras, dos nossos campos e palmeirais, da uberdade do solo umedecido, do nosso céu azul e doce derramando a água fertilizadora de nossas serranias e várzeas, apegados tão fortemente à terra de seu berço como o filho do pobre e do rico, igualmente amorosos aos pais, os cearenses pedem e clamam apenas que lhes reservem dias menos ásperos quando afligidos pelo flagelo indomável" (139).

A idéia de província ou da região como berço, como família, como mãe, perpassa este discurso, que procura inculcar

---

(139) Mensagem do Cel. Benjamim Liberato Barroso, Governador do Ceará, transcrita a pedido do deputado Gustavo Barroso nos Annaes da Câmara, sessão de 15 de setembro de 1915, pág. 878.

nos mais pobres este sentimento de localidade maior que não possuíam e que era para as elites um dos motivos de sua saída em massa da região.

Estabelecia-se assim um contraste de imagens no discurso oligárquico, ora caracterizando o sertanejo como o "apegado a terra natal", ora como o "desbravador de novas terras", dependendo das circunstâncias e dos objetivos políticos que se queria alcançar.

Indignadas com a marginalização da região que não recebia as benesses da imigração financiada pelo Estado, as oligarquias nortistas passa a fazer comparações entre os sertanejos e os imigrantes que chegavam ao Brasil, ressaltando nestes últimos aquilo que consideravam negativo: "O nortista que continua a sofrer porque é dócil, não faz a obra de anarquista; tem amor a terra, não emigra, está com o estômago habituado a digestão pesada das raízes silvestres, não deve aspirar ao conforto e ao prazer das iguarias"<sup>(140)</sup>. O nortista que não merecia a atenção oficial, embora fosse brasileiro, era altivo, mas dócil, não introduzia no país, como os imigrantes estrangeiros, coisas perniciosas como "a greve, o anarquismo, a ameaça a segurança pública". Estes eram os "elementos de civilização" que os imigrantes introduziam, elementos que realmente "o nortista estava incapacitado para oferecer". O imigrante introduzia até "a

---

(140) Discurso do deputado Juvenal Lamartine - Annaes da Câmara, sessão de 7 de dezembro de 1912, pág. 495.

luta de classes" no país, coisa desconhecida para o sertanejo, o homem do Norte.

Aproveitando-se as dificuldades enfrentadas pelas elites do Sul, com o surgimento do movimento operário, as oligarquias do Norte veiculava em seu discurso uma imagem do nortista passivo e dócil, que apesar de longe de corresponder à verdade, visava denunciar a forma discriminatória como eram tratadas pelo Estado.

Quando se referiam a fenômenos como o cangaceirismo, procuravam ressaltar que eram indivíduos isolados, possuidores de inclinações perversas e, de preferência, pertencentes à província vizinha, que apenas invadiam o território de sua província. Se a região era vitimada por um descontentamento social maior, isto só ocorria quando a seca se manifestava. Nestes momentos, períodos anormais da vida dos nortistas, em que por "impulso de circunstâncias extraordinárias", perturbava-se "o jogo regular das leis da ordem e da moral com prejuízo da virtude", é que vinham à tona "as feses da sociedade" e nas províncias da região "bandos de salteadores armados e dirigidos por célebres fascínoras, infestavam a zona do sertão cometendo toda a sorte de tropelias contra os direitos de seus habitantes" (141).

Mesmo que "nas cidades de Mossoró e Macau, tivessem ocorrido desordens figurando como autores alguns retirantes mal

---

(141) Falla com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Rodrigo Lobato Marcondes Machado, abriu a sessão da Assembléia Legislativa do Rio G. do Norte em 27 de outubro de 1877.

intencionados", e isto ocorresse "a pretexto da falta de gêneros alimentícios"<sup>(142)</sup>, mesmo que fosse "precária a segurança da propriedade", "ladrão era a seca", não o nortista, não o sertanejo. Ela era que roubava destes todas as esperanças, tudo o que eles tinham, levava-os ao desespero, roubando-lhe a vida de seus entes queridos, o que terminava por lhe roubar "sua índole pacífica e ordeira", levando-o ao crime. Portanto, estava no combate à seca o combate ao crime, à desordem, à desmoralização. Não eram as contradições sociais, não eram as relações de dominação e exploração vigentes nesta sociedade que levava o homem pobre do sertão à revolta, ao "crime", mas a seca.

Era a seca que trazia a "indolência e a ociosidade" levando a "depravação dos costumes", a degradação a que chegava a população nestes momentos; era a responsável pelas manifestações de desordem e descontentamento aí presentes. Os oligarcas não tinham nada a ver com isto. Era a fome, a nudez, a peste e a prostituição que produziam "homens, mulheres e crianças desfigurados, meio loucos, estúpidos, insensíveis a tudo" e que vagueavam "atônitos de uns para outros lugares" enchendo as estradas de cadáveres ou de "salteadores e criminosos perigosos"<sup>(143)</sup>.

Este desregramento de atitudes e de comportamento deviam ser extintos, tomando-se providências para que durante a seca tais práticas fossem reprimidas ou coibidas. O uso perigo

(142) Falla com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Rodrigo Lobato Marcondes Machado, abriu a sessão da Assembléia Legislativa do Rio G. do Norte em 27 de outubro de 1877.

(143) Discurso do deputado João Lopes - Annaes da Câmara, sessão de 4 de outubro de 1878, pág. 77 e Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 26 de junho de 1877, pág. 236.

so do corpo com a "liberação da sexualidade", dando margem à prostituição e "outras práticas daninhas", devia ser evitado se parando tais corpos, esquadrinhando-os, fazendo com que sexos e idades fossem separadas. A família devia ser preservada, como principal mecanismo de controle "das mulheres e das crianças". O fogo da seca que ardia naqueles corpos nus, à mostra, devia ser apagado com a água benta do trabalho permanente que descarregasse energias e com a presença constante dos párocos das Igrejas, exortando-os para não se retirarem do "caminho de Deus" (144).

Se a seca desorganiza completamente as condições morais e matérias da região, as oligarquias nortistas exigem que sejam tomadas medidas que combatam a seca, combatendo as suas duas principais consequências. Sabendo que era um sentimento comum em toda a classe dominante o medo dos dominados e da desordem, utilizariam como arma o próprio descontentamento popular para chamar a atenção para o abandono em que se encontravam. Assim como já em 1874 usaram a revolta de Quebra-Quilos para expressar seu próprio descontentamento, as oligarquias nortistas utilizam as manifestações de descontentamento popular e o medo que elas infundem em toda a classe dominante nacional, para pedirem providências, no sentido de coibir tais manifestações, "resolvendo a seca", o que significava "resolver tais momentos de desordem" (145).

---

(144) Ver Discurso do deputado Helvécio Monte - Annaes da Câmara, sessão de 4 de outubro de 1898, pág. 70.

(145) Ver Discurso do deputado Meira e Vasconcelos - Annaes da Câmara, sessão de 21 de janeiro de 1879, pág. 63.

As oligarquias do Norte temiam particularmente o que chamavam de "aglomeração de ociosos nos grandes centros da população" vistas por eles como "um perigo eminente, uma revolução adiada, revolução brutal porque servia a convulsão da fome e das más paixões das massas incultas"<sup>(146)</sup>. Estas aglomerações levaram a tal pânico na grande seca de 1877 que mesmo vendo na migração uma perda de força de trabalho e um prejuízo para suas províncias, as oligarquias locais solicitaram, e o governo imperial forneceu, meios de transporte para que estes fossem retirados para fora das províncias, sendo levados preferencialmente para a Amazônia. Os retirantes que resistiam a viajar "eram escoltados por subdelegados e soldados e metidos debaixo de prisão a bordo de vapores"<sup>(147)</sup>.

Para evitar que cenas como estas se repetissem, era necessário que o governo elaborasse formas de controle destas populações no interior das próprias províncias do Norte nos momentos de ocorrência das estiagens. São sugeridas e tomadas medidas como a construção de abarracamentos, onde homens, mulheres e crianças era separados por barracas, estas alinhadas formando ruas, pelas quais circulavam permanentemente soldados que tinham ordens para expulsar desta qualquer pessoa que praticasse desordens"<sup>(148)</sup>.

---

(146) Discurso do Sr. Coelho Rodrigues: Anais do Congresso Agrícola do Recife de 1878, sessão de 12 de outubro de 1878, pág. 450.

(147) Discurso do deputado Martinho Campos - Annaes da Câmara, sessão de 11 de fevereiro de 1879, pág. 459.

(148) Ver Discurso do deputado Rodrigues Júnior - Annaes da Câmara, sessão de 11 de fevereiro de 1879, pág. 463.

Para evitar que a promiscuidade e a mistura de corpos propagassem pestes e moléstias de todos os tipos, era preciso que médicos estivessem permanentemente prescrutando estes corpos, separando-os, ordenando-os, evitando assim que a doença dos pobres, das vítimas da seca, terminassem por atingir e vitimar os homens de posses.

O trabalho diário ajudava a que todos se mantivessem durante a seca; sendo adestrados para uma nova lógica do trabalho, com nova concepção de tempo, ritmo etc, trabalho as salariado, mas metódico, repetitivo, sistemático e fiscalizado. As obras contra as secas, serviriam para transformar pequenos produtores rurais, "homens incultos e rotineiros", em trabalhadores preparados para um novo tipo de trabalho, inclusive dando a estes novas profissões como pedreiros, marceneiros, carpinteiros, ferreiros, maquinistas, etc... (149).

Estes homens que viviam lutando contra a natureza , e dos quais saíram muitos "mártires" eram homens "bons, simples, honestos e ordeiros", porém "lhes faltavam tudo". O "atraso era imenso e o progresso excessivamente vagoroso, devendo ser, por tanto, acelerado para que com ele fosse acelerada a transformação do homem da região, de um "inculto" num "civilizado". O progresso era pois a solução não só para os problemas materiais , mas também para os problemas morais da região (150).

---

(149) Ver Discurso do senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 26 de junho de 1877, pág. 236.

(150) Ver GUERRA, Phelippe e Theóphilo - Seccas contra as Seccas, pág.173.

O discurso oligárquico, portanto, mitifica o sertanejo e o nortista, transformando-o num estereótipo de todos os comportamentos sociais considerados positivos, atribui todos os conflitos, e descontentamentos sociais às inclinações perversas de alguns indivíduos e à seca e procura chamar a atenção para o momento de descontrole social que esta significava. Reivindica do Estado providências para que o controle social seja mantido e elabore estratégias que permitam o controle social dos homens pobres nestas quadras de excepcionalidade. Seca era para as oligarquias momento de medo, momento de desordem, portanto, acabar com a "desordem", acabar com os conflitos sociais nestes momentos, manter o controle social, era para elas "resolver o problema da seca", já que este era um dos aspectos que transformara a seca em "problema. Assim como a crise econômica e política tinha que ser combatidas com trabalho, investimento, obras e instituições políticas em que os oligarcas estivessem presentes, a crise social tinha que ser combatida com a elaboração de estratégias de controle. Resolvidas estas crises, estava resolvido o "problema da seca", pelo menos para os dominantes.

## CAPÍTULO - VII

## 7.0. A SECA DÁ BONS FRUTOS

## 7.1. Discurso e Prática

Neste capítulo abordaremos as consequências para a região advindas dos vários discursos sobre a seca tratados nos capítulos anteriores. Nem sempre é necessário que haja correspondência entre discurso e prática, mas a prática é fundamental para servir de ponto de partida à reelaboração dos discursos. A eficiência da estratégia de um discurso pode ser avaliada pelas consequências práticas que acarreta, visto que tais práticas podem vir a redefinir a estratégia do discurso.

O mais importante, no entanto, é que são estas consequências práticas e a subsequente necessidade de reelaborar a estratégia do próprio discurso, que são fundamentais para a construção de um discurso que chamaremos de dominante, mas que não é redutível a nenhum discurso em particular. Esse discurso se forma de elementos dos vários discursos, existentes numa mesma época, sobre um mesmo tema, e que fornecem elementos discursivos, que serão utilizados à medida que a realidade o exija. Estes vários discursos sobre a seca vão dar origem a um discurso outro, que surge do intercruzamento de elementos destes vários discursos que abordaram este tema no final do século XIX e início do século XX. No entanto, este "discurso da seca" não é um produto hí

brido, simplesmente formado por justaposição, mas sim o discurso que resulta do inter cruzamento dos discursos iniciais naquilo que eles possuem de idêntico em alguns temas e da utilização de enunciados e elementos discursivos que melhor respondem a questões que são colocadas pela realidade, pela prática.

As oligarquias do Norte, na luta política que enfrentavam no plano nacional e na luta com os dominados da região, precisaram lançar mão de enunciados e argumentos presentes em outros discursos, para responderem a questões que foram colocadas pela prática, pela realidade. Portanto, a relação entre prática e discurso é uma relação dialética em que, ao mesmo tempo que o discurso enforma e prevê práticas correspondentes, estas servem de ponto de partida para aferir a eficiência tática do discurso e oferecer experiências concretas para a sua reelaboração.

Falamos das oligarquias não porque consideremos o seu discurso como dominante. Não é o seu discurso sobre a seca que chamamos de "discurso de seca". Devemos reconhecer, contudo, que, como detentora dos canais de formação da "opinião pública", a que Gramsci chamou de aparelhos ideológicos do Estado<sup>(1)</sup>, seu discurso possuía muito mais repercussão e contribuiu de forma decisiva para a formação deste "discurso da seca". Não vemos este discurso como coerente em todos os momentos, ele apresenta ambiguidades que deixam entrever o processo de luta que levou

---

(1) Ver MACCIOCCHI, Maria Antonieta - "Sociedade Política e Sociedade Civil" in A Favor de Gramsci, pág. 150.

à sua formação, elementos antagônicos, vindos de discursos antagônicos, aparecem nele que, por isso mesmo, apresenta uma maleabilidade capaz de sofrer deslocamentos nas suas argumentações, sempre que a prática imponha reformulações.

As consequências práticas, que abordaremos neste capítulo, encaminharam-se em três direções. Inicialmente, as consequências econômicas, que surgiram do objetivo claro, dos vários discursos que abordaram a seca, de superar a crise econômica vivida pela região. Em todos os discursos veiculados por grupos e instituições sociais da região, a preocupação com a crise econômica vivida por este espaço estava presente, em cada um aparecem diagnósticos das causas e propostas de soluções para tal crise. Observando as medidas tomadas no sentido de resolver tal questão, pode-se perceber qual ou quais os discursos conseguiram impor seus pontos de vista. Estas consequências práticas servirão inclusive de base para detectarmos qual ou quais os discursos que contribuíram decisivamente para a "solução da crise econômica" da região e qual ou quais que foram marginalizados no processo. Como estas medidas surgiram de soluções apontadas por vários discursos, elas são produto do próprio inter cruzamento destes ou de alguns destes e servem, portanto, como indício da formação do "discurso da seca".

Em segundo lugar, trataremos das consequências político-institucionais e do reforço ou não da estrutura de poder na região, ou seja, de como as várias propostas para solucionar a crise política da região presentes nos discursos dos vários

grupos e instituições sociais da região e como as práticas daí advindas para reforçar ou não a estrutura de poder aí existente. A partir da análise destas práticas, poderemos também detectar qual ou quais os discursos contribuíram para "resolver a crise política" vivida pela região e como estas instituições criadas a partir de sugestões de alguns discursos serviram de canal para veicular um novo discurso que recolhia elementos dos vários discursos existentes anteriormente sobre a seca, e que vão no plano institucional ser utilizados, contribuindo para a formação do "discurso da seca".

Por último, trataremos das práticas advindas das propostas destes vários discursos quanto à solução da "crise social da região". A partir destas poderemos identificar qual ou quais discursos contribuíram para a elaboração de estratégias de atuação no campo social visando a manutenção deste como estava organizado e à superação da crise que ameaçava os vários agentes sociais, embora de forma diferente. Estas práticas de intervenção social são também produto de elementos de vários discursos e vão, portanto, contribuir para a elaboração de um novo discurso, o "discurso da seca".

O objetivo, portanto, deste capítulo é não apenas demonstrar que os vários discursos sobre a seca tiveram repercussões práticas. O que se quer é mostrar que estas próprias práticas denunciam qual ou quais os discursos que tiveram suas propostas atendidas ou excluídas e que estas práticas podem fazer-nos perceber como "o discurso da seca" que é produto de to

dos os outros, mas que não se reduz a nenhum deles, vai se formando, a partir destas admissões ou exclusões. As consequências práticas no campo econômico, político e social para a região denunciam o intercruzamento de elementos de diferentes discursos, pois foi aí na prática que estes discursos se encontraram e se cruzaram, e foi a partir de questões que estas práticas colocavam que tais intercruzamentos foram levados ou não novamente para o plano do discurso. Quando diferentes discursos possuem objetivos comuns aí se dá o intercruzamento, quando não, aí se dá o choque, a luta, que pode levar à vitória de um deles ou à de nenhum deles, ou a de alguns deles ou a uma síntese nova, e isso só podemos perceber se partimos da prática, da consequência prática que ocorreu.

Como os vários estudos que abordaram a seca se dirigiam preferencialmente ao Estado, solicitando suas providências, as práticas e medidas aqui abordadas são basicamente aquelas tomadas pelo Estado imperial ou republicano na região. Estas seguiram a orientação de um ou mais discursos presentes nesta parte do território nacional e foram também limitadas pelo contra-discurso das oligarquias e outros grupos sociais do Sul e de outras regiões, bem como serviram para reforçar ou excluir determinadas visões, opiniões ou propostas presentes nos vários discursos, que tentavam dar conta da realidade regional. Portanto, as atitudes do Estado e dos grupos sociais que o controlavam, forneciam os parâmetros para se avaliar a força tática de um argumento e de um discurso, demarcando assim os admitidos e excluídos, contribuindo pois para a formação deste novo

discurso, o "discurso da seca", que não elimina a existência e a permanência de outros, que, contudo, a ele se subordinam. O "discurso da seca", o novo discurso, torna-se, então, dominante não por ser da classe dominante, mas por conseguir ser aceito pela maioria dos indivíduos e grupos sociais da região. E é a ceito pela maioria exatamente por ter elementos presentes nos vários discursos que atravessam o social, o que não impede deste vir a sofrer transformações, dependendo do agente ou insti tuição social que fala e das questões colocadas pela realidade, embora guardando enunciados básicos, conceitos básicos, visões comuns, arquetípicas, que servem de núcleo a partir do qual se fazem estas variações discursivas (2).

---

(2) As questões teóricas colocadas neste item do último capítulo seguem a orientação que foi traçada na Introdução do trabalho, não sendo necessá rio aqui explica-las novamente.

## 7.2. Fabricaram a "indústria": a modernização conservadora.

A crise econômica vivida pelo Norte desde o final do século XIX atingia todos os grupos sociais deste espaço, que buscavam compreendê-la ou mesmo explicá-la, e também buscavam soluções que atendessem ao interesse de cada um. Vimos que enquanto as camadas populares, notadamente os homens pobres do campo, vivenciavam esta crise como produto de castigos divinos por causa do rompimento do pacto tradicional e dos valores tradicionais e cobravam a volta ao "mundo tradicional" como solução, as oligarquias, os técnicos e os intelectuais, como os escritores regionalistas, têm um diagnóstico para a crise, que embora esteja preso à visão de que a seca é a sua principal responsável, evolui, no entanto, para pensá-la como ponto de intersecção entre seca e atraso econômico da região, e passam a reivindicar a modernização como a solução, o progresso como a panacéia para todos os males. Enquanto pobres e alguns membros da Igreja querem a preservação das relações tradicionais de trabalho e produção predominantes entre os homens livres no período escravista, os demais discursos veiculam um desejo de superar este atraso nas relações de trabalho e produção e modernizá-las, contanto que esta modernização não viesse a acarretar qualquer transformação nas relações de dominação e exploração, mas sim, viesse reforçá-las, colocando-as em novo patamar.

A descapitalização progressiva do Norte, provocada

pela queda dos preços dos seus produtos de exportação no mercado externo, bem como pela política cambial, financeira e fiscal seguida pelo governo imperial, além do tráfico interprovincial de escravos, leva a se identificar, a partir da seca de 1877, seca e crise econômica. Todos os discursos indistintamente se dirigem ao Estado, solicitando deste medidas que viessem a atenuar a crise aprofundada com a seca. Inicialmente os recursos são enviados em forma de socorros públicos, que era a forma preferida pelas oligarquias do Sul, que já controlavam o aparelho do Estado a nível nacional<sup>(3)</sup>. Estes socorros seriam aplicados em donativos, o que certamente não provocava nenhuma alteração substancial na economia nortista.

As oligarquias do Norte, por seu turno, querem inicialmente apenas o envio de tais recursos à região, e na maior quantidade possível. Quando enfrentam oposições por parte das oligarquias sulistas, que se negam a liberar recursos sem conhecer as reais necessidades dos "flagelados", estas argumentam que não se tinha como medir tais necessidades<sup>(4)</sup>. Quando as camadas populares no Norte se manifestam violentamente, demonstrando que os socorros não estavam chegando até eles, as oligarquias se defendem levantando o argumento da dificuldade de transporte até

---

(3) Ver Discurso do senador Figueira de Mello - Annaes do Senado, sessão de 26 de junho de 1877, pág. 237; Discurso do senador Zacarias - Annaes do Senado, sessão de 25 de junho de 1877, pág. 223.

(4) Ver debate entre Leôncio de Carvalho (Ministro do Império) e o deputado Martinho de Campos - Annaes da Câmara, sessão de 12 de fevereiro de 1879, pág. 489.

o interior, ou mesmo da forma desorganizada que todo serviço de emergência teria que ter.

Desde o final do século XIX que a classe dominante do Sul põe em dúvida esta utilização frequente da seca para requerer recursos, como uma "fabricação". A "invenção" da seca, como problema, é denunciada, a sua utilização política é percebida. A isto as oligarquias nortistas respondem com longas descrições de quadros os mais tétricos possíveis, dizem que não se pode pôr em dúvida a existência da seca e se colocam como únicas pessoas capazes de interpretar e entender o drama vivido pelos "nortistas"<sup>(5)</sup>.

Diante da recusa frequente das oligarquias sulistas de fornecerem recursos para uma calamidade que, segundo elas, "só o Omnipotente podia solucionar" e da negativa de se enviar frequentemente recursos para atender a um fenômeno que era episódico<sup>(6)</sup>, as oligarquias nortistas e seus técnicos passam a insistir no argumento de que "a seca tem solução", que era possível resolver completamente os problemas causados pelo fenômeno<sup>(7)</sup>. Acentuando ainda mais a ligação da seca com a crise econômico-social e política da região, passa-se a solicitar a "solução da seca", quando na verdade está se pedindo apenas a solução para as crises que vivia este espaço e notadamente sua cla

---

(5) Ver resposta do deputado Rodrigues Júnior ao deputado Martinho de Campos - Annaes da Câmara, sessão de 11 de fevereiro de 1879, pág. 461.

(6) Ver resposta do Barão de Cotegipe (Ministro da Fazenda) ao senador Jaguaribe - Annaes do Senado, sessão de 26 de junho de 1877, pág. 249.

(7) Ver discurso do deputado Eloy de Souza - Annaes da Câmara, sessão de 26 de dezembro de 1913, pág. 59.

se dominante. "Resolver a seca" era pois atacar a crise global que ameaçava até a hegemonia destas elites no interior da própria região.

Tornar a região atraente para investimentos era um dos objetivos destas oligarquias, destes técnicos, e até mesmo de escritores, que pensavam que "os capitais particulares, estrangeiros ou nacionais, evitavam recatadamente comprometer-se em região tão desprovida de meios de defesa contra um mal sempre iminente"<sup>(8)</sup>. Era necessário que os investimentos públicos se dirigissem no sentido da criação de uma infra-estrutura básica para a atração de investimentos particulares que viessem dinamizar a economia regional e que levassem à modernização da produção neste espaço. Apresentando-se a seca como o obstáculo maior à que estes investimentos se dessem, busca-se através dela carrear recursos para resolver as questões que verdadeiramente tornavam a região não atraente para investimentos de capital, como a falta de uma estrutura de transportes, de comunicação, um setor financeiro melhor aparelhado e mesmo a carência de trabalhadores disciplinados e especializados para determinados tipos de produção.

Por isso passam a propugnar pela construção destas obras de infra-estrutura como "solução para a seca". Debatem-se contra os pedidos constantes dos sulistas de estudos mais demorados sobre a necessidade e viabilidade de cada obra, e defendem a "resolução imediata do problema", o que significava o envio rápido de recursos<sup>(9)</sup>.

---

(9) Ver discurso do deputado Octacílio de Albuquerque - Annaes da Câmara, sessão de 4 de novembro de 1919, pág. 161.

É bem verdade que este "espírito modernizador" não estava presente em todas as oligarquias nortistas. A modernização é projeto de uma elite, vamos dizer, da "vanguarda" destas oligarquias, de técnicos e de intelectuais da região. Uma boa parcela das oligarquias sonhava apenas com o envio de recursos, dos quais ficasse com a maior parte, desbaratando-os até improdutivamente. Foram as frequentes denúncias de corrupção por parte das Comissões de Socorros, no momento das secas, que levou a uma oposição cada vez mais sistemática das oligarquias sulistas a qualquer envio de dinheiro para o Norte, sem uma maior fiscalização.

Os oligarquias nortistas e principalmente os técnicos levam a que ocorra uma mudança ao nível de discursos, passando as próprias oligarquias nortistas a denunciarem as corrupções no momento da seca e o caráter "improdutivo" dos recursos carreados para a região, acusando, no entanto, o Estado por estes fatos. As corrupções, diziam, sô aconteciam por falta de um controle maior dos recursos e a sua aplicação improdutiva nasce do caráter episódico do seu envio e da falta de planejamento das medidas a serem tomadas. Passam a reivindicar o "combate permanente e sistemático" ao fenômeno da seca, o que queria dizer investimentos permanentes na região e não só quando ocorresse uma estiagem, e o planejamento das obras que realmente contribuíssem para a "solução da seca", ou seja, para a solução da crise da região.

Esta mudança no discurso vai refletir na prática, ao

serem criados órgãos estatais destinados ao combate "permanente" da seca, ao controle dos recursos que são enviados para a região e ao planejamento destas "obras contra as secas". Conseguem pois os grupos dominantes do Norte que o Estado passe a intervir de forma mais direta no seu espaço, procurando corrigir as distorções que o levavam a se distanciar cada vez mais do processo de desenvolvimento vivido pelo Sul<sup>(10)</sup>.

Os interesses das classes proprietárias passam a ser atendidos agora, não colocando-se recursos em suas mãos para desbaratarem, mas tentando dirigir sua aplicação para obras que viessem impulsionar o desenvolvimento da região.

Aquele derrame de recursos a que se assistiu no final do século XIX, chegando muitas vezes a sobrar e serem doados aos municípios<sup>(11)</sup>, aquelas medidas meramente paliativas que tinham caracterizado a política de socorro às vítimas das secas, passam a ser substituídas por medidas concretas. Com a República o federalismo amplo deixou a maior parte dos investimentos a cargo dos próprios estados, o que provocava uma crise maior ainda nos pequenos estados descapitalizados do Norte. Restava apenas a brecha deixada pelo artigo 5º da Constituição de 1891 que previa a ajuda da União aos estados em caso de calamidade pública. Portanto, tratava-se de tornar a calamidade permanente para que o envio de recursos da União também o fosse. Como

---

(10) Ver FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra - Estrutura de Poder e Secas na Paraíba (1877-1922), pág. 163.

(11) Ver Fala com que o Dr. Francisco de Gouveia Cunha Barreto abriu a segunda sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Rio G. do Norte em 9 de fevereiro de 1883.

diz Epitácio Pessoa: "Para que a União adotasse medidas de vantagens mais duradouras, foi necessário que se manifestasse com persistência o espírito de propaganda dos que na dura experiência de sua terra, haviam aprendido a conhecer o mal e previsto o meio de corrigí-lo" (12).

O "meio de corrigí-lo" era a construção de obras como as estradas de ferro, que no final do século XIX aparecem como reivindicação central de oligarquias agrário-exportadoras e de técnicos, como meio de facilitar a ligação do interior da região com o mercado. Outro objetivo era atrair para as capitais das outras províncias do Norte o comércio até então completamente absorvido por Recife. No entanto, aí também se faz sentir a diferença entre as oligarquias, pois enquanto setores destas vêm a estrada de ferro como fator de desenvolvimento em todos os sentidos, até no aspecto moral das populações, outras aproveitam-se delas apenas para seus interesses pessoais e imediatos. As estradas de ferro são desviadas de rotas viáveis do ponto de vista econômico para seguirem os caprichos dos interesses particulares, tendo que passarem em terras de alguns oligarcas, de forma a valorizá-las. Embora muitos vissem nas estradas de ferro um poder quase mágico de transformação, a decepção com os trilhos será frequente já que estes cobram fretes altos, os trens sofrem frequentes paralisações e não trazem o progresso

---

(12) PESSOA, Epitácio - Mensagem ao Congresso Nacional (1921) - Mensagens presidenciais - Documentos Parlamentares, vol. 49, pág. 392.

esperado, sendo quase todas as estradas deficitárias, pois que construídas em locais economicamente pouco vantajosos. Atrai ainda para si parte da mão-de-obra do campo, quando não serve de via de transporte mais rápido para os homens pobres que migram da região em busca de melhores condições de vida.

Servem além disso de via de penetração das mercadorias estrangeiras e do Sul, fazendo concorrência com os produtos da própria região. Diante disto, as estradas de ferro, que foram construídas em razoável número na região, tendo a seca como justificativa, são progressivamente abandonadas por outras reivindicações.

Os açudes, que desde o final do século XIX são apresentados como a "solução" para o problema da seca, foram construídos em grande número na região. (Ver Quadro II). Sendo eles fundamentais para a manutenção dos rebanhos e para o abastecimento das populações do interior, servindo como barreira ao êxodo da mão-de-obra da região, foram reivindicações constantes das oligarquias. Mesmo divergindo entre eles quanto à grande ou pequena açudagem, eram unânimes em oferecer suas próprias terras como locais "propícios" para a construção destes reservatórios. Cerca de 55% dos açudes construídos na região estão em mãos de membros das oligarquias locais<sup>(13)</sup>, principalmente porque houve grande incentivo à construção de pequenos açudes nas terras dos grandes e médios proprietários, que recebiam por isto prêmios ,

---

(13) FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra - Estrutura de Poder e Secas na Paraíba (1877-1922), pág. 102.

QUADRO 11

NÚMERO DE AÇUDES PÚBLICOS CONSTRUÍDOS EM CADA ESTADO DO NORTE ENTRE 1881 e 1922.

ESTADO	QUANTIDADE	CAPACIDADE TOTAL (1.000m <sup>3</sup> )	PERCENTAGEM SOBRE TOTAL
Piauí	08	14.821	5,0%
Ceará	27	215.327	71,4%
Rio G.do Norte	24	46.547	15,4%
Paraíba	06	12.106	4,0%
Pernambuco	02	755	0,27%
Sergipe	01	115	0,03%
Bahia	09	11.663	3,9%
Alagoas	-	-	-
<b>T O T A L</b>	<b>74</b>	<b>301.334</b>	<b>100%</b>

FONTE: Dados extraídos de DE CARLI, Gileno - Séculos de Seca, págs. 236-249.

QUADRO 12

COMPROMISSOS DE AÇUDAGEM PARTICULAR A 18 DE SETEMBRO DE 1912

ESTADOS	Nº DE AÇUDES	TOTAL PRÊMIOS PAGOS
Ceará	20	402:890\$115
Rio G.do Norte	69	854:740\$788
Paraíba	18	238:932\$702
Bahia	04	25:460\$622

FONTE: Dados extraídos dos Annaes da Câmara. Vol. XII, pág.76-3 e 4(1912).

que significaram um bom volume de recursos investidos na região, mas desviados para a mão de particulares (Ver Quadro 12).

Estes açudes valorizavam as terras de grandes e médios proprietários, que recebiam assim um benefício público que se gratuitamente, fugindo quase sempre da desapropriação que era prevista por lei.

Embora muitos açudes tivessem a sua construção arastada indefinidamente por falta de recursos, notadamente os grandes açudes públicos, prêmios continuavam sendo derramados, muitas vezes em pagamento de um reservatório que nem havia sido realmente construído. Estes tornaram, em grande medida, os grandes e médios proprietários menos vulneráveis à seca, enquanto submetiam os mais pobres à situação de mendigos ou pedintes, ou até de ladrões, de água<sup>(14)</sup>.

Com a criação da Inspeção das Secas, o volume de investimentos na região tende a crescer. Mesmo tendo antes da sua criação recebido respeitáveis volumes de recursos por ocasião das secas, é com a criação desta instituição que o envio de recursos se torna permanente e direcionada para investimentos de infra-estrutura (Ver Quadro 13).

A ideologia do planejamento que perpassa este órgão foi gerada, segundo Janice Theodoro "pelas tensões geradas no seio da política oligárquica da República Velha, quando as con

---

(14) Ver AGUIAR, Gelfa de Maria Costa - O Estado e a Seca (a intervenção estatal no Nordeste do Brasil 79/83), pág. 51.

QUADRO 13RECURSOS ENVIADOS E DESTINADOS À APLICAÇÃO NO COMBATE ÀS "SECAS  
DO NORTE" (1877-1922)

MODALIDADE DOS RECURSOS	TOTAL ENVIADO/DESTINADO
Socorros públicos para a seca de 1877/79	74.163:906\$159
Socorros públicos para a seca de 1892	800:000\$000
Socorros públicos para a seca de 1900	812:000\$000
Socorros públicos para a seca de 1903/04	70:000\$000
Verbas gastas pela Inspetoria das Secas (1909-1912)	3.887:433\$426
Verbas gastas pela Inspetoria das Secas (1912-1922)	243.154:000\$000
<b>T O T A L</b>	<b>322.887:339\$681</b>

Este quadro baseia-se em dados que foram encontrados para o período, podendo ter sido ainda maior a quantia enviada/destinadas à região.

FONTES: SOBRINHO, Thomaz Pompeu - História das Secas (século XX), pág. 225; SOUZA, Itamar e João Medeiros Filho - Os Degredados Filhos da Seca, pág. 71 e ALMEIDA, José Américo de - A Paraíba e seus Problemas, págs. 172 e 176.

QUADRO 14NÚMERO DE POÇOS PÚBLICOS E PARTICULARES ABERTOS PELA INSPETORIA  
DAS SECAS NO CEARÁ ENTRE 1910-1930

CARÁTER DOS POÇOS	Nº DE POÇOS	PERCENTAGEM SOBRE TOTAL
Públicos	223	54%
Particulares	184	46%
<b>T O T A I S</b>	<b>407</b>	<b>100%</b>

FONTE: SOBRINHO, Thomaz Pompeu - História das Secas (século XX), págs. 321 (1,2,3,4,5 e 6) e 430(1,2,3 e 4).

tradições se tornaram mais acirradas, impondo a busca de solução aos permanentes problemas nordestinos, numa esfera neutra (a do planejamento)" (15).

A influência do discurso técnico foi aí decisiva, no sentido de colocar as decisões técnicas acima das decisões políticas, deslocando o problema da seca do mundo da política onde havia sido colocado desde 1877, onde as contradições oligárquicas começava a mostrar a sua verdadeira face, para o mundo da técnica. A seca passa aí a ser apresentada como um problema nacional, que a todos atingia e que devia ser atacada, através de uma política de combate permanente e planejada. Sua "solução" passa de politicamente desejada para tecnicamente possível.

Além da construção de estradas de ferro e açudes, a Inspetoria vai incentivar a abertura de poços, que ficam em grande parte em terras particulares (Ver Quadro 14), já que sendo uma medida de respeitável investimento, não era acessível ao pequeno proprietário ou produtor, beneficiando preferencialmente os grandes proprietários. A construção de rodovias vai servir principalmente para o escoamento da produção de algodão para o mercado externo ou do Sul, além de dinamizar o comércio interno. O número de rodovias construídas só no período Epitácio Pessoa, pelos retirantes, serve para dar uma idéia de por que o Norte em pouco tempo se tornou uma região com grande capacidade

---

(15) SILVA, Janice Theodoro da - Raízes da Ideologia do Planejamento: Nordeste (1889-1930), pág. 21.

viária (Ver Quadro 15). A rodovia ao mesmo tempo que facilitou o escoamento de mercadorias da região, facilitou a penetração de mercadorias vindas do Sul do país, intensificando a unificação do mercado nacional e subordinando a economia nortista.

A construção de linhas de telégrafo, pontes, etc. , também vão servir para aparelhar a região para o desenvolvimento, no seu interior, de novas relações de produção, as relações capitalistas. Embora tais medidas fossem limitadas pela própria estrutura vigente, pelo modo conservador como foi encaminhada tal modernização, ela contribuiu para mudanças substanciais nas relações sociais, redefinindo as formas de exploração e dominação.

Embora recursos fossem permanentemente desviados para interesses particulares, dando origem ao que se chamou mais tarde de "indústria da seca", a modernização ocorrida no espaço nortista, principalmente do interior, se deu em grande medida devido à utilização política que foi feita da seca, através dos discursos dos principais grupos e instituições sociais da região. A modernização também foi um produto desta indústria, fabricada pelo "discurso da seca", modernização conservadora, mas capaz de dinamizar a economia da região.

O ápice desta modernização, que imprimiu um grande dinamismo à economia do Norte, foi o período Epitácio Pessoa , com seu grande programa de "obras contra as secas".

No período da presidência de Epitácio Pessoa, cerca de 15% da receita total do país foi carregada para o Norte, sob

QUADRO 15

NÚMERO DE RODOVIAS CONSTRUÍDAS NO PERÍODO EPITÁCIO PESSOA NOS QUATRO ESTADOS DE MAIOR OCORRÊNCIA DA SECA.

ESTADOS	Nº DE RODOVIAS	PERCENTAGEM SOBRE TOTAL
Ceará	27	40%
Rio G.do Norte	11	16,4%
Paraíba	25	37%
Pernambuco	04	6,6%
TOTAIS	67	100%

FONTE: Annaes da Câmara, sessão de 8 de julho de 1920, págs. 77-81.

QUADRO 16

NÚMERO DE AÇUDES CONSTRUÍDOS, INICIADOS OU RECONSTRUÍDOS NO PERÍODO EPITÁCIO PESSOA NOS QUATRO ESTADOS DE MAIOR OCORRÊNCIA DA SECA.

ESTADOS	Nº DE AÇUDES	PERCENTAGEM SOBRE TOTAL
Ceará	41	58%
Rio G. do Norte	13	18%
Paraíba	09	12,8%
Pernambuco	07	11,2%
TOTAIS	70	100%

FONTE: Annaes da Câmara, sessão de 8 de julho de 1920, págs. 76-81.

protestos violentíssimos das oligarquias sulistas. Fomentou-se um grande programa de obras (Ver Quadros 15 e 16) de grande envergadura, que requereram inclusive a ajuda técnica do exterior.

Contrataram-se para executar obras de grandes barragens de alvenaria e portos as firmas inglesas C. H. Walker Co. Ltda e Northon Griffits, e a firma americana Dwight P. Robinson, que transportaram para o país uma moderníssima aparelhagem composta de perfuratrizes, britadeiras, betoneiras, distribuidoras de concreto, cabos aéreos e guindastes. Para o transporte de tais máquinas, foram construídas estradas de ferro e linhas telefônicas para facilitar a comunicação com as grandes cidades.

Nos locais de construção dos açudes foram montadas verdadeiras cidades com represas para o abastecimento d'água filtrada, casas para operários, oficinas, usina de força-motriz servida por caldeiras verticais e geradores, etc. (16)

O pagamento dos operários era feito em dinheiro, o que dinamizou o comércio da região, já tão acostumado a lucrar com as secas, quando subiam exageradamente os preços, especulavam, vendiam nos barracões em troca do pagamento dos operários, ou faziam contratos de exclusividade de abastecimento de determinadas obras.

As obras fantasma voltam a ocorrer, a corrupção atinge seu ponto mais alto na região, que vive um período de euforia, mas mesmo assim as obras contra as secas, de uma mane

(16) Ver ALMEIDA, José Américo de - A Paraíba e seus Problemas, págs. 337-341.

ra geral, e, em especial, as construídas no período de Epitácio Pessoa, serviram "para dinamizar a economia dos estados nortistas" com os "coronéis" auferindo lucros sobre a produção, e na intermediação comercial e nas empreitadas das obras, aumentando conseqüentemente a concentração de riqueza e permitindo a emergência de novas frações da classe dominante ligadas ao capital comercial e usurário"<sup>(17)</sup>.

A corrupção oligárquica limitou o alcance destas medidas de modernização mas não impediu que esta se fizesse assim como propugnavam seus principais líderes, os técnicos e os intelectuais de uma maneira geral, atingindo duramente o cotidiano dos homens pobres, que vão reagir de diferentes formas, o que fica explícito no discurso popular pelo qual a modernização é identificada como "coisa do demônio", que deveria ser combatida para ser restabelecida a volta a um passado muito mais mítico do que real, onde não existia crise.

Neste processo de modernização, pois, os vários discursos sobre a seca existentes na região vão ser confrontados, uns vão se integrar como defensores e justificadores desta modernização e outros, como o da Igreja e o das camadas populares, que a ele se opõem, serão paulatinamente excluídos, esquecidos, alijados para um segundo plano, por aqueles que, detendo os canais de "formação de opinião pública", consideram-nos impertinentes.

---

(17) SILVA, Eliete de Queiróz Gurjão - O Poder Oligárquico na Paraíba: Descontinuidade e Recriação (1889-1945), págs. 106 e 107.

### 7.3. Organizaram a seca: o reforço do poder local.

A crise vivida pelo Norte desde o final do século não se revestia apenas de aspectos econômicos, mas trazia no seu bojo a marca do nítido declínio político das oligarquias da região, que passavam a deter cada vez menor influência nas decisões a nível nacional.

Ao lado desta crise política a nível nacional, no interior da própria região assistia-se a uma reorganização de forças entre as oligarquias, com a ascensão dos grupos ligados ao algodão, ou mesmo ao comércio, e o declínio das oligarquias ligadas à cana-de-açúcar. Além disto, o crescente descontentamento das camadas populares denotava a precariedade da hegemonia exercida por estas oligarquias, que diante das mudanças que ocorriam em seu espaço tinham que reelaborar seus mecanismos de dominação e de controle, já defasados e, portanto, deixando espaços cada vez maiores para manifestações de desagrado por parte dos dominados.

Estas oligarquias viviam pois um momento profundamente contraditório, em que ao mesmo tempo que o declínio político nacional e o perigo do descontentamento dos dominados exigiam a união destas e sua atuação em conjunto, as querelas inter-oligárquicas se acentuavam dado o surgimento de novas forças no interior de cada província, que disputavam espaços com as velhas oligarquias.

Estas disputas entre as oligarquias do Norte colocavam em perigo toda a estratégia desenvolvida para conseguir, através da exploração política das secas, recursos a serem investidos na região e outra série de benefícios que viessem combater a crise. As denúncias constantes das corrupções propiciadas pela política de socorros públicos adotada desde a seca de 1877 não provinham apenas das oligarquias sulistas, mas das próprias oligarquias nortistas que estavam na oposição. Este fato enfraquecia a posição dos representantes do Norte junto ao governo e tornava mais fácil uma negativa às reivindicações que partiam destes representantes.

Esta visão negativa da atuação dos políticos da região vai estar presente também no discurso dos técnicos sobre o "problema da seca". Estes consideravam, como vimos, que a seca era um problema de solução técnica e não política e que a atuação dos políticos só atrapalhava a solução do problema, à medida que o trazia para o campo "apaixonado" da política e não para o campo "neutro" da técnica.

O discurso técnico vai reivindicar para si a capacidade de detectar causas e apontar soluções para a ocorrência do fenômeno, desde que este fosse encarado como um problema técnico e não político, cabendo portanto, aos técnicos e não aos políticos gerirem e se responsabilizarem por qualquer medida que fosse tomada no sentido de "resolver" o problema.

Este deslocamento da seca do campo político para o técnico tinha a vantagem de resolver o impasse em que se achava

vam as oligarquias da região, que se encontravam paralisadas e com seu discurso em crise, gasto pelas querelas políticas em que se engalfinhavam. A solução técnica, portanto, vista como neutra, passa a ser encampada pelas próprias oligarquias que com isto reelaboraram seu discurso no sentido de incorporar a visão tecnicista, mas de forma a que o controle das decisões continuasse nas mãos dos políticos e não dos técnicos.

As críticas constantes à atuação dos políticos e a crença de que a solução partiria do campo "neutro" da técnica abriu brechas para que as oligarquias do Norte conseguissem junto ao governo, controlado pelas oligarquias sulistas, a criação de comissões técnicas que viessem "estudar" o problema da seca e propor soluções além de se destinarem à realização de trabalhos específicos já consagrados como necessários para por fim as estiagens.

Em 1903, no governo Rodrigues Alves, são criadas três comissões técnicas que se constituem no embrião da progressiva institucionalização da seca, com a criação de órgãos técnicos de cunho federal, destinados ao "combate permanente e sistemático" do fenômeno, constituindo-se numa das primeiras intervenções diretas do Estado na região com o objetivo de alterar suas condições físicas, econômicas e sociais. As Comissões de Açudes e Irrigação, Perfuração de Poços (com sedes em Fortaleza) e de Estudos e Obras contra os Efeitos das Secas (com sede em Natal) são, portanto, as primeiras experiências na tentativa de planejar a atuação do Estado na região e dar ao "combate a seca" uma

orientação técnica, racionalizando as atitudes e medidas a serem tomadas.

Este esforço de racionalização do Estado buscava obter um controle maior sobre o que era feito com os recursos enviados à região, ao mesmo tempo que buscava atender às reivindicações nortistas, pois as oligarquias da região eram ainda importantes dentro do jogo político nacional, embora de forma subordinada.

Este processo de institucionalização da seca prossegue em 1906, quando as três comissões existentes para cuidar de aspectos diversos do "problema" são unificadas num só órgão, a Superintendência de Estudos e Obras contra os Efeitos das Secas, com sede em Fortaleza, e, através da Lei nº 1.396 de 10/10/1905, a União passa a ter competência para enfrentar o problema, tornando obrigatório o concurso dos estados interessados na luta contra o "flagelo". Estas medidas tornam claro que havia sido vitorioso o argumento das oligarquias, dos técnicos, dos escritores e da própria Igreja, de que a seca era um "problema nacional", que cabia pois a ser enfrentado pelo governo federal e não só pelos estados membros da União. (18)

No governo Afonso Pena, no entanto, este processo crescente de institucionalização é interrompido com a extinção da Superintendência e sua substituição por uma simples Comissão

---

(18) Mensagens Presidenciais - Documentos Parlamentares, vol. 19, págs. 324 e 532.

de Açudes e Irrigação, a pretexto de que era um dispêndio muito grande a manutenção de uma Superintendência para cuidar de um único problema do país. Mas é retomado no governo Nilo Peçanha que, em 1909, através do decreto nº 7.169, criou a Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS), com sede no Rio de Janeiro. O regulamento da Inspetoria atribuía a esta os objetivos de fazer a necessária sistematização dos serviços de combate à seca; de distribuir tais serviços de forma equitativa pela superfície do país e atender à falta de serviços preparatórios, de ordem científica quanto técnica, para o "combate ao fenômeno" (19).

Este regulamento, bem como a localização da seca do IOCS foi matéria de longas discussões entre as oligarquias nordestistas e sulistas. As primeiras ficaram insatisfeitas com a localização do órgão, argumentando que este deveria se localizar perto do problema e não se tornar mais uma peça da intrincada burocracia da capital federal. Os sulistas argumentavam que o órgão, localizado no Norte, ficaria longe da administração central o que lhe tiraria a agilidade e o suscitaria às injunções locais.

Estas discussões terminaram por levar a uma alteração do regulamento da Inspetoria, dois anos depois de sua criação, em 1911, com a clara finalidade de agradar a todos os interesses regionais envolvidos. Por este novo regulamento, a Inspe

---

(19) AGUIAR, Pinto de - Nordeste: o drama das secas, pág. 71.

toria foi dividida em quatro secções, mantendo-se uma Secção Central no Rio de Janeiro, como queriam os sulistas, mas criando-se três Secções Distritais, como queriam os nortistas, que tiveram atendidas assim as suas próprias divisões e querelas locais. A primeira secção localizava-se em Fortaleza e era responsável pelos estados do Ceará e Piauí, sendo controlada pelas oligarquias cearenses; a segunda secção localizava-se em Natal, sendo responsável pelos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, sob o controle das oligarquias norte-riograndense; e a terceira secção, com sede em Salvador, responsável pelos demais estados, de Pernambuco ao norte de Minas, sob o controle das oligarquias baianas (20).

Criada tendo como modelo o Reclamation Service americano, a Inspetoria de Obras contra as Secas foi reorganizada novamente em 1919, através do decreto nº 13.687 de 9 de julho daquele ano, passando a se chamar Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), para servir de órgão diretor do grande programa de "obras contra as secas" do governo Epi-tácio Pessoa. Para conseguir os recursos necessários a fim de realizar este ambicioso programa de obras, a presidência enviou ainda mensagem ao Congresso criando a Caixa Especial das Secas, que se compunha de dois por cento da receita da República, dois a cinco por cento da receita ordinária dos estados, que poderiam

---

(20) SOBRINHO, Thomaz Pompeu - História das Secas (século XX), págs. 216-219.

ser pagos com a cessão de terras devolutas; com o produto da venda destas terras e das que fossem desapropriadas por terem sido irrigadas com rendas provenientes das obras de irrigação e com contribuições e donativos de qualquer outra procedência<sup>(21)</sup>.

Assiste-se pois a um processo de burocratização crescente não só do Estado nacional, mas dos próprios organismos criados por este para "solucionar" o problema da seca. Estes organismos, notadamente o IFOCS, vão ser controlados pelas oligarquias do Norte, principalmente daqueles estados onde a força das oligarquias do interior é maior que a das oligarquias dos espaços não sujeitos ao fenômeno periódico das secas. Pode-se perceber pela própria localização dos distritos da Inspeção e pelos que compõem sua direção e dirigem seus serviços, a presença marcante de alguns estados, como o Ceará e o Rio Grande do Norte, e das suas oligarquias no controle desta instituição.

Mesmo tendo, desde a criação do IOCS, um caráter nacional, estes organismos se dirigiram claramente para uma atuação na "região das secas", no Norte ou Nordeste, e para atender às reivindicações que emanavam deste espaço. Discordamos, pois, da visão de Francisco de Oliveira que, ao se referir ao DNOCS, diz ter sido este um departamento que fora criado com o objetivo de atuar nacionalmente e só posteriormente capturado pelas oligarquias nortistas, principalmente a cearense<sup>(22)</sup>. A cri

(21) SOBRINHO, Thomáz Pompeu - História das Secas (Século XX), págs. 332-333.

(22) OLIVEIRA, Francisco de - Elegia para uma Re(li)gião, pág. 51.

ação dos organismos de combate à seca foi uma vitória política das oligarquias do Norte, no plano nacional, vitória conseguida através da força de seu discurso em torno da seca. Foi também a vitória dos vários discursos que abordaram o problema e o transformaram em "o problema da região" e "problema nacional". Estes órgãos são dirigidos não para o combate de qualquer seca, mas daquela seca muito especial, única, a "seca do Norte" ou a "seca do Nordeste", eles não são capturados, pois já nascem presos a uma imagem da seca, que só se encontra neste espaço e sob o controle daqueles que possuem o domínio nesta região.

Se estes órgãos possuem caráter nacional é porque a "seca do Norte" ou do "Nordeste" é também um "problema nacional", requer intervenção do governo federal e carreamento de recursos e a realização de obras de tal vulto que o poder local não seria capaz de realizá-las. Mas estes se dirigem para a solução desta seca em especial que, por isso mesmo, deve ser controlada "por quem entende desta seca", ou seja, as oligarquias do interior, ou, como diz Francisco de Oliveira, as oligarquias algodoeira-pecuária. A seca é um problema de seu espaço ; com a sua ascensão política no interior da região, cabe a ela o controle dos organismos que foram criados graças à eficiência dos vários discursos sobre o fenômeno, que enformaram no seu intercruzamento um discurso único, capaz de servir de argumento para estas oligarquias arrancarem do governo federal a institucionalização do problema.

A criação do IFOCS e dos outros organismos antes des

te, significou a abertura de um novo espaço político, para ser ocupado pelas oligarquias nortistas. Aí passa a se desenvolver a política regional e com ela a maior presença das oligarquias nortistas na máquina burocrática do Estado, levando-as a sentirem-se novamente participantes do processo político, do qual se sentiam marginalizadas desde a ascensão das oligarquias sulistas. Pode-se dizer como Eliete Gurjão<sup>(23)</sup> que a IFOCS significou a ressurreição dos coronéis do Norte, que conseguiram ter com ela um maior espaço, em nível nacional, ou pelo menos preservar o que possuíam, além de disporem de canais institucionais que permitiam a manutenção do poder local, reforçando sua hegemonia no interior da região e abrindo espaço para que os novos grupos oligárquicos em ascensão fossem absorvidos, originando uma maior coesão regional, com a diminuição das querelas locais.

O reforço do poder local se dava agora pelo oferecimento de serviços públicos como dádivas dos coronéis. As obras construídas pela Inspetoria e todos os serviços que prestava passam a ser mostrados como obras e serviços prestados pelas oligarquias locais. Afinal, demonstrar capacidade de conseguir benefícios para seus estados e municípios era fundamental para a legitimação do poder de cada oligarquia e de cada coronel.

A Inspetoria, bem como os demais órgãos públicos, se constituía na possibilidade de oferecimento de novos empregos e benefícios para os apaniguados e protegidos das oligarquias

---

(23) SILVA, Eliete de Queiróz Gurjão - O Poder Oligárquico na Paraíba: Descontinuidade e Recriação' (1889-1945), pág. 138.

quias e dos coronéis, tornando-se assim um poderoso "cabide de emprego", onde se acotovelavam apaniguados e descendentes das famílias mais "tradicionais e abastadas" da região (Ver Quadros 17 e 18). Isto garantia o "voto de cabresto" e a manutenção do status quo no plano político. Principalmente a nova classe média em ascensão, os bacharéis, vão encontrar nas obras serviços e empregos dos organismos da seca, uma nova maneira de continuar a corrupção que este fenômeno propiciava desde a política de "socorros públicos".

As obras construídas pela Inspetoria, principalmente os açudes, poços e aguadas, se dirigiam preferencialmente para os grandes e médios proprietários de terra, somando ao monopólio desta o monopólio das fontes de água numa região seca. O controle da água passa a ser mais uma arma no controle e domínio sobre a população mais pobre. O homem pobre não precisava se submeter agora ao grande proprietário somente pelo acesso à terra, mas também pelo acesso à água. Este grande proprietário de terras e de água ainda devia ser encarado como um benemérito por socorrer os mais necessitados, nos momentos da seca, concedendo a água que lhe foi dada de graça pelas obras públicas. O antigo pacto paternalista começa a ser aparentemente refeito, recomposto em novas bases, já que agora o coronel pode novamente socorrer o mais pobre no momento da seca, pode se responsabilizar por ele, graças às obras públicas colocadas em suas mãos: "O Sr. Benvenuto Simões prestou o grande serviço de trabalhar esforça

QUADRO 17

PRINCIPAIS ENCARREGADOS DAS OBRAS DA INSPETORIA DAS SECAS EM  
1919.

ENCARREGADO	Nº DE OBRAS	ESTADO	OLIGARQUIA
Rodrigues Ferreira	08	CE	Ferreira
Thomaz Pompeu	04	CE	Pompeu
Plínio Pompeu	01	CE	Pompeu
Plínio Nunes	06	CE	Nunes
Thomé Frota	04	CE	Frota
Sá Roriz	02	CE	Sá Roriz
Senna Caldas	04	RN	Caldas
Bezerra Cavalcanti	04	RN	Bezerra Cavalcanti
Claudionor Nóbrega	02	PB	Nóbrega
Ávila Lins	04	PB	Ávila Lins
Gomes Neto	05	PB	Gomes
Samuel Machado	01	PB	Machado
Leonardo Arcoverde	05	PE	Arcoverde
Souto Barcelos	04	PE	Barcelos

FONTE: Annaes da Câmara, sessão de 8 de julho de 1920, págs. 76-81.

QUADRO 18

NÚMERO DE OBRAS DIRIGIDAS POR TÉCNICOS DA IFOCS E POR ENCARREGADOS NOS ESTADOS DO CE, RN, PB e PE EM 1919.

DIREÇÃO	Nº DE OBRAS	PERCENTAGEM SOBRE TOTAL
Técnicos	47	33,5%
Encarregados	93	66,5%
T O T A I S	140	100,0%

FONTE: Annaes da Câmara, sessão de 8 de julho de 1920, págs. 76-81.

damente em uma cacimba particular, dando água ao povo e cobrando 40 reis por cada animal a beber"<sup>(24)</sup>.

O homem pobre da região, que manifestava em seu discurso o descontentamento pelo abandono que sofria nos momentos da seca, é colocado agora diante de uma nova realidade, em que o coronel como agente do serviço público, pode novamente oferecer-lhe abrigo nos momentos de infortúnio, mesmo que isto seja muito mais lucrativo para o próprio coronel, que retém sua mão-de-obra, seus "eleitores de cabresto" e ainda gera nestes um sentimento de gratidão que o coloca como benfeitor e não como seu inimigo de classe. O coronel volta a ser "bom", só que agora com os recursos e obras alheias, o que reafirma seu controle, seu domínio e sua exploração sobre os homens pobres da região que estiveram ameaçadas.

As obras construídas pelo IFOCS, ao mesmo tempo que geram uma inserção cada vez maior da economia nortista nos parâmetros capitalistas de produção, com a modernização das relações de produção e da infra-estrutura produtiva, reforçam a estrutura do poder tradicional, conservam e até recriam mecanismos de dominação os mais conservadores possíveis, ao tornar o coronel agente do poder público e seu beneficiário principal nos momentos de maior necessidade e fragilidade dos homens pobres, o momento da seca. Recriam relações paternalistas e impe

---

(24) GUERRA, Phelippe e Theóphilo - Seccas contra as Seccas., pág. 68.

dem que a seca signifique um hiato nestas relações de dominação, tornando-as permanentes.

A capacidade de controlar as massas, notadamente os camponeses da região, que é dada pelo IFOCS e seus serviços, benefícios e obras, garante às oligarquias nortistas um espaço dentro do bloco que controla o Estado nacional e eleva a oligarquia algodoeira-pecuária à condição de hegemônica dentro da região, com a exceção de estados como Pernambuco, onde esta ainda se depara com uma forte oligarquia açucareira.

As "obras contra as secas" dirigidas por estes organismos são fundamentais para o emprego de "eleitores de cabresto" nos momentos de seca, evitando que esta se constituísse num momento de descontrole político, onde era preciso até suspender eleições pela incerteza dos resultados. Elas significavam pois um reforço do poder local, o que de certa forma veio acalmar as oligarquias nortistas, que no final do século XIX e início do século XX se viam angustiadas com a conjunção de ameaças que pesavam sobre seu controle político, quer no plano nacional, quer no plano local. Com espaços garantidos na cena nacional só para si e seu poder local reforçado, estas oligarquias vão se sentir mais seguras, para cumprirem seu papel dentro da estrutura de poder nacional, que era o de subordinar e controlar os homens pobres, principalmente do campo.

Como diz Della Cava, o IFOCS, e mesmo os organismos que o antecedeu, forneceram, inadvertidamente e parcialmente, as coordenadas dentro das quais tomou forma a "consciência nordes

tina"<sup>(25)</sup>. O IFOCS vai se tornar o espaço institucional privilegiado que fala em nome da "região das secas", do Nordeste. Buscando elementos nos vários discursos sobre o fenômeno que eram veiculados na região, este organismo elabora um outro discurso que passa a ser apresentado como "o discurso verdadeiro" sobre o fenômeno, por ser um discurso "neutro", um discurso que defende apenas a "racionalidade" técnica, que possui o selo da "ciência".

O IFOCS torna-se a trincheira dos interesses regionais nordestinos, notadamente das oligarquias do interior, e torna-se o canal de expressão do discurso regionalista e do "discurso da seca", com os quais as oligarquias da região buscam a solução para seus problemas, que são apresentados como problemas da região.

Se o IFOCS e outros órgãos surgem de uma reelaboração discursiva imposta pelo discurso técnico ao discurso oligárquico, premido por questões concretas que se colocavam, a criação deste e suas atividades práticas levam a uma nova reelaboração dos discursos em torno do problema, que buscam legitimar as atitudes deste órgão, e às novas condições que este colocava para as oligarquias da região, quer no plano nacional, quer no plano local.

A partir da criação do IOCS, os socorros públicos

---

(25) CAVA, Ralph Della - Milagre em Joazeiro, pág. 222.

deixam de se basear na distribuição gratuita de gêneros alimentícios, mas passa a ser feita através da construção de obras públicas, que são consideradas como preventivas dos efeitos das secas. Assim, se os coronéis perdem o controle que tinham na distribuição direta dos socorros e os privilégios daí decorrentes, passam, no entanto, a utilizar outros meios visando o mesmo fim, ou seja, extrair benefícios da ocorrência das secas, quais sejam: conseguir que o curso de determinada estrada passe próximo às suas propriedades para facilitar o escoamento da produção; construção de açudes públicos em terrenos particulares; diminuição da migração de braços para fora da região; exploração de barracões para a venda de víveres próximos às obras; direção de determinadas obras para parentes e apaniguados políticos, etc<sup>(26)</sup>.

A criação de órgãos e os benefícios daí advindos reforçam o poder local dos coronéis, abrem espaços para uma atuação, a nível nacional, das oligarquias nortistas, e fornecem, pelo menos durante o governo Epitácio Pessoa, a ilusão de superação da crise política em que estavam mergulhadas as elites desta região. Embora em seu seio a disputa entre técnicos e políticos continuasse e as querelas oligárquicas ainda tivessem abrigo e suas atividades ainda fossem passíveis de duras críticas pelas oligarquias sulistas, possui a legitimidade de órgão técnico e portanto pensado enquanto neutro, ou mesmo detentor da

---

(26) FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra - Estrutura de Poder e Secas na Paraíba (1877-1922), pág. 163.

"verdade científica", o que o tornava muito mais desembaraçado das malhas das disputas políticas oligárquicas e agente da intervenção direta do Estado na região, quando os conflitos no interior desta terminavam por requerer tal medida. O IFOCS é pois um agente de reforço do poder local, mas no seu local, sendo no plano nacional um agente de centralização e burocratização do Estado. Delimita-se claramente a atuação do poder local e o seu reforço é o sinal de sua própria crise, de sua dependência do poder central, pois agora estes coronéis se mantêm graças às benesses públicas que podem distribuir, e só poderão ter acesso a essas benesses, se se submeterem aos ditames vindos do Estado e dos grupos que o controlam. Estes órgãos são instituições que reproduzem e conservam a estrutura de poder local, onde dominam as oligarquias agrárias, e ao mesmo tempo reproduzem e conservam a estrutura de poder nacional, onde as oligarquias agrárias do Norte-Nordeste se colocavam como subordinadas a outras parcelas da classe dominante. Aceitarem sua subordinação é o preço que têm de pagar pelas benesses e serviços que são colocados à sua disposição no plano nacional e com os quais conseguem preservar o seu mando local.

#### 7.4. Disciplinaram o homem: as novas estratégias de controle social.

Vimos que as tensões sociais geradas pelas secas preocupavam sobremaneira as oligarquias nortistas, que buscavam e laborar estratégias que permitissem controlar o homem pobre da região nestes momentos, evitando que se constituíssem em momentos de desordem e de ameaça à ordem social vigente. Esta preocupação está explícita não só no discurso das oligarquias, como no discurso dos técnicos, dos escritores e no da Igreja, além de que o próprio discurso popular deixa entrever o momento da seca como um momento de desregramento, de rompimento dos valores tradicionais, embora se coloque como justificáveis tais transgressões, tendo em vista que o desespero e as aflições que o fenômeno provoca, além do descaso dos que deveriam zelar pelos mais pobres, tornaria a transgressão a única opção possível para o homem pobre.

Desde o final do século XIX, portanto, as oligarquias e outros grupos e instituições sociais, preocupados com a manutenção da ordem vão apresentar estratégias e medidas a serem tomadas para tornar a seca um momento de normalidade, retirando-lhe o caráter de momento de "crise social".

Inicialmente, no final daquele século, o assistencialismo por parte do Estado é visto como único meio de conter as tensões sociais, à medida que fornece alento e socorro aos necessitados, evitando que se desesperem e partam para a violência.

cia. O Estado deveria exercer assim sua função legitimadora junto aos atingidos, apresentando-se como o "grande pai", que vinha substituir os senhores locais, momentaneamente impossibilitados de prestarem socorros e protegerem seus afilhados. O Estado, a pedido destes, preencheria momentaneamente a função do grande proprietário, do oligarca, no pacto tradicional.

No entanto, esta distribuição de socorros gratuitamente com a população começa a ser criticada, visto que ela não servia para a criação de uma mentalidade de trabalho nos pequenos produtores rurais, mão-de-obra em potencial para a grande lavoura, cada vez mais desfalcada de seu contingente de escravos. A condenação da "esmola que avilta" e a glorificação do "trabalho que dignifica" é praticamente unânime em todos os discursos da época, até mesmo no discurso popular, onde, no entanto, o trabalho considerado digno era o trabalho autônomo e independente, do pequeno produtor, com uma nítida repugnância ao trabalho do "eito", na grande lavoura.

Esta condenação da simples distribuição de donativos é acompanhada da utilização da mão-de-obra dos retirantes para a construção de algumas obras nas províncias, em troca da alimentação e das vestimentas. Estas obras são quase sempre destinadas ao próprio controle da população, nos momentos de seca ou não. Utiliza-se a mão-de-obra do homem pobre para construir cadeias, onde provavelmente seria preso posteriormente, caso viesse a transgredir a ordem dominante. Além de cadeias, é comum a construção de igrejas e capelas recintos de onde a Igreja

exercia seu papel de dissimuladora da visão dominante de mundo, buscando, através de suas mensagens e práticas, controlar o seu rebanho de fiéis.

Aproveita-se a força de trabalho do retirante para dissimular pelo interior das províncias quartéis, que alojavam a força policial necessária para controlar os homens pobres e combater o banditismo, uma das principais formas de expressão de descontentamento por parte da massa de homens despossuídos da região (27).

Constroem-se com eles estradas e linhas de telégrafo que tornarão as comunicações mais rápidas, facilitando a delação de movimentos populares que se organizavam no interior e a chegada da força repressiva da capital. Erguem-se açudes, que conterão o êxodo rural, evitando que o homem pobre rompa os laços que o submetiam a um senhor, além de manter este homem como mão-de-obra à disposição do grande proprietário de terra (28).

Evitar o êxodo e, com ele, a separação e destruição das famílias, instituição social básica por onde passam e se reproduz as relações de dominação vigentes, era fundamental para a manutenção da ordem e do bom exercício do controle social.

Os retirantes ainda constroem "casas dos Expostos, Hospitais dos Lázaros, Hospício de Alienados, Asilos de Mendicantes

---

(27) Ver Fala com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Manuel Clementino Carneiro da Cunha abriu a sessão da Assembléia Legislativa da Província de Pernambuco em 2 de março de 1877.

Foram construídas no Ceará, durante a seca de 1877-1879, cerca de 32 cadeias, além de açudes, cemitérios, capelas, estradas e o quartel.

(28) Ver D<sup>o</sup> CARLI, Gileno - Séculos de Secas, pág. 108.

dades Sta. Casa"<sup>(29)</sup>, uma série de instituições para onde serão mandados e assim alijados do convívio social. Nestas instituições, o retirante doente, louco, indigente, órfão será separado do mundo dos homens sãos, da família, por representarem uma denúncia viva da realidade social que os cerca e que os produziu. Eles têm que construir seus próprios locais de internação, onde ficarão escondidos do mundo, como retratos de uma realidade cruel que não deve ser desvendada, como testemunhas vivas e ameaçadoras do drama de uma sociedade profundamente marcada por divisões sociais, onde uma elite corrupta aproveitava-se da miséria da maior parte da população.

A "hospedagem" de retirantes nestas instituições servia para que a miséria destes não ficasse à amostra, não ferisse os delicados olhos, narizes e ouvidos dos membros das elites, nem ameaçassem a paz das autoridades. Colocando-os atrás dos muros que eles próprios construíram, escondia-se dos demais o produto de uma realidade social injusta e desumana. Afinal, imagens tão fortes só eram bem vindas para compor os retôricos discursos com os quais as oligarquias do Norte buscavam atrair mais recursos para serem investidos em benefício próprio.

Estes homens excluídos não constituiriam mais uma ameaça à ordem social, pois nestas instituições estariam controlados e vigiados por médicos, religiosos e voluntários, que procurariam curá-los da "doença social", de serem "desordeiros".

---

(29) Falla com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda abriu a sessão da Assembléia Legislativa de Pernambuco em 19 de dezembro de 1878.

e "criminosos" em potencial, e se possível devolvê-los ao convívio social imbuídos de seguir os padrões sociais que ali lhes haviam sido inculcados.

Neste mesmo período, e dentro da mesma perspectiva de dar trabalho em troca de assistência, são estabelecidos contratos entre os governos das províncias e os senhores de engenho para que estes empreguem os retirantes que chegavam à Zona da Mata<sup>(30)</sup>. Acostumados a lidar com escravos e não com homens livres, estes senhores vão aproveitar-se do fato de que não resta outra saída para o homem pobre do sertão senão submeter-se aos seus ditames, e vão explorá-los da forma mais brutal possível, aumentando entre estes a aversão ao trabalho no eito. A aplicação de castigos corporais, o desrespeito ao código de honra tradicional do sertanejo faz com que este se rebele e seja pivô de inúmeros conflitos, com capatazes e senhores, na Mata.

Estes contratos de trabalho visavam colocar sob o látigo dos senhores de engenho os homens pobres do sertão, evitando que estes ficassem livres para tomar atitudes que significassem transgressões à ordem vigente.

Mas a reação constante do homem livre do interior a se submeter às relações de trabalho imperantes na Mata, e mesmo em outras grandes produções como o algodão, levou a que as oligarquias e outros grupos e instituições sociais solicitassem a

---

(30) Ver Falla com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda abriu a sessão da Assembléia Legislativa de Pernambuco em 19 de dezembro de 1878.

criação, nos momentos de seca, de colônias agrícolas que serviriam de escola para estes trabalhadores. Nestas colônias eles aprenderiam a trabalhar com ferramentas mais modernas, aprenderiam novas técnicas de cultivo, entrariam em contato com a produção de produtos como a cana e principalmente seriam submetidos a um ritmo de trabalho que os tornaria aptos para trabalhar nas grandes produções. Estas colônias se organizaram em terras doadas por particulares<sup>(31)</sup> e foram concebidas como locais onde se disciplinaria o homem livre pobre, para se adaptar às novas relações de trabalho e produção que estavam se estabelecendo.

As colônias era dirigidas por administradores das províncias ou por grandes proprietários encarregados, que exerceriam sobre os retirantes aí colocados um poder quase despótico, podendo interferir em todos os aspectos da vida, chegando muitos até a espancá-los<sup>(32)</sup>. Embora, do ponto de vista de disciplinarização do trabalhador, muitas tenham falhado, elas foram fundamentais na manutenção da ordem social nos momentos de seca, à medida que reproduziam muitas vezes a mesma dependência em relação ao grande proprietário e permitiam o controle de grande número de indivíduos (Ver Quadro 19). Foi grande o número de colônias fundadas na seca de 1877, o que permitiu o controle de um grande número de indivíduos.

---

(31) ALMEIDA, José Américo de - A Paraíba e seus Problemas, pág. 159.

(32) Veja a respeito os episódios ocorridos na colônia Sininbú no Rio Grande do Norte que constam do Relatório com que instalou a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte o Presidente Manoel Januário Bezerra Montenegro em 4 de dezembro de 1878.

QUADRO 19

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS NÚCLEOS COLONIAIS FUNDADOS COM RETIRANTES NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA DURANTE A SECA DE 1877-79

Nº DE ORDEM	Nº DO PESSOAL	Nº DE FAMÍLIAS	NÚCLEOS COLONIAIS	NOMES DOS PROPRIETÁRIOS OU RENDEIROS DAS TERRAS	EM QUE COMARCAS FORAM FUNDADAS	DATA EM QUE DEVE TER MINAR O SUPRIMENTO
01	1677	366	Mussurê	Lindolfo José Correia	Capital	Já cessou o suprimento
02	414	111	Abiay	Salustino Ephigênio Carneiro	"	"
03	405	78	Peixe de Baixo	Francisco Ignácio Pereira	"	"
04	521	96	Jagarau	Antônio Cabral de Vasconcelos	"	"
05	206	45	S. Izabel	Cypriano de Arrochelas Galvão	"	"
06	305	69	Limeira	José Joaquim D'Abreu	"	"
07	332	80	Amparo	Porfírio Venâncio da Costa	"	"
08	100	16	Barro do Gramame	José Lins de Vasconcelos	"	Dissolvida
09	147	32	Jacarê	José Alves de Souza	"	"
10	86	20	Ribeira	Francisco Pinto Pessoa	"	"
11	436	75	Espírito Santo	Edmundo do Rêgo Barros	"	Já cessou o suprimento
12	329	86	Pao Brasil	José Moreira D'Oliveira	"	"
13	127	27	Ponte do Gramame	Manuel Paulino dos Santos	"	"
14	118	30	Tauá de S. André	Antônio Xavier Monteiro de França	"	"
15	187	56	Camocim	Manoel Cavalcante de Sá	"	"
16	233	50	Cosme e Damião	Bento da Costa Villar	"	"
17	273	45	S. Anna do Cargau	João José de Almeida	"	"
18	134	30	Marcos João	Francisco Benevides Pessoa	"	"
19	97	21	Cana Brava	Manoel Soares Nogueira	"	12 de maio de 1880
20	186	24	Ilna	Luís Maurício de Gama	"	Já cessou o suprimento

Cont....

Nº DE ORDEM	Nº DO PESSOAL	Nº DE FAMILIAS	NÚCLEOS COLONIAIS	NOMES DOS PROPRIETÁRIOS OU RENDEIROS DAS TERRAS	EM QUE COMARCAS FORAM FUNDADAS	DATA EM QUE DEVE MINAR O SUPRIMENTO.
21	191	20	Rio do Meio 1	José Fcº D'Albuquerque Maranhão	"	12 de maio de 1880
22	93	22	Rio do Meio 2	Mathias da Gama Cabral Vasconcelos	"	Já cessou o suprimento
23	392	94	Tauá de Tibiry	Domiciano Lucas de Souza Rangel	"	"
24	58	14	Gramame	José Antônio Lisboa	"	"
25	648	137	Mata Limpa	José Alves Trigueiro	Independência	"
26	76	14	Muriry de Lagamar	Cezário Correia Lima	Mamanguape	Dissolvida
27	232	46	Guarita	Manuel Joaquim P. Vasconcelos	"	24 de abril de 1880
28	267	49	Miriri do Meio	José Félix Correia	"	23 de maio de 1880
29	275	58	Nasença de Una	Henrique Ribeiro Pessoa de Lacerda	"	19 de junho de 1880
30	133	20	Leite Lemos 2	Daniel Rafael de Freitas	"	20 de junho de 1880
31	233	42	Leite Lemos L	Antônio Pinto de Carvalho Pellado	"	19 de junho de 1880
TOTAIS	8911	1863				

FONTE: Exposição com que o Exmº Sr. Dr. José Henriques Ferreira Júnior passou a administração da província ao Exmº Sr. Padre Felipe Benício de Fonseca Galvão - 2º Vice-Presidente em 30 de abril de 1880, pag. 05.

Um dos grandes problemas enfrentados pelas autoridades e as elites das províncias, nos momentos de secas, era a aglomeração de um grande número de pessoas nas grandes cidades próximas ao mar. Estas aglomerações eram temidas pelo potencial de revolta que significavam, além de darem origem a epidemias e a todo tipo de transgressões aos costumes considerados positivos pelas elites e mesmo pelas próprias camadas populares.

Desde o final do século XIX, mas principalmente no início do século XX, busca-se encontrar meios que permitam o controle destas grandes massas de homens pobres alojados nas grandes cidades. Recorre-se inicialmente ao fornecimento de passagens para a migração com destino a outras províncias, mas esta solução não agradava às oligarquias, que viam com ela se esvaír uma das "riquezas" das províncias, que era sua mão-de-obra. O importante era elaborar estratégias que permitissem o controle destes homens no interior das próprias províncias e cidades.

Imaginou-se então a criação dos chamados "campos de concentração", onde a população seria alojada e permanentemente vigiada, além de ser submetida ao trabalho diário em troca da distribuição de rações e vestimentas.

Para se ter uma idéia da organização que se pretendia dar a estes campos de concentração, o que os tornaria uma arma perfeita no controle dos homens pobres durante as secas, vamos descrever a organização de um campo criado em 1877 no Ceará. Os retirantes eram distribuídos em distritos, sob a direção de um comissário; eram alistados pelos comissários de cada dis

trito, declarando nome, naturalidade, idade e procedência; eram divididos em válidos e inválidos determinando-se, por fim, o número de famílias e de pessoas por famílias. Os retirantes eram então distribuídos em turmas de dez, sob o controle de um fiscal, e recebiam tarefas em determinadas obras; as mulheres tinham a obrigação de varrer diariamente o acampamento que fora mandado construir em "lugar aberto e arejado", cruzados os novos alojamentos, dispostos de modo a formarem grandes quadriláteros com uma área central de 200 a 300m, estabelecendo-se em cada um deles uma enfermaria; as ruas deveriam ser percorridas por vigias durante toda a noite. O acampamento deveria possuir um administrador, um escrevente, um fiscal, um chefe de cozinha e tantos inspetores quantos fossem os grupos de cem famílias. Estes chefes deveriam ser escolhidos entre os retirantes que soubessem ler e escrever e demonstrassem como comportamento, sendo a escolha feita pessoalmente pelo administrador<sup>(33)</sup>. Chega-se ao requinte de determinar que os retirantes deviam ser obrigados a tomar banho frio todos os dias.

Estes campos de concentração, que serão transformados mais tarde nas "frentes de trabalho", permitiram assim resolver um problema fundamental para as elites, que era manter o controle sobre as populações mesmo no momento da seca. A quebra momentânea dos laços de subordinação abria brechas para manifestações de descontentamento do homem pobre, que deveriam ser

---

(33) Relatório com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar passou a administração da província do Ceará ao Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca em 22 de fevereiro de 1878.

contidas. Com os campos de concentração, embora nem todos conseguissem atingir tal requinte de organização, estava garantida a vigilância permanente sobre estes homens por ocasião da seca. Alojados em acampamentos que eles próprios construíam, eram vigiados, policiados permanentemente. Tinham seus corpos lavados, massacrados pelo trabalho, prescrutados por médicos e enfermeiras, separados conforme a idade e o sexo, impedindo que este se constituísse numa ameaça à economia de comportamentos sociais e pudesse ser fonte de epidemias e doenças, que saindo dos seus corpos fossem atingir os corpos dos membros das elites. Seus corpos tinham que ser esquadrinhados, domados, submetidos ao trabalho, para que não se rebelassem e pudessem ser veículos de distúrbios morais ou físicos perturbadores da ordem moral e efisica dos dominantes.

Recebiam nestes acampamentos visitas diárias dos sacerdotes, que vinham pregar-lhes a resignação e o conformismo, e dos políticos, que vinham fazer demagogia e angariar votos. Mas a tudo apresentavam resistência, não querendo receber as vacinas que os médicos lhes aplicam, recusando-se ao trabalho, caindo na embriaguês, procurando unir seus corpos para a fornicação e para a rebelião, roubando víveres que lhes distribuem em rações como se fossem animais a serem domesticados, atacando e entrando em conflito com os chefes e administradores, matando os vigias que os importunavam, fazendo as obras com displicência; de forma a ruírem com a maior facilidade, roubando ticktes que lhes davam direito a mais de uma ração por dia, etc.

São múltiplas as formas coletivas ou individuais de reação cotidiana ao controle que se quer estabelecer e submetê-los completamente.

Com a criação do IOCS e, depois, do IFOCS, vai se estimular ainda mais a política de construção, de grandes obras, principalmente no governo Epitácio Pessoa. Estas obras tinham a finalidade de aliviar as tensões sociais no momento de seca, fornecendo trabalho para os retirantes, o que permitia a simultânea fiscalização destes homens e seu controle. Mas o mais importante destas obras é que elas visam provocar uma mudança no próprio trabalhador, no homem pobre do campo, que vinha fugindo da seca. Estas obras visavam adestrar o trabalhador para novos tipos de trabalho e para uma relação nova de trabalho<sup>(34)</sup>.

Estas obras inicialmente levam a um deslocamento do pequeno produtor rural do seu local de trabalho e a sua concentração em torno de uma obra, onde será submetido a um novo ritmo de trabalho, com horas marcadas, sendo vigiado e controlado por um administrador ou capataz. Vai entrar em contato com máquinas perfuratrizes, britadeiras, guindastes, etc. que o obrigam a uma primeira adaptação do seu corpo à máquina, diferentemente do seu ambiente natural de trabalho, onde a ferramenta é que era adaptada ao seu corpo.

Nestas obras ele recebia pagamento em salário, o que

---

(34) Ver sobre o impacto das obras contra as secas para o desenvolvimento regional e para o trabalhador, CAVA, Ralph Della - Milagre em Joazeiro, pág. 219.

além de estimular o consumo e, conseqüentemente, a produção de produtos novos na região, fará com que este trabalhador introje te padrões de uma economia baseada no trabalho assalariado, pa drões capitalistas de trabalho. O camponês vai ser "submetido a verdadeiras escolas profissionais, nas construções dos grandes açudes fazendo com que estes simples trabalhadores se tornassem em pouco tempo excelentes pedreiros, ferreiros, marceneiros, mo toristas, etc..." (35).

Além disso, estas obras foram fundamentais para o controle ideológico do homem pobre, que passou a acreditar que estas realmente iriam resolver os seus problemas, que o progres so que tais obras traziam, seria para todos. Afinal, "o clima de euforia proporcionado pelas obras contra as secas do governo Epitácio Pessoa forneceu ao trabalhador rural do Nordeste a ilu são de progresso. Trabalhava entusiasticamente não obstante os insignificantes salários e as péssimas condições de alojamento pensando em proximamente usufruir dos frutos da redenção da ter- ra" (36). Mas se a seca deu bons frutos estes foram colhidos ape nas pelas elites dominantes do Norte-Nordeste. Foi através dela que se conseguiu a modernização da infra-estrutura produtiva da região e se conseguiu reforçar a estrutura do poder local, permi tindo um controle social mais eficaz dos homens pobres, seja a través do controle direto, policialesco, seja através do contro

(35) SOUZA, Eloy de - O Calvário das Secas, pág. 43.

(36) SILVA, Eliete de Queirôz Gurjão - O Poder Oligárquico na Paraíba: Des continuidade e Recriação (1889-1945), pág. 134.

le ideológico. O novo clientelismo proporcionado pelos órgãos públicos, seus cargos, serviços e obras beneficiava novamente as oligarquias e seus apaniguados e permitiam que se estabelecesse uma nova hegemonia, em que o antigo pacto paternalista é aparentemente refeito, só que agora os coronéis não distribuem favores às suas próprias custas, mas distribuem favores públicos. Mas de qualquer forma para eles estava resolvido "o problema da seca", pelo menos momentaneamente, até que outra crise econômica, política e social requeresse novamente a exploração política do fenômeno.

## CONCLUSÃO

A seca tornou-se "problema" apenas no final do século XIX, a partir da chamada "grande seca" de 1877-79, que ocorreu no momento em que o espaço do "Norte" vivia uma grave crise econômica, política e social, gerada pelo declínio das exportações dos principais produtos da região, pela perda de espaço político de sua classe dominante em termos nacionais e pelo descontentamento das várias camadas sociais com a forma como estava se dando o processo de transição para uma economia de mercado capitalista.

Enquanto este fenômeno durante séculos foi apenas uma presença ameaçadora no mundo dos homens pobres, jamais mereceu mais do que esparsas referências nos discursos dos potentados locais, quase sempre só no momento em que suas consequências mais graves se faziam sentir. A seca é descoberta como "o problema da região" e transformada em "problema nacional" quando, devido à crise econômica em que estava mergulhada a classe dominante do Norte no final do século XIX, atinge também esta classe, levando inclusive os de menor fortuna à falência. Quando chega, ameaçadora, ao mundo dos ricos, dos oligarcas, a seca é descoberta, e em torno dela passa-se a elaborar todo um discurso que a eleve a condição de "problema", e a coloque como síntese de todas as crises enfrentadas pelo espaço nortista.

Portanto, as estiagens não podem ser vistas como mero fenômeno natural que, no máximo, possui, repercussões eco

nômicas e sociais importantes. É preciso percebê-la como um elemento histórico, como um fato historicamente construído, tendo a sua transformação em "problema" sido um fato histórico e não natural, pois produzido, inventado pelos homens. A seca tem que deixar o mundo da natureza para ser pensada como fruto de uma produção histórica, como elemento social. Em torno do fenômeno puramente climático, os homens de diferentes condições sociais e diferentes visões de mundo e "experiências de vida" teceram todo um imaginário, todo um simbolismo que não pode ser visto como um simples acréscimo, mas como um componente histórico e social do próprio fenômeno em si, dado que a imagem que se faz deste já é parte constitutiva dele próprio.

Sempre considerada uma ameaça ao homem pobre, a seca, no entanto, só vira "problema" quando é assim percebida pelos grupos dominantes. Neste instante, a seca começa a sofrer uma nova inflexão em termos de imagem, aparecendo e sendo percebida de uma forma distinta, no social.

À medida que "o problema" é colocado, em torno dele começam a surgir diferentes manifestações discursivas, partidas de diferentes grupos e instituições sociais da região, que vêm se somar àquele discurso popular ou tradicional já existente. Estas manifestações discursivas partem desta visão tradicional e elaboram diferentes compreensões e imagens do fenômeno, que se inter cruzam de forma a dar origem a um discurso outro, nascido de elementos destes outros discursos, o que podemos chamar de "discurso da seca".

Estes discursos, além de abordarem a seca como "o problema" principal do Norte, agregam a este tema outros que preocupam a maioria dos grupos sociais, neste momento histórico. Temas como trabalho, modernização e controle social surgem em todos os discursos, embora sendo abordados sob diferentes prísmas. Cada manifestação discursiva veicula ainda uma imagem do fenômeno seca, imagens que contribuem para a formação da "nova imagem" que o fenômeno, agora alçado à condição de "o problema" da região, precisava ter.

O tema seca, bem como os demais a ele agregados, ao ser abordado pelos diversos discursos, é tratado de forma diferenciada, dependendo da estratégia política de cada discurso, dos seus objetivos e mesmo do momento em que são abordados, o que requer táticas diferentes.

Pensando os discursos como uma dispersão, como um movimento constante de enunciados, conceitos e temas, que se agregam e se deslocam conforme as determinações históricas concretas, e vendo o mundo dos discursos como um campo de força em que diferentes arranjos discursivos se debatem, entram em conflito, buscam vencer os demais e instituir a "verdade", chegamos a conclusão de que estes vários discursos sobre a seca que se produziram na região, uns mais próximos dos outros e uns claramente antagônicos a aqueles, produziram, ao se debaterem, ao se cruzarem, ao se aproximarem, um discurso outro, que não pode ser reduzido a nenhum deles em particular: um discurso "dominante", por ser aceito por todos os grupos sociais da região, o dis

curso que chamamos "discurso da seca".

Este "discurso da seca " se compõe como todo discurso, de um núcleo de enunciados, conceitos e temas, que eram aceitos como importantes e "verdadeiros" em todos os discursos produzidos na região, núcleo em torno do qual, dependendo do discursante, de sua posição social ou de sua posição na rede de poderes, se agregavam outros enunciados, conceitos e temas.

Todos estes discursos, ao serem confrontados, apresentam similitudes em relação a alguns temas abordados, e alguns enunciados e conceitos eram professados por todos; são estes pontos de contato entre os vários discursos sobre a seca, desde o tradicional até o oligárquico, que vão formar o núcleo do "discurso da seca". São estas "verdades" aceitas por todos acerca do fenômeno e os temas que a todos interessam que constituirão o arcabouço central do "discurso da seca", mesmo ressaltando que ele não passa nunca deste núcleo central, pois, na verdade, ele deve ser pensado sempre como unidade na dispersão.

Este núcleo comum vai ser o ponto de partida para diferentes discursos, pois, dependendo do discursante e dos elementos discursivos novos que ele agrega a este núcleo, diferentes discursos se produzirão. Mas é o fato de guardarem entre si certas similitudes que dá origem a este discurso outro, que é exatamente o ponto de contato entre todos.

Ao longo do trabalho, analisando cada discurso, podemos notar que em todos está presente uma imagem da seca, que evolui conforme questões concretas são colocadas por cada mo

mento histórico; todos os discursos apresentam causas e buscam soluções para o "problema"; falam da modernização que se esboçava na região, ou apoiando-a e buscando definir seus caminhos, como nos discursos oligárquico, técnico e literário, ou a ela se opondo e defendendo o "mundo tradicional", como no discurso popular e no da Igreja. Preocupam-se todos com a questão do trabalho, embora valorizem diferentes formas de trabalho, ou seja, o trabalho autônomo para o discurso popular e o trabalho disciplinado para os demais discursos; abordam a questão do controle social, buscando todos eles elaborar estratégias de controle que mantivessem ou viessem a constituir a sociedade desejada por cada um.

Este "discurso da seca", como vimos, não pode ser pensado como o discurso de um grupo social ou de uma classe social em particular; ele, na verdade, nasce dos elementos que são permanentes numa dispersão de discursos. Por isso, todos, desde o homem pobre, passando pela Igreja, pelo técnico, pelos escritores e chegando aos membros das oligarquias regionais, são agentes deste discurso, professam este discurso: daí ele ser "dominante".

Observa-se, contudo, que dependendo de quem fala, este discurso adquire objetivos distintos, carrega estratégias distintas, já que buscava atender a interesses socialmente divergentes. Quando o homem pobre falava, mesmo utilizando temas e enunciados comuns, mesmo lançando mão da mesma "verdade" sobre a seca, do discurso do oligarca, seu discurso tinha objetivos po

líticos distintos. Procuramos mostrar como este discurso serviu para que o homem pobre da região se opusesse ao processo de mo dernização das relações de trabalho e de produção na região, se colocasse contrário a sua subordinação a determinadas relações de trabalho e buscasse "restaurar" o mundo tradicional, ou se ja, preservar as antigas relações sociais dominantes entre ho mens livres pobres e homens ricos na sociedade escravista.

Este mesmo discurso, no entanto, vai servir, como vimos, para que as oligarquias consiga modernizar a infra-estru tura econômica da região, carreando grande soma de recursos pa ra seu espaço; consiga, ainda, manter uma certa força política a nível nacional, principalmente através de controle de organismos dirigidos para a solução do "problema" regional e, através destes, manter as mesmas relações de dominação em relação aos dominados da região.

O "discurso da seca" veiculado pelas oligarquias, além de tornar este fenômeno uma poderosa arma para barganhar recursos e participação política junto às outras parcelas da classe dominante, foi imprescindível à legitimação do processo de modernização conservadora, ocorrido no Norte-Nordeste, no fi nal do século XIX e início do século XX. Modernizar sem alte rar as relações de dominação, recriar um novo pacto tradicional paternalista dentro, agora, de relações de produção capitalistas, foram os objetivos estratégicos que este discurso teve na voz das oligarquias.

Assim, o membro da Igreja, o escritor, o técnico,

ao falarem sobre a seca, ao serem agentes do "discurso da seca", buscavam responder a determinados interesses, determinadas angústias que o momento histórico colocava para cada um, e isto requeria estratégias diversas, astúcias que visavam atingir estes objetivos estratégicos.

O importante é que estas falas de astúcia e de angústia deram origem a uma "verdade" sobre a seca, inventaram uma "seca", a seca do Norte, espécie única, particular, elevada à condição de "o problema da região", síntese de todos os problemas vividos por cada grupo social da região a seu modo. As "verdades, comuns a estes discursos, aqueles enunciados sedimentados, continuariam e continuam, ao longo da história nordestina, sendo arma importante no jogo político de sua classe dominante a nível nacional, bem como na luta entre as suas classes sociais dominantes e dominadas. Este discurso da seca enformou uma imagem do fenômeno que tem escapado incólume aos mais críticos trabalhos produzidos sobre o tema e sobre a região. Pensar a seca como "invenção" histórica dos homens, em seu falar, em seu imaginar, nas suas lutas, e não apenas como fenômeno natural, mas como fato histórico, foi o objetivo deste trabalho. A produção do "problema" da seca através dos vários discursos que a tomaram como preocupação, na região Norte-Nordeste, deve ser entendida, para que seja possível "desproduzÍ-la", "desinventá-la", embora tenhamos consciência de que o que produzimos foi mais um discurso sobre ela, foi mais uma "verdade" que tentamos estabelecer, ou seja, o que fizemos foi "reinventar" a seca, com

outra imagem. Mas fazer história é recriar, e a "verdade" histórica nasce exatamente do debate, do cruzamento de diferentes visões, só no intercruzamento de diferentes "verdades" ela pode ser apanhada. Esta é a nossa contribuição para a história deste fenômeno e de sua transformação em "problema" e, logo adiante, em "solução", para a história das angústias que provoavam a vida dos diferentes agentes sociais deste espaço no período em questão, bem como para a história das astúcias que foram por eles empregadas para tentarem dar respostas a este e a outros "problemas".

O homem, diante do devir histórico, do futuro incerto, sempre é levado a sentir angústia. Embora ele nunca deixe de acreditar que pode dar a este futuro a direção que ele deseja, nunca deixa de astuciosamente, buscar dar à história a direção que leve ao caminho que melhor atenda a seus interesses. Por isso, a história é angústia, e é astúcia. A história é luta. A história são discursos, falas, falas de astúcia e de angústia.

## BIBLIOGRAFIA

Esta lista inclui apenas a bibliografia citada nas notas, mas não todos os trabalhos utilizados ao longo da pesquisa.

## ARQUIVOS E BIBLIOTECAS:

- Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Arquivo Público Estadual. João Pessoa. Paraíba
- Biblioteca da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Recife. Pernambuco.
- Biblioteca do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Fortaleza. Ceará.
- Biblioteca do Club de Engenharia. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- Biblioteca da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas. São Paulo.
- Biblioteca da Universidade Federal da Paraíba (UFPb). Setorial Campus II. Campina Grande. Paraíba.
- Biblioteca do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas. Campinas. São Paulo.
- Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- Biblioteca Pública do Estado da Paraíba. Espaço Cultural. João Pessoa. Paraíba.
- Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- CEPEDOC/Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. João Pessoa. Paraíba.
- Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR). João Pessoa. Paraíba.

#### DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA

- BRASIL, Congresso. Câmara dos Deputados. Anais. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1877-1922.
- BRASIL. Congresso. Senado. Anais. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1877-1922.
- BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. Anais. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1934.
- BRASIL. Documentos Parlamentares. Mensagens Presidenciais. Mensagem do Presidente Epitácio Pessoa ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Vol. 4, 1891-1930.
- BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Investigações sobre o levantamento da população Geral do Império de cada província de per si, tentado desde os tempos coloniais até hoje, por Joaquim Norberto de Souza Silva. Rio de Janeiro. Typografia Perseverança, 1870.
- CEARÁ. Presidência de Província. Relatórios dos presidentes de província. Fortaleza, s. ed., 1877-1888 (Microfilmes).

- PARAÍBA. Presidência de Província. Relatórios dos presidentes de província. Parayba, s. ed., 1877-1888 (Microfilmes).
- PERNAMBUCO. Presidência de província. Relatórios dos presidentes de província. Recife, s.ed., 1877-1888 (Microfilmes).
- RIO GRANDE DO NORTE. Presidencia de Província. Relatórios dos presidentes de província. Natal, s. ed., 1877-1888 (Microfilmes)
- RIO DE JANEIRO. Club de Engenharia. Atas das sessões do Club de Engenharia. Rio de Janeiro, 1907-1919.
- RIO DE JANEIRO. Instituto Politécnico. Atas das sessões do Instituto Politécnico. Rio de Janeiro, 1878.
- RIO DE JANEIRO. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional . "Parecer da Comissao nomeada pelo Visconde do Rio Branco para providências que devem ser aconselhadas ao Governo Imperial e às províncias assoladas pela seca no sentido de promover e animar as indústrias que nelas encontram meios de existência. Rio de Janeiro, 1877.
- RECIFE. Congresso Agrícola 1878. Trabalhos. Recife, CEPA/PE , 1978 (introdução de Gadiel Perrucci).

#### JORNAIS E REVISTAS

Apóstolo (O). Teresina. Piauí.

Boletim do Instituto de Engenharia. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (vol. I).

Boletim do Ministério de Viação e Obras Públicas (nº 1). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Notícia (A). Parayba. Paraíba.

Ordem (A). Baturité. Ceará.

Revista da Academia Cearense. (Tomo IX). Fortaleza. Ceará.

Revista do Club de Engenharia. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Revista do Instituto Politécnico. (Tomo XI). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

#### FOLHETOS DE CORDEL

ASSARÊ, Patativa do - Emigração. Joaseiro do Norte.

BARROS, Leandro Gomes de - Efeitos da Crise. Joaseiro do Norte, sem editor e sem data.

\_\_\_\_\_. A Fome. Joaseiro do Norte, sem editor e sem data.

\_\_\_\_\_. O Imposto é a Fome. Joaseiro do Norte, sem editor e sem data.

\_\_\_\_\_. O Povo na Cruz. Joaseiro do Norte, sem editor, 1915.

\_\_\_\_\_. O Sertanejo no Sul. Joaseiro do Norte, sem editor e sem data.

\_\_\_\_\_. As vítimas da Crise. Joaseiro do Norte, sem editor e sem data.

CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. Os Flagelos e a Seca do Nordeste. Salvador, sem editor.

\_\_\_\_\_. A Vida do Sertanejo, Salvador, sem editor.

FORTES, Alberto e Fortes Sobrinho. A Seca do Nordeste. Conceição do Araguaia, sem editor, 1983.

- MANSO, Lobo. Poesias contra os Profetas e Experiências de Chuvas.
- SÁ de João Pessoa. Seca, Fome e Miséria. João Pessoa.
- SANTA HELENA, Raimundo. A Epopéia das Secas. Parayba, sem editor, 1932.
- SANTOS, Apolônio Alves dos. Os Nordestinos no Rio e o Nordeste Abandonado. Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Cultura 1978.
- \_\_\_\_\_. Quando há seca no Sertão. Guarabira. José Alves Pontes ed., 1981.
- SANTOS, Manuel Camilo dos - As Grandezas do Sertão. Campina Grande. Estrella da Poesia, sem data.
- \_\_\_\_\_. Os Horrores do Nordeste e a Solidariedade Campinense. Campina Grande. Estrella da Poesia, 1953.
- SILVA, Cícero Vieira da (Mocô). Quando há Seca no Sertão. Rio de Janeiro, sem editor, sem data.
- SILVA, Expedito Sebastião da. Os Horrores e a Seca do Nordeste. Joazeiro do Norte. Tipografia Sao Francisco, sem data.
- SILVA, José Bernardo da. O Retirante. Joazeiro do Norte. Tipografia São Francisco, 1955.
- SILVA, M. C. e - A Seca de 70. Recife, sem editor, 1970.
- SILVA, Severino Borges - Seca, Fome e Carestia Assola o Brasil Inteiro. Recife. Luzeiro do Norte, sem data.

## LIVROS E ARTIGOS

ABREU, Capistrano de. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil .  
Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, Br  
guiet, 1930.

AGUIAR, Gelfa de Maria Costa. O Estado e a Seca (intervenção es  
tatal no Nordeste do Brasil - 79/83), Monografias 1. João Pe  
soa. FIPLAN, 1985.

AGUIAR, Pinto de. - Nordeste: o drama das secas, Rio de Janeiro,  
Civilização Brasileira, 1983.

ALMEIDA, José Américo de. A Bagaceira, 22ª edição, Rio de Janei  
ro, José Olympio Editora, 1985.

\_\_\_\_\_. A Paraíba e seus Problemas, Paraíba, Imprensa Ofi  
cial, 1923.

\_\_\_\_\_. As Secas do Nordeste, 2ª edição. Fundação Casa de  
José Américo/Fundação Guimarães Duque, Coleção Mossoroense ,  
vol. CLXXVII, 1981.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Folhetos. São Paulo, USP ,  
1981 (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).

- ALVES, Joaquim. História das Secas (séculos XVII a XIX), 2ª edição, Mossoró, Fundação Guimarães Duque/ESAM, Coleção Mossorense, vol. CCXXV, 1982.
- ANDRADE, Lopes de. Introdução à Sociologia das Secas. João Pessoa, Editora "A Noite", 1948.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste (contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste), 5ª edição. São Paulo, Atlas, 1986.
- ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. O Poder Político e a Seca de 1877-79 no Piauí, Recife, UFPE, 1985 (Dissertação de Mestrado em História).
- BEZERRA, Alcides. A Seca na Futura Constituição, Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Apêndice. Rio de Janeiro. Imprensa Oficial, 1934.
- BOUCHARDET, Joanny. O Problema do Nordeste e sua Solução, Rio de Janeiro, H. Carnier, s/d.
- BRAMER, John Casper. O Problema das Secas ao Norte do Brasil, Rio de Janeiro, Boletim do Ministério de Viação e Obras Públicas, nº 1, 83-110, 1917.

- CAMARGO, Aspásia et alli. O Nordeste e a Política. Diálogo com José Américo de Almeida, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- CÂNDIDO, Antônio. Os Parceiros do Rio Bonito, 6ª edição, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1982.
- CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, 2ª edição, São Paulo, T. A. Queiróz, 1981.
- CAPANEMA, Guilherme. Apontamentos sobre a seca do Ceará, Fortaleza, Revista da Academia Cearense, Tomo IX, 1904.
- CARDIM, Fernão. Tratado da Terra e Gente do Brasil (introdução de Rodolfo Garcia), Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- CASTRO, Antônio Barros de. 7 Ensaio sobre a Economia Brasileira (2 vol.), 3ª edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1977.
- CASTRO, Josué de. Geografia da Fome (O Dilema Brasileiro, Pão ou Aço), 10ª edição, Rio de Janeiro, Antares/Achiamé, 1980.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Boteguim (O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque), São Paulo, Brasiliense, 1986.

- CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*, Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC, vol. 3, 1978.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*, 30ª edição, Rio de Janeiro, Francisco Alves, Brasília, 1981.
- CUNNIFF, Roger. *The Birth of the Draught Industry: Imperial and Provincial Response to the Great Draught Northeast - Brasil (1877-1880)*, Fortaleza, Revista de Ciências Humanas/UFCe, vol. VI, nº 1, 1975.
- DÉ CARLI, Gileno. *Séculos de Seca*, Recife, Cia. Editora de Pernambuco, 1984.
- DE DECCA, Edgar Salvatóri. *1930: O Silêncio dos Vencidos*, São Paulo, Brasiliense, 1982.
- DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*, tradução de Maria Yeda Linhares, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- DERBY, Orville. *As Manchas Solares e as Secas*, Rio de Janeiro, Revista de Engenharia, pág. 85, 1985.

DIAS, João de Deus Oliveira. O Problema Social das Secas em Pernambuco, Recife, sem editora, 1949.

DUQUE, José Guimarães. Solo e Água no Polígono das Secas, 3ª edição, Fortaleza, Publicação nº 154, série I.A do DNOCS, Serviço Agroindustrial, 1953.

EISENBERG, Peter. A Escravidão nas Américas: Genovese em Portugal in Revista Brasileira de História nº 6 (À luta dos trabalhadores!), pág. 123, Rio de Janeiro, ANPUH/Marco Zero, setembro, 1983.

\_\_\_\_\_. Modernização sem Mudança. A Indústria Açucareira em Pernambuco (1840-1910), tradução de João Maia/apresentação de Manuel Correia de Andrade, Rio de Janeiro, Paz e Terra, UNICAMP, 1977.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder (Formação do Patronato Político Brasileiro), 2 vols., 3ª edição, Porto Alegre, Globo, 1979.

FERRAZ, J. Sampaio. As Previsões das Secas do Nordeste, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1929.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Estrutura de Poder e Secas na Paraíba (1877-1922), Recife, UFPe, 1982 (Dissertação de Mestrado em História).

\_\_\_\_\_. As Secas: Oligarquias e Cangaço in Revista Grão nº 4, pág. 51, Campina Grande, Publicação do Curso de Ciências Sociais, CH/UFPb, set/out, 1985.

FOLGLARE, Henrique. O Prolongamento da Estrada de Ferro de Batu ritê ao Cariri e os Açudes na Província do Ceará, Rio de Janéiro, Ministério da Agricultura, 1881.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber, tradução brasileira, Petrôpolis, Vozes, 1972.

\_\_\_\_\_. História da Sexualidade, vol. I (A Vontade de Saber) tradução brasileira, 4ª edição, Rio de Janeiro, Edições Graaal, 1982.

\_\_\_\_\_. Microfísica do Poder, organização e tradução de Roberto Machado, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. As Palavras e as Coisas (uma arqueologia das ciências humanas), tradução de Salma Tannus, 3ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 1985.

\_\_\_\_\_. "Response au Cercle d'Epistémologie" in Cahiers pour l'analyse nº 9, Paris, "genealogie des scienses", 1968.

- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, USP, 1969.
- FREYRE, Gilberto. Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil, ilustrações de Lula Cardoso Ayres e Manuel Bandeira, 5ª edição, Rio de Janeiro, José Olympio, Recife, Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1985.
- FROTA, Luciara Silveira de Aragão e. As Secas como Tema Político-Administrativo na História do Ceará, São Paulo, USP, 1978 (Tese de Doutorado em História).
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, 19ª edição, São Paulo, Editora Nacional, 1984.
- GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. Epitácio Pessoa, Rio de Janeiro, José Olympio, 1951.
- GARDNER, George. Viagens ao Brasil; tradução de parte do livro feita por Alfredo de Carvalho in Revista do Instituto do Ceará, Tomo XXVI, págs. 143 a 205, Fortaleza, Instituto do Ceará, 1912.

- GIRÃO, Raimundo. História Econômica do Ceará, Fortaleza, Instituto do Ceará, 1947.
- GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura, 4ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- GUERRA, Phelippe e Theóphilo. Seccas contra as Seccas, 3ª edição, Mossorô, Fundação Guimarães Duque/ESAM, Coleção Mossoroense, vol. XXIX, 1980.
- HOBSBAWM, E. J. Bandidos, 2ª edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil, com nota do Prof. Basílio de Magalhães, prefácio de Barbosa Lima Sobrinho, 2ª edição, São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- LIMA, Luiz Costa. O Controle do Imaginário (Razão e Imaginação no Ocidente), São Paulo, Brasiliense, 1984.
- LOEFGREN, Alberto. Notas Botânicas, Mossorô, Fundação Guimarães Duque/ESAM, Coleção Mossoroense, vol. CXCXV, 1982.

MACCIOCCHI, Maria Antonietta. A Favor de Gramsci; tradução de Angelina Peralva, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

MACHADO, Roberto. Ciência e Saber. A Trajetória da Arqueologia de Foucault, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1981.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra, 2ª edição, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

\_\_\_\_\_. A Imigração e a Crise do Brasil Agrário, São Paulo, Pioneira, 1973.

MEIRA, Olyntho José. As Secas do Nordeste, suas Causas e Remédios, Mossoró, Fundação Guimarães Duque/Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, Coleção Mossoroense, vol. CLXXIX, 1982.

MELO, Evaldo Cabral de. O Norte Agrário e o Império (1871-1889), Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Brasília, INL, 1984.

MENEZES, Djacir. O Outro Nordeste: formação social do Nordeste, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1937.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Crise Agrária e Luta de Classes : o Nordeste brasileiro entre 1850 e 1889; prefácio de Eul-Soo Pang, Brasília, Horizonte, 1980.

\_\_\_\_\_. Nordeste Insurgente (1840-1890), 2ª edição, São Paulo, Brasiliense, Coleção Tudo é História nº 10, 1982.

NETO, Antônio Fausto. A Ideologia da Punição, Petrópolis, Vozes, 1979.

OLYMPPIO, Domingos. Luzia Homem; texto integral estabelecido por Afrânio Coutinho e Maria Filgueiras, 8ª edição, São Paulo, Ática, 1980.

OLIVEIRA, Álvaro de. Secca do Ceará (Açudes, Arborização e Estradas de Ferro) in Revista do Instituto Politécnico do Brasil nº 13, Rio de Janeiro, Instituto Politécnico, 1878.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil, 22ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1979.

PERRUCCI, Gadiel. Nordeste: uma revisão necessária in Revista Brasileira de História nº 1, pág. 25, São Paulo, ANPUH, março, 1981.

\_\_\_\_\_. A República das Usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. O Campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil, 2ª edição, Petrópolis, Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. O Messianismo no Brasil e no Mundo, São Paulo, Dominus, 1965.

QUEIRÓZ, Raquel de. O Quinze, prefácio de Adonias Filho, Ilustrações de Poty, 28ª edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1982.

REBOUÇAS, André. As Secas nas Províncias do Norte in Revista do Instituto Politécnico do Brasil nº 9, Rio de Janeiro, Instituto Politécnico, 1878.

REDFIELD, Robert. The Peasant Society and Culture, Chicago, The University of Chicago Press, 1956.

RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890-1930, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

REIS, Aarão. Obras novas contra as secas (Relatório apresentado ao Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1920.

SANTOS, José Américo dos. As Secas do Norte do Brasil, Rio de Janeiro, Tipografia de Machado e Cia., 1883.

SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos e os Direitos: estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco, São Paulo, Duas Cidades, 1979.

SILVA, Clodomiro Pereira da. O Problema das Secas no Nordeste Brasileiro: As Incógnitas, Rio de Janeiro, Revista de Engenharia n<sup>o</sup> 9, Club de Engenharia, 1907.

SILVA, Eliete de Queiróz Gurjão. O Poder Oligárquico na Paraíba: Descontinuidade e Recriação (1889-1945), Campina Grande, UFPb, 1985 (Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural).

SILVA, Janice Teodoro da. Raízes da Ideologia do Planejamento : Nordeste (1889-1930), São Paulo, Liv. Editora Ciências Humanas, 1978.

SILVA, Raymundo Pereira da. O Problema do Norte (Parecer apresentado ao Conselho Diretor do Club de Engenharia na sessão de 1 de junho de 1907) in Revista de Engenharia nº 19, Rio de Janeiro, Club de Engenharia, 1909.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional, São Paulo, Moderna, 1984.

SLATER, Candace. A Vida no Barbante: a literatura de cordel no Brasil; tradução de Octávio Alves Vêlho, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

SLENES, Robert W. The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1880, Ann Arbor, University Microfilms Internacional, 1976 (Tese de Doutorado em História).

\_\_\_\_\_. Os Múltiplos de Porcos e Diamantes. A Economia Escravista de Minas Gerais no século XIX, Cadernos IFCH/UNICAMP nº 17, Campinas, IFCH/UNICAMP, 1985.

SOBRINHO, Thomáz Pompeu. História das Secas (século XX), 2ª edição, Mossoró, Fundação Guimarães Duque/ESAM/Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, Coleção Mossoroense, vol. CCXXVI, 1982.

SOUZA, Eloy de. O Calvário das Secas, 3ª edição, Rio de Janeiro, Cátedra, Brasília, INL; Natal, Fundação José Augusto, 1983.

SOUZA, Itamar de e MEDEIROS Filho, João. Os Degredados Filhos da Seca - uma análise sócio-política das secas no Nordeste, 2ª edição, Petrópolis, Vozes, 1983.

TAKEIA, Denise Monteiro. Um Outro Nordeste: O Algodão na Economia do Rio Grande do Norte (1888-1915), São Paulo, PUC, 1983 (Dissertação de Mestrado em História).

THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser); tradução de Waltenir Dutra, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. Tradicion, Revuelta y Consciencia de Clase: estudios sobre las crises de la sociedad preindustrial; prólogo de Josep Fontana, Tradução de Eva Rodriguez, Barcelona, Crítica/Grijalbo, 1979.

TRINDADE, José Augusto. As Previsões da Seca no Nordeste in Boletim da Inspetoria de Obras Contra as Secas, nº 5, 1915.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande (1840-1905), Campina Grande, UFPb, 1985 (Dissertação de Mestrado em Economia).

VELHO, Gilberto. "O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social" in Desvio e Divergência: Uma Crítica da Patologia Social, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

WAPAEUS, J. E. Geografia Física do Brasil; tradução de Capistrano de Abreu e A. do Vale Cabral, Rio de Janeiro, Tipografia de G. Louzinger e Filhos, 1884.

UNIDADE	BC
PROC.	
DOAÇÃO: PREÇO ES.	
TIMATIVO:	
DATA	1/8/88